

D. AFONSO DE NORONHA, VICE-REI DA ÍNDIA

Perspectivas políticas do Reino e do império
em meados de Quinhentos

NUNO VILA-SANTA



Centro de História de Além-Mar

CHAM

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade dos Açores

D. AFONSO DE NORONHA, VICE-REI DA ÍNDIA:
PERSPECTIVAS POLÍTICAS DO REINO
E DO IMPÉRIO EM MEADOS DE QUINHENTOS

Colecção **TESES**

1. AS ILHAS DE SÃO TOMÉ NO SÉCULO XVII
Cristina Maria Seuanes Serafim
2. A MISSIONAÇÃO NAS MOLUCAS NO SÉCULO XVI
Contributo para o estudo da acção dos Jesuítas no Oriente
Maria Odete Soares Martins
3. A ILHA DE SÃO NICOLAU DE CABO VERDE NOS SÉCULOS XV A XVIII
André Pinto de Sousa Dias Teixeira
4. TERRA E FORTUNA: OS PRIMÓRDIOS DA HUMANIZAÇÃO DA ILHA TERCEIRA (1450?-1550)
Rute Dias Gregório
5. SAMURAI CRISTÃO. OS JESUÍTAS E A NOBREZA CRISTÃ DO SUL DO JAPÃO NO SÉCULO XVI
Madalena Ribeiro
6. MARTIM AFONSO DE SOUSA E A SUA LINHAGEM:
TRAJECTÓRIAS DE UMA ELITE NO IMPÉRIO DE D. JOÃO III E D. SEBASTIÃO
Alexandra Pelúcia
7. D. AFONSO DE NORONHA, VICE-REI DA ÍNDIA:
PERSPECTIVAS POLÍTICAS DO REINO E DO IMPÉRIO EM MEADOS DE QUINHENTOS
Nuno Vila-Santa

Nuno Vila-Santa

D. AFONSO DE NORONHA,
VICE-REI DA ÍNDIA:
PERSPECTIVAS POLÍTICAS
DO REINO E DO IMPÉRIO
EM MEADOS DE QUINHENTOS

Centro de História de Além-Mar
CHAM
 Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade dos Açores

LISBOA
2 0 1 1

FICHA TÉCNICA

Título	D. AFONSO DE NORONHA, VICE-REI DA ÍNDIA: PERSPECTIVAS POLÍTICAS DO REINO E DO IMPÉRIO EM MEADOS DE QUINHENTOS
Autor	NUNO VILA-SANTA
Edição	CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS / UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA UNIVERSIDADE DOS AÇORES Av. de Berna, 26-C 1069-061 LISBOA cham@fcsh.unl.pt
Capa	Inês Pinto Coelho
Colecção	TESES 7
Depósito legal	337987/11
ISBN	978-989-8492-07-4
Data de saída	Dezembro de 2011
Tiragem	500 exemplares
Execução gráfica	PUBLITO – Estúdio de Artes Gráficas, Lda. Parque Industrial de Pitancinhos BRAGA - Portugal

Apoio:

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

No âmbito do programa Fundo de Apoio à Comunidade Científica

*À minha irmã
com muito amor e estima*

LISTA DE ABREVIATURAS

1. ARQUIVOS

BA:	Biblioteca da Ajuda
BNP:	Biblioteca Nacional de Portugal
BPE:	Biblioteca Pública de Évora
ANTT:	Arquivo Nacional Torre do Tombo

2. FUNDOS DOCUMENTAIS

CC:	Corpo Cronológico (parte em numeração romana, maço-documento)
CDM:	Chancelaria de D. Manuel I
CDJ:	Chancelaria de D. João III
CDS DH:	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique
CAOC:	Chancelaria Antiga da Ordem de Cristo
NA:	Núcleo Antigo
MCRDC:	Moradas da Casa da Rainha D. Catarina
MCIDL:	Moradas da Casa do Infante D. Luís
CM:	Cartas missivas de e para o rei
CGV:	Cartas dos governadores de África
CVGI:	Cartas dos vice-reis e governadores da Índia
CSV:	Colecção de São Vicente

3. FONTES PUBLICADAS, CRÓNICAS E OBRAS DE REFERÊNCIA

Anais:	<i>Anais de D. João III</i> de Frei Luís de Sousa, edição de M. Rodrigues Lapa (seguido de volume, indicação de livro e capítulo ou somente de página no caso de se tratar dos sumários do volume II)
APO:	Arquivo Portuguez Oriental
Ásia:	<i>Ásia de Diogo do Couto. Dos feitos que os Portugueses fizeram na conquista e descobrimento das terras e mares do Oriente</i> , edição da Livraria de San Carlos (seguido de década, livro e capítulo)
BFUP:	<i>Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa</i> (seguido de número e página em questão)
Brasões:	A. Braamcamp Freire, <i>Brasões da Sala de Sintra</i> (seguido de volume e página em questão)
CDIHE:	<i>Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España</i> , edição de D. Pedro Sainz Baranda e D. Miguel Salvá (seguido de volume e páginas do documento em questão)

- Ceylon:** *Ceylon zur Zeit des Königs Bhuvaneka Bahu und Franz Xavers 1539-1552*, edição de Georg S. J. e E. A. Voretzsch (refere-se sempre ao II volume, surgindo indicação do documento logo a seguir ao título)
- Crónica:** ANDRADE, Francisco de, *Crónica de D. João III* (seguido de livro, parte e capítulo)
- CSL:** Coleção de São Lourenço, prefácio e notas de Elaine Sanceau (seguido de volume e número do documento)
- DHDP:** *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*
- DHMPPPO:** *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, direcção de António da Silva Rego (seguido de volume e número do documento)
- DI:** *Documenta Indica*, direcção de Joseph Wicki (seguido de volume e número do documento)
- Ditos:** *Ditos Portugueses Dignos de Memória*, edição de José Hermano Saraiva (seguido de referência à página em questão)
- DM:** *Documenta Malucensia*, edição de Hurbert Jacobs (seguido de volume e número do documento)
- DPMAC:** *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840* (seguido de volume e número do documento)
- DUP:** *Documentação Ultramarina Portuguesa*, edição de A. da Silva Rego (seguido de volume e página)
- Gavetas:** As Gavetas da Torre do Tombo (seguido de volume e número do documento)
- História Genealógica:** História Genealógica da Casa Real Portuguesa (seguido de volume e página em questão)
- Lendas:** Gaspar Correia, *Lendas da Índia* (seguido de volume e página)
- Relações:** *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro Conde de Idanha do tempo em que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*, edição de Ernesto Campos de Andrada
- Sources:** *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, edições de Pierre de Cenival e Robert Ricard (seguido de volume e número do documento)
- RCI:** Luciano Ribeiro, *Registo da Casa da Índia* (seguido de volume e página em questão)

4. OUTRAS

- CEHU:** Centro de Estudos Históricos Ultramarinos
- Cf.:** Conferir
- CHAM:** Centro de História de Além-Mar
- CNCDP:** Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
- Cód.:** Códice
- FCG:** Fundação Calouste Gulbenkian
- FCSH-UNL:** Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
- Fl.:** fôlio
- FLUL:** Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- ICS:** Instituto de Ciências Sociais
- IICT:** Instituto de Investigação Científica e Tropical
- INCM:** Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- Mç.:** Maço
- Ms.:** Manuscrito
- Op. cit.:** obra citada
- SHIP:** Sociedade Histórica da Independência de Portugal
- UNL:** Universidade Nova de Lisboa

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a expansão da historiografia tocante à História Moderna e dos Descobrimentos, nas suas mais diversas áreas e temáticas, tornou-se um dado incontornável, impossibilitando o domínio de toda a mesma sob qualquer tema. No entanto, e apesar desta condicionante, novas e variadas perspectivas têm vindo a ser abertas nos campos da História Política e Social da Expansão que nos interessam particularmente para o presente tema. Reflectindo sobre as dinâmicas de estudo da História Social, concluía em 2000, Ângela Barreto Xavier¹, em consonância com outros “alertas” de Geneviève Bouchon² e de Luís Filipe Thomaz³, feitos durante a década de 1990, que ainda muito havia a trabalhar neste domínio.

Cremos, todavia, que nos últimos anos a História Social da Expansão tem merecido maior atenção por parte dos historiadores. De facto, desde o já longínquo ano de 1993, quando Sanjay Subrahmanyam e Kenneth McPherson demonstraram a validade e necessidade de estudos biográficos sobre as figuras da Expansão Portuguesa⁴, não só têm sido publicados diversos estudos sobre percursos individuais⁵, como importantes projectos vêm sendo dedicados ao tema⁶. Além disso, algumas teses de mestrado e de

¹ Cf. XAVIER, Ângela Barreto, “Tendências na Historiografia da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre os destinos da história social” in *Penélope*, n.º 22, 2000, pp. 141-179.

² Cf. BOUCHON, Geneviève, “Dix ans d’histoire Indo-Portugaise (1978-1988): Billan et perspectives pour l’étude du XVI^e siècle” in *La Découverte, le Portugal et l’Europe, Actes du Colloque*, FCG (Centro Cultural Português) e CNCDP, Lisboa-Paris, 1999, pp. 345-356.

³ Por exemplo no livro publicado com Geneviève Bouchon *Voyage dans les Deltas du Gange et de l’Irraouaddy. Relation Portugaise Anonyme (1521)*, Paris, FCG (Centro Cultural Português), 1988, além das múltiplas referências em diversos artigos que foi publicando, alguns dos quais compilados no *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.

⁴ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay e MACPHERSON, Kenneth (dir.), “From Biography to History: Essays in the Social History of Portuguese Asia 1500-1800”, *Mare Liberum*, n.º 5, 1993.

⁵ Vejam-se os diversos artigos biográficos contidos em obras coordenadas como COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.), *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimónia, 2000 ou ainda em obra coordenada pelo mesmo autor *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, SHIP, 2000.

⁶ A este título refira-se o projecto do CHAM financiado pela Fundação Ciência e Tecnologia *A Nobreza e o Estado da Índia no século XVI*, coordenado por João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, o qual redundou na organização de um colóquio em 2001 e na publicação de importantes actas respeitantes aos alinhamentos das diversas casas nobiliárquicas face à

doutoramento têm incidido especialmente nas histórias de vida de diversos homens do século XVI, insistindo sobretudo na necessidade de integração dos mesmos nos seus respectivos contextos familiares e na reconstrução de redes clientelares⁷. Em suma, se bem que no âmbito da História Social haja ainda muito a trabalhar, estamos já longe do panorama historiográfico da década de 1990.

Um rumo semelhante seguiu a História Política da Expansão, em especial no que se refere ao Estado da Índia. Após a publicação de duas obras de índole geral sobre o Estado da Índia, que mostraram à saciedade como ainda muito havia a estudar sobre as diversas conjunturas políticas dos séculos XVI e XVII⁸, seguiram-se diversos estudos publicados por ocasião das Comemorações da chegada de Vasco da Gama à Índia e de Pedro Álvares Cabral ao Brasil. Cruzando sempre dimensões sociais e políticas, estes estudos acabaram por aclarar parte da história política oriental do reinado de D. Manuel I (1495-1521). Figuras como D. Francisco da Almeida⁹, Afonso de Albuquerque¹⁰ ou o próprio Vasco da Gama¹¹ beneficiaram de estudos biográficos assinaláveis. No entanto, outros personagens não mereceram ainda estudos de igual profundidade e rigor histórico, apesar dos já existentes, como são os casos dos governadores Lopo Soares de Albergaria¹² e de certa forma Diogo Lopes

criação do Estado da Índia. Cf. *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia, Actas do colóquio internacional*, edição de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, Lisboa, CHAM, 2004. Também neste quadro se enquadra o projecto *Optima Pars: Elites Portuguesas no Antigo Regime*, coordenado por Nuno Gonçalo Monteiro, avançando já para os séculos XVII e XVIII, e a importante publicação *Optima Pars: elites ibero-americanas no Antigo Regime*, edição de Pedro Cardim, Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, ICS, 2005 avançando já para os séculos XVII e XVIII.

⁷ Elucidativas quanto a este ponto são as seguintes teses: CARVALHO, Andreia Martins de, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1529-1538)*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2006 sobretudo o primeiro capítulo e PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: Trajectórias de uma Elite no Império de D. João III e D. Sebastião*, Lisboa, CHAM, 2009. Também a tese de Teresa Lacerda pode ser incluída neste grupo embora seja dedicada não a uma análise individual mas colectiva. Cf. LACERDA, Teresa, *Os capitães das armadas da Índia no reinado de D. Manuel I – uma análise social*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, Lisboa, 2006.

⁸ Referimo-nos a COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *Portugal y Oriente: El Proyecto Indiano del Rey Juan*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992 e SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático Português 1500-1700 – Uma História Política e Económica*, s.l., Difel, s.d. Mais recentemente, os capítulos que Anthony Disney dedica ao Estado da Índia (cf. DISNEY, Anthony, *A History of Portugal and the Portuguese Empire*, vol. II, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2009, pp. 119-203) também demonstram como ainda há muito a estudar neste domínio.

⁹ Cf. SILVA, Joaquim Candeias, *O fundador do “Estado Português da Índia”, D. Francisco de Almeida, 1457(?)–1510*, Lisboa, CNCDP e INCM, 1996.

¹⁰ Cf. BOUCHON, Geneviève, *Afonso de Albuquerque. O Leão dos Mares da Ásia*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000.

¹¹ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa, CNCDP, 1998; BOUCHON, Geneviève, *Vasco da Gama*, Lisboa, Terramar, 1998.

¹² Cf. SMITH, Ronald Bishop, *Lopo Soares de Alvarenga: better known as Albergaria*, Lisboa, Silvas-Coop., 1992.

Sequeira¹³. A par dos estudos biográficos, diversas monografias regionais de maior alcance cronológico já haviam procurado enquadrar a presença portuguesa em diversas regiões da Ásia nas diferentes conjunturas políticas. Mas apenas desde então, o estudo clássico de Luís Filipe Thomaz¹⁴ sobre Malaca, conheceu sucessores para o Malabar¹⁵, o Ceilão¹⁶, o Sião¹⁷, a Birmânia¹⁸, uma vez mais Malaca¹⁹ e as Molucas²⁰. Não obstante, áreas há que carecem ainda de estudos mais pormenorizados, como é o caso das Praças do Norte²¹

¹³ Cf. SMITH, Ronald Bishop, *Diogo Lopes de Sequeira*, Lisboa, s. n., 1975. Este personagem ainda aguarda a feitura de uma atenta biografia. Ambos os trabalhos deste autor tratam-se de primeiras abordagens pouco comparáveis aos estudos bem mais completos referidos anteriormente para outros governadores.

¹⁴ Cf. Thomaz, Luís Filipe, *Os Portugueses em Malaca (1511-1580)*, dissertação de licenciatura policopiada, 2 volumes, Lisboa, FLUL, 1964.

¹⁵ Cf. CORREIA, José Manuel, *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*, Lisboa, CNCDP-INCM, 1997. Para suprir algumas lacunas deste estudo consulte-se a tese de doutoramento de TAVIM, José Alberto, *Judeus e cristãos-novos em Cochim. História e Memória (1500-1662)*, Braga, Edições da APPACDM, 2003.

¹⁶ Cf. FLORES, Jorge, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão. Trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2004. Para uma visão de conjunto num âmbito cronológico mais alargado veja-se BIEDERMANN, Zoltán, *A aprendizagem de Ceilão. A presença portuguesa em Sri Lanka entre estratégia talassocrática e planos de conquista territorial (1506-1598)*, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2005.

¹⁷ Cf. FLORES, Maria da Conceição, *Os Portugueses e o Sião no Século XVI*, CNCDP e INCM, 1995.

¹⁸ Cf. GUEDES, Maria Ana Marques, *Interferência e integração dos Portugueses na Birmânia, c. 1580-1630*, Lisboa, Fundação Oriente, 1994.

¹⁹ Cf. PINTO, Paulo Jorge de Sousa Pinto, *Portugueses e Malaio: Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém 1575-1619*, Lisboa, SHIP, 1997. Para as relações com o Achém consulte-se também ALVES, Jorge Manuel Santos, *O domínio do Norte de Samatra. A história dos sultanatos de Samudera-Pacém e Achém e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)*, Lisboa, SHIP, 1999.

²⁰ Após o artigo de SOUSA, Esther Tiago de, “Capitães Portugueses nas Ilhas Molucas” in *Stvdia*, n.º 43-44, 1980, pp. 183-281, as teses de LOBATO, Manuel, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, s.l., Instituto Português do Oriente, 1999 e *Comércio, conflito e religião. Portugueses e Espanhóis nas ilhas Molucas entre 1512 e 1618. Contribuição para o estudo da presença europeia na Insulíndia na época dos Descobrimentos*, trabalho apresentado para efeitos de prestação das provas de acesso à categoria de investigador auxiliar, Lisboa, IICT, 2003 vieram contribuir decisivamente para o conhecimento da presença lusa naquelas ilhas. Mais recentemente FRADE, Florbela Veiga, *A presença portuguesa nas ilhas de Maluco. 1511-1605*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FLUL, 2001, retoca em apêndice os apontamentos relativos aos capitães portugueses daquelas ilhas.

²¹ Por Praças do Norte entendemos a faixa costeira e interior, contendo as fortalezas portuguesas de Chaul, Baçaim, Damão e Diu bem como as áreas dominadas pelos Portugueses em seu redor. Sobre esta área veja-se: “O Estado da Índia e a Província do Norte. Actas do VII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa” in *Mare Liberum*, n.º 9, 1995. Apesar de faltar uma monografia sobre a presença portuguesa em Diu, conhecemos melhor a presença portuguesa na região de Goa devido ao referido estudo de Catarina Madeira Santos e à tese de doutoramento de XAVIER, Ângela Barreto, *A Invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, ICS, 2008. Mais recentemente a tese de doutoramento de André Teixeira veio desbravar os caminhos da presença portuguesa em Baçaim: TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu território (1534-1738): administração, economia e sociedade*, dissertação

ou ainda do Golfo Pérsico²². Tradicionalmente encarado como um reinado marcado pelo impulso expansionista, a governação manuelina sempre atraiu mais a atenção dos historiadores do que a governação de D. João III (1521-1557). Retratado inicialmente como um período de crescente declínio político e económico, o reinado do *Piedoso* só mais recentemente tem vindo a ser resgatado pelos historiadores desta imagem, à qual se encontrava agri-lhoadado. A publicação das Actas por ocasião dos 500 anos do nascimento de D. João III²³ bem como os estudos de Ana Isabel Buescu²⁴ e de João Paulo Oliveira e Costa²⁵ constituíram um passo relevante na demonstração que o Reino e o Império na cronologia do *Piedoso* mantêm uma vitalidade própria por estudar. Todavia, esta visão arreigada da decadência precoce poderá explicar porque razão algumas figuras do Estado da Índia não tenham sido objecto da atenção devida. Figuras como os governadores D. Duarte de Meneses (1521-1524)²⁶, D. Henrique de Meneses (1524-1526)²⁷ ou ainda o próprio vice-rei D. Garcia de Noronha (1538-1540)²⁸ não foram alvo das

de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2010. O CHAM é parceiro num projecto, dirigido por Walter Rosa e sediado no Centro de Estudos de História da Arquitectura da Universidade de Coimbra, dedicado a esta região e intitulado *Bombaim antes dos Ingleses: A marca portuguesa na península de Bombaim*.

²² A bibliografia sobre a presença portuguesa no Golfo Pérsico é bastante extensa, bastando para tal consultar os diversos artigos de Jean Aubin e de Dejanirah Couto, entre outros. Entre as obras mais recentes sobre esta região destacamos *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, edição de Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, Wiebaden, FCG, 2008, embora nos pareça que falta ainda uma obra de síntese sobre esta área comparável às existentes para outras áreas como o Ceilão ou as Molucas. Também sobre esta área o CHAM dispõe de um projecto intitulado *Relações de Portugal com a Pérsia durante a União Ibérica. Os "comentários" de D. Garcia da Silva y Figueiroa* dirigido por Rui Loureiro.

²³ Cf. *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Roberto Matos e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, CHAM, 2004.

²⁴ Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, s.l., Círculo de Leitores, 2005 e ainda da mesma autora *Catarina de Áustria (1507-1578). Infanta de Tordesilhas. Rainha de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007 com importantes contributos para o estudo da rainha enquanto agente de poder político.

²⁵ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I. Um Príncipe do Renascimento*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.

²⁶ O triénio de D. Duarte de Meneses na Índia carece de um estudo sistemático embora conheçamos os seus traços gerais graças a COSTA, João Paulo Oliveira e, "Dom Duarte de Meneses and the government of India (1521-1524)" in *Global Trends Proceedings of XI – International Seminar on Indo-Portuguese History*, edição de Fátima da Silva Gracías, Celsa Pinto e Charles Borges, Goa, Maureen & Camvet Publisheres, 2005, pp. 95-116.

²⁷ O problema da sucessão do conde-almirante em 1524 foi também abordado por COSTA, João Paulo Oliveira e, "A estrutura de comando do Estado da Índia durante o governo de D. Henrique de Meneses" in *op. cit.*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, pp. 307-318, mas necessita ainda de maior atenção.

²⁸ Parte da problemática da sucessão de D. Garcia é abordada na supracitada tese de Andreia Martins de Carvalho e no artigo de PELÚCIA, Alexandra, "From Dom Garcia de Noronha do Dom João de Castro: appointment mechanisms for the government of the Estado da Índia" in *Indo-Portuguese History: Global Trends. Proceedings of XI International Seminar on Indo-Portu-*

análises sistemáticas que se impõem. Ainda assim cumpre salientar, no âmbito dos governadores e vice-reis da Índia do período de D. João III, que se conhecem melhor os governadores Lopo Vaz de Sampaio (1526-1529)²⁹, Nuno da Cunha (1529-1538)³⁰, Martim Afonso de Sousa (1542-1545)³¹ e D. João de Castro (1545-1548)³².

Chegados, porém, à segunda metade do século XVI, o panorama altera-se, começando os estudos a escassear possivelmente em virtude de tradicionalmente se encarar este período como de decadência³³, entre outros motivos, devido à batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, à União Ibérica e pela relutância que durante anos a historiografia portuguesa demonstrou em estudar este último período³⁴. Além das três referidas obras gerais³⁵, apenas dois vice-reis da Índia mereceram até agora alguma atenção: D. Constantino de Bragança (1558-1561)³⁶ e D. Luís de Ataíde (1568-1571; 1578-1581), 3.º conde de Atouguia³⁷. Além destes personagens, conhecemos a conjuntura

guese History, edição de Fátima da Silva Gracias, Celsa Pinto e Charles Borges, Goa, Maureen & Camvet Publishers, 2005, pp. 129-143, e embora muitos historiadores se refiram a este vice-rei, a sua carreira ultramarina ainda não foi estudada de forma sistemática.

²⁹ Cf. LIVERMORE, Harold, "The crisis in Portuguese India of 1526" in *Studia*, n.º 53, 1994, pp. 187-204 ou o clássico MACEDO, Jorge Borges, *Um caso de luta pelo poder e a sua interpretação n'Os Lusíadas*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1976.

³⁰ Além da tese de Andreia Martins de Carvalho (cf. *op. cit.*), pode conferir-se COSTA, Melba Maria Olívia Ferreira Lopes da, *Nuno da Cunha, Governador da Índia (1528-1538)*, 2 volumes, tese de mestrado policopiada, Lisboa, 1997.

³¹ Cf. PELÚCIA, Alexandra, *op. cit.*

³² Vejam-se as biografias de AQUARONE, J. B., *D. João de Castro: Gouverneur et Vice-Roi des Indes Orientales (1545-1548). Contribution à l'histoire de la domination portugaise en Asie et à l'étude de l'astronautique, de la géographie et de l'humanisme au XVI siècle*, 2 volumes, Paris, Presses Universitaires de France, 1968 e SANCEAU, Elaine, *D. João de Castro*, 3.ª edição, tradução de António Álvaro Dória, Porto, Livraria Civilização, 1978.

³³ Já em 1988, Sanjay Subrahmanyam notara como a segunda metade da centúria quinhentista permanecia por estudar e agregada à visão da decadência no período posterior a D. João de Castro. Procurando escapar a esta visão, num artigo dedicado ao período posterior a 1570 propôs uma nova interpretação do período assente na importância das dinâmicas dos agentes particulares para se perceber a evolução das relações do Estado da Índia. Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, "The tail wags the dog or some aspects of the external relations of the Estado da Índia, 1570-1600" in *Moyen Orient & Océan Indien*, n.º 5, 1988, pp. 131-161.

³⁴ Felizmente esta tendência tem vindo a ser invertida por uma série de historiadores que têm ressaltado a importância do período filipino para a História do Reino e Império. Entre estes destacam-se os diversos estudos de Fernando Bouza Álvarez, Pedro Cardim e Rafael Valadares.

³⁵ Ver nota 8.

³⁶ Cf. RIBEIRO, Aquilino, *Constantino de Bragança VII Vizo-Rei da Índia*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1984. O projecto do CHAM dirigido por Jessica Hallet e intitulado *De Todas as Partes do Mundo, O Património do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I*, contará com a elaboração de uma nova biografia deste vice-rei.

³⁷ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *Portugal y Oriente...*, pp. 294-309. O presente vice-rei é objecto de estudo da dissertação de doutoramento do autor, sob orientação da Professora Doutora Alexandra Pelúcia, e subordinada ao título *No trilho de uma vida e carreira singulares: D. Luís de Ataíde, vice-rei da Índia e 3.º conde de Atouguia*.

do Estado da Índia nas décadas de 1560 e 1570³⁸, e um pouco do período filipino graças aos estudos de Artur Teodoro de Matos³⁹.

Esta situação pode também justificar-se parcialmente pelo facto de apenas recentemente se ter começado a encarar o estudo biográfico dos governadores e vice-reis da Índia como uma hipótese de aprofundar conjunturas políticas, económicas e até culturais como se pode constatar pela divulgação crescente deste tipo de estudos nos últimos anos, seja através de dissertações⁴⁰ ou de projectos académicos⁴¹. É precisamente nesta vertente que o presente estudo se pretende inserir, encarando a figura em apreço como uma oportunidade de esmiuçar com maior detalhe a conjuntura política da década de 1550, tanto no Reino, como, sobretudo, no Império.

No que respeita, especificamente, à década de 1550 nenhum trabalho sistemático foi feito e a tendência natural foi a de saltar directamente dos feitos militares de D. João de Castro⁴² para os do vice-reinado de D. Constantino de Bragança⁴³. A acrescer a este “salto”, ao qual não será alheia alguma mitificação de ambas as figuras, e que deixa na sombra o vice-rei que nos propomos estudar, bem como o vice-rei D. Pedro Mascarenhas (1554-1555) e o governador Francisco Barreto (1555-1558), haverá que salientar o tom de “crise” com que os poucos estudos retratam esta época⁴⁴. Por esta razão nos propusemos estudar o vice-rei D. Afonso de Noronha (1550-1554). À partida, os principais eventos político-militares do seu governo (nomeadamente os sucedidos em 1551-1552: expedições de Catifa, do Ceilão, do Chembé⁴⁵

³⁸ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A crise de 1565-1575 na história do Estado da Índia” in *Mare Liberum*, n.º 9, 1995, pp. 481-519; MATOS, Artur Teodoro, *O orçamento do Estado da Índia 1571*, Lisboa, CNCDP, 1999; *Diogo do Couto e a Década Oitava da História da Ásia*, edição de Maria Augusta Lima Cruz, 2 volumes, Lisboa, CNCDP, 1994. Para um período anterior anote-se ainda CUNHA, Ana Cannas da, *A Inquisição no Estado da Índia. Origens (1539-1560)*, Lisboa, ANTT, 1995.

³⁹ Cf. MATOS, Artur Teodoro de, “The financial situation of the State of India during the Philippine period : 1581-1635” in separata *Indo-Portuguese History : old issues, new questions*, New Deli, Concept Publishing Company, 1980 e ainda do mesmo autor *O Estado da Índia nos anos de 1581-1588: estrutura administrativa e económica: alguns elementos para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982. Sobre questões financeiras veja-se ainda: MIRANDA, Susana Munch, *A administração da Fazenda Real do Estado da Índia (1517-1640)*, dissertação de doutoramento apresentada à FCSH-UNL, Lisboa, 2007. Anteriormente uma dissertação sobre a figura de D. Francisco da Gama já havia sido apresentada. Cf. FERREIRA, Maria Margarida Oliveira, *D. Francisco da Gama, vice-rei da Índia 1596-1600: subsídios biográficos: o seu governo e a sua época à luz da correspondência oficial*, dissertação de licenciatura, Coimbra, FLUC, 1971.

⁴⁰ Cf. nota 7.

⁴¹ Cf. nota 6.

⁴² Referimo-nos ao segundo cerco de Diu de 1546 e à acção de D. João amplamente descrita em crónicas e fontes da época.

⁴³ Referimo-nos à conquista de Damão em 1559 e à de Jafanapatão em 1560.

⁴⁴ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, *op. cit.*, pp. 114-152.

⁴⁵ Nas fontes portuguesas surge indiferenciadamente como “rei da pimenta” ou “rei de Chembé”. Trata-se do rei de Vadakkenkur, vassalo do rei de Cochim, e nos domínios do qual se produzia a pimenta que os Portugueses compravam em Cochim para depois trazerem para o Reino. Cf. Mapa 3.

e cerco de Malaca) pareciam sugerir a conjuntura descrita por Luís Filipe Thomaz para 1565-1575⁴⁶, e portanto um tempo que poderíamos adjectivar comodamente de “crise”. Porém, uma análise mais pormenorizada levou-nos a questionar até que ponto se poderá falar ou não de “crise” para um período tão recheado de vitórias militares, como é o da década de 1550⁴⁷. E mesmo que estivéssemos perante uma “crise”, qual seria a sua exacta natureza? Que respostas teriam procurado os dirigentes máximos do Estado da Índia para a mesma? Teria a “crise” aberto novas portas, novos horizontes ou pelo contrário teria contribuído para o início de uma decadência irreversível, tal como Diogo do Couto nos dá conta em partes das suas Décadas e nos diálogos do *Soldado Prático*⁴⁸? A este conjunto de questões de imediato se sucedeu outra pergunta: qual o contexto da nomeação de D. Afonso de Noronha? As principais fontes narrativas⁴⁹ retratam claramente a sua nomeação como distinta de todas as anteriores, quer pelo título de vice-rei, que a partir de então todos os nomeados em Lisboa passam a ostentar, quer sobretudo pelas mercês que D. Afonso levava à sua partida. Este ponto levou-nos mesmo a questionar até que ponto não teria D. Afonso sido percepcionado por D. João III como o “digno” sucessor de D. João de Castro pois os perfis de ambos apontam para algumas semelhanças⁵⁰.

Neste quadro propusémo-nos analisar a figura de D. Afonso de Noronha não só pela sua nomeação e currículo militar como, especialmente, para entender até que ponto é pertinente qualificar a década de 1550 como um período de “crise”. No entanto, é impossível falar em “crise” exclusivamente para esta década, sem olhar aos governadores e vice-reis da década de 1560 e 1570 até porque para esse período a historiografia reconhece uma “crise”. A este respeito atente-se que a cronística por vezes exagera deliberadamente os feitos militares de alguns governadores e vice-reis. O caso de D. Constantino de Bragança parece-nos paradigmático, nomeadamente a sua entrada em Damão, em 1559, descrita por Faria e Sousa que ressalva as boas acções

⁴⁶ Cf. nota 38.

⁴⁷ Atentem-se em especial à vitória de 1554 sobre a armada turca de Seydi Ali Reis e que permitiria a D. Pedro Mascarenhas quebrar o bloqueio marítimo de acesso à Etiópia e fazer chegar às terras do sempre distante Preste os primeiros jesuítas, ou ainda às vitórias já referidas em Damão e Jafanapatão.

⁴⁸ Cf. COUTO, Diogo do, *O Soldado Prático*, 3.^a edição, edição de M. Rodrigues Lapa, Livraria Sá da Costa, 1980.

⁴⁹ Cf. *Crónica*, Parte IV, caps. LXIX-LXXII; *Ásia*, VI, ix, 1; SOUSA, Manuel de Faria e, *Ásia Portuguesa*, tradução de Manuel Burquets de Aguiar, vol. III, Porto, Livraria Civilização, 1945, Parte 2, cap. IX.

⁵⁰ Importa relembrar que D. João III havia concedido, em 1548, o título de vice-rei a D. João de Castro e a governança da Índia por mais 3 anos, na sequência do seu primeiro mandato governativo entre 1545 e 1548, fortemente associado ao sucesso na defesa do segundo cerco de Diu de 1546. Quanto às semelhanças de perfis deixá-las-emos para o II capítulo relativo às questões da nomeação.

de um homem, num contexto já considerado decadentista⁵¹. O mesmo tipo de analogias encontramos quando António Pinto Pereira⁵² descreve os cercos que o Estado da Índia enfrentou no primeiro governo de D. Luís de Ataíde (1568-1571). No entanto, por detrás deste discurso estão figuras mais esquecidas como o governador Francisco Barreto, mais conhecido pela sua expedição à África Oriental em 1570-73 do que pelo seu governo, e que Couto tanto elogia nas suas *Décadas*⁵³, ou ainda o vice-rei D. Antão de Noronha (1564-1568). Em ambos os casos cremos estar em presença de figuras que exigem estudos profundos para se poder compreender na totalidade quer D. Constantino de Bragança, quer D. Luís de Ataíde. Quanto a Barreto, é importante não esquecer a sua política face a Damão e as duas embaixadas por ele gizadas ao senhor daquela cidade, as quais antecedem a conquista por D. Constantino. Além disso, nunca é de mais relembrar que Barreto preparara a maior armada que a Índia vira até ao seu tempo com o fito de partir à conquista do Achém e que tal intento foi abortado pela chegada de D. Constantino⁵⁴. No que se refere a D. Antão de Noronha, os sucessos militares de D. Luís de Ataíde não devem obscurecer quer a conquista de Mangalor por D. Antão, em 1568, quer o próprio facto de ter sido ele o primeiro a gizar a reacção portuguesa à crise de 1565-1575, em especial a política de fortificação de Goa, que tão importante se revelou para o sucesso na sua defesa por D. Luís de Ataíde em 1570-71. Em suma, consideramos que as figuras destes governantes e dos seus governos não podem ser entendidas na sua plenitude sem estudos comparativos. E não será de descartar a possibilidade destes estudos comparativos virem a revelar conclusões diferentes sobre a situação política do Estado da Índia nas décadas de 1550, 1560 e 1570 e, em especial, sobre a referida “crise”.

Regressando aos anos finais da década de 1540, importará relembrar que os governos de Garcia de Sá (1548-1549) e de Jorge Cabral (1549-1550), os sucessores de D. João de Castro na Índia antes da nomeação de D. Afonso de Noronha, permanecem ainda por avaliar. Em ambos os casos estamos perante personagens que construíram verdadeiras vidas e carreiras na Índia, ao contrário do que sucedeu com boa parte dos governadores ou vice-reis anteriores. Este facto, bem como o contexto que se vive no Estado da Índia após Junho de 1548, designadamente a tentativa de apaziguamento de tensões, fortemente contrastante com o belicismo que caracterizou o governo de D. João de Castro, veio reforçar a nossa convicção sobre a necessidade de

⁵¹ Cf. SOUSA, Manuel de Faria e, *op.cit.*, vol. III, Parte 2, cap. XIV.

⁵² Cf. PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorrei Dom Luís de Ataíde*, introdução de Manuel Marques Duarte, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

⁵³ Cf. MONIZ, Maria Celeste, *Glória e Miséria nas Décadas da Ásia de Diogo do Couto*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 71 e 204-205.

⁵⁴ Cf. *Ásia*, VII, v. 8. Além disso, D. Constantino utilizou esta armada na conquista de Damão.

estudar a década de 1550. Todavia, e na linha dos estudos elaborados recentemente quer por Andreia Martins de Carvalho para Nuno da Cunha, quer por Alexandra Pelúcia para Martim Afonso de Sousa, consideramos que não bastará estudar o governo do Noronha e que será necessário olhar à carreira anterior e posterior deste. Por esta razão e atendendo a que este vice-rei era oriundo de uma das Casas de nobreza mais prestigiadas do Reino, a Casa de Vila Real, dedicaremos dois capítulos à reconstituição da vida de D. Afonso antes da Índia e depois dela. Um outro capítulo procurará reconstituir a sua nomeação, procurando-a inserir no contexto cortesão do seu tempo. Outros dois capítulos visarão o governo afonsino da Índia, procurando-se destrinçar na Conclusão as questões que acima colocámos: a “crise” de meados de Quinhentos e a importância ou não deste governo na História do Estado da Índia no século XVI.

A abordagem escolhida para melhor reconstruir a trajectória de D. Afonso de Noronha foi a cronológica. Em função das Provas Públicas desta dissertação foi assim alterado o título original (*O Vice-Reinado de D. Afonso de Noronha: Uma Perspectiva Política da Ásia Portuguesa em meados de Quinhentos*) para o presente, o qual se coaduna mais com o estudo que aqui se apresenta. Ao invés do que aquele título poderia induzir, o estudo do governo oriental de D. Afonso de Noronha, se bem que seja a base principal deste trabalho, não é o único. Devido ao facto deste ter representado o apogeu da carreira do fidalgo decidimos manter no título a ligação do Noronha ao seu governo. A perspectiva cronológica que foi eleita para guiar este estudo não foi sempre seguida visto que do I capítulo para o II existe uma repetição temporal. Esta repetição explica-se com base no facto, já anteriormente mencionado, de não existir um estudo sistemático sobre os acontecimentos decorridos no Estado da Índia após a morte de D. João de Castro. De facto sem atentar um pouco a estes, a interpretação das condições de indigitação do fidalgo em 1550 ficaria bastante incompleta. Também no V capítulo a perspectiva cronológica foi alargada até 1581, apesar de D. Afonso ter falecido antes desta data. Tal explica-se pela tentativa feita de enquadrar as carreiras dos filhos de D. Afonso e o impacto que a morte do fidalgo teve nas suas trajectórias.

A tarefa de reconstituir a carreira de D. Afonso, pela sua própria amplitude, não foi de forma alguma fácil. Quanto à sua vida, antes e depois da Índia, nem sempre foi possível recuperá-la na totalidade face a diversas omissões documentais⁵⁵. O facto de não podermos dispôr de um rol tão significativo de missivas do Noronha para o período do seu governo vice-real, quanto para a sua estadia em Ceuta constituiu, desde logo, uma diferença assinalável. Importa, por isso, sublinhar, desde já, a importância de toda a documentação deste período que não chegou até aos nossos dias, quer

⁵⁵ Neste ponto destacamos particularmente a dificuldade em encontrar fontes sobre os primeiros 30 anos de vida do fidalgo ou ainda dos últimos anos da sua vida.

para a análise da capitania de Ceuta, quer sobretudo para o vice-reinado da Índia⁵⁶. Quanto ao estudo do governo oriental, o principal desafio sentido foi o enquadramento dos acontecimentos regionais, quer com acontecimentos anteriores e posteriores, quer especialmente com as diferentes monografias regionais que têm sido produzidas. Este desafio impôs-nos assim escolhas. A principal escolha no que se refere ao governo da Índia foi a de tentar, tanto quanto possível, centrar a atenção na política de D. Afonso face a cada região e não tanto em todos os acontecimentos que em cada uma decorreram entre 1550 e 1554. O estudo das relações clientelares entretecidas por Noronha durante toda a sua vida não foi feito de forma sistemática, ainda que, na parte da Índia, consagremos um subcapítulo à análise da corte vice-real. O mesmo facto se registou quanto à consulta de arquivos estrangeiros nos quais poderiam ser encontradas referências a D. Afonso de Noronha. Serão os casos do arquivo da Companhia de Jesus, em Roma, e ainda do Arquivo Histórico do Estado da Índia em Goa.

Ainda assim e tendo em conta as presentes condicionantes, procurámos elaborar um estudo de caso: social, pelo enquadramento de vida de D. Afonso, mas acima de tudo político, pela análise da sua governação. A preocupação foi sempre a de procurar reconstituir as micro-conjunturas, nomeadamente as cortesãs, e as grandes conjunturas, como a capitania de Ceuta ou o governo da Índia, em que o fidalgo se moveu ao longo da sua vida, procurando analisar e interpretar as vias de ascensão social inequivocamente prosseguidas pelo Noronha. Por fim, esperamos conseguir chamar a atenção para a necessidade de estudo do Estado da Índia na segunda metade da centúria quinhentista, não apenas como forma de relativizar os mitos de decadência a que boa parte do período está associado, bem à semelhança do que referimos para o reinado de D. João III e para o período filipino, mas ainda de forma a melhor perceber a História do Estado da Índia no século XVI no seu todo. O estudo da segunda metade da centúria quinhentista pode ainda ajudar a enquadrar melhor qual era de facto a situação vivida na Ásia Portuguesa na véspera da chegada de Neerlandeses e Ingleses, isto é, na transição da última década quinhentista para a primeira seiscentista⁵⁷ e ajudar a perceber melhor em que medida o Estado da Índia estaria ou não preparado para o embate que veio a sofrer com os seus rivais no início do século XVII.

⁵⁶ Das cartas anuais que D. Afonso terá escrito ao rei enquanto se encontrou no Oriente desconhecem-se as missivas para os anos de 1553 e de 1554.

⁵⁷ Realçe-se o pouco que se conhece acerca da evolução do Estado da Índia na década de 1590, em especial do vice-reinado de seis anos de Matias de Albuquerque (1591-1597), antecessor da governação de D. Francisco da Gama.

*
* *

A conclusão de qualquer trabalho académico constitui sempre um momento em que nos sentimos aliviados e gratos. Quero, por isso, manifestar a minha gratidão a todas as pessoas que acompanharam o meu percurso e que sempre me incentivaram. Jamais esquecerei aquele dia do meu segundo ano de licenciatura em que conheci a Professora Doutora Alexandra Pelúcia e fiquei fascinado com a sua simplicidade, magnetismo e devoção ao seu ofício. A ela devo a descoberta de tantas paixões na História, que seria fastidioso enumerar todas! Igualmente a ela estarei eternamente reconhecido pelo acompanhamento constante e dedicado desde a fase inicial deste estudo até à sua publicação. Ao Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa sou devedor do estímulo, inspiração e apoio entusiástico que sempre me transmitiu. A ambos quero também agradecer a possibilidade de publicar este trabalho. Desejo igualmente manifestar o meu forte apreço à Professora Doutora Ana Isabel Buescu pela generosidade no acolhimento que sempre me prestou, pelas importantes dicas e suporte que imprimiu a este trabalho antes, durante e após a sua defesa pública. Desejo ainda expressar o meu agradecimento à Professora Doutora Maria Augusta Lima Cruz pela simpatia da sua disponibilidade, sugestões e material facultado e à Professora Doutora Lurdes Rosa pelo interesse demonstrado. Ao Doutor Vítor Rodrigues expresso o meu penhorado reconhecimento pelas sugestões e conversas, bem como pela forma como acompanhou este trabalho desde o seu início até à fase da publicação. Um agradecimento é também devido à Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelo apoio financeiro à presente publicação.

Quero também salientar a minha gratidão a todos os colegas do Centro de História de Além-Mar que comigo se cruzaram e sempre me ajudaram com a sua simpatia: à Cátia Carvalho e à Maria do Céu; à Silvana Pires pela sua dedicada ajuda, amabilidade e simplicidade; à Sofia Diniz, sempre pronta a auxiliar-me em mais uma busca complicada; à Inês Pinto Coelho pela sua generosa simpatia; à Madalena Ribeiro e ao André Murteira pelos seus conselhos preciosos; à Joana Torres pela sua amabilidade em me ajudar sempre; ao Doutor André Teixeira pelo auxílio na preparação desta edição. Aos meus colegas de licenciatura e mestrado Sara Ceia, Cláudio Neto, Hugo Serpa e João Pedro Vieira devo as longas conversas e o estímulo fornecido. A outros colegas, como o Hugo Crespo, agradeço os debates acalorados de ideias e perspectivas, tão necessários ao ofício de historiador, ao Pedro Pinto pelos contactos e referências fornecidas, e ao Carlos Manuel da Silva Moura pela troca de impressões sobre a Casa de Vila Real. Deixo ainda uma menção especial para a Cristina Pinhel, ao Camilo Pinhel e ao Hugo Espada, sem os quais a apresentação deste trabalho, seria, de certo, outra. Em especial, à Cristina e ao Hugo devo a dedicada paciência de comigo colaborar na apresentação das genealogias e dos mapas.

Aos meus Pais, para quem as palavras nunca chegarão para expressar a minha eterna gratidão, devo o incondicional apoio na feitura deste trabalho. À minha mãe, em particular, ficarei sempre devedor de inúmeras sugestões de escrita, abordagem e o apoio inspirador. À minha irmã agradeço a forma dedicada como se empenhou em apoiar-me nos momentos mais difíceis, razão pela qual lhe dedico este trabalho.

Por fim, *last but not the least*, quero agradecer à Professora Ana Maria Rodrigues que, com a sua motivação, me impulsionou a iniciar este já longo percurso em História.

CAPÍTULO I

ANTES DA ÍNDIA (1495-1498?-1549)

“Fazei-o duque e tirai-lhe o que tem”
(Tristão da Cunha ao Rei⁵⁸)

I.1. Nascido filho de Marquês:

D. Afonso e a política da Casa de Vila Real (1495/1498?-1538)

A frase que inicia este capítulo pareceu-nos elucidativa do ambiente em que D. Afonso de Noronha terá nascido nos finais da centúria quatuorcentista, entre 1495 e 1498, em data que não podemos precisar com exactidão⁵⁹. A Casa de Vila Real era então uma das mais importantes e prestigiadas do Reino, talvez mesmo a mais proeminente a seguir à Casa de Bragança⁶⁰, se considerarmos que o futuro duque de Coimbra, D. Jorge de Lencastre, filho

⁵⁸ Cf. *Ditos*, p. 489. Não sabemos se a frase terá sido dita a D. Manuel I ou a D. João III, pois, como se verá, poderá enquadrar-se bem em ambos os reinados.

⁵⁹ Segundo uma relação anónima dos governadores da Índia, provavelmente do século XVI, D. Afonso teria falecido em Lisboa aos 78 anos (cf. *DUP*, vol. I, p. 619). Como sabemos por documento de chancelaria que D. Afonso faleceu em Janeiro de 1573, o natural seria ter nascido em 1495 (cf. ANTT, *CDS DH*, liv. 35, fl. 57v, Almeirim, 21.IX.1574). Trata-se de uma mercê registada na chancelaria a D. Afonso de Noronha em que este delegava a D. Maria de Eça, sua esposa, um padrão de tença no valor de 56 mil reais. Diogo do Couto refere apenas que “morreo de mais de setenta e cinco anos” (cf. *Ásia*, VII, i, 6) enquanto Georg Schurhammer, baseando-se numa informação do 5.º conde de Linhares, D. Fernando de Noronha, afirma que D. Afonso morreu aos 75 anos mas, em 1571, e que teria cerca de 60 anos em 1551. Seguindo os cálculos de Schurhammer, D. Afonso teria então nascido em 1498. Parece-nos mais provável esta segunda data e, para a idade da sua morte 75 anos; no entanto, não podemos dar certezas quanto a este ponto.

⁶⁰ Esta ideia é partilhada por Selma Pousão-Smith no seu recente estudo de enquadramento da Casa de Vila Real. Cf. POUSÃO-SMITH, Selma, *Rodrigues Lobo, os Vila Real e a estratégia da Dissimulatio*, vol. I, Lisboa, G. M. N., 2008, p. 18. Sobre a Casa de Bragança vejam-se os estudos de CUNHA, Mafalda Soares: *Linhagem, Parentesco e Poder: A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação Casa de Bragança, 1990 e *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000.

bastardo de D. João II, ainda aguardava de D. Manuel I a concessão daquele título, o que só ocorreria em 1500. Na qualidade de descendentes do conde de Gijón e de D. Pedro de Meneses⁶¹, 1.º capitão de Ceuta entre 1415 e 1437, os membros da Casa de Vila Real bem poderiam exaltar a sua ascendência real⁶². Esta, aliada ao facto de, em 1489, D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real, ter sido promovido pelo *Príncipe Perfeito* a 1.º marquês de Vila Real⁶³, na sequência das execuções dos duques de Bragança e Viseu, e da extinção da Casa de Bragança, catapultava automaticamente a Casa de Vila Real ao lugar antes detido pelos Bragança⁶⁴, na imediata sequência da família real⁶⁵. A restauração dos Bragança, operada por D. Manuel I, em 1496, foi deste ponto de vista o primeiro golpe na ambição dos membros da Casa em alcançarem a primazia nobiliárquica no Reino e o título ducal, como ficará patente mais tarde. Porém, aquando do nascimento de D. Afonso de Noronha, nada fazia prever os conflitos que seu pai, D. Fernando de Meneses, iria alimentar com D. Manuel.

Nascido em 1463, D. Fernando de Meneses era o filho primogénito de D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, tendo casado, em 1496, com

⁶¹ Para pormenores da fundação da Casa de Vila Real e sua evolução vejam-se: TEIXEIRA, André, "Uma linhagem ao serviço da ideia imperial manuelina: Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia" in *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia, Actas do colóquio internacional*, edição de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 109-174 e ainda CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Colibri e Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora, 2004. Refira-se ainda, além do trabalho de Selma Pousão Smith (cf. nota anterior), a tese de doutoramento em preparação de Carlos da Silva Moura intitulada *A Casa Senhorial dos Condes e Marqueses de Vila Real (Séculos XV-XVI)*, orientada pelo Professor Doutor João Silva de Sousa, a qual trará diversas novidades.

⁶² O conde de Gijón era filho bastardo de Henrique II de Castela. Cf. TEIXEIRA, André, *op. cit.*, pp. 110-111.

⁶³ Garcia de Resende descreve com pormenor a cerimónia na sua *Crónica de D. João II e Miscelânea*, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, INCM, 1991, cap. LXXXVIII. Selma Pousão-Smith afirma que o título fora concedido ainda por D. Afonso V, em 1480. Cf. SMITH-POUSÃO, Selma, *op. cit.*, vol. I, p. 19. A autora intrepeta o marquesado de D. Pedro de Meneses, como um período de expansão.

⁶⁴ Sobre as conspirações de 1483-84, sua conjuntura e política prosseguida por D. João II confira-se: FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, s.l., Círculo de Leitores, 2005, pp. 59-81 e MORENO, Humberto Baquero, "A conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança" in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris, 1970, pp. 47-103.

⁶⁵ Cf. AUBIN, Jean, "Vieille noblesse et temps nouveaux. Les amertumes du 2º marquis de Vila Real" in *Le Latin et l'astrolabe. Études inédites sur le règne de D. Manuel 1495-1521*, edição póstuma organizada por Maria da Conceição Flores, Luís Filipe Thomaz e Françoise Aubin, vol. III, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 66. Neste artigo o autor esboçou o relacionamento de D. Fernando de Meneses, pai de D. Afonso de Noronha, com D. Manuel. O trabalho de Aubin não foi prosseguido para os reinados de D. João III e D. Sebastião e a Casa de Vila Real só mereceu nova atenção já no contexto da conspiração de 1641. O estudo de WAGNER, Mafalda de Noronha, *A Casa de Vila Real e a conspiração de 1641 contra D. João IV*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, se bem que focado na posição dos membros da Casa de Vila Real nas décadas de 1630 e 1640, contém um estudo genealógico de todos os membros da Casa desde a titulação ducal por D. Filipe I, em 1585.

D. Maria Freire, filha e herdeira do senhor de Alcoutim e aposentador-mor da Casa Real, João Freire de Andrade, e da sua segunda esposa D. Leonor da Silva⁶⁶. Por via matrimonial, D. Fernando recebera aquele senhorio que D. Manuel, em atenção aos seus anteriores serviços em Ceuta onde fora capitão durante a década de 1490, transformaria em condado⁶⁷. Ainda nesse mesmo ano, a proximidade ao rei, que já o havia incumbido de tratar com Diogo da Silva Meneses do seu casamento com a princesa D. Isabel, filha dos *Reis Católicos*, em 1495-96⁶⁸, valeria a D. Fernando a nomeação de fronteiri-mor do Algarve⁶⁹. Por aqueles anos, o casal teve vários filhos⁷⁰: D. Pedro de Meneses, futuro 3.º marquês de Vila Real, D. João de Noronha, D. Nuno Álvares Pereira de Noronha, D. Afonso de Noronha e D. Leonor de Noronha. Em 1498, num momento tão relevante quanto o do juramento de D. Manuel como herdeiro das Coroas de Castela e de Aragão, que motivou a sua deslocação ao Reino vizinho, D. Fernando e o seu irmão D. Diogo de Noronha acompanharam o monarca nessa jornada⁷¹, enquanto era confiada a D. Pedro de Meneses, 1.º marquês de Vila Real, a guarda de D. Jorge⁷², então ainda à espera da concessão dos títulos e benesses que o seu pai D. João II havia deixado em testamento e que D. Manuel não viria a outorgar na totalidade.

Os anos seguintes, até 1502, continuariam a revelar-se profícuos para a Casa de Vila Real. O juramento português do príncipe D. Miguel, filho de D. Manuel e de D. Isabel, e herdeiro de todos os reinos ibéricos, realizado em 1499, foi já feito com D. Fernando presente pois D. Pedro, certamente, encontrava-se já doente, vindo a falecer no final desse ano⁷³. *O Venturoso*

⁶⁶ Cf. *Brasões*, vol. III, p. 349. O avô de D. Maria, Pedro Gonçalves, fora vedor da fazenda de D. João I. Cf. *História Genealógica*, tomo V, p. 119. Veja-se ainda a genealogia 1.

⁶⁷ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I*, p. 78.

⁶⁸ Cf. *ibidem*, p. 82. Sobre a figura de Diogo da Silva Meneses, 1.º conde de Portalegre e uma das figuras então em ascensão na corte manuelina consulte-se: MARQUES, Marisa Pires e SILVÉRIO, Silvana, “Diogo da Silva de Meneses e a política régia ultramarina” in *op. cit.*, edição de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, pp. 239-258.

⁶⁹ Cf. *História Genealógica*, tomo V, p. 118.

⁷⁰ Cf. FARIA, António Machado de, *Livro das linhagens do século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1957, p. 227. A ordem de nascimento pode não ter sido exactamente aquela que é apontada pelos genealogistas. Por exemplo, é sabido que D. Leonor de Noronha nasceu em 1485, o que a colocaria antes de D. Afonso e D. Nuno Álvares e até antes da oficialização do enlace dos seus pais. O mesmo sucede com D. Nuno Álvares que, segundo os dados disponíveis, teria nascido cerca de 1497, ou seja, depois de D. Leonor. No entanto, por D. Fernando de Meneses se ter casado por “paixão” por D. Maria Freire é possível que alguns filhos tenham nascido antes do casamento.

⁷¹ Cf. GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, prefácio e notas de Joaquim Teixeira Martins e David Lopes, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, cap. XXIII.

⁷² Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, *op. cit.*, p. 88.

⁷³ Damião de Góis refere a tristeza do rei perante esta notícia, tendo o próprio cronista dificuldades ao escrever este passo da sua crónica, tida por ofensiva pelo conde de Tentúgal que considerou exageradas as palavras do humanista, quando comparadas às que dedicou à morte de D. Álvaro de Bragança. Por detrás das críticas estava a rivalidade entre ambas as Casas, como adiante constataremos. Cf. GÓIS, *op. cit.*, vol I, cap. XXXIII.

não tardou a confirmar todos os senhorios e títulos a D. Fernando de Meneses, à excepção do condado de Ourém que pertencera ao duque de Bragança e que então lhe era restituído, sendo o 2.º marquês de Vila Real compensado com a atribuição do condado de Valença e de outras mercês⁷⁴. Apesar da tensão inerente a este acontecimento, D. Fernando patrocinou, através do pagamento de um elevado dote, em 1499, o enlace da sua irmã D. Joana de Noronha com o 8.º condestável do Reino⁷⁵, D. Afonso, filho bastardo do duque de Viseu, D. Diogo, irmão de D. Manuel I, morto por D. João II, em 1484. D. Fernando ainda acompanhou D. Manuel na sua viagem a Santiago de Compostela, em 1502. Na ocasião, o monarca deu ordens à sua exígua comitiva para que D. Fernando se fizesse passar por rei uma vez que não pretendia ser identificado⁷⁶.

O bom relacionamento do pai de D. Afonso com o monarca tinha, contudo, vivido melhores tempos, visto que D. Fernando de Meneses havia já endividado a sua Casa numa festa que ofereceu em Santarém, em 1502⁷⁷. A titulação de D. Jorge como duque de Coimbra e os bens cedidos por D. Manuel ao bastardo régio, não agradaram a D. Fernando. Este não só almejou ao título ducal, tal como afirmou Tristão da Cunha⁷⁸, como assistiu ao que considerou ser a despromoção da sua Casa para a terceira posição, abaixo das Casas de Bragança e de Coimbra⁷⁹. Prova deste desagrado foi a relutância com que entregou, só em 1509, o condado de Ourém a D. Manuel, retirando-se entre 1511 e 1517, para os seus domínios no Norte do país⁸⁰. A retirada do 2.º marquês de Vila Real da corte não era nova pois já em tempos de D. João II, D. Fernando de Meneses, sentindo-se preterido, tomara decisão de idêntico teor⁸¹. A indignação do fidalgo atingiu o auge durante a década de 1510, em particular com a titulação de D. Martinho de Castelo

⁷⁴ Cf. Teixeira, André, *op. cit.*, p. 128.

⁷⁵ Cf. Góis, Damião de, *op. cit.*, vol. I, cap. XLV. Uma vez mais neste passo o cronista enfrentou a oposição do conde de Tentúgal.

⁷⁶ Cf. *ibidem*, cap. LXIII. Nesse ano ainda, o marquês alcançara do rei o pagamento de antigos montantes em dívida pela Coroa à Casa. Cf. Pousão-Smith, Selma, *op. cit.*, vol. I, p. 22.

⁷⁷ Cf. *ibidem*, p. 14. Segundo o cronista o bem conhecido endividamento da Casa de Vila Real que prosseguiria sob os reinados de D. João III e D. Sebastião teria tido início naquele momento.

⁷⁸ Cf. nota 58.

⁷⁹ Selma Pousão-Smith também defende esta ideia, oferecendo um perfil psicológico do marquês fortemente reivindicativo no que respeitava à mercê régia, o qual viria a ser plenamente herdado pelo 3.º marquês de Vila Real. Cf. SMITH-POUSÃO, Selma, *op. cit.*, vol. I, p. 23.

⁸⁰ Cf. AUBIN, Jean, *op. cit.*, p. 68.

⁸¹ A decisão fora motiva pelo facto de D. João II ter nomeado D. Fernão Martins Mascarenhas para os tratos de Tetuão, apesar da proximidade do marquês seu pai ao *Príncipe Perfeito* e do reconhecimento régio das acções guerreiras de D. Fernando em Ceuta. Cf. Pousão-Smith, Selma, *op. cit.*, vol. I, p. 21.

Branco, em 1515, como 1.º conde de Vila Nova de Portimão⁸². Ao tempo, o marquês, envolvido em diversas querelas com D. Manuel devido à jurisdição dos seus senhorios no Norte⁸³, reclamou daquele a titulação do seu irmão, D. António de Noronha, como 1.º conde de Linhares, algo que não aconteceu. Todavia, relembre-se que mesmo no auge das tensões entre o marquês e o rei, sobretudo nesse preciso ano, D. Fernando ainda teve margem de manobra para tratar com o monarca do matrimónio do seu herdeiro⁸⁴, D. Pedro de Meneses, e até de colocar a hipótese de casar D. Leonor⁸⁵.

E, se de facto, em 1517, D. Manuel pediu a apresentação das doações e outros documentos da Casa, será importante ter presente que, por essa altura, já D. Pedro de Meneses era bem visto junto do monarca, tal como D. Nuno Álvares. Em relação ao herdeiro da Casa e, neste ponto tal como D. Leonor, nunca será demais lembrar a sua ligação a Cataldo Sículo, encarado por alguns autores como o introdutor do Humanismo em Portugal⁸⁶. D. Pedro não apenas pronunciou a oração no Estudo Geral⁸⁷, em 1504, como em 1508 recebera uma carta de D. Manuel propondo-lhe a ida para a capitania de Ceuta⁸⁸, para a qual só partiu em 1512, nela permanecendo até 1517. Quanto a D. Nuno, algumas fontes⁸⁹ mencionam a sua ida com o pai para Ceuta, mas os únicos dados que temos por certos são a provisão de 82 mil reais, que

⁸² Sobre esta figura veja-se: COUTINHO, Valdemar, “O condado de Vila Nova de Portimão” in *op. cit.* edição de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, pp. 227-238. Cf. AUBIN, Jean, *op. cit.*, pp. 82-83.

⁸³ Cf. AUBIN, Jean, *op. cit.*, pp. 73 e seguintes.

⁸⁴ Atestam-nos algumas cartas de D. Fernando a D. Manuel de 1515: ANTT, CC I, 18-43, 18-62 e 18-63.

⁸⁵ Cf. ANTT, CC I-18-63. Esta nunca viria a casar e viria ser uma consagrada latinista, autora e tradutora.

⁸⁶ Desta opinião é Costa Ramalho. Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. Catarina*, p. 235. Cataldo Sículo havia sido chamado ao Reino por D. João II com o intuito de ser mestre do bastardo D. Jorge. Gorado o projecto político do *Príncipe Perfeito*, e como tantas vezes sucedia, Sículo acabou por se ver ligado aos diversos nobres da corte portuguesa, procurando ainda ser o mestre do futuro D. João III. Uma vez afastada essa hipótese, a sua ligação a D. Pedro de Meneses, aumentou, a ponto de o considerar o seu mais fiel discípulo.

⁸⁷ Cf. MENESES, D. Pedro de, *Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa*, introdução de A. Moreira de Sá e tradução de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1964.

⁸⁸ D. Jerónimo Mascarenhas refere na sua História de Ceuta, composta no século XVII, a existência de uma carta de D. Manuel para D. Pedro. Cf. MASCARENHAS, D. Jerónimo de, *História de la Ciudad de Ceuta. Sus sucessos militares, y políticos; Memorias de sus santos y prelados, y elogios de sus capitanes generales*, edição de Afonso de Dornelas, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, cap. 67. No capítulo 68, são também descritas as suas acções na capitania, retratadas como louváveis. André Teixeira defende que D. Pedro não se destacou particularmente na capitania. Cf. TEIXEIRA, André, *op. cit.*, p. 133. Na altura em que o rei sugeria o seu nome para a capitania de Ceuta, D. Pedro encontrava-se em Paris com uma bolsa de estudo concedida pelo monarca.

⁸⁹ Cf. BNP, *Título dos Noronhas*, fl. 82v. (códice 1054). Não é precisado o ano em que esteve em Ceuta com o seu pai. Esta obra de cariz genealógico composta por D. Luiz Lobo, conde de Sarzedas, D. António Noronha e D. António Caetano de Sousa, afigura-se de consulta essencial para o estudo da Casa de Vila Real.

recebeu de D. Manuel por ocasião do seu próximo casamento⁹⁰, e o assentamento de 160 mil reais de tença⁹¹. Na verdade, D. Pedro veio a consorciar-se com D. Beatriz de Lara⁹², uma das mais belas mulheres do seu tempo, segundo Góis, e por quem o príncipe herdeiro D. João nutriu uma paixão, não aprovada pelo pai. Além disso, D. Manuel ainda concebeu a hipótese de casar D. Beatriz com o infante D. Fernando. O enlace de D. Pedro deverá ter ocorrido em 1519⁹³. O de D. Nuno com D. Maria de Noronha, filha de D. Martinho de Castelo Branco, 1.º conde de Vila Nova de Portimão, e já então camareiro-mor do príncipe D. João, nesta fase já aprazado, só deverá ter-se concretizado cerca de 1528.

Estes dados aconselham a relativizar a imagem de mau relacionamento da Casa de Vila Real com D. Manuel, tanto mais que convirá não esquecer que D. Fernando de Meneses foi ainda nomeado, em 1519, para tratar da resposta a conceder ao duque de Sabóia por ocasião do seu casamento com a infanta D. Beatriz⁹⁴. Importa ainda não esquecer que D. Fernando de Meneses marcara presença quando *O Venturoso* se finou, tendo mesmo assinado, na qualidade de testemunha de confirmação, o testamento manuelino⁹⁵. Tal não implica, porém, que D. Fernando de Meneses não permanecesse insatisfeito com a situação da sua Casa e que não procurasse outras formas de alcançar mercês e honras para esta.

Cremos ser precisamente neste quadro que D. Afonso interveio. Sem qualquer referência à sua vida em crónicas, em cartas de D. Fernando ou de D. Pedro, é a chancelaria que nos fornece a primeira pista sobre como poderão ter sido passados os primeiros anos de D. Afonso. A 14 de Fevereiro de 1525, D. João III autorizava-o a comprar o cargo de aposentador-mor⁹⁶. A carta, para além de se dirigir a D. Afonso como “muito amado sobrinho”⁹⁷,

⁹⁰ Cf. ANTT, CC II-90-153, 30.VII.1520.

⁹¹ Cf. ANTT, CDM, liv. 36, fl. 86v., Évora, 23.VIII.1519.

⁹² D. Beatriz de Lara era a única filha que D. Joana de Noronha e o condestável D. Afonso haviam tido. A manutenção do casamento na Casa de Vila Real, a despeito das propostas acima referidas, elucida bem quer a política de casamento endogâmicos da alta nobreza portuguesa de então, como e acima de tudo, demonstra que apesar de tudo a Casa de Vila Real não estava assim tão mal vista junto do rei. Com o casamento as ligações da Casa à Casa Real foram reforçadas.

⁹³ Cf. *História Genealógica*, tomo II, p. 291; MENESES, D. Pedro, *op. cit.*, p. 35; Braamcamp Freire aponta o casamento para 18 de Setembro de 1520: *Brasões*, vol. III, p. 356.

⁹⁴ Cf. Góis, *op. cit.*, vol. IV, cap. LXX.

⁹⁵ Cf. POUSSÃO-SMITH, Selma, *op. cit.*, vol. I, p. 23.

⁹⁶ Comprado a Lourenço de Sousa. Cf. ANTT, CDJ, liv. 36, fl. 87, Évora, 14.II.1525.

⁹⁷ A expressão “muito amado sobrinho” deriva das formas de tratamentos instauradas no tempo de D. Manuel e que D. João III veio a aperfeiçoar. Por “sobrinho” deviam designar-se os parentes do rei não detentores de um título de nobreza, como era precisamente o caso de D. Afonso. Cf. BPE, cód. CIII/2-21, fls. 64-64v. para as formas de tratamento no tempo de D. Manuel. Para as formas de tratamento no tempo de D. João III, instauradas em 1522, veja-se BPE, cód. CIII/2-22, fl. 29. O assunto é ainda abordado por SOUSA nos *Anais*, liv I, cap. XIV. Constatou-se que D. João III, em 1522, escolheu permanecer com as formas do tempo de D. Manuel,

tal como sempre acontecerá com todas as missivas do rei, refere os muitos serviços prestados e os que o rei esperava ainda receber do fidalgo. Se esta expressão ao reflectir um mero pró-forma de chancelaria, será plausível pensar que D. Afonso faria parte da Casa do príncipe D. João. Apesar de não conhecermos o testamento do marquês D. Fernando, que poderia esclarecer esta e outras questões, será bem possível que tal tenha acontecido até porque D. Afonso escreveria à rainha D. Catarina, em 1552, que “desde que nacy não trabalhey em outra cousa senãao em o servir”⁹⁸, referindo-se a D. João III. Relembre-se que D. Fernando tinha por sogro um aposentador da Casa Real, João Freire de Andrade, sendo admissível que no contexto do endividamento da Casa, atrás mencionado, D. Fernando tenha vendido aquele cargo a outro fidalgo, tal como o seu filho D. Pedro faria mais tarde com alguns bens da Casa a fim de angariar fundos. Por outro lado, se atentarmos que as fontes retratam as grandes esperanças que D. Fernando depositava junto de D. João III relativas à promoção da sua Casa⁹⁹, parece adequado admitir que D. Afonso tenha sido colocado estrategicamente junto do príncipe herdeiro por forma a garantir um relacionamento privilegiado. Como vimos em relação ao casamento de D. Pedro e de D. Leonor, D. Fernando não deixou de interferir no assunto, sendo bem conhecido o papel desempenhado pelos titulares das Casas nos casamentos dos seus descendentes.

Todavia, nada do que foi equacionado implica que D. Afonso não tenha hipoteticamente beneficiado dos ensinamentos de Cataldo Sículo, acompanhado o seu pai ou irmãos quando estes estiveram em Ceuta ou ainda que acompanhasse o seu pai no seu retiro no Norte do país entre os anos de 1511 e 1517, mas tão só que não encontrámos qualquer registo sobre qualquer uma destas realidades. Na verdade, à data da morte de D. Fernando de Meneses em 1523¹⁰⁰, o herdeiro D. Pedro empenhou-se a fundo em procurar captar a graça régia do *Piedoso*.

A própria cerimónia de aclamação e levantamento de D. João III, em Dezembro de 1521, dá conta da presença em peso dos membros da Casa de Vila Real, se bem que os cronistas não estejam de acordo quanto ao lugar

algo que só sofreu alterações já no final do reinado, em 1557. Esta questão, a par das precedências, tinha grande significado para a nobreza da época que se manifestava sempre bastante ciosa das suas prerrogativas de antiguidade, como sempre sucedeu com a Casa de Vila Real.

⁹⁸ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – PUB. DPMAC, vol. III, doc. 20, p. 260.

⁹⁹ Vejam-se as considerações de AUBIN, Jean, *op. cit.*, p. 101, segundo o qual na cerimónia de entronização de D. João III, D. Fernando teria dito ao jovem monarca: “O neto de el-rei Fernando todo de sangue real pera bem vos seja o mando governai pelo antigo, que este pasto esta em prigo as ovelhas suspirando sem abrigo”.

¹⁰⁰ Sobre o ano da morte de D. Fernando consideramos ter ocorrido em 1523 e não 1524, pois assim o indicam a *História Genealógica*, tomo V, p. 119 e o *Título dos Noronhas*, fl. 65. Este último afirma mesmo que D. João III sempre fez muita estima a D. Fernando (cf. *op. cit.*, fl. 67v).

ocupado por D. Fernando e D. Pedro nas cerimónias¹⁰¹. A questão das precedências e formas de tratamento não era de somenos importância pois tratava-se, afinal, do reconhecimento formal do poder e influência de qualquer casa nobiliárquica¹⁰². E os Vila Real eram bastante ciosos da sua posição, como ficou patente, no reinado de D. João III, quando se defrontaram com a ascensão de novas linhagens ao topo da hierarquia nobiliárquica. A consulta das mercês outorgadas pelo monarca a D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, demonstra bem como estas se sucederam a um ritmo galopante durante a década de 1520 e como estas começaram a rarear na década de 1530.

Tudo aponta para que a década de 1520 tenha sido um período de grandes expectativas para a Casa de Vila Real. Não só D. Pedro de Meneses fazia parte do Conselho Real e era um dos fidalgos com quem o rei fazia o despacho no início do seu reinado¹⁰³, como o ano de 1525 parecia promissor. Dois acontecimentos pareceram augurar bons tempos para a Casa: D. Pedro foi incumbido de levar a infanta D. Isabel até Carlos V¹⁰⁴, e o seu tio, D. António de Noronha, recebeu do rei o título de 1.º conde de Linhares¹⁰⁵.

¹⁰¹ Gaspar Correia afirma que D. Fernando e D. Pedro se encontravam numa estribeira, enquanto na outra seguiam os duques de Bragança e Coimbra, D. Jaime e D. Jorge, respectivamente, e ainda o marquês de Torres Novas, herdeiro de D. Jorge (cf. CORREIA, Gaspar, *op. cit.*, p. 189). Frei Luís de Sousa anota que nas cerimónias e beija-mão foram sempre precedidos pelos duques de Bragança, Coimbra e ainda pelo marquês de Torres Novas (cf. SOUSA, Frei Luís de, *op. cit.*, vol. I, liv. I, cap. V). Francisco de Andrade afirma que os Vila Real beijaram indiferenciadamente o rei em conjunto com duques e condes, o que é difícil de crer. Segundo ele, D. Henrique e D. Diogo de Noronha, irmãos de D. Fernando também estariam presentes na cerimónia (cf. *Crónica*, Parte I, cap. VIII). Por fim, Pêro de Alcáçova Carneiro nos seus apontamentos, reforça Sousa ao afirmar que D. Pedro e D. Fernando só beijaram a mão do rei, depois do duque de Coimbra e do marquês de Torres Novas (cf. *Relações*, p. 211).

¹⁰² Sobre as linhas gerais da evolução da nobreza europeia, relações clientelares e ainda a evolução da titulação durante a dinastia de Avis, confira-se respectivamente: ASCH, Ronald G. e BIRKE, Adolf M., *Princes, Patronage and the Nobility: The Court at the Beginning of the Modern Age c. 1450-1650*, Oxford, Oxford University Press, 1991; CUNHA, Mafalda Soares da, "Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI" in *Penélope*, n.º 29, 2003, pp. 33-48; Oliveira, Luís Filipe e RODRIGUES, Miguel Jasmim, "Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na 2.ª dinastia" in *separata Revista de História Económica e Social*, n.º 22 (Janeiro-Abril), 1988.

¹⁰³ Cf. POUSÃO-SMITH, Selma, *op. cit.*, vol. I, p. 28.

¹⁰⁴ São várias as fontes narrativas que o referem bem como os avultados gastos do marquês. No entanto, neste particular remeteremos directamente para os documentos que se conservam sobre o tema: para os documentos da embaixada veja-se ANTT, CC I-32-9, I-32-22, I-33-89, I-34-58. Para as instruções confira-se *Relações*, pp. 240-251.

¹⁰⁵ Em 1525, no exacto ano em que D. Afonso comprava o cargo de aposentador-mor, foi nomeado procurador para o casamento de D. Isabel com Carlos V e recebia o título, imediatamente após o rei lhe ter concedido autorização para comprar o castelo daquela vila. Em conjunto com D. Pedro de Sousa, 1.º conde do Prado, estes foram os primeiros títulos concedidos por D. João III (cf. AUBIN, Jean, "La noblesse titrée sous D. João III: inflation ou fermeture?" in *Le Latin et L'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. I, Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1996, pp. 371-383;

Mas, a titulação de D. António não traduziu apenas uma compensação pelo seu afastamento do cargo de escrivão da puridade, então atribuído a D. Miguel da Silva, como poderá também ter resultado da capitalização pela Casa da morte de um seu membro ao serviço ao rei. Referimo-nos a D. João de Noronha, falecido em combate em 1524, sobre o qual muito pouco se sabe¹⁰⁶. Deve ser aqui lembrada a extensa carreira de D. António que correu também decisivamente para a sua titulação em 1525. No reinado de D. João II foi capitão de Ceuta entre 1487 e 1490 e chegou inclusivamente a estar cativo dos mouros¹⁰⁷. Escrivão da puridade de D. Manuel, o seu cargo veio a perder conteúdo em prol do cargo de secretário, criado em 1509 pelo monarca, e atribuído a António Carneiro. Quando em 1515, D. Manuel titulou D. Martinho de Castelo Branco, D. Fernando de Meneses pediu ao rei a titulação de D. António. Esta não lhe foi atribuída, embora D. António tenha sido incumbido, nesse ano, de comandar a expedição à Mamora. A expedição tinha por objectivo colocar sobre controlo português a faixa do litoral marroquino ainda não dominada pelos Portugueses. Com o fracasso da investida comandada por D. António, a sua posição junto do rei não deverá ter permanecido incólume e é possível que desde então D. António se tenha aproximado do príncipe herdeiro pois só reaparece na aclamação de D. João III, lendo as palavras que o infante D. Luís devia proferir naquela ocasião. Em 1522, ainda esteve em Ceuta pois prestou homenagem da capitania a D. Fernando de Meneses¹⁰⁸.

Foi também durante a década de 1520 que o percurso de D. Nuno Álvares se começou a traçar. Em 1529, consorciava-se com a referida D. Maria de Noronha¹⁰⁹. Por esta época D. Afonso deve também ter casado com D. Maria de Eça, a qual já estivera presente na recepção de D. Catarina, em 1525, embora uma vez mais não possamos ter certezas¹¹⁰. Os genealogistas

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, pp. 295-296). A carta original de titulação de 1525 encontra-se em BPE, cód. CIX/2-1, n.º 65.

¹⁰⁶ Apenas se conhece um trespasse de tença feito pelo seu pai D. Fernando a seu favor (ANTT, *CDM*, liv. 39, fl. 2, Évora, 7.IX.1521). As circunstâncias em que partiu para Ceuta são igualmente desconhecidas, mas parece ter governado a praça entre 1522 e 1524, embora algumas informações sejam contraditórias. Teria falecido em combate numa incursão que fez em terras de mouros. As fontes que se lhe referem são as seguintes: *Título dos Noronhas*, fl. 77 e 78v; *História Genealógica*, tomo V, p. 120-121; MASCARENHAS, D. Jerónimo, *op. cit.*, cap. 70; FRANCA, Alejandro Correa, *Historia de la muy noble y fidelíssima ciudad de Ceuta*, Ceuta, Consejería de Educación, s.d., liv. 2, cap. 16; Em todo o caso teve filhos naturais de mãe desconhecida dos quais adiante referiremos os percursos: D. Antão de Noronha, D. André de Noronha e Leonor Lemos de Mendonça.

¹⁰⁷ Cf. RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, s.l., INCM, 1991, cap. LXXV.

¹⁰⁸ Cf. BA, cód. 46-IX-13, fl. 5.

¹⁰⁹ Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 48, fl. 55v, Lisboa, 11.VIII.1529. Trata-se da carta de segurança de arras de D. Nuno Álvares.

¹¹⁰ Numa das suas cartas escrita da Índia à rainha D. Catarina, D. Afonso menciona o casamento concertado pelo rei com D. Maria de Eça, queixando-se que o dote do casamento havia sido o mais pequeno que alguma vez se vira na corte (Carta de D. Afonso de Noronha a

concordam que o seu pai era Fernão de Miranda, trinchante do duque D. Jorge, apesar da documentação referir que era filha de António de Miranda. Quanto à sua mãe, uns apontam para D. Catarina de Azevedo¹¹¹ e outros para D. Catarina de Eça¹¹². No entanto, é possível que a mãe fosse D. Filipa de Ataíde, a sogra a favor de quem D. Afonso renunciará, mais tarde, a aposentadoria-mor¹¹³.

Uma nova fase parece ter-se iniciado com a partida de D. Nuno Álvares para a capitania de Ceuta, em 1529, ficando D. Afonso na corte enquanto o relacionamento de D. Pedro com o rei começava a alterar-se. Apesar de ter sido padrinho da infanta D. Maria¹¹⁴ em 1527, no ano de 1531 já se encontrava afastado da corte¹¹⁵, quando a figura de D. António de Ataíde e o seu valimento começaram a emergir e o monarca se encontrava em vésperas de restringir o Conselho, do qual fazia parte D. Pedro. Enquanto cortesão, cremos que D. Afonso terá sido um observador atento dos conflitos que em seguida eclodiram. Ao conceder ao 1.º conde de Tentúgal, D. Rodrigo de Melo, o título de 1.º marquês de Ferreira, mediante a condição de este só o vir a usar em 1533¹¹⁶, esboçava-se um primeiro factor de descontentamento para D. Pedro. Em 1535, a titulação do 1.º marquês de Torres Novas, D. João de Lencastre, como 1.º duque de Aveiro, motivou os lamentos do marquês em diversas cartas a D. António de Ataíde nas quais se queixava do desfavor real¹¹⁷ de não ser feito duque como devia¹¹⁸ e de o rei não o ter em conta como merecia.

No entanto, segundo Selma Pousão-Smith, os problemas entre o marquês e o *Pieodoso* haviam-se iniciado quando D. Pedro tomou conhecimento de que o rei, na sequência de alguns pareceres favoráveis, teria diligenciado junto do Papa para abandonar Ceuta aos mouros. Por ter dado voto contrário na matéria e por a questão mexer com um dos privilégios simultaneamente mais importantes e simbólicos da Casa de Vila Real, a

D. Catarina, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 20, p. 260). Por existirem referências, na década de 1540, ao filho primogénito do casal, D. Fernando de Meneses, calculamos que o casamento deverá ter ocorrido por volta de 1527-29, em consonância com o de D. Nuno.

¹¹¹ Cf. *História Genealógica*, tomo X, p. 118.

¹¹² Cf. GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das famílias nobres de Portugal*, vol. VII, Braga, Edição Carvalho de Basto, 1992, p. 595.

¹¹³ D. Filipa de Ataíde era ainda tia por afinidade de D. Afonso visto ter casado em segundas núpcias com o seu tio D. Diogo de Noronha. Cf. Apêndice A – Genealogia dos Marqueses de Vila Real (Século XVI).

¹¹⁴ Cf. CORREIA, Gaspar, *op. cit.*, p. 237; BUESCU, Ana Isabel, *D. Catarina...*, p. 191.

¹¹⁵ Cf. *Correspondence d'un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530 – Lope Hurtado de Mendoza*, edição de Aude Viaud, Lisboa, FCG, 2001, doc. XCVI, p. 479.

¹¹⁶ Cf. ANTT, CC I-36-39.

¹¹⁷ Cf. Carta de D. Pedro de Meneses a D. António de Ataíde, Caminha, 11.VII.1533. Cf. *CSL*, vol. I, doc. 63, pp. 429-430.

¹¹⁸ Cf. Carta de D. Pedro de Meneses a D. António de Ataíde, Caminha, 25.IV.1535. Cf. *ibidem*, doc. 68, p. 438.

capitania de Ceuta, D. Pedro de Meneses solicitou uma audiência imediata ao monarca. D. João III terá recusado receber o marquês, temendo que o facto dele se considerar agravado de toda a situação fizesse comprometer seriamente qualquer tentativa de diálogo¹¹⁹. Na sequência disso, o rei mandou ainda avisar o marquês de que não estaria autorizado a comparecer nas cortes de Évora de 1535 nas quais se iria jurar o príncipe herdeiro D. Manuel, obrigando D. Pedro de Meneses a redigir uma procuração para ser representado por D. António de Ataíde¹²⁰. Só em 1536, D. Pedro de Meneses conseguiu visitar o rei por ocasião do falecimento do príncipe herdeiro, embora fosse já então mal visto na corte. Pousão-Smith considera ainda que por detrás do mau relacionamento entre o rei e o marquês estaria a influência de rainha D. Catarina junto do monarca. Tomando conhecimento da má imagem que D. Pedro de Meneses tinha do seu irmão e imperador Carlos V, a rainha sentira-se pessoalmente ofendida e teria aconselhado o monarca a não favorecer D. Pedro de Meneses¹²¹.

Apesar de se poder considerar a questão das precedências e da titulação dos “concorrentes” Aveiro e Ferreira como menor¹²², é impossível não deixar de notar que a reacção de D. Pedro nas cartas a D. António de Ataíde evidencia um claro paralelo com o que já se passara entre D. Fernando de Meneses e D. Manuel na sua demanda por um maior engrandecimento da Casa. Num outro plano, também será importante não esquecer que o reinado joanino foi marcado por diversos choques de interesses entre o rei e diversas casas, nos quais cabe destacar o conhecido caso do pretenso casamento de D. João de Lencastre, marquês de Torres Novas, com D. Guiomar Coutinho, herdeira de D. Francisco Coutinho, senhor da poderosa Casa de Marialva/Loulé¹²³, a que poderemos adicionar a não confirmação de títulos a algumas casas titulares¹²⁴. Em jogo estariam as ambivalências da política de mercês cortesãs e o relacionamento, nestes contextos, naturalmente instável, entre o rei e a nobreza.

De qualquer das formas, o conflito entre o marquês e o rei só parece ter amainado em 1537 quando foi visitado pelo infante D. Duarte na imediata

¹¹⁹ Cf. POUSÃO-SMITH, Selma, *op. cit.*, vol. I, p. 29.

¹²⁰ Cf. *ibidem*. D. António de Ataíde representou D. Pedro de Meneses na cerimónia de baptismo e ainda nas Cortes de Évora de 1535 (cf. *ibidem*, docs. 71 e 74, pp. 442 e 449-451). Uma relação clientelar foi estabelecida entre ambos como as cartas evidenciam.

¹²¹ Cf. POUSÃO-SMITH, Selma, *op. cit.*, vol. I, p. 29.

¹²² Cf. *ibidem*. Posição da autora que considera que a questão das precedências com aquelas Casas teria emergido na sequência da problemática de Ceuta e de D. Catarina.

¹²³ Em jogo esteve o facto de D. João pretender casar o infante D. Fernando, seu irmão, com D. Guiomar. Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, pp. 122-123.

¹²⁴ A mero título exemplificativo veja-se o caso da Casa de Penela cujo título condal não foi confirmado por D. João III à morte de D. João de Vasconcelos e Meneses, em 1529, ou do título condal da Casa de Sortelha cujo título não foi confirmado à morte de D. Luís da Silveira, em 1531. Cf. *Ibidem*.

sequência do seu casamento com D. Isabel¹²⁵. Mas, logo em 1539, D. Pedro, provavelmente já enfermo da prolongada doença que o afectou até 1543, abandonou de novo a corte no exacto momento em que D. Afonso era recém-chegado a Ceuta e D. Nuno Álvares preparava a sua aproximação à rainha D. Catarina, também ela em ascensão na viragem para a década de 1540.

Todos os factos narrados ajudam-nos a enquadrar a vida de D. Afonso, em especial o seu comportamento perante uma Casa nobiliárquica que viu o seu crescimento ser intencionalmente travado pela Coroa¹²⁶. Já se salientou a ambição de D. Pedro de Meneses ao título ducal, havendo que apontar a aspiração de D. Nuno ao título condal, já durante a década de 1540¹²⁷. É possível que por detrás desta ambição condal de D. Nuno estivesse uma política deliberada da Casa de Vila Real de criar casas paralelas e aparentadas, à semelhança do que sucedera com a Casa de Bragança¹²⁸. Neste particular, o empenho do 2.º marquês de Vila Real em titular D. António de Noronha como 1.º conde de Linhares, parece bastante sugestivo.

Assim, poderemos concluir que D. Afonso nascera numa Casa que almejava à competição directa com as Casas de Bragança e de Aveiro mas que, no fundo, não tinha condições para alimentar o desafio a que se propunha¹²⁹, acabando por pagar caro o preço de tal desafio¹³⁰. Este facto motivava a constante busca de novas mercês junto do rei, quer por D. Pedro, quer por D. Nuno. D. Afonso, enquanto cortesão, terá assistido a muitas das tensões por esse motivo geradas, vindo talvez a compreender que essa não seria, porventura, a melhor via para a sua família e ele próprio alcançarem benesses. Por esta razão terá optado por cultivar a imagem de um homem

¹²⁵ Segundo uma carta de D. Teodósio, 5.º duque de Bragança, D. Pedro não comparecera no casamento porque o rei não o autorizara a tal, o que causara alvoroço ao infante D. Duarte, seu amigo pessoal. Cf. Carta de D. Teodósio a D. Pedro de Meneses, Vila Viçosa, 10.V.1537 – BPE, códice CIII/2-20, fl. 134v.

¹²⁶ Cf. PEREIRA, João Cordeiro, “A Estrutura Social e o seu Devir” in *Nova História de Portugal: Do Renascimento à crise dinástica*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coordenação de João Alves Dias, volume V, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 321.

¹²⁷ Cf. ANTT, CM, Mç. 2, doc. 157, fls. 1-1v, Santarém, s.d.

¹²⁸ A criação das casas de Odemira/Faro, Tentúgal/Ferreira e Vimioso, por parte da Coroa, consubstanciara já este objectivo.

¹²⁹ Vejam-se os quadros das rendas das Casas de Quinhentos e seu crescimento, no qual se constata que a Casa de Vila Real foi das que menos viu crescer a sua renda. Cf. PEREIRA, João Cordeiro, *op. cit.*, pp. 319-320.

¹³⁰ Como realça Selma Pousão-Smith, à morte do 3.º marquês de Vila Real, a Casa de Vila Real além de se encontrar bastante endividada, tinha uma imagem desfavorecida a ponto de quase todo o marquesado de D. Miguel de Meneses (1543-1563) ter sido marcado por uma tónica de relativo distanciamento daquele titular em relação à vida do Reino, possivelmente relacionado com as posições políticas assumidas pelo 3.º marquês D. Pedro de Meneses, nomeadamente a oposição a D. Catarina, no âmbito do casamento da infanta D. Maria com o futuro Filipe II. Talvez por isso a autora retrate D. Miguel como o “marquês lavrador” e afirme ter sido conhecido como o mais pobre marquês de Vila Real. Cf. POUSÃO-SMITH, Selma, *op. cit.*, vol. I, pp. 32-35.

zeloso do serviço do rei e pouco reivindicativo no que às mercês dizia respeito, distanciando-se assim dos seus parentes. Esta constatação é importante para se entender o que motivou o rei a enviá-lo para Ceuta em 1538, pois conhece-se um testemunho de que D. João III não estaria propriamente agradado com a governança de D. Nuno¹³¹. O monarca preferia, assim, apostar no perfil de um homem que conhecia provavelmente desde muito novo e que lhe devia parecer bem mais contido do que os seus ambiciosos irmãos. Do ponto de vista de D. Afonso, é bem possível que a ida para Ceuta tenha sido uma forma de compensar a sua relativa pobreza, da qual ainda parecia padecer em 1543¹³².

I.2. Em terras do infiel: D. Afonso e a capitania de Ceuta (1538-1549)¹³³

I.2.1. *Indefinições ameaçadoras: Fez, Tetuão, Barba Roxa e o Xerife (1538-1546)*

Ao entrar em Ceuta no ano de 1538¹³⁴, D. Afonso iria consciente do desafio que tinha pela frente. A presença portuguesa no “Algarve d’além-mar” enfrentava então uma grave crise da qual a capitania do seu irmão fora já testemunho elucidativo¹³⁵. A ascensão dos Xerifes saáidas nas suas lutas

¹³¹ A capitania de D. Nuno Álvares de Noronha (1529-1538) parece ter sido marcada pela ameaça constante da armada turca de Khair-ed-Din, o *Barba Roxa* das fontes portuguesas, e pelos rumores constantes de cerco pelo sultão de Fez. Em 1532, num contexto que não conseguimos precisar, D. Nuno terá feito uma incursão a terras de mouros, que o rei não gostou, repreendendo-o por tal e ordenando-lhe que se concentrasse em manter segura a fortaleza. Cf. Carta de D. João III a D. Nuno Álvares, Setúbal, 11.VI.1532 – PUB. *Sources*, vol. II, doc. CXLII, pp. 581-582.

¹³² Cf. BA, cód. 50-V-32, fl. 449. Trata-se do traslado do testamento de D. Pedro de Meneses, feito em Santarém a 2 de Junho de 1543 por Frei Bernardino Carvoeiro, e no qual se afirma: “e Dom Afonso meu irmão por quanto se proue e tem pouqua Renda peço e mando A marquezia e ao conde que o leixem estar na Capitania de Ceuta”. A decisão do marquês de manter o irmão à frente da capitania de Ceuta podia também estar relacionada com a capitalização de serviços para a Casa pois à data D. Afonso já se evidenciara o suficiente em Ceuta para que o rei o considerasse uma melhor aposta que o irmão D. Nuno cujas funções de apoio à Casa na corte são evidentes durante toda a década de 1540.

¹³³ Estamos conscientes que não consultámos toda a documentação existente sobre a capitania de D. Afonso em Ceuta pois não consultámos nem o Arquivo de Simancas, nem o Arquivo de Ceuta que poderão conter mais documentação. Porém, fomos exaustivos na busca na ANTT e na BNP.

¹³⁴ É referido que a capitania de D. Afonso em Ceuta iniciou-se no ano de 1539 pelo facto de a primeira carta que dele se conhece datar de 27 de Maio de 1539 (Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 27.V.1539 – PUB. *Gavetas*, vol. VIII, doc. 4416), mas uma carta de Sebastião de Vargas a D. João III, escrita de Mequinés a 2 de Abril de 1539, informa-nos que o seu autor havia recebido as ordens do rei através de D. Afonso que estava em Ceuta desde 1538 – PUB. *Sources*, vol. III, doc. LVI, p.194.

¹³⁵ Um dos maiores problemas que D. Nuno enfrentara durante a sua capitania havia sido a ameaça constante das armadas turcas de Khair-ed-Din que contaram com o apoio declarado

contra a dinastia oatácida de Fez¹³⁶, com particular destaque para a sua vitória em 1537, tinha vindo complicar a situação político-militar dos Portugueses. Mas, em última instância, os primeiros sinais do recuo português podem ser detectados ainda no final do reinado manuelino, com as mortes de Nuno Fernandes de Ataíde¹³⁷, em 1516, e de Bentatufa¹³⁸, em 1519 e, por conseguinte, do fracasso do projecto português em Anafé¹³⁹.

Malgradadamente, a presença portuguesa em Marrocos não se ressentia somente das ameaças militares, sofrendo ainda de outro mal estar crónico que se agravaria no reinado joaniano: as crescentes dificuldades financeiras para manter um Império, que se estendia do litoral brasileiro ao Mar da China, agravadas pela “pesada herança” que D. João III recebeu de seu pai no tocante à política matrimonial e estabelecimento da Casa dos infantes seus irmãos¹⁴⁰, como ainda pelo crescente apetite francês por certas regiões ultramarinas¹⁴¹. As dificuldades financeiras foram particularmente sentidas no Reino durante a década de 1520, em especial com o elevadíssimo dote de casamento da infanta D. Isabel com Carlos V, e ainda na década de 1540 com o “polémico” consórcio e dote da infanta D. Maria com o então futuro Filipe II de Espanha¹⁴².

de Solimão, “O Magnífico”, após o seu estabelecimento durante a década de 1520 em Argel. Cf. BRAGA, Isabel e Paulo Drumond, *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*, Ceuta, Instituto de Estudos Ceutíes, 1998, p. 113. As cartas da capitania de D. Nuno não são tão abundantes como as de D. Afonso, mas para a década de 1530 é mais fácil apontar os anos em que Ceuta não sentiu a ameaça da armada turca do que aqueles em que a ameaça foi real. Para o estudo geral da crise da presença portuguesa em Marrocos, e em especial nas Praças do Norte, vejam-se além da obra referida: FONTOURA, Otilia Rodrigues, *Portugal em Marrocos na época de D. João III – Abandono ou Permanência?*, Funchal, Centro de Estudos do Atlântico de História do Atlântico, 1988; os estudos de CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África” in separata *Mare Liberum*, n.º 13-14, 1997 e Lourenço Pires de Távora e a política portuguesa no Norte de África no século de Quinhentos, 2 vols., dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FLUL, 1988.

¹³⁶ Sobre o tema veja-se: LUGAN, Bernard, *Histoire du Maroc*, Paris, Critérion, 1992, pp. 139-142.

¹³⁷ Nuno Fernandes de Ataíde foi o capitão de Safim que, entre 1510 e 1516, conseguiu consolidar a presença lusa no sul de Marrocos, criando uma vasta região em torno daquela fortaleza controlada pelos Portugueses através dos “mouros de pazes”. Para mais pormenores da sua acção veja-se: TEIXEIRA, André, “Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca está quedo, capitão de Safim” in *op. cit.*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, pp. 159-206.

¹³⁸ Bentatufa foi o grande aliado de Nuno Fernandes de Ataíde. Cf. *ibidem*.

¹³⁹ Cf. CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “As controvérsias...”, p. 10.

¹⁴⁰ Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, pp. 115-137.

¹⁴¹ Veja-se para o caso francês: FERREIRA, Ana Maria Pereira, *Problemas Marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Edições Patrimónia, 1995.

¹⁴² Entre a oposição ao casamento castelhano da infanta D. Maria, filha de D. João III e de D. Catarina, contaram-se o infante D. Luís e altas figuras da nobreza portuguesa, como o conde de Vimioso e o próprio D. Pedro de Meneses, que ainda na fase final da sua vida, voltou a opor-se a D. João III. Na ocasião, o infante D. Luís foi acusado pelo rei de procurar liderar uma revolta contra o irmão, que seria secundada na nobreza pelo próprio marquês de Vila Real. Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. Catarina...*, pp. 255-256.

Este quadro motivou que, durante as décadas de 1520 e 1530, várias praças africanas não fossem devidamente guarnecidas e que a oposição à anterior política expansionista dos Portugueses tivesse tempo para se tornar o *leit motiv* da acção congregadora que a dinastia saádida desenvolveu desde a sua fundação em 1511¹⁴³. Exemplos concretos do que acima se afirma foram os cercos de 1534 a Safim e de 1541 a Santa Cruz de Cabo Gué. A crescente pressão financeira levou a que Marrocos viesse a ser a zona do Império sacrificada em prol das restantes. É nesta conjuntura que se entende que, desde o início do seu reinado, o *Piedoso* tenha colocado a hipótese de abandono do Norte de África, a qual sempre foi adiando em função ora da oposição dos capitães norte-africanos, ora da própria nobreza e corte¹⁴⁴. As consultas de 1529, 1534 e 1541 constituem provas claras da resistência de amplos estratos da sociedade portuguesa a esse abandono. É pois com propriedade que comumente se apontam os abandonos de Safim e Azamor, em 1541-42, e de Arzila e Alcácer Ceguer, em 1549-1550, como a concretização da mais difícil decisão do reinado de D. João III. Enquanto cortesão, D. Afonso estaria consciente destes problemas, mas só a sua partida para Ceuta o faria viver os problemas que até então apenas ouvira de longe.

Logo no início de 1540, D. Francisco de Portugal, 1.º conde do Vimioso e vedor da Fazenda, em carta a D. João III, mostrava-se preocupado com o estado de Ceuta e alertava para a urgente necessidade de socorro¹⁴⁵. E, de facto, naquele ano os rumores da vinda da armada de Khair-ed-Din não cessariam até que, em Setembro, foi obtida confirmação de que a armada turca, que se julgava andar a pilhar a costa de Gibraltar, afinal havia retirado¹⁴⁶. D. Francisco não se enganou ao afirmar que Ceuta precisava de reparações urgentes, pois o Noronha queixou-se que não tinha artilharia nem munições e que “se achara com tam pouca gemte que numqa ousey de ha comtar nem fazer alardo pelos nam afracar”¹⁴⁷. Apesar disso, não deixava de reconhecer que a constante presença das armadas turcas era maior ameaça “que estar el rei de Fez aqui as portas”¹⁴⁸. Mas, por essa altura, os Turcos não eram o único motivo de preocupação: D. Afonso, já em 1539¹⁴⁹, se queixara

¹⁴³ Cf. LUGAN, Bernard, *op.cit.*, p. 139.

¹⁴⁴ A evolução da questão é tratada no supracitado artigo de Maria Leonor Garcia da Cruz e por Otilia Fontoura.

¹⁴⁵ Cf. ANTT, CC I-69-51, 2.I.1540. Conhecemos o título da carta mas não o seu conteúdo pois o documento referido não corresponde à carta do conde. A referência original deve estar pois trocada.

¹⁴⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta 13.IX.1541- PUB. *Sources*, vol. III, doc. LXXVII, p. 266.

¹⁴⁷ Cf. *ibidem*, p. 268.

¹⁴⁸ Cf. *ibidem*, p. 269.

¹⁴⁹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 27.V.1539 – PUB. *Gavetas*, vol. VIII, doc. 4416, p. 441. Na mesma carta D. Afonso apresentava os seus pêsames sobre a morte do príncipe D. Filipe, relatando ainda a guerra entre o rei de Fez e o rei de Velez.

ao monarca de que o sultão oatácida de Fez não cumpria as pazes assinadas por D. João Coutinho, em 1538, as quais deveriam durar 11 anos¹⁵⁰.

Na verdade, a morte do alcaide de Tetuão, em 1539, com quem os Portugueses mantinham uma guerra constante, e a sua sucessão por Sit al Hurra, que viria a casar-se com o sultão de Fez em 1541¹⁵¹, foi a grande fonte de preocupação para D. Afonso nos anos seguintes. A partir do porto de Tetuão, os corsários do sultão de Fez actuavam nas águas de Ceuta causando grandes dificuldades à navegação cristã e temia-se que, a qualquer momento, atacassem Ceuta, visto esta estar tão desprovida, a despeito de já a capitania de D. João de Noronha e D. Nuno Álvares ter sido marcada por algumas obras de fortificação¹⁵². Entretanto, Sebastião de Vargas, em negociações na corte de Fez, noticiava ao monarca que o motivo da indisposição dos muçulmanos seria um alegado ataque de D. Afonso a Tetuão, mas que este não tinha dirigido. O ataque havia sido concretizado por habitantes de Ceuta¹⁵³. O desejo de desforra islâmico manifestou-se logo no ano seguinte quando D. Afonso recebeu tantas notícias dos Turcos que não sabia em quais acreditar¹⁵⁴. A cidade, já sem mantimentos¹⁵⁵, foi atacada a 18 de Março de 1541. D. Afonso conseguiu defender a praça, e no ano em que se decidiu o abandono de Safim e de Azamor, o capitão de Ceuta apresentava ao rei aquela que ficou conhecida como “A Grande Vitória”¹⁵⁶. Foi provavelmente na sequência deste cerco que D. João III reuniu um conselho de homens experientes do Norte de África e enviou 300 homens para Ceuta¹⁵⁷ e outros

¹⁵⁰ Cf. CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “Controvérsias...”, p. 40. Nestas pazes D. Nuno terá dado o seu parecer pois estava com D. João Coutinho quando este as assinou (cf. FRANCA, Alejandro Correa, *op. cit.*, liv. II, cap. 17). O tratado pode ser consultado na BNP, cód. 1758, fls. 179-181.

¹⁵¹ Cf. BUSTO, Guillermo Gonzalbes, “El Padre Contreras en Ceuta (1539-1545)” in separata *Transfretana*, revista del Instituto de Estudios Ceutíes, n.º 5, 1993, p. 50.

¹⁵² Cf. Para pormenores veja-se CORREIA, Jorge, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008, pp. 115-116.

¹⁵³ Cf. Carta de Sebastião de Vargas a D. João III, Fez, 6/9.XII.1540 – PUB. *Sources*, vol. III, doc. LXXXII, p. 283.

¹⁵⁴ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta 13.III.1541 – PUB. *Sources*, vol. III, doc. LXXXIX, p. 319. Note-se que as informações falsas ou fugas eram muito comuns, sobretudo no contexto do Norte de África da década de 1540. Tal era convivência estabelecida com os muçulmanos.

¹⁵⁵ Cf. *ibidem*. Para um exemplo das dificuldades de abastecimento ao Norte de África na década de 1540 veja-se: SANTOS, António dos, “O Império do Pão: o Mediterrâneo, a diplomacia e o abastecimento cerealífero de Portugal e das praças marroquinas nos anos da crise 1545, 1546-1547” in *op. cit.*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, pp. 529-545.

¹⁵⁶ Cf. BUSTO, Guillermo Gonzalbes, *op. cit.*, p. 45.

¹⁵⁷ Este dado surge confirmado na Carta de D. João III a Francisco Botelho, s.l., VI.1541 – PUB. MOREIRA, Rafael, *A construção de Mazagaão. Cartas Inéditas 1541-1542*, Lisboa, Ministério da Cultura e Instituto Português do Património, 2001, doc. 3, p. 89. Francisco Botelho era o então feitor português na Andaluzia.

300 para Tânger, decidindo ainda que a cidade deveria ter sempre três ou quatro caravelas de guarda¹⁵⁸.

Contudo, o triunfo cristão teve um sabor algo amargo pois, dias antes do cerco, os Franciscanos fugiram da cidade após terem enviado missivas ao rei acusando D. Afonso de os manter presos¹⁵⁹. O zelo religioso de que o Noronha tantas provas daria acabaria entretanto esquecido¹⁶⁰, em prol de novas preocupações. Ao problema dos atrasos nos abastecimentos e consequente fome e seus efeitos era o que D. Afonso procurava constantemente acorrer. Com a chegada dos arquitectos Benedito de Ravena (1484-1556) e Miguel de Arruda (1490-1563), em Junho de 1541¹⁶¹, o capitão empenhou-se em controlar de perto as diversas obras e reparações que tornariam Ceuta numa cidade inexpugnável a partir da segunda metade do século XVI¹⁶². Fora no início de Maio de 1541 que o monarca decidira enviar aqueles arquitectos em inspecção a todas as praças marroquinas¹⁶³. A eles se ficou a dever o parecer, no que às Praças do Sul diz respeito, quanto à dificuldade militar de defesa de Safim e Azamor e a proposta de concentração de esforços na fortificação de Mazagão¹⁶⁴.

Em relação a Ceuta, o rei ordenara a Miguel de Arruda que tratasse da sua fortificação sempre em coordenação com D. Afonso, com o qual devia decidir tudo¹⁶⁵. Em carta ao capitão de Ceuta, D. João III recomendava o bom tratamento dos arquitectos e pedia para ser informado de todas as necessidades da obra¹⁶⁶. Por fim, em Junho, os primeiros planos de fortifi-

¹⁵⁸ Cf. Carta de D. João III ao cardeal D. Henrique, s.l., s.d. – BNP, Mss. 207, n.º 12. O facto que nos leva a crer que o documento se trata de 1541 é a referência ao conselho do conde do Vimioso. Entre os homens ouvidos contavam-se Miguel de Arruda e Jorge Vieira, futuro capitão de Ceuta. Todos aconselharam o rei que para manter Ceuta eram necessários 1500 homens de armas e 2000 no caso de Tânger.

¹⁵⁹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 13.III.1541 – PUB. *Sources*, vol. III, doc. LXXXIX, p. 320.

¹⁶⁰ Adiante serão fornecidos diversos dados sobre o zelo religioso de D. Afonso. Por agora, referimos uma nota colocada posteriormente a uma das suas cartas: “Todas as vezes que este vyso-rey deyxava de ouvir missa por sua culpa na India, não jentava em penitencia, e ho mesmo fez sempre em Portugal” (cf. Carta de D. Afonso de Noronha a Simão Rodrigues, Cochim, 5.I.1551 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 37, p. 138).

¹⁶¹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 7.VI.1541 – PUB. *Sources*, vol. III, doc. CXVIII, p. 434. Sobre estes arquitectos e outros que trabalharam em Ceuta veja-se: MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Notas sobre alguns engenheiros nas praças de África*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922.

¹⁶² Sobre as fases técnicas de evolução das obras, as quais decorreram entre 1541 e 1549, tendo em vista a actualização das defesas na frente ocidental da fortaleza, veja-se: CORREIA, Jorge, *op. cit.*, pp. 118-129.

¹⁶³ Cf. MOREIRA, Rafael, *op. cit.*, p. 41.

¹⁶⁴ Cf. *Ibidem*, p. 43.

¹⁶⁵ Cf. Carta de D. João III a Miguel de Arruda, Lisboa, 7.V.1541 (?) – PUB. MOREIRA, Rafael, *op. cit.*, doc. 12, pp. 102-103.

¹⁶⁶ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, Lisboa, 7.V.1541 (?) – PUB. MOREIRA, Rafael, *op. cit.*, doc. 14, p. 105.

cação da cidade mereciam já a aprovação régia¹⁶⁷. A vinda daqueles prestigiados arquitectos significava que os insistentes pedidos de auxílio militar à metrópole eram atendidos¹⁶⁸, sendo bem possível que, por trás, tenha estado a intercessão do irmão D. Nuno junto do soberano. Este facto não surpreenderia dado o processo de ascensão do irmão de D. Afonso¹⁶⁹ que então se encontrava em curso e ainda pelo facto de em 1544 ser bem conhecido o papel que D. Nuno teve junto do rei na captação de socorros a Ceuta.

Sem prejuízo de uma possível intervenção de D. Nuno, parece, contudo, certo que, no ano em que o *Piedoso* decidiu abandonar Safim e Azamor, já tinha decidido manter Ceuta pois, apesar de bem ciente das despesas necessárias para a transformar numa fortaleza moderna, enviara materiais, arquitectos e homens. Preocupado também com a saúde dos soldados e das pessoas que se encontravam nas reparações, D. Afonso sugeriu ao rei que pagasse os soldos em trigo em vez de dinheiro¹⁷⁰, mas a proposta não teve tempo de amadurecer pois novos incidentes com os mouros levaram Sebastião de Vargas a escrever ao capitão, pedindo-lhe que encerrasse o porto de Ceuta ao comércio com os muçulmanos¹⁷¹, o que veio a suceder.

Após o sobressalto dos dois primeiros anos, parece ter-se registado uma acalmia. D. João III mandara aumentar de novo a guarnição de Ceuta em 300 homens por ocasião de mais uma ameaça da armada turca¹⁷² e, apesar de D. Afonso ainda se queixar ao monarca dos desrespeitos do sultão de Fez às pazes¹⁷³, pouco depois Sebastião de Vargas dava o problema por sanado¹⁷⁴. Mas em 1543, a situação voltava a complicar-se: num ambiente difícil de pre-

¹⁶⁷ Cf. Carta de D. João III a Benedito de Ravena, s.l., VI.1541 (?) – PUB. MOREIRA, Rafael, *op. cit.*, doc. 16, p. 109.

¹⁶⁸ Cf. FONTOURA, Otilia Rodrigues, *op. cit.*, p. 106.

¹⁶⁹ A partir de 1536 e até 1545, D. Nuno surge nos livros de moradias da Casa do Infante D. Luís como “Cavaleiro do Conselho” e são conhecidas cartas suas da década de 1540 que demonstram algum valimento junto do rei e que lhe dariam margem para sonhar com o título condal. Por exemplo, sabemos que D. Nuno tratou de todos os assuntos da Casa de Vila Real junto do rei após a morte de D. Pedro de Meneses, em 1543, até porque havia sido nomeado testamenteiro do irmão (cf. *CM*, mç. 2, doc. 157, fl.1) e que, ainda nesse ano, foi receber o embaixador castelhano Luís Sarmiento (cf. *Relações*, p. 266), trazendo-o ao Paço por ordem régia, e ainda que esteve presente nas Cortes de Almeirim de Maio em 1544 (BPE, cód. CIII/2-22, fl. 76).

¹⁷⁰ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 12.VIII.1541 – PUB. *Sources*, vol. III, doc. CXXIX, p. 500.

¹⁷¹ Cf. Carta de Sebastião de Vargas a D. Afonso de Noronha, s.l., 30.VIII.1541 – PUB. *Sources*, vol. III, doc. CXXXII, p. 509.

¹⁷² Cf. FRANCA, Alejandro Correa, *op. cit.*, liv. II, cap. 18.

¹⁷³ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 18.VIII.1542 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. XXIX, p. 84. Uma vez mais é possível que as queixas de D. Afonso se devessem à incapacidade que o sultão de Fez já então demonstrava de controlar os seus senhores, especialmente nos anos de 1542-43. Cf. CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “Controvérsias...”, p. 43.

¹⁷⁴ Cf. Carta de Sebastião de Vargas a D. João III, Ceuta, 8.IX.1542 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. XXX, p. 92.

cisar, D. João III foi aconselhado a socorrer todas as praças do Norte¹⁷⁵, e em específico a de Ceuta¹⁷⁶, desta vez ameaçada pelo soberano oatácida de Fez. A ameaça parece não ter sido concretizada, mas o almocádem de Ceuta, Rui Ledo, foi morto “à traição”, enquanto o alcaide de Tetuão havia pilhado Gibraltar. Em carta ao rei¹⁷⁷, o capitão de Ceuta manifestou a sua intenção, de quebrar de imediato as pazes mas, uma vez mais, a ameaça turca pairava e não havia “cousa com que nos mais possamos defender que com as mãos”¹⁷⁸. Porém, além da possibilidade de cerco a Alcácer Ceguer, o principal problema para D. Afonso continuava a ser a fome: “porque mujto mor perigo he o da fome em que estamos do que poder ser o da armada do turco”¹⁷⁹.

Na ocasião, também D. Nuno escreveu a D. João III, apelando ao socorro de Ceuta¹⁸⁰. De facto, o perigo era naquele ano bem real¹⁸¹, pois o próprio rei veio apressadamente de Almeirim, em Agosto de 1543, para Lisboa, onde se encontrara com o seu filho natural D. Duarte, a fim de prover Ceuta¹⁸². O soberano, preocupado com a situação, enviou D. João de Castro, então nomeado capitão-mor da armada de guarda-costa do Algarve o qual, em conjunto com a armada castelhana de D. Álvaro de Bazán, deveria enfrentar os Turcos. Khair-ed-Din escapou à batalha e Castro acabou por permanecer em Ceuta durante alguns meses¹⁸³, onde foi bem recebido por D. Afonso, acabando ambos os fidalgos por estabelecer uma amizade. Será de registar este momento dado que o relacionamento pessoal entre o Noronha e Castro

¹⁷⁵ Cf. Carta anónima recomendando o provimento de Tânger, Ceuta, Arzila e Alcácer Ceguer, s.l., 8.II.1543 – ANTT, CC I-73-52.

¹⁷⁶ Cf. Carta do conde do Vimioso, D. Francisco de Portugal, recomendado o socorro de Ceuta – ANTT, CC I-69-67.

¹⁷⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 15.VI.1543 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. XL.

¹⁷⁸ Cf. *ibidem*, p. 131.

¹⁷⁹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 25. VIII. 1543 – ANTT, CC I-74-7, fl. 1.

¹⁸⁰ Cf. Carta de D. Nuno Álvares a D. João III, Santarém, 26.VII.1543 – ANTT, CC I-73-128. Na carta, D. Nuno dizia escrever em nome do marquês que morrera exactamente em Julho de 1543, oferecendo-se para socorrer a cidade. Como vimos, D. Pedro deixara ordem aos seus testamenteiros (D. Nuno Álvares e D. Beatriz de Lara, marquesa de Vila Real) para que mantivessem D. Afonso na capitania de Ceuta pela sua pobreza. Do irmão defunto, D. Afonso receberia ainda 1000 cruzados como todos os seus irmãos (BA, cód. 50-V-32, fl. 447v.)

¹⁸¹ O Padre Lucas Caro afirma que as ordens partiram directamente de Solimão, “O Magnífico” que procurava então aproveitar-se das divisões no seio da Cristandade para assim vingar as perdas de Tunes e Goleta às mãos de Carlos V. Cf. CARO, P. Lucas, *Historia de Ceuta*, edição de José Luís Gómez Barceló, Ceuta, Ilustre Ayuntamiento de Ceuta, 1989, cap. IV, p. 80.

¹⁸² Cf. *Crónica*, Parte III, cap. LXXXV.

¹⁸³ Os biógrafos de D. João de Castro discordam quanto às datas da sua estadia em Ceuta. Elaine Sanceau defende que Castro esteve em Ceuta apenas entre Setembro e Novembro (cf. SANCEAU, Elaine, *op.cit.*, p. 297), enquanto Aquarone defende que teria ficado em Ceuta entre Setembro e finais de Dezembro de 1543 ou Janeiro de 1544 (cf. AQUARONE, J. B., *op.cit.*, vol. I, p. 300). Apesar disso, ambos reconhecem que terá ajudado nas obras da fortificação de Ceuta e ficado amigo de D. Afonso.

e a carreira posterior deste podem bem ter influenciado algumas atitudes afonsinas durante o seu governo da Índia. No ano seguinte, sem dúvida um dos melhores documentados da capitania de D. Afonso, a par com o de 1549, D. Nuno Álvares foi a Ceuta com reforços e participou com o irmão nas obras das fortificação¹⁸⁴, imediatamente após D. Afonso ter pedido socorro para o convento dominicano¹⁸⁵ e de se confirmar, uma vez mais, que Khair-ed-Din não iria atacar Ceuta como previsto, pois retirara para Istambul¹⁸⁶.

Apesar das notícias apontarem inequivocamente para a retirada do capitão turco, o monarca não se quis fiar e enviou pessoalmente D. Nuno Álvares a Ceuta com 91 homens. D. Afonso manifestava a sua satisfação com a chegada do irmão a 15 de Junho escrevendo que “com sua estada aquy estarei muy certo e seguro da cousa do mundo que eu mais desejo e sempre peço a noso senhor que me emsyne que he comtentar V. A. e açertar nas cousas de seu seruiço”¹⁸⁷. Entretanto, o capitão de Ceuta enviara D. Fernando de Meneses a Gibraltar, tendo este encontrando no caminho o capitão da armada do Estreito de Carlos V, D. Bernaldino de Mendonza, o qual se deslocou à cidade e deu o seu parecer escrito sobre as obras de fortificação que decorriam na praça. Não só mais reforços haviam chegado a Ceuta como o rei enviara carne a mais que se iria estragar em breve caso nada fosse feito. Uma tal situação só fora possível graças à intercessão de D. Afonso de Portugal, vedor da fazenda, a quem D. Afonso muito agradecia. Com propriedade salientava o capitão em missiva ao rei que “eu certifico a V. A. que numca cuydey que nesta cidade podese caber tamta gemte e tamto mantimento quanto nela estaa”¹⁸⁸. Segundo os cálculos do rei estariam cerca de 4000 homens em Ceuta, um número que o Noronha não considerava exagerado e dizia ser suficiente para defender a cidade de todo o mundo¹⁸⁹.

Noutra carta a D. João III, Noronha noticiava a chegada de Miguel de Arruda no dia 9 de Junho e algumas discordâncias que com ele sentira face às ordens régias relativas ao processo de fortificação da cidade. Preocupado

¹⁸⁴ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 24.VI.1544 - BNP, cód. 1758, fls. 522-524. É possível que a vinda do irmão D. Nuno esteja relacionada com uma ordem dada por D. João III nesse ano para que todos os cavaleiros mais velhos acorressem à cidade (cf. *Título dos Noronhas*, fl. 85v). A lista dos fidalgos que nesse ano foram a Ceuta é igualmente conhecida (cf. BNP, cód. 1658, fls. 491-496v). Em Agosto de 1543, D. Afonso havia iniciado novas obras, sem a preensão dos arquitectos referidos, após reunião com os moradores da praça, da qual resultou a eleição de 5 coadjutores das obras (FRANCA, Alejandro Correa, *op. cit.*, liv. II, cap. 18).

¹⁸⁵ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 28.IV.1544 - ANTT, CC I-74-92.

¹⁸⁶ Cf. Cartas de D. João III a Manuel Teles, Diogo Pereira e Luís Álvares, s.l., 12.VI.1544 - ANTT, CC I-76-6-8.

¹⁸⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 24.VI.1544 - BNP, cód. 1758, fl. 522. Estas palavras comprovam, em nosso entender, o valimento de D. Nuno junto do rei durante a década de 1540.

¹⁸⁸ Cf. *ibidem*, fl. 523.

¹⁸⁹ Cf. *ibidem*, fl. 524.

com um lanço da fortaleza que a tornava indefesa, D. Afonso não deixava de manifestar a sua comoção com a rapidez a que as obras avançavam: “tamta preça e com tamta vomtade que muytas vezes me faz vyr as lagrymas aos olhos de prazer”¹⁹⁰. Apesar disso, o capitão não hesitou em criticar o rei por ter ordenado a vários fidalgos estantes na praça que fossem para Alcácer Ceguer¹⁹¹, no contexto da confirmação da retirada de Khair-ed-Din, sem disso o informar, mostrando ainda o seu desagrado pelo facto do monarca lhe pedir que despedisse alguns soldados de ordenança¹⁹². Provavelmente só após esta carta, o rei escreveu formalmente a D. Afonso, pedindo-lhe que fizesse embarcar para o Reino os soldados que enviara nesse ano à cidade, ordenando apenas a permanência dos trabalhadores e congratulando-se ainda com a confirmação definitiva da retirada de Khair-ed-Din para Istambul¹⁹³.

Porém, apesar das novas relativas aos Turcos serem animadoras para os Portugueses, logo em Julho uma nova questão veio preencher a agenda política do capitão. A passagem de uma poderosa armada francesa pelo Estreito de Gibraltar não agradava a D. Afonso que tencionava não aceitar a sua entrada na baía de Ceuta uma vez que haveria de ter “tamta vigia e ordem [na] cydade como se fosse turquos”¹⁹⁴. Apesar disso e de as obras avançarem a um ritmo lento devido à falta de trabalhadores, o capitão congratulava-se com os sucessos do hospital da cidade e ainda escrevia ao monarca: “Porque sey que V.A. auera prazer disto lhe faco saber que esta [a] cydade tam pacyfica que nam haa omem que leue espada nem somente ha bryguas de palauras e todos são tão amigos e conformes que he pera dar muytas graças a noso senhor”¹⁹⁵.

Em Agosto, o excesso de mantimentos que haviam sido enviados à cidade em Junho, ainda não se dissipara e o perigo de doenças devido ao apodrecimento dos mesmos figurava entre as preocupações do capitão. Preocupado ainda com o troço da fortaleza em que considerava que a cidade estava indefesa, D. Afonso contraíra um empréstimo para pagar aos trabalhadores visto que o rei não lhe enviara mais dinheiro e estes tinham recusado continuar a trabalhar sem serem pagos¹⁹⁶. Por outro lado, começava já a ter dificuldades em controlar a fidalguia ansiosa por combater com armadas turcas¹⁹⁷. A preocupação afonsina justifica-se plenamente se for tido em

¹⁹⁰ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 25.VI.1544 – BNP, cód. 1758, fl. 519.

¹⁹¹ Cf. *Ibidem*, fl. 520.

¹⁹² Cf. *Ibidem*, fl. 519v.

¹⁹³ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, s.l., inícios VII.1544 (?) – BNP, cód. 1758, fls. 477-479.

¹⁹⁴ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III – BNP, cód., 1758, fl. 515v.

¹⁹⁵ Cf. *ibidem*, fl. 516.

¹⁹⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 2.VIII.1544 – BNP, cód. 1658, fl. 530v.

¹⁹⁷ Cf. *ibidem*, fl. 531.

conta que por aquela altura deveriam estar 2164 homens na cidade, segundos os cálculos do rei, entre gente da cidade, trabalhadores, comendadores e fidalgos¹⁹⁸. Por esta razão, em Agosto e Setembro, o monarca endereçava ordens a D. Afonso para enviar alguma desta gente para Mazagão, Tânger e Alcácer Ceguer¹⁹⁹. De qualquer das formas, a preocupação régia em manter Ceuta com tão elevado número de efectivos militares, durante boa parte do ano de 1544, demonstra não apenas a importância da cidade naquela conjuntura política, como contribui para compreender a real importância e influência de D. Afonso na corte lusa quando comparada com a de outros capitães norte-africanos de então. Na verdade, quantos capitães poderiam escrever nesse ano que tinham as suas fortalezas bem defendidas, bem providas e sem ameaças nas vésperas da unificação política marroquina? Como se verá adiante, o inequívoco destaque de D. Afonso de Noronha no Norte de África será também uma conclusão para o ano de 1549.

Os anos de 1545 e 1546, se bem que ainda marcados pela indefinição do cenário político marroquino, apesar de uma crescente afirmação do poder dos Saáidas, consubstanciaram-se numa fase positiva para D. Afonso na capitania de Ceuta, marcada pela expedição de Tetuão, em 1545, e pela maior preocupação com a assistência religiosa aos habitantes de Ceuta. Esta circunstância motivou o Noronha a escrever ao monarca, por diversas vezes, sobre assuntos religiosos, demonstrando que afinal também partilhava com D. João III uma das grandes preocupações do final do seu reinado: a vontade de evangelização e o crescente patrocínio da Companhia de Jesus²⁰⁰, da qual o capitão não teria dúvidas em considerar-se como parte integrante, como adiante explicitaremos.

Em Outubro de 1545²⁰¹, aproveitando a derrota do sultão de Fez face às forças dos Sáadidas, D. Afonso decidiu unir esforços com o então capitão de Alcácer Ceguer, Álvaro de Carvalho, com quem se encontrou a 23 de Setembro. Entre os membros da comitiva encontrava-se o seu filho primogénito, D. Fernando de Meneses, e familiares do capitão de Alcácer. Depois de assaltarem os arredores da cidade e roubarem várias cabeças de gado, na

¹⁹⁸ Cf. Instrução de D. João III a Miguel de Arruda, Évora, 19.VIII.1544 – PUB. MOREIRA, Rafael, *op. cit.*, doc. 65, pp. 157-159.

¹⁹⁹ Cf. *ibidem* e Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, Évora, 11.IX.1544 – PUB. MOREIRA, Rafael, *op. cit.*, pp. 159-160.

²⁰⁰ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, “O Império Português em meados do século XVI” in *Anais de História de Além-Mar. Homenagem a Luís Filipe Thomaz*, vol. III, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 112-113.

²⁰¹ Neste ponto seguimos totalmente a carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 7. X. 1545 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. L, embora também Francisco de Andrade faça a descrição destes acontecimentos (*Crónica*, Parte IV, cap. CI), colocando-os a meio do vice-reinado de D. Afonso de Noronha, o que nos parece bastante sugestivo da simpatia que o cronista pareceu nutrir por D. Afonso. Já o *Título dos Noronhas*, fls. 86v-87 afirma “esta entrada que D. Afonso fez [foi] hua das gramdes que se fizeram em África naquele tempo entam naquelas partes a majs memorada”.

ausência do alcaide, “pareço tempo de se poder fazer ho que eu avia muito tempo que ouvira a meu pai e ao Marquez, meu irmão, e a D. Nuno Alvarez que V.A. e assi El Rey seu pai (que santa glora aja) desejaua de mandar fazer, que era queimar os navios do rio, e pera isso mandara el Rei vosso pai ajuntar os capitães todos sem se poder fazer”²⁰². Após destruírem alguns navios ali estantes, Noronha e Carvalho incendiaram a cidade, enfrentando uma batalha na qual “se mataram tantos Mouros que nam ousou nomear o numero d’elles”²⁰³, acrescentando que “crea V.A. que pelejavam os Mouros como mui valentes homens”²⁰⁴.

O sucesso militar de D. Afonso não terá de certo passado despercebido ao rei, sendo provável que na sequência da estrondosa vitória do Noronha tenha passado a ser apelidado de “Almandarim”, nome quinhentista do alcaide de Tetuão que fora derrotado pelos Portugueses²⁰⁵. O capitão de Ceuta em breve complementou os agrados ao monarca, demonstrando a sua preocupação e acção com a situação dos cativos²⁰⁶ e com as condições que os religiosos, dispostos a ajudar aqueles, tinham de enfrentar²⁰⁷. Porém, é possível que a ausência de resposta do rei a muitos destes pedidos, conjugada com o encerramento do convento dominicano de Ceuta²⁰⁸, e a admiração que entretanto D. Afonso desenvolvera pela acção do castelhano padre Contreras²⁰⁹, tenham contriibuído decisivamente para que este se decidisse a viajar até ao Reino a fim de solicitar o envio dos primeiros Jesuítas para África.

²⁰² Cf. *ibidem*, p. 173.

²⁰³ Cf. *ibidem*, p. 176.

²⁰⁴ Cf. *ibidem*.

²⁰⁵ Esta alcunha não figura em nenhuma crónica ou documentação da época, mas surge no códice genealógico de Andrade Leitão para identificar D. Afonso enquanto filho de D. Fernando de Meneses. Cf. BA, cód. 49-XII-39, fl. 57.

²⁰⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 20.VII.1546. Cf. ANTT, CC I-78-40, na qual solicita dinheiro para o resgate de António Pinto e que foi antecidida por outras do mesmo género em anos anteriores.

²⁰⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 4.V.1546 na qual pede ao rei que interceda pelos religiosos de Ceuta – ANTT, CC I, 78-5; Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 12.VI.1546 – ANTT, CC I, 78-40 em que pede ao monarca que providencie condições e auxílio para o padre António Gomes poder prosseguir as suas acções pias.

²⁰⁸ Cf. BRAGA, Isabel e Paulo Drumond, *op.cit.*, p. 151.

²⁰⁹ A descrição do relacionamento que D. Afonso estabeleceu com o padre Contreras e a forma como sempre o tratou é narrada pelo biógrafo seiscentista de Contreras, o padre Gabriel de Aranda (cf. ARANDA, P. Gabriel de, *Compendio de la Vida, i mas singulares virtudes del gran siervo de dios, i exemplar sacerdote el V. P. Fernando de Contreras, capellan...*, Sevilha, Thomas Lopez de Haro, 1689, caps. XII e XV) e no já mencionado artigo de Guillermo Gonzalbes Busto em que o autor retrata os passos da vida daquele padre sempre em interrelação com D. Afonso. Segundo este autor, é a D. Afonso que se deve o conhecimento do retrato de Contreras e é bem possível que a ausência deste de Ceuta desde 1545 tivesse também motivado D. Afonso na sua deslocação ao Reino em 1547-48.

I.2.2. O “Zelosissimo” del Rey²¹⁰: da viagem ao Reino (1547-1548) ao abortado projecto do Seinal (1549)

Em 1547, ano em que eram retomadas as hostilidades entre o sultão de Fez e o Xerife, caminhando-se definitivamente para uma clarificação do cenário político marroquino, cujo ponto de chegada foi a tomada de Fez em Janeiro de 1549 pelos Saádidas, as preocupações que D. Afonso expressou nas suas cartas foram muito claras. Havia que evitar a todo o custo a derrota do sultão de Fez e o capitão contava, para tal, com um mercador estante nos domínios do soberano oatácida a fim de o informar *in loco* da evolução dos acontecimentos²¹¹.

Em Julho, assinalando as pazes entre Fez e o soberano saádida, Jerónimo Díez alertava para o estado decadente do reino de Fez e como o sultão saádida se fortificava em Mekinés, que havia acabado de conquistar²¹², ficando Ceuta em perigo²¹³. Efectivamente, o estado do reino de Fez era de tal modo motivo de preocupação que, em Outubro, D. Afonso informou o irmão D. Nuno que o Xerife já havia entrado em Fez, queixando-se da incúria do rei perante os seus pedidos de auxílio²¹⁴. Foi neste pano de fundo que emergiu uma das causas que D. Afonso defendeu acerrimamente junto do monarca até 1549: a aliança com o rei de Velez²¹⁵. Sempre vigilante e bem informado, o capitão de Ceuta enviou pouco depois ao soberano novas da guerra entre Fez e os Saádidas, recomendando o favorecimento do rei de Velez e lamentando não ter o ensejo de aproveitar plenamente o bom clima, que então se advinhava, para entrar na guerra, dadas as crónicas dificul-

²¹⁰ Expressão original do cronista Francisco de Andrade. Cf. *Crónica*, Parte III, cap. XXXIX, p. 990.

²¹¹ Esse informador a quem D. Afonso recorreu foi o castelhano Jerónimo Díez Sanchez, que escreveu algumas cartas a D. Afonso e a D. Maria de Eça, consubstanciando verdadeiros relatórios.

²¹² Cf. Carta de Jerónimo Díez Sanchez a D. Afonso de Noronha, Tetuão/Alcácer-Quibir, 25-26.VII.1547 – PUB. *Sources*, vol. IV, docs. LXIV e XV.

²¹³ Cf. BRAGA, Isabel e Paulo Drumond, *op. cit.*, p. 114.

²¹⁴ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Nuno Álvares, Ceuta, 13.X.1547 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. LXXII. Infelizmente não conhecemos a maioria das cartas que D. Afonso terá escrito ao irmão e que não só contribuem como esta para demonstrar o valimento que D. Nuno teria junto do rei, como demonstram que D. Afonso, apesar do discurso oficial das suas cartas ao rei, nem sempre com ele concordava.

²¹⁵ Nas fontes portuguesas surge apenas como rei de Velez. O seu nome era Bou Hassoun e era irmão do sultão reinante de Fez. Havia sido ele quem, em 1545, havia reposto o seu irmão no trono após a sua deposição pelo xerife saádida (cf. LUGAN, Bernard, *op. cit.*, p. 142). Por esta razão, era encarado por alguns sectores da nobreza de Fez como o candidato certo a liderar a oposição aos Saádidas, e visto pelos Portugueses como o aliado ideal para fazer frente ao Xerife. Designado rei de Velez pelo seu refúgio naquela cidade, Bou Hassoun não só procurou a aliança com os Portugueses e com Carlos V, como adiante diremos, como viria a ser restaurado pelos Turcos no sultanato de Fez, em 1553, acabando por falecer em batalha, em 1554 (cf. LUGAN, Bernard, *op. cit.*, p. 142).

dades financeiras²¹⁶. Por seu lado, o rei de Velez procurava agradar aos Portugueses, acenando com o auxílio no resgate aos cativos cristãos, como vimos, algo caro ao Noronha²¹⁷. Aproveitando uma derrota episódica do saádida, D. Afonso enviou a última carta conhecida antes de vir ao Reino, pugnando novamente pela necessidade da aliança com o rei de Velez, após ter dado ordens a D. Antão de Noronha, seu sobrinho, para ir com alguns navios assaltar Tetuão²¹⁸.

Chamado ao Reino por D. João III, em Dezembro de 1547, D. Afonso aí permaneceu até Julho de 1548²¹⁹. Por ordem régia, a capitania de Ceuta foi entregue à sua esposa D. Maria de Eça, que foi coadjuvada por D. Antão. A circunstância de D. Maria ser a primeira mulher a assumir uma capitania norte-africana, para mais no contexto norte-africano da década de 1540, demonstrava não só o seu valor guerreiro, provado nas batalhas ao lado do marido, como um padrão de excepcionalidade que apenas a confiança do soberano em D. Afonso pode explicar²²⁰. Por outro lado, o facto do capitão de Ceuta já nesta fase delegar funções de responsabilidade no seu sobrinho parece demonstrar como preferia investir mais neste do que no seu filho primogénito, D. Fernando de Meneses, uma constante que também notaremos no governo da Índia. Na realidade, importará ter presente que a longa carreira de D. Antão iniciou-se em Ceuta, ao lado dos tios D. Nuno e D. Afonso²²¹.

Desconhece-se o teor das conversações entre D. João III e D. Afonso, mas da parte do Noronha era já nesta fase clara a sua intenção de levar os primeros jesuítas para Ceuta, e por conseguinte, para o Norte de África²²². As movimentações cortesãs que conduziram à escolha de Luís Gonçalves

²¹⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 18.X.1547 – ANTT, CC I-79-109.

²¹⁷ Cf. Carta de Bou Hassoun, rei de Velez, a D. Maria de Eça, Fez 8.XI.1547 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. LXX, p. 239.

²¹⁸ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 10.X.1547 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. LXXI, pp. 241-242.

²¹⁹ Cf. *Título dos Noronhas*, fl. 91. As datas conferem com as da documentação manuscrita conhecida.

²²⁰ Sobre o tema veja-se Braga, Paulo Drumond, “D. Maria de Eça, capitã de Ceuta nos meados do século XVI” in *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa, Actas do Congresso Internacional de Lisboa de 21-25 de Novembro de 1994*, vol. I, s.l. Presidência do Conselho de Ministros, 1995, pp. 433-437. D. Maria havia participado na defesa de Ceuta, durante o ano de 1543, e escreveria diversas cartas ao rei atestando a sua atenção à evolução dos acontecimentos políticos e manifestando a mesma disponibilidade do marido no tocante à questão dos cativos.

²²¹ D. Antão teria nascido no Reino, cerca de 1520, sendo criado por D. Nuno Álvares. A tal conclusão chegou Alejandro Correa Franca com base em cálculos efectuados a partir do testamento de D. Antão datado de Janeiro de 1569 de Cochim. Cf. FRANCA, Alejandro Correa, *op. cit.*, liv. II, cap. 18. Agradeço esta informação à Prof. Doutora Maria Augusta Lima Cruz.

²²² Sobre o impacto da entrada dos primeiros jesuítas no Norte de África consulte-se: DOMINGOS, Padre Maurício, “A entrada dos Jesuítas em Marrocos no século XVI” in *Mélnages d'Études Luso-Marrocaïnes dédiés à la Mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*, Lisboa, 1945, pp. 225-295.

da Câmara²²³, futuro mestre do rei D. Sebastião, de João Nunes Barreto, mais tarde patriarca da Etiópia, e do coadjutor Inácio Vogado, envolveram negociações entre o casal régio e Simão Rodrigues, já então provincial dos Jesuítas de Portugal. Inicialmente Rodrigues quisera nomear Jorge Moreira e Francisco Vieira mas deparara-se com a oposição do rei que pretendia que Vieira continuasse o seu bom trabalho no priorado do Crato²²⁴. Estes contratempos podem ajudar a explicar a longa estadia de D. Afonso no Reino.

Todavia, é provável que D. Afonso tenha debatido com o monarca a situação política das praças norte-africanas e que, em particular, tenha insistido na aliança com o rei de Velez a qual o *Piedoso* acabou mesmo por prosseguir nos anos de 1548 a 1550, como bem provam a embaixada de Lourenço Pires de Távora junto de Carlos V²²⁵ ou, mais tarde, as diligências de D. Pedro Mascarenhas junto do próprio rei de Velez com vista à efectivação de uma aliança militar²²⁶. Tal ocorrência, aliada aos insistentes pedidos de auxílio aos cativos²²⁷ do Noronha, poderá ter contribuído para a criação ou reforço da imagem de “Zelosíssimo”²²⁸ que o cronista Francisco de Andrade apresenta sobre D. Afonso. Além disso, cabe lembrar que, por estes anos, a praça continuava em permanentes obras de fortificação, sobre as quais D. Afonso fazia questão de também demonstrar a sua acção perante o monarca. Contudo, parece-nos desadequado julgar que, nesta altura, já o rei pensaria em D. Afonso para o governo da Índia pois sabemos que, em 1547, D. João III enviara a D. João de Castro o título de vice-rei e a governança daquele estado por mais três anos.

²²³ Luís Gonçalves da Câmara era parente afastado de D. Afonso visto o Câmara ter por tia paterna, D. Mécia de Noronha. Esta havia-se casado com D. Martinho de Castelo Branco, 1.º conde de Vila Nova de Portimão que, como vimos, tinha uma filha, D. Maria de Noronha, casada com o irmão de D. Afonso, D. Nuno Álvares. Sobre a figura de Luís Gonçalves da Câmara e a sua poderosa linhagem que atingiria a titulação com D. Sebastião veja-se: LOUREIRO, Francisco de Sales de Mascarenhas, “O Padre Luís Gonçalves da Câmara e D. Sebastião” in *separata O Instituto*, vol. CXXXVI, Coimbra, 1973.

²²⁴ Cf. DOMINGOS, Padre Maurício, *op.cit.*, p. 228-229; BUSTO, Guillermo Gonzalbes, *op.cit.*, p. 52.

²²⁵ Cf. *Crónica*, Parte IV, caps. XXXVI, XXXX, XXXXV, LII e LXVI. Sobre este tema veja-se ainda BRAGA, Isabel Drumond, *Um espaço, Duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica no tempo de Carlos V)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2001. Neste fase Távora tratava ainda das negociações que redundariam no enlace do príncipe herdeiro D. João com a infanta D. Joana, irmã de Carlos V.

²²⁶ Cf. *ibidem*, Parte IV, caps. XXXXVII, XXXXVIII, XXXXIX, L e LI.

²²⁷ Sobre este ponto leia-se BRAGA, Isabel Drumond, “Uma via de resgate dos cativos cristãos em Marrocos: Ceuta” in BAEZA HERRAZTI, Alberto, *Ceuta Hispano-Portuguesa*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1993, pp. 273-288. Neste artigo a autora salienta como D. Afonso foi o primeiro capitão de Ceuta a recorrer sistematicamente às informações dos “inimigos” muçulmanos, como já constatamos. Para um estudo mais genérico sobre os cativos, mais virado para os finais do século XVI e século XVII, consulte-se da mesma autora: *Entre a Cristandade e o Islão (séculos XV-XVII). Cativos e Regenados nas Franjas de duas Sociedades em Confronto*, Instituto de Estudios Ceutíes, Ceuta, 1998.

²²⁸ Cf. nota 201.

Em termos de mercês, o monarca concedeu ao Noronha a comenda das Olalhas, em 1548, devido à evolução da guerra de África, dando expresas ordens para que a comenda não fosse detida por mais ninguém que não D. Afonso²²⁹. Todavia, é bem possível que a investidura do fidalgo na Ordem de Cristo tivesse ocorrido em data anterior pois o irmão D. Nuno Álvares já era comendador da mesma Ordem desde os inícios da década de 1540. No entanto, são desconhecidos mais dados a este respeito. A concessão deste privilégio ao quarto filho do marquês de Vila Real pode ainda ser inserida no contexto da relativa pobreza de que D. Afonso sempre pareceu padecer durante a década de 1540, podendo ter sido vislumbrada pelo monarca como uma forma de compensar o fidalgo pelos já então longos anos ao seu serviço em África em que demonstrara as suas qualidades de liderança, sem, contudo, ter usufruído de uma grande mercê.

Ao regressar a Ceuta, em Julho de 1548, acompanhado dos padres jesuítas acima referidos, D. Afonso de imediato deu seguimento às cartas da sua esposa, sempre atentas à evolução das manobras do governante saádida. Se em Julho as notícias eram imprecisas²³⁰, em Setembro eram já bem claras, estando o sultão de Fez bastante fraco e o Xerife preparado para desferir o golpe final. A paz, assinada em 1547, entre Carlos V e os Otomanos vinha dificultar a situação no terreno para os Portugueses. O Noronha, mesmo recorrendo às informações dos muçulmanos²³¹, não conseguia obter o salvo-conduto para Câmara ir a Tetuão e receava que lhe acontecesse algo na ida²³². Mesmo assim, anotava que “V.A. deve de ser mui contente de os ter qua mandados, e he de maneira o que fazem que não m’atrevo a espreve-lo, porque donde tinha aquy Mouros, vou tendo a gente de Çeita por mais christaam que frades capuchos”²³³. A aliança que então se esboçava com os Jesuítas, sendo depois prosseguida na Índia, é também patente nas palavras de Luís Gonçalves da Câmara: “Disse-me D. Afonso que se edificava de ver os da Companhia e que lhes era muyto afeiçoado pollas novas que ouvia da Companhia”²³⁴.

²²⁹ Cf. *Livro das comendas da ordem de nosso senhor Iesu christo o qual mandou fazer Elrey dom Sebastião nosso senhor por o doctor Pedro Alvarez do seu desembargo por seu alvara que vai trasladado no começo delle* – BNP, cód. 226, fl. 30v. Elaborado em 1560 a mando da regente D. Catarina, só neste livro foi possível encontrar as referências às datas da comendas de D. Afonso. A comenda das Olalhas situa-se no termo da vila de Tomar, sede da Ordem, sendo uma das comendas antigas.

²³⁰ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 22.IV.1548 – ANTT, CC I, 81-28.

²³¹ Cf. Carta de um mouro de Tetuão a D. Afonso de Noronha. Tetuão, 10.VIII.1548. Cf. ANTT, CC I, 81-39.

²³² Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 13.IX.1548 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. LXXXV, p. 294.

²³³ Cf. *ibidem*, p. 295.

²³⁴ Cf. Carta de Luís Gonçalves da Câmara aos irmãos de Coimbra, Ceuta, 20/30.XI.1549 – PUB. *Sources*, vol. IV, p. 300.

Porém, a acalmia era meramente aparente, pois o cerco de Fez estava em preparação e D. João III veio a tomar conhecimento da queda da cidade pelo punho do Noronha²³⁵. Alarmado com a notícia, o *Piedoso* confirmou o seu pior receio do que poderia suceder após a queda de Fez: os cercos de Arzila e de Alcácer-Ceguer. Com esse intuito e depois de confirmada por Jerónimo Diez e Álvaro de Carvalho a entrada em Fez do Xerife, reuniu o Conselho²³⁶, o qual se decidiu pela construção de uma fortificação no Seinal, monte sobranceiro à vila de Alcácer Ceguer, a fim de evitar o abandono daquelas duas praças²³⁷. A decisão de D. João III naquele contexto, como sublinha Jorge Correia, implicava uma verdadeira “resposta de força”²³⁸ por parte da Coroa numa derradeira tentativa de inverter o rumo dos acontecimentos. Com a intenção de evitar o abandono daquelas duas praças, nomeou D. Afonso para se encarregar da obra, passando-lhe um detalhado regimento²³⁹, bem sintomático das boas graças e confiança do monarca no capitão de Ceuta.

As palavras então apostas são bem mais elucidativas do que quaisquer que possamos escrever: “pela muyta confiança que em vos tenho experiencia que tendes das cousas da guerra, e asy porque ey por certo que em tudo servireijs e dareijs aquela conta que eu confio”²⁴⁰ começava o rei, ordenando a construção do referido forte para o qual tinha arregimentado um total de 5360 homens, os quais colocava ao comando de D. Afonso, tendo o Noronha de tomar conselho com o experiente Luís de Loureiro²⁴¹. O monarca determinava ainda que D. Antão ficasse na capitania de Ceuta, como D. Afonso havia sugerido ao rei através do irmão D. Nuno²⁴², e rematava “Este negoçio he mui importante e como tal e de tam grande callidade o confio a vos e ey

²³⁵ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Ceuta, 15.II.1549 – PUB. RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila*, edição de David Lopes, vol. II, Coimbra, Academia das Ciências, 1919, p. 279.

²³⁶ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. XXXV.

²³⁷ Cf. *ibidem*.

²³⁸ Cf. CORREIA, Jorge, *op. cit.*, p. 171.

²³⁹ Uma das versões do regimento original encontra-se em ANTT, CSV, vol. I, fls. 459-466 tendo sido feito em Almeirim, a 23 de Fevereiro de 1549. Uma outra versão, datada de dia 27, encontra-se publicada nas *Sources*, vol. IV, doc. LXXXIX, sendo proveniente da BNP, cód. 1758, fls. 329v.-331 e será um segundo regimento enviado a D. Afonso quando o rei despachou Luís de Loureiro para o ajudar naquela missão (*Crónica*, Parte IV, cap. XXXV). O conteúdo do regimento é também apontado por Andrade (ver nota anterior).

²⁴⁰ Cf. *Sources*, vol. IV, doc. LXXXIX, p. 311.

²⁴¹ Luís de Loureiro fora capitão de Mazagão após 1541, ou seja, no período que sucedeu ao abandono de Safim e Azamor, e assistiu à fortificação de Mazagão, inexpugnável como o cerco de 1562 demonstraria, sendo por isso nomeado por D. João III para aconselhar D. Afonso em tudo quanto pudesse. Viria a presidir ao abandono de Arzila e Alcácer Ceguer. Morreu em 1553 em batalha, sendo então capitão de Tânger. Cf. FARINHA, António, *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, 1999, p. 65.

²⁴² Correa de Franca refere, contudo, que foi D. Nuno quem ficou à frente da cidade durante a estadia de D. Afonso no Seinal. FRANCA, Alejandro Correa, *op. cit.*, liv. II, cap. 18.

por escusado dar-vos nele maijs lembrança, porque vos tereis como compre meu seruiço”²⁴³. D. Afonso “Zelosissimo do seu serviço estimou muyto esta merce, e a confiança que mostraua ter delle [D. João III] em o encarregar de negocio de tanto peso, principalmente vendo os largos poderes que lhe daua sobre toda a gente que aly auia de ser junta”²⁴⁴. Chegado o Noronha a Alcácer Ceguer a 3 de Abril, no dia seguinte já se encontrava no Seinal onde as obras logo arrancaram²⁴⁵.

São conhecidas as primeiras três cartas que D. Afonso enviou ao *Piedoso* a partir do Seinal. Assim que ali chegara, o Noronha tomara posse do monte sobranceiro a Alcácer Ceguer com Miguel de Arruda que já ali se encontrava. Entre a extensa comitiva que trouxera de Ceuta vale a pena destacar o seu primogénito, D. Fernando de Meneses, e ainda Filipe de Aguiar e Fernão de Carvalho, dois fidalgos que o acompanhariam no ano seguinte para a Índia. Imediatamente após a realização de uma missa no dia 5, as obras tinham arrancado, manifestando o capitão o seu optimismo face à boa posição estratégica e defensiva do Seinal (“este sitio he muito major do que cuydava e porem parece muyto mais forte do que tambem cuydavamos”²⁴⁶), razão pela qual afirmava que “pode V. A. ter por certo que emquanto Eu tyver vyda nenhum poder auera que nos tyre daqui”²⁴⁷.

Porém, o capitão não deixava de reconhecer que seria necessário mais do que o excelente empenho de Miguel de Arruda para que tudo corresse pelo melhor. Eram necessários 2000 trabalhadores, 4000 cruzados para despesas correntes, mantimentos, materiais como pedra e cal e, sobretudo, era necessária água que não existia nas redondezas. A fim de que o local pudesse ser fortificado sem os muçulmanos disso se aperceberem impunha-se também rapidez e discrição em todo o processo. Todavia, as dificuldades de controlar tantos homens cedo se manifestaram. Aos desacatos sucedidos em Alcácer Ceguer entre homens de diferentes companhias²⁴⁸, seguiram-se as divergências com o capitão de Alcácer Ceguer, Álvaro de Carvalho, o qual rejeitou dar ao Noronha a totalidade dos homens que o monarca lhe ordenara²⁴⁹.

²⁴³ Cf. *ibidem*, p. 315.

²⁴⁴ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. XXXIX, p. 990. D. João III chegou a enviar uma carta aos capitães das Praças do Norte informando-os da nomeação de D. Afonso para o Seinal (cf. Carta geral de D. João III – BNP, cód. 1758, fls. 404-406).

²⁴⁵ A cronologia dos acontecimentos é apertada. Após ali chegar (*Crónica*, Parte IV, cap. XXXIX), D. Afonso teve ainda de aguardar pela chegada dos contingentes de homens, alguns ainda a partirem do Reino (*Idem*, Parte IV, cap. XXXV). Antes de tudo isto, D. Afonso voltara a insistir na aliança com o rei de Velez (Carta de Inácio Nunes Gato a D. João III, Ceuta, 3.IV.1549 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. XC, p. 317)

²⁴⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Seinal, 7.IV.1549 – BNP, cód. 1758, fl. 400v.

²⁴⁷ Cf. *ibidem*.

²⁴⁸ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Seinal, 7.IV.1549 – BNP, cód. 1758, fls. 396-396v.

²⁴⁹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Seinal, 7.IV.1549 – BNP, cód. 1758, fl. 401.

Mas, apesar destes contratempos, a ajuda disponibilizada pelo castelhano duque de Arcos fora uma importante mais valia, a qual o capitão pedia ao rei que fosse devidamente recompensada²⁵⁰. O entusiasmo afonsino foi ainda aumentado quando por uma mera descoberta ocasional de uma cruz aquando de umas escavações, Noronha decidiu propôr ao rei que o forte fosse baptizado de Santa Cruz do Seinal. Por outro lado, as novas da inimizade entre o rei de Velez e o Xerife levaram D. Afonso a escrever ao rei que estava na altura de enviar Inácio Nunes Gato²⁵¹ ao encontro daquele a fim de ser efectivada uma aliança político-militar antes mesmo de o rei dar o seu parecer²⁵².

Em resposta às cartas de D. Afonso, D. João III começava a sua carta da seguinte forma: “receby grande contentamento e vo lo agradeço muyto e em tudo mostraes bem comquanto cuidado e amor de meu seruiço fazeis as cousas dele”²⁵³. Em seguida, afirmava que esperava conseguir enviar os 2000 homens que o Noronha lhe pedira, tendo já despachado diversos navios de Lisboa com materiais, homens e ordens para Álvaro de Carvalho entregar uma parte dos seus homens a D. Afonso. A fim de evitar desacatos, o rei sugeria que os soldados fossem divididos. Noronha poderia contar com uma armada de guarda costa que escoltaria os navios que traziam os reforços de Lisboa e que deviam ser usados para escrever ao monarca sobre novos desenvolvimentos. Deverá ter sido nesta ocasião que D. João III recomendou ainda ao capitão que não criasse os cargos de mestre de campo e sargento-mor para não gerar mais atritos entre a fidalguia²⁵⁴. Por sua vez, D. João III despachara Inácio Nunes Gato para negociar com o rei de Velez, ordenando-lhe que em tudo se aconselhasse com D. Afonso²⁵⁵ e pedindo a este último que providenciasse tudo o que fosse necessário para o apoiar naquela jornada²⁵⁶.

Contudo, novos desenvolvimentos se registaram nos dias seguintes. A 16 e 17 de Abril, o monarca escrevia a D. Afonso manifestando o seu contentamento com a boa evolução das obras²⁵⁷, para as quais aliás preparara mais uma armada partida de Lisboa no dia 16 com diversos provimentos²⁵⁸,

²⁵⁰ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Seinal, 7.IV.1549 – BNP, cód. 1758, fl. 398.

²⁵¹ Provavelmente este ainda não havia chegado ao Seinal, mas D. Afonso já estaria ao corrente da sua chegada a breve trecho.

²⁵² Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Seinal, 7.IV.1549 – BNP, cód. 1758, fl. 399.

²⁵³ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, s.d., IV.1549 – BNP, cód. 1758, fl. 371.

²⁵⁴ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, s.d., IV.1549 – BNP, cód. 1758, fl. 342.

²⁵⁵ Cf. Instrução de Inácio Nunes Gato, s.l., IV.1549 (?) – BNP, cód. 1758, fls. 166-168.

²⁵⁶ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, s.l., IV.1549 (?) – BNP, cód. 1758, fls. 170-170v. Na carta o rei comunicava ainda a D. Afonso a decisão de apoiar o rei de Velez.

²⁵⁷ Cf. Cartas de D. João III a D. Afonso de Noronha, Lisboa, 16 e 17.IV.1549 – BNP, cód. 1758, fls. 381-381v e 390-391v.

²⁵⁸ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, Lisboa, 16.IV.1549 – BNP, cód. 1758, fls. 390-390v.

embora considerasse que era altura de D. Afonso concretizar nova investida sobre Tetuão. No entanto, o assunto era secreto na corte e assim se deveria manter até o Noronha dar uma resposta formal ao rei²⁵⁹. Preocupado com os espíões do Xerife que tinham detectado a presença dos Portugueses no Seinal, o *Piedoso* ordenou a D. Afonso que não socorresse militarmente Alcácer Ceguer caso esta fosse cercada e que apenas se preocupasse em mantê-la abastecida²⁶⁰. Mas, os falsos boatos sobre a vinda do sultão saádida sobre Alcácer Ceguer levaram o monarca, possivelmente ainda em Abril, a determinar o desvio imediato de algumas tropas do Seinal para aquela praça²⁶¹.

O projecto de ataque a Tetuão foi rapidamente esquecido pois Noronha em resposta ao rei considerava que era má altura para o concretizar²⁶², preferindo concentrar-se na discussão dos aspectos técnicos da obra com o rei aos quais este rapidamente atendeu²⁶³. Como já ficara patente durante todo o mês de Abril dificilmente as obras de construção do Seinal iriam decorrer calmamente e sem sobressaltos de maior, um facto que se veio a comprovar nos meses seguintes, em particular a partir de Junho de 1549. Uma nova fase estava para iniciar-se desta vez com epicentro na corte, não sendo o papel de D. Afonso tão central como até aí fora. No processo que levou o rei a decidir-se pelo abandono do Seinal, o Noronha, tanto quanto as fontes nos permitem perceber, teve um papel bastante diminuto quando comparado aos tempos anteriores. Não nos parece, contudo, que isso seja sintoma de uma perda de valia de D. Afonso nos assuntos norte-africanos, mas antes que a partir de Julho, o capitão teve de passar a defrontar-se com concorrentes de peso como D. Pedro Mascarenhas, D. João Mascarenhas ou até o próprio Luís de Loureiro cuja importância no segundo semestre de 1549 sem dúvida conheceu um acréscimo substancial.

A cronologia dos acontecimentos torna-se apertada pois, entre negociações diplomáticas e decisões na corte, os acontecimentos precipitaram-se. Após mandar despejar Arzila em Junho de 1549²⁶⁴, D. João III desistiu deste intento²⁶⁵ e D. Afonso escreveu uma carta ao rei apelando novamente à

²⁵⁹ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, Lisboa, 17.IV.1549 – BNP, cód. 1758, fls. 381-381v. O próprio rei apenas havia falado deste assunto na corte a D. Nuno Álvares.

²⁶⁰ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, Lisboa, 16.IV.1549 – BNP, cód. 1758, fl. 391.

²⁶¹ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. XXXX.

²⁶² Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Seinal, 28.IV.1549 – BNP, cód. 1758, fl. 392.

²⁶³ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, Lisboa, 30.IV.1549 – BNP, cód. 1758, fls. 378-378v.

²⁶⁴ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. XXXXI. Para o despejo de Arzila, o rei nomeou Luís de Loureiro. Veja-se o seu regimento em BA, cód. 49-IX-36, fls. 336-353v.

²⁶⁵ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, Lisboa 29.VII.1549 – PUB. RODRIGUES, Bernardo, *op. cit.*, vol. II, doc. LXXVIII, p. 437.

aliança com o rei de Velez²⁶⁶, já então em guerra com o sultão saádida, ameaçado pela aliança deste com os Turcos. Preocupado com os hipotéticos cercos de Arzila e Tânger, o *Piedoso* pediu ao Noronha que, apesar da sua doença, se empenhasse em enviar de imediato socorros para Luís de Loureiro²⁶⁷. Noutra carta, noticiava que ainda não tinha tomado uma decisão final sobre o que fazer relativamente ao Seinal, razão pela qual enviava de novo Miguel de Arruda ao forte²⁶⁸, deixando a ideia que se D. Afonso se entendesse com Álvaro de Carvalho talvez o pudesse mandar regressar a Ceuta²⁶⁹.

Assim, uma nova etapa iniciou-se em Julho de 1549 quando o rei nomeou o calejado D. Pedro Mascarenhas²⁷⁰ para ir, em pessoa, prover as praças norte-africanas e encetar as negociações com o rei de Velez²⁷¹. D. Afonso que já antes se queixara da “tão aspera vida d’este Seinal”²⁷², preocupava-se então com a nova ameaça turca, desta feita do corsário Dragut Arraiz que actuava no Estreito de Gibraltar, ameaçando de novo Ceuta²⁷³. Foi apenas durante o mês de Julho que D. João III procurou encaminhar definitivamente a resolução do caso do Seinal. Provavelmente até dia 15 desse mês, o monarca escreveu a D. Afonso informando-o que enviava ao Seinal, D. Pedro Mascarenhas e D. João Mascarenhas para discutirem a evolução das obras e a possibilidade de ali ser construído um porto²⁷⁴. Pouco depois, escrevia a D. Bernaldino de Mendonza para se juntar àqueles fidalgos e dar o seu parecer sobre a situação do Seinal²⁷⁵. Entretanto ainda enviara ordens a D. Afonso para desviar alguns homens do Seinal para Tânger²⁷⁶. Aproveitando que a guerra civil estalava no recém unificado reino saádida²⁷⁷, o monarca envidou esforços para derrotar a armada de Dragut Arraiz.

²⁶⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Seinal, 6.VI.1549. Cf. *Anais*, vol. II, p. 280. Nesta carta, D. Afonso pede ao rei que envie D. Pedro Mascarenhas ao Seinal para o ajudar a tomar parecer sobre o que fazer.

²⁶⁷ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, Lisboa, 30.VI.1549 – BNP, cód. 1758, fl. 17.

²⁶⁸ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, Lisboa, 30.VI.1549 – BNP, cód. 1758, fls. 30-31.

²⁶⁹ Provavelmente devido à sua doença, D. Afonso teria pedido para regressar a Ceuta.

²⁷⁰ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. Pedro Mascarenhas” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve/>

²⁷¹ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. XXXXVIII.

²⁷² Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Seinal, 30.V.1549 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. XCII, p. 330.

²⁷³ Cf. *ibidem*. Noutra carta, provavelmente de D. Afonso e sem data, referia-se que este queria conquistar Fez e construir uma fortaleza em Salé. Cf. ANTT, CSV, vol. I, fls. 423-423v.

²⁷⁴ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, Lisboa, VII.1549 – BNP, cód. 1758, fl. 424.

²⁷⁵ Cf. Carta de D. João III a D. Bernaldino de Mendonza, s.l., 16.VII.1549 – BNP, cód. 1758, fl. 443.

²⁷⁶ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, s.l., VII.1549 (?) –BNP, cód. 1758, fls. 426-426v.

²⁷⁷ Cf. LUGAN, Bernard, *op. cit.*, p. 142.

Na verdade, a cronologia da documentação régia demonstra que o rei enquanto procurava sondar as condições de defesa estratégica do Seinal também se empenhou no combate àquele corsário. Obtendo o apoio de Carlos V para a projectada batalha, D. João III escreveu a D. Bernaldino de Mendonza pedindo-lhe que se juntasse à armada de D. João Mascarenhas para juntos derrotarem Dragut Arraiz²⁷⁸, tal como anteriormente fizera com D. João de Castro e D. Álvaro de Bazan. Em carta a D. Afonso informava-o que ainda não tinha tomado uma resolução final relativa ao Seinal devido à ameaça de Dragut Arraiz²⁷⁹, embora seja provável que já tivesse lido os pareceres de 7 de Agosto assinados pelo Noronha, D. Pedro Mascarenhas e D. João Mascarenhas²⁸⁰. A sua preocupação naquele momento continuava a ser Alcácer Ceguer como escreveu a D. João Mascarenhas²⁸¹ e talvez por isso mesmo tivesse nomeado Jorge Viera para a capitania de Ceuta²⁸² devido à projectada ausência de D. Fernando de Meneses, o qual a exercera interinamente desde data incerta, pois mandava-o vir ao Reino²⁸³. A documentação consultada não permite esclarecer o motivo da deslocação de D. Fernando de Meneses ao Reino, embora possa estar relacionada com resgates de cativos. Porém, o certo é que o monarca também informou D. Afonso da ocorrência²⁸⁴.

O parecer de dia 7 de Agosto indicava que o Seinal não detinha a posição estratégica que se julgava indispensável para defender Alcácer e alertava para a dificuldade de acesso e carência de água na região²⁸⁵ tal como D. Afonso logo assinalara nas suas primeiras cartas. Este estava já ansioso por voltar à sua capitania a fim de poder tomar parte no combate às forças turcas actuantes no Estreito de Gibraltar²⁸⁶ e ainda para concretizar a sua investida sobre Targa²⁸⁷, mas tudo indica que ainda teve de esperar. Foi só

²⁷⁸ Cf. Carta de D. João III a D. Bernaldino de Mendonza, Lisboa, 26.VII.1549 – BNP, cód. 1758, fl. 246.

²⁷⁹ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, s.d., VIII.1549 – BNP, cód. 1758, fl. 254.

²⁸⁰ Cf. Carta de D. João III a D. João Mascarenhas, s.d., VIII.1549 – BNP, cód. 1758, fl. 248. Na carta, o rei dizia que tinha recebido a carta de 15 de Agosto do fidalgo com o parecer sobre o Seinal.

²⁸¹ Cf. Carta de D. João III a D. João Mascarenhas, s.d., VIII.1549 – BNP, cód. 1758, fl. 249.

²⁸² Cf. Instrução de Jorge Vieira, s.d., VIII.1549 (?) – BNP, cód. 1758, fls. 264-266v.

²⁸³ Cf. Carta de D. João III a D. Fernando de Meneses, s.d., VIII.1549 (?) – BNP, cód. 1758, fl. 271.

²⁸⁴ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, s.d., VIII.1549 (?) – BNP, cód. 1758, fl. 270.

²⁸⁵ Não conhecemos o parecer, mas Andrade deve tê-lo consultado pois menciona-o. Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. XXXXVII, p. 330.

²⁸⁶ “estou morto [de] não ser Já em ceita”. Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Seinal, 11.VIII.1549 – ANTT, CC I-83-6, fl. 1v.

²⁸⁷ Em finais de Abril de 1549, como vimos, D. João III havia ordenado a D. Afonso que quando regressasse a Ceuta fosse pilhar Tetuão, mas o Noronha apontou diversos inconvenientes e tudo ficou sem efeito (*Crónica*, Parte IV, cap. XXXX). Na carta de 30 de Maio informava, o rei que tinha mandado de novo D. Antão para saquear Tetuão e sugeria que quando

no final de Setembro de 1549 que D. João III ordenou a D. Afonso o regresso a Ceuta, ficando o Seinal entregue a António Leite²⁸⁸. O abandono definitivo desta fortificação data de finais de 1549²⁸⁹.

Vítima das diferentes conjunturas políticas que se sucederam a ritmo cadencial no ano de 1549 importa sublinhar que o caso do Seinal não representou de forma alguma um fracasso pessoal para D. Afonso de Noronha. Apesar de se ter constituído como um claro fracasso para a Coroa Portuguesa, tal não significa que o tenha sido para D. Afonso que desde o início alertou para as diversas dificuldades de ali estabelecer um forte. A conjuntura política de então, os pareceres na corte, e sobretudo, as prioridades financeiras, políticas e militares do império, em especial a aposta estratégica da Coroa manter Tânger²⁹⁰, explicam o fracasso da empresa do Seinal. Aliás, se D. João III considerasse que D. Afonso o tinha servido mal no Seinal, facto que está documentalmente comprovado como errado, não o teria nomeado em seguida vice-rei da Índia. A própria pressa em enviar o fidalgo para o Oriente denota isso uma vez que o Noronha não chegou a ter tempo de pousar em Ceuta. Logo, em Novembro, o rei chamava-o de novo ao Reino, para o nomear para aquele cargo²⁹¹, sendo, na ocasião, a fortaleza entregue a D. Antão de Noronha ou a D. Nuno Álvares Pereira²⁹².

A estadia de D. Afonso em Ceuta, designadamente os sucessos militares de 1541, 1545 e, de certa forma de 1549, transformaram o Noronha num líder militar com qualidades comprovadas, de quem o Estado da Índia carecia desde a morte de D. João de Castro, ocorrida em Junho de 1548. Tal não deve, contudo, afastar a probabilidade de D. Afonso ter desempenhado o seu papel nas movimentações cortesãs que precederam o abandono de Arzila e Alcácer Ceguer, apesar de não ser conhecida documentação a este respeito. Importa aqui sublinhar que relativamente à capitania de Ceuta, não só para o ano de 1549 como para os anteriores, terá sido trocada mais correspondência do que aquela que é conhecida.

A postura afonsina de defesa constante de Ceuta não deve, no entanto, fazer esquecer que o capitão se encontrou durante aqueles anos, apesar de todas as dificuldades, a comandar uma praça privilegiada dadas as suas

regressasse a Ceuta poderia ir saquear Targa (cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Seinal, 30.V.1549 – PUB. *Sources*, vol. IV, doc. XCIII).

²⁸⁸ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LI; Carta de D. João III a D. Afonso de Noronha, s.l., IX.1549 (?) – BNP, cód. 1758, fls. 456-456v.

²⁸⁹ Cf. *ibidem*, Parte IV, cap. LII.

²⁹⁰ Cf. CORREIA, Jorge, *op.cit.*, p. 171.

²⁹¹ Cf. *Título dos Noronhas*, fl. 94.

²⁹² Isabel e Paulo Drumond Braga referem que sucedeu interinamente D. Nuno (BRAGA, Isabel e Paulo Drumond, *op.cit.*, p. 187), mas D. Jerónimo Mascarenhas, Afonso de Dornelas e Correa Franca referem que foi D. Antão de Noronha (cf. MASCARENHAS, D. Jerónimo, *op.cit.*, cap. 76; DORNELLAS, Afonso de, *História e Genealogia*, IV volume, Lisboa, Caza Portuguesa, s.d., p. 110; FRANCA, Alejandro Correa, *op.cit.*, liv. II, cap. 18).

condições de defesa serem bem melhores quando comparadas com praças como Safim, Azamor, Alcácer Ceguer ou Arzila, militarmente indefensáveis. Como relembra Jorge Correia “a cidade de Ceuta enviava então, em meados do século XVI, uma imagem forte e inexpugnável na sua estreita frente de contacto com o território inimigo”²⁹³, algo sem paralelo com as praças anteriormente referidas. Além deste facto não será demais lembrar que um hipotético abandono de Ceuta, implicava a própria nobreza no assunto e que, neste ponto, D. Afonso contava com alguém na corte que o poderia defender, designadamente o seu irmão D. Nuno, bem à semelhança do que ocorreu entre Martim Afonso de Sousa e D. António de Ataíde, 1.º conde da Castanheira, que tinha no segundo o defensor dos seus interesses junto do monarca. Também neste prisma o Noronha contou com uma valia cortesã que de certo muitos outros capitães norte-africanos da década de 1540 não puderam contar. É assim num cenário cortesão que se impõe compreender a nomeação de D. Afonso e, em especial, o que de concreto era conhecido na corte portuguesa quanto à situação política oriental. Apenas essa reconstituição nos permitirá entender o contexto em que o *Piedoso* indigitou aquele que foi o 5.º vice-rei da Índia.

²⁹³ Cf. CORREIA, Jorge, *op. cit.*, p. 122.

CAPÍTULO II

A CAMINHO DA ÍNDIA (1548-1550)

“A fama desta eleição correo logo pelo Reyno, e acudiram á Corte muitos fidalgos pera o acompanhar nella, a que El Rey despachou, e fez muitas mercês”
(Ásia, VI, ix, 1)

“Foi D. Afonso de Noronha o que passou à Índia com mais provas de preferência e demonstrações do rei, de quantos até então haviam passado àquele govêrno”
(Ásia Portuguesa, vol. III, Parte II, cap. IX)

II.1. O Estado da Índia depois da morte de D. João de Castro (1548-1550): linhas gerais

A 6 de Junho de 1548²⁹⁴, o falecimento de D. João de Castro deixou o Estado da Índia órfão de um líder militar e político, com difícil paralelo na década de 1540. A forma como defendeu Diu, em 1546, aquando do segundo cerco à praça, bem como a firmeza nas guerras contra o Idalcão²⁹⁵ a fim de assegurar o controlo português sobre as terras em redor de Goa, morme-

²⁹⁴ Assim o referem Diogo do Couto (Ásia, VI, vii, 1) e D. Álvaro de Castro, filho de D. João (cf. Carta de D. Álvaro de Castro a D. João III, Ilha Terceira, 21.VII.1549 – ANTT,CC I-82-112, fl. 1).

²⁹⁵ Assim surge designado nas fontes portuguesas, tratando-se do soberano de Bijapur, a quem os Portugueses conquistaram Goa em 1510, mantendo-se o conflito com este até 1514. Já em tempos do governador Diogo Lopes de Sequeira (1518-1521), as pretensões portuguesas relativas às terras em redor de Goa, as tanadarias, conduziram a um avanço para Salsete, Bardêz e Pondá, em Setembro de 1521. Mas, em 1523, foram perdidas e só já no contexto do governo de Nuno da Cunha (1529-1538) e das suas relações com o cortesão Acedecão, os Portugueses receberam, em 1532, Salsete e Bardêz. A seguinte intervenção de vulto dos Portugueses no reino remonta ao governo de Martim Afonso de Sousa (1542-1545), quando este a pretexto da presença do príncipe Meale em Goa, meio-irmão do sultão reinante em Bijapur, alcançou confirmação da posse de Bârdéz e Salsete. A política “belicista” de D. João de Castro veio assim reforçar e garantir melhor este domínio. Cf. FERREIRA, João Pedro Rosa, “Idalcão” in *DHDP*, vol. I, pp. 513-515.

mente Bârdez e Salsete, são sinais evidentes desse modo de pensar e agir²⁹⁶. Estes feitos militares surgem amplamente descritos nas crônicas, sendo a documentação para o triénio governativo de 1545-1548 talvez a mais abundante no que ao Oriente quinhentista diz respeito²⁹⁷.

Todavia, e como é sabido, o governo de Castro foi também ele marcado pela constante ameaça turca, sobretudo desde a tomada de Baçorá pelas forças otomanas em 1546. Se o confronto no Golfo Pérsico entre as forças otomanas e os Portugueses já se adivinhava, desde então, o mesmo veio a verificar-se noutra região que o Estado da Índia nunca foi capaz de controlar de forma efectiva: o Mar Vermelho e Adém. Concentrado nas guerras na península indiana, D. João não pôde acudir, como certamente desejaria, à cidade de Adém que então se colocou sob suserania portuguesa. O fracasso português no socorro à cidade, que apenas poderia ser feito navalmente, e a consequente restauração otomana assemelhou-se, assim, a uma derrota naval portuguesa²⁹⁸.

O confronto com os Turcos não só estava longe de estar resolvido, como se reiniciava da pior forma para o Estado da Índia, com uma clara derrota. A acrescer a esta derrota estratégica, que cremos definitiva para explicar parte dos acontecimentos da década de 1550, e além das guerras mantidas com Mahmud III do Guzerate (1538-1554) e com Ibrahim Adil Shah de Bijapur (1537-1557), existia ainda uma outra questão que Castro não resolvera à sua morte: as crescentes dificuldades financeiras que o Estado da Índia enfrentou ao longo daqueles três anos, sempre agravadas pelos diversos contextos de guerra em que se viu envolvido. Além disso, o estilo algo autoritário de Castro, patente em vários episódios do seu governo²⁹⁹, foi também motivo de desagrado para vários capitães, bem à semelhança do que já havia sucedido com Afonso de Albuquerque.

Neste quadro, o voto de confiança que D. João III e o infante D. Luís nele depositaram para governar a Índia Portuguesa por mais três anos, com o excepcional título de vice-rei³⁰⁰, saiu gorado com a morte de Castro. No seu

²⁹⁶ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *Portugal y Oriente*, pp. 202-203.

²⁹⁷ Além da crónica de Diogo do Couto e de Gaspar Correia, dispomos ainda de outras duas crônicas de D. Fernando de Castro e de Leonardo Nunes e de abundante documentação em diversas colectâneas documentais.

²⁹⁸ Sobre os eventos que nos levam a esta opinião veja-se: *Ásia*, VI, vi, 1-6 e ainda a Carta de D. Francisco de Lima a D. João III, Goa, 12.XI.1548 – ANTT, CC II-241-88. Uma reflexão sobre os principais acontecimentos e zonas de embate do conflito luso-turco de 1540 levou também a esta conclusão.

²⁹⁹ Um exemplo claro das atitudes de D. João que causavam atritos com a fidalguia portuguesa no Oriente é o da sua atitude de enfrentar a batalha contra as forças inimigas em Diu, em 1546, mesmo contra a vontade da maioria dos fidalgos expressa em conselho.

³⁰⁰ Antes de D. João de Castro, apenas quatro pessoas em contextos distintos e específicos receberam essa mercê: D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia em 1505; D. Vasco da Gama em 1524 e D. Garcia de Noronha em 1538. As razões pelas quais D. Afonso de Noronha e D. João de Castro mereceram este título serão apontadas adiante. A nomeação de Castro fora feita em Lisboa a 24 de Setembro de 1547. Cf. *RCI*, vol. I, p. 91.

tempo, D. João deixou alguns nostálgicos da sua governação³⁰¹ mas, acima de tudo, críticos³⁰². A sucessão por Garcia de Sá, ao que tudo indica, não foi consensual. A atestá-lo estão, desde logo, as divergências entre os cronistas quanto à sua sucessão, pela segunda ou pela terceira via³⁰³, e bem assim o desconhecimento se terá sido nomeado pelas sucessões que Castro trouxera consigo para a Índia em 1545, ou se pelas sucessões que Martim Correia da Silva havia trazido na armada de 1548. No entanto, todas as fontes corroboram que, na primeira sucessão de 1545, se encontrava nomeado D. João Mascarenhas, capitão de Diu, o qual estava então em Portugal. Na segunda sucessão, para os cronistas que seguem Couto e colocam Sá na terceira sucessão, encontrava-se D. Jorge Telo que fora capitão de Moçambique. À morte de Garcia de Sá, fora o nomeado, segundo Correia, para suceder a Jorge Cabral, mas também ele se encontrava no Reino. A sua nomeação não fora consensual e alguns depositavam a esperança da sucessão em D. Jerónimo de Noronha³⁰⁴, capitão de Baçaim no tempo de Castro³⁰⁵. Na verdade, à época, Garcia de Sá não só tinha a avançada idade de setenta anos, como era um dos homens mais experientes da Índia³⁰⁶, cujas ligações

³⁰¹ A defendê-lo encontra-se Francisco de Sequeira, retratando a sua morte como uma catástrofe (Carta de Francisco de Sequeira a D. João III, Cochim 6.II.1549 – PUB. *DHMPPO*, vol. IV, doc. 42, p. 226), Tomás Lobo (Carta de Tomás Lobo a D. João III, Goa, 24.XII.1548 – PUB. *DI*, vol. I, doc. 43, p. 270) bem como seu filho D. Álvaro de Castro (cf. Carta de D. Álvaro de Castro a D. João III, Ilha Terceira, 21.VI.1549 – ANTT, CC I-82-112).

³⁰² Entre estes contam-se o vedor da fazenda Simão Botelho que em diversas cartas critica as mercês que Castro concedeu na sequência do cerco de Diu e a sua acção nesta, apesar de o reconhecer zeloso (cf. Cartas de Simão de Botelho a D. João III, Baçaim, 24.XII.1548 – PUB. *Textos sobre o Estado da Índia*, edição de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 32-58) e Jorge Cabral que chega a escrever que “e segumdo o mao modo que tinha em gouernar esta tera temos que fez ffez nosso Semhor a V. A. muy grande merçe em o leuar pera asy porque se uiuera não for muyto a comtra sem lhe muytos desastres segumdo via aparelhado pera isso” (cf. Carta de Jorge Cabral a D. João III, Baçaim, 17.XII.1549 – ANTT, CC I-83-54, fl. 1).

³⁰³ A grande divergência dá-se entre Gaspar Correia que refere o facto do nome de Sá se encontrar na segunda sucessão (cf. *Lendas*, vol. IV, p. 659) e Diogo do Couto que o coloca na terceira sucessão (cf. *Ásia*, VI, vii, 1). Andrade alinha com Gaspar Correia (cf. *Crónica*, Parte IV, cap. XXIX) e Faria e Sousa (cf. SOUSA, Manuel de Faria e, *op. cit.*, Parte II, cap. VI) com Couto. As relações contemporâneas ainda confundem mais pois D. Duarte de Eça, fidalgo que esteve em Diu em 1546, e que haveria de ser capitão de Kotte e das Molucas nos governos de D. Afonso de Noronha, D. Pedro Mascarenhas e Francisco Barreto, e por fim Goa, afirma que Garcia de Sá sucedeu pela segunda sucessão (cf. *Relação dos Governadores da Índia (1571)*, edição de R. O. W. Goertz, Calgarey, University Printing Series, 1979, p. 8), enquanto uma relação anónima do século XVI refere a terceira sucessão (cf. *DUP*, vol. I, liv. V, cap. 4). Por fim, Jorge Cabral afirma que Sá sucedeu pela segunda via (Carta de Jorge Cabral a D. João III, Baçaim, 17.XII.1549 – ANTT, CC I-83-54, fl. 1v).

³⁰⁴ Assim o referem Jorge Cabral (cf. Carta de Jorge Cabral a D. João III, Baçaim 17.XII.1549 – ANTT, CC I-83-54, fl. 1v) e o vedor da fazenda Simão Botelho (cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Baçaim 24.XII.1549 – PUB. *Textos do Estado*..., p. 45).

³⁰⁵ Havia sido nomeado por 3 anos com 600 mil reais de ordenado. Cf. *RCI*, vol. I, p. 86. Évora, 8.I.1545.

³⁰⁶ Garcia de Sá era filho de João Rodrigues de Sá, alcaide-mor e vedor da fazenda do Porto, e de D. Joana de Albuquerque, tendo embarcado pela primeira vez para a Índia em

ao ex-governador Martim Afonso de Sousa bem poderiam acicatar alguns ânimos contra si³⁰⁷.

O governo de Garcia de Sá foi marcado pela tônica de apaziguamento das relações com os reinos indianos, em especial com o sultanato guzerate e com Bijapur. No caso de Bijapur, as pazes foram assinadas em Agosto de 1548, embora não existam certezas quanto ao papel que Sá terá desempenhado na assinatura das mesmas³⁰⁸. O tratado celebrado com Ibrahim Adil Shah afigurou-se bastante vantajoso para os Portugueses: o sultão reconhecia uma vez mais que Bárdez e Salsete pertenciam ao rei de Portugal, aceitava trocar cativos e, mais importante ainda, prometia ajuda em caso de ataque turco. Pela sua parte, os Portugueses comprometiam-se a não autorizar a saída do príncipe Meale, meio-irmão do sultão³⁰⁹, de Goa, a passarem cartas em Dabul aos navios de Bijapur e a autorizarem a compra de cavalos em Goa por parte daquele soberano³¹⁰.

1518. Começou por ser capitão de Malaca entre 1519 e 1521 a pedido do anterior detentor do cargo, Afonso Lopes da Costa. Em 1524 fora acusado de subornar o governador D. Duarte de Meneses para que este o fizesse capitão de um navio da armada que traria aquele ao Reino em 1525. Deverá ter regressado nessa altura ou pouco depois, pois em 1528 era já capitão de um dos navios que trouxera Nuno da Cunha por governador, vindo nomeado para capitão de Malaca. Exerceu o mandato naquela capitania entre 1529 e 1533. Envolvido em negócios que prejudicavam a Fazenda Real, acabou com ordem de prisão decretada pelo próprio D. João III. Nuno da Cunha, contudo, não cumpriu a ordem régia pelo seu valor militar e, em 1535, já se encontrava em Diu a construir um novo baluarte. Em 1536, Nuno da Cunha enviou-o para a capitania de Baçaim para preparar a construção da fortaleza daquela praça. Ali permaneceu até acabar esta em 1538, fazendo parte do grupo de fidalgos que em 1541 decidira com o vice-rei D. Garcia de Noronha abolir o monopólio da Coroa sobre o cravo, enviando em seguida um navio para aquela região. Participou com o primo Martim Afonso de Sousa no ataque a Baticala em 1542 e foi enviado uma terceira vez a Malaca, por capitão da cidade, embora por pouco tempo. (Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, "Garcia de Sá" in *DHDP*, vol. II, pp. 956-957; SUBRAHMANYAM, Sanjay, *A carreira...*, p. 361).

³⁰⁷ Vejam-se as ligações deste fidalgo à linhagem de Martim Afonso de Sousa: PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso...*, p. 116. Apesar da autora concluir que o governo de Sousa albergou em si tendências liberalizantes e centralistas, no seu tempo foi por muitos encarado como apenas marcado pela tônica liberalizante. Um dos seus críticos foi Jorge Cabral que se contou entre os que mais criticaram as ligações e interesses comerciais de Garcia de Sá.

³⁰⁸ O bispo de Goa, D. Juan de Albuquerque, afirma a sua cota parte nestas pazes ao rei (cf. Carta de D. Juan de Albuquerque a D. João III, Goa 5.XI.1548 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 24, p. 109-110) e os cronistas divergem quanto à forma de assinatura das pazes. D. Duarte de Eça (cf. *Relação...*, p. 8) afirma que a iniciativa partiu de Sá que para tal nomeou o embaixador António Mendes de Castro, em Setembro de 1548, enquanto Correia (cf. *Lendas*, vol. IV, pp. 663-666) e Couto (cf. *Ásia*, VI, vii, 1) afirmam que a iniciativa partiu de Ibrahim Adil Shah, que para tal enviou um embaixador a Goa, queixando-se que não conseguira negociar com D. João de Castro.

³⁰⁹ Sobre o percurso desta figura veja-se: SUBRAHMANYAM, Sanjay, "Notas sobre um rei congelado: o caso de Ali bin Yusuf Adil Khan, chamado Malecão" in *Passar Fronteiras. II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais, séculos XV-XVIII*, edição de Rui Loureiro e Serge Gruzinski, Lagos, Centro de Estudos Gil Eanes, 1999, pp. 265-290.

³¹⁰ Cf. *Ásia*, VI, vii, 1.

Quanto ao sultanato guzerate, as pazes assinadas já no decorrer do Inverno de 1549³¹¹, foram estabelecidas em conformidade com o antigo acordo do tempo do governador de D. Estêvão da Gama (1540-1542)³¹². Importa, porém, salientar que estas não terão sido assinadas sem votos contrários, apesar de conhecermos o parecer favorável do capitão de Goa, D. Francisco de Lima³¹³, e de sabermos ainda que, segundo algumas fontes³¹⁴, o governador se deslocou ao Norte para assinar as pazes directamente com Mahmud III, não obtendo qualquer sucesso. Esta situação torna confuso o quadro da pacificação das relações com o Guzerate, sem que o possamos clarificar totalmente.

A premência em assinar as pazes com estes dois potentados indianos advinha das carências financeiras do Estado da Índia (Garcia de Sá havia começado o seu governo concedendo uma mesa geral a todos os soldados³¹⁵) e, ainda, do ambiente geral de circulação dos primeiros rumores sobre os preparativos turcos no Suez³¹⁶, em Outubro de 1548, a que pouco depois se seguiu a morte de Luís Falcão em Diu³¹⁷, ao tempo encarada com temor pela possibilidade de reacendimento de conflitos em Diu. A agravar a situação, surgiu uma revolta de um capitão abexim em Ormuz, ameaçando claramente os interesses portugueses³¹⁸. Mas a curto trecho, as atenções confluíram para

³¹¹ Cf. Carta de Jorge Cabral a D. João III, Baçaim, 17.XII.1549 – ANTT, CC I-83-84, fl. 1v. Cabral refere ainda que as negociações terão prosseguido após a assinatura. Os cronistas divergem.

³¹² Cf. *Ásia*, VI, vii, 3-4.

³¹³ Só se conhece o parecer deste fidalgo que opina que as pazes deviam ser de imediato assinadas de forma a que o Estado da Índia se pudesse concentrar em definitivo na guerra contra os Turcos, ainda que a paz devesse ser assinada em termos favoráveis aos Portugueses. O parecer encontra-se em ANTT, CC I-81-104. Sobre este personagem que viria a ser preso por Jorge Cabral e com ligações ao redor da fazenda Cosme Eanes veja-se: DINIZ, Sofia, “D. Francisco de Lima, capitão de Goa” in *op. cit.*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, pp. 297-315.

³¹⁴ Cf. *Lendas*, p. 673.

³¹⁵ Segundo Correia dera mesas porque “a India estaua em muyta pobreza, que nunca em nenhum tempo assy esteue, por caso de todas as terras estarem em guerra” (cf. *Lendas*, vol. IV, p. 662). Uma nova mesa foi concedida pelo governador no Inverno de 1549 em face de renovadas dificuldades financeiras (cf. *Crónica*, Parte IV, cap. XXXXII e *Lendas*, p. 678).

³¹⁶ Cf. Carta de D. João Henriques a D. João III, Goa, 27.XI.1548 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 21, p. 83. A ameaça turca é também referida pelo bispo de Goa que anota o seu fortalecimento. Cf. Carta de D. Juan de Albuquerque a D. João III, Goa, 5.XI.1548 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 24, p. 113.

³¹⁷ A morte de Luís Falcão por um mouro da terra é amplamente descrita pela crónica. Em sua substituição, nomeou Garcia de Sá, Martim Correia da Silva, que para tal vinha nomeado do Reino. Sobre a figura do ex-capitão de Ormuz veja-se: BRAGA, Isabel Drumond, “Luís Falcão nas capitánias de Ormuz e Diu” in *Trabalhos Históricos*, vol. XLI, Guimarães, 1990, pp. 15-35.

³¹⁸ Para acorrer à situação, Sá nomeou, em Novembro de 1548, o sobrinho Pantaleão de Sá que se viria a desentender-se gravamente com o capitão de Ormuz, D. Manuel de Lima. O capitão abexim, revoltado contra o rei de Ormuz, viria a ser derrotado.

o Malabar, onde novas pazes foram assentadas³¹⁹, e para o carregamento da pimenta para a armada, que partiria para o Reino em 1549, o qual não decorreria da melhor forma devido à insuficiência desta³²⁰. Além disso, o início do caso do rei de Tanor, interessado em adoptar a fé cristã e em se deslocar a Goa com o intuito de se converter oficialmente, veio despertar as esperanças do governador e, sobretudo, dos religiosos, nos quais Garcia de Sá tanto confiava³²¹, para as hipóteses de evangelização do Malabar.

Foi, pois, neste quadro esperançoso que Sá faleceu em Julho de 1549³²², tal como D. João de Castro, rodeado de religiosos e após ter casado as suas duas filhas com dois fidalgos em ascensão na Índia: D. Leonor de Sá de Albuquerque com o célebre naufrago Manuel de Sousa Sepúlveda e D. Joana de Albuquerque com D. António de Noronha, filho do vice-rei D. Garcia de Noronha. Apesar da tónica de apaziguamento seguida por Sá, a sua governação, tal como a sua sucessão, esteve longe de ser consensual. Tal é patente nalguma documentação da época³²³, nos próprios cronistas que, na hora de avaliarem o seu governo, se silenciam³²⁴ e, ainda por uma vez mais ser

³¹⁹ Estas devem ter sido assinadas por Garcia de Sá quando este se encontrava em Goa dando ordens a Cosme Eanes, vedor da fazenda, para o provimento da armada que deveria partir para o Reino com o carregamento anual da pimenta. Nas pazes então assinadas incluíam-se o Samorim, o rei do Canará e o soberano de Ahmadnagar, Burhan Nizam Shah I (1509-1553), segundo Couto. Cf. *Ásia*, VI, vii, 3.

³²⁰ O próprio Garcia de Sá o assume em carta a D. João III na qual faz eco das dificuldades financeiras, da pouca pimenta e da ameaça turca (cf. Carta de Garcia de Sá a D. João III, Goa 3.I.1549-ANTT, CC I-82-2, fls. 1-1v). Para o provimento da mesma fora necessário um empréstimo de dinheiro, sendo conhecida outra carta de Garcia de Sá em que este pediu dinheiro ao rei de Cranganor e à cidade Cochim para o aviamento da armada (cf. Carta de Garcia de Sá sobre o padre Fernando Francisco Sardinha, Goa 3.I.154 – PUB. *DHMPPO*, vol. IV, doc. 40, p. 218). O tema é também abordado na supracitada carta de Cabral.

³²¹ Sá havia sido padrinho de um gentio (cf. Carta de D. Juan de Albuquerque a D. João III, Goa 28.XI.1548 – PUB. *DI*, vol. I, doc. 50, pp. 325-326) e preocupava-se com a evolução das conversões, pedindo informações sobre estas (cf. Carta de Rui Barbudo a D. João III, Goa 18.XII.1548 – PUB. *DI*, vol. I, doc. 58, p. 408).

³²² Todas as fontes apontam Julho, tirando Couto que refere Junho (cf. *Ásia*, VI, vii, 10).

³²³ Uma excelente prova do ambiente de contestação em que Garcia de Sá governou pode ser lida em Correia que dá conta de uma rebelião que Sá entretou em Goa devido à ordem de contenção financeira (cf. *Lendas*, vol. IV, pp. 671-673). Como já vimos Jorge Cabral na sua carta não só se queixa de D. João de Castro como também critica Garcia de Sá ao qual não é alheio o conflito que manteve com ambos a respeito da sua capitania em Baçaim e de considerar que merecia ter todos os privilégios que D. Jerónimo de Noronha havia tido. A este respeito vejam-se ainda a elucidativa carta de Diogo Lopes de Sousa Aguião, a qual apesar de não conter referências concretas a nomes, critica os capitães e suas relações clientelares e defende o cumprimento total do sistema dos soldos (cf. Carta de Diogo Lopes de Sousa Aguião a D. João III, Goa, 5.XI.1549 – ANTT, CC II-241-71) e do vedor da fazenda Cosme Eanes bastante crítico quanto às clientelas e ao crescente poder dos religiosos (cf. Carta de Cosme Eanes a D. João III, Cochim, 30.XII.1549 – PUB. *DHMPPO*, vol. IV, doc. 80).

³²⁴ Andrade bem ao seu estilo discreto, não faz qualquer juízo, o mesmo fazendo Gaspar Correia que tão acerrimamente defenderá o sucessor Jorge Cabral. Apenas Diogo do Couto que de certo não conheceu Sá, escreve que deixou a Índia bem provida e com uma grande armada para a guerra com o Guzerate (cf. *Ásia*, VI, vii, 10), enquanto D. Duarte corrobora

possível encontrar indícios de que Sá mantinha contactos comerciais e procurava claramente favorecer os seus familiares e apaniguados³²⁵.

A linha pacifista que Garcia de Sá prosseguiu durante o seu governo, foi também esboçada por Jorge Cabral nos seus treze meses de governação, embora de forma genérica se possa afirmar que Cabral não beneficiou do mesmo contexto geral de pacificação que bafejou o Sá. Em boa medida, muitas das áreas de confronto que emergiram durante a sua governação viriam a ser problemáticas durante toda a década de 1550, com destaque para o Malabar e para a confrontação com os Turcos. O novo governador do Estado da Índia, nomeado desde meados de Julho de 1549³²⁶, esteve em vias de não aceitar o cargo, apesar de todos os cronistas e fontes coevas concordarem que foi eleito pela quarta sucessão, divergindo apenas quanto à questão de saber se antes fora aberta a sucessão com o nome de D. Jorge Telo³²⁷. À data da sua nomeação, encontrava-se à frente da capitania de Baçaim, desde os finais do governo de D. João de Castro, sendo bem conhecidas as suas queixas contra Castro e Sá³²⁸. Até à sua chegada a Goa, só possível após a esposa o ter convencido a aceitar a governança da Índia³²⁹, a 15 de Agosto

Couto (cf. *Relações*, p. 8) e uma relação anónima se concentra na sua vertente de bom homem (cf. *DUP*, vol. I, liv. 5, cap. 4).

³²⁵ Durante o seu governo, Garcia de Sá proveu familiares seus nas missões de maior importância: o sobrinho Garcia de Sá foi nomeado para o Malabar em 1549 a fim de tratar do caso do rei de Tanor, entrando em disputa com Luís Xira Lobo, capitão de Chale, sobre a precedência de o trazer a Goa; outro sobrinho, Cristóvão de Sá, foi enviado com Jordão de Freitas às Molucas como capitão para solucionar o antagonismo daquele com Bernardim de Sousa; e o sobrinho Pantaleão de Sá foi despachado com socorros para Ormuz. A vertente comercial do governador surge clara nas informações que mandou recolher quando assumiu a governação. Cf. *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*, edição crítica de Adelino de Almeida Calado, Coimbra, separata do “Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra”, volume XXIV, 1957, caps. I, II, V e XI. Esta interessante fonte contribui também para demonstrar que Sá se preocupava com a evolução política de cada região e para atestar os “contactos” que referimos.

³²⁶ Jorge Cabral, filho terceiro de João Fernandes Cabral, 5.º senhor de Azurara e alcaide-mor de Belmonte, e de D. Joana Coutinho, havia iniciado a sua longa carreira no Oriente quando em 1525 participou no ataque a Panane e Calicute. Em 1526, à morte do governador D. Henrique de Meneses, era capitão-mor das Maldivas e decidiu deslocar-se a Malaca para apoiar Pero de Mascarenhas na sua demanda pelo governo da Índia. Com a partida deste ficou como capitão da cidade, mas viria a ser preso pelos partidários de Lopo Vaz de Sampaio no seu regresso à Índia. No entanto, em 1529 marcara já presença no saque de Tidore e nos anos seguintes aproximar-se-ia do governador Nuno da Cunha, participando no ataque à ilha de Bete e no assédio a Diu, em 1531, e por fim na conquista de Baçaim, em 1533. Pouco depois deslocou-se ao Reino, e em 1535, regressou com a capitania-mor das naus do Reino. Casou-se na Índia em data incerta com Lucrecia Fialho. Cf. MARQUES, João Pedro, “Jorge Cabral” in *DHDP*, vol. I, pp. 152-153.

³²⁷ Esta questão encontra-se dependente da resolução da sucessão de Garcia de Sá. Vide nota 303.

³²⁸ Estas queixas a que já fizemos alusão podem ser lidas em lidas na Carta de Jorge Cabral a D. João III, Baçaim, 17.XII.1549. Cf. ANTT, CC I-83-84. Vide nota 323.

³²⁹ Apenas Gaspar Correia não o refere, sendo este facto avaliado de distintas formas por cada cronista. No entanto, os motivos que levaram Cabral a não querer aceitar a governança

de 1549, governaram D. Francisco de Lima, capitão de Goa, D. Juan de Albuquerque, bispo de Goa e o ouvidor geral António Barbudo³³⁰.

A situação no Malabar não tardou a agravar-se e a estadia do rei de Tanor em Goa, durante o mês de Outubro de 1549³³¹, não foi senão, ao que tudo indica, uma manobra de diversão política orquestrada por este para iludir os Portugueses³³². Logo em Novembro, o governador foi obrigado a deslocar-se até Cochim para dirigir a guerra local com o intuito de preparar a pimenta que deveria seguir para o Reino nos inícios de 1550, pois uma vez mais esta escasseava³³³. Tal deveu-se ao facto do soberano de Vadakenkkur se ter colocado sob suserania do Samorim, renegando os seus laços com Cochim³³⁴. As guerras da pimenta, que tanto marcaram os governos de D. Afonso de Noronha e de Francisco Barreto, estavam assim prestes a eclodir. O rastilho da guerra foi a tomada da ilha de Vendurli³³⁵, durante o Inverno de 1550, ao rei de Cochim, por parte daquele soberano que recla-

são conhecidos: não queria ser um governador de ocasião pois considerava que nesta fase já D. João III haveria nomeado alguém e considerava que só teria a perder em termos financeiros com a sua nomeação pois a capitania de Baçaim seria bem mais rendosa (*Ásia*, VI, viii, 1; SOUSA, Manuel de Faria e, *op. cit.*, Parte II, cap. VII).

³³⁰ Cf. *DUP*, vol. I, liv. 5, cap. 6; Cf. *Lendas*, vol. IV, p. 680.

³³¹ As referências a este facto são múltiplas em crónicas e documentação avulsa. Entre estas apenas destacaremos três: a carta escrita ao bispo de Goa que este treslada para D. Catarina (cf. Carta de D. Juan de Albuquerque a D. Catarina, Goa, 25.X.1549 – PUB. *DI*, vol. I, doc. 83); a carta do rei de Tanor ao soberano luso (cf. Carta do rei de Tanor a D. João III, Pala, 6.I.1549 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 103), que já em tempos de D. João de Castro manifestou o seu interesse em adoptar a fé cristã; o facto de D. João III ter escrito uma carta ao Papa por este motivo (cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LVIII).

³³² É possível que já nesta fase o rei de Tanor tivesse um acordo secreto com o Samorim, que ainda assim segundo as crónicas, procurou a todo o custo evitar a sua deslocação a Goa. No entanto, a cronologia dos acontecimentos parece sugerir essa concertação uma vez, que à época se estava nas vésperas do início das guerras da pimenta como pelo facto de no próprio cerco de Vendurli, o rei de Tanor ser mandatado pelo Samorim para tratar das pazes a assinar com Jorge Cabral e depois com D. Afonso de Noronha.

³³³ Cf. Carta de Jorge Cabral a D. João III, s.l., 21.II.1550 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 84, pp. 488-489.

³³⁴ Cf. *Ásia*, VI, viii, 2. É possível que esta atitude do soberano de Vadakenkkur fosse motivada pela supressão, no início da década de 1540, das pensões aos reis vizinhos que o Estado da Índia tinha por hábito pagar para que os carregamentos da pimenta decorressem sem dificuldades. Disney refere que tal foi o motivo de prolongadas guerras nos anos seguintes (cf. DISNEY, Anthony, *A decadência do império da pimenta. Comércio português na Índia nos inícios do século XVII*, Lisboa, Edições 70, 1981, p. 62). Apesar disso, não encontramos qualquer referência a este facto. Para a localização do reino de Vadakenkkur, confira-se o mapa 3.

³³⁵ Nas fontes portuguesas da época surge designada como ilha de Bardela. O visconde de Lagoa através das referências de Gaspar Correia identificou-a com a ilha de Vendurli situada a meio do litoral do antigo reino de Cochim (cf. *Glossário Toponímico da antiga historiografia ultramarina portuguesa*, pelo Visconde de Lagoa, I parte – Ásia e Oceânia, Lisboa, Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1953). Utilizaremos sempre a designação de Lagoa ao longo do texto e das notas.

mava antigos direitos sobre a mesma³³⁶. Na ocasião, e após a nomeação, no ano anterior, de Francisco de Sequeira para a capitania-mor da armada do Malabar³³⁷, Cabral confiou a missão de dirigir a guerra a Francisco de Sousa Ribeiro³³⁸. Este não foi bem sucedido e a situação em Cochim agravou-se³³⁹.

Jorge Cabral, contudo, não podia acudir de imediato àquela frente dado muitos dos rumores do tempo de Garcia de Sá acerca dos preparativos turcos, se terem tornado mais certos no final de 1549 e durante todo o Inverno de 1550. Informado por diversas fontes desses preparativos³⁴⁰, Cabral despachou para o Mar Vermelho Gonçalo Vaz de Távora, a quem incumbiu de colher informações sobre as movimentações otomanas nos portos abíssi-nios e, depois, de se deslocar ao Caxém³⁴¹. Entretanto, já havia despachado D. Álvaro de Noronha para a capitania de Ormuz para substituir D. Manuel de Lima cujo triénio havia terminado, fazendo-o acompanhar-se de Luís Figueira³⁴². Pouco depois, em Março de 1550, enviaria ainda, Gil Fernandes de Carvalho ao Golfo Pérsico³⁴³. Entretanto Cabral permanecia em Goa a fim de organizar uma grande armada para enfrentar a ameaça turca, a partir de Maio de 1550³⁴⁴.

Todavia uma outra frente requeria também a sua atenção: o Ceilão. Quando foi a Cochim, em Novembro de 1549, o governador havia recebido um pedido de ajuda por parte do soberano de Kotte³⁴⁵, Bhuvaneka Bahu (1518-1551), em guerra com Mayadunne (1520-1581), rei de Sitawaka. Para o socorrer e punir o rei de Cândia, que havia atraído António Moniz Barreto durante a sua expedição ao Ceilão em 1547³⁴⁶, Cabral nomeou o tio,

³³⁶ A ilha pertencera ao pai do rei e fora conquistada pelo rei de Cochim nos inícios do século XVI. Além disso, o soberano de Vadakkenkur havia sido criado na corte de Cochim, tendo laços de sangue com as dinastias reinantes em Cochim e Calicute. Cf. MALEKANDATHIL, Pius, *Portuguese Cochim and the Maritime Trade of India 1500-1663*, Nova Deli, Manohar, 2001, pp. 173-174.

³³⁷ Cf. *Ásia*, VI, viii, 2.

³³⁸ Cf. Carta de Jorge Cabral a D. João III, s.l. 21.II.1550 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 84, pp. 493-494.

³³⁹ Havia-se desentendido com Henrique de Sousa Chichorro, que fora eleito capitão de Cochim após a morte em batalha do anterior capitão Francisco da Silva, e acabara por esse motivo por rejeitar o controlo da armada. Cf. *Ibidem*, p. 492.

³⁴⁰ Segundo Gaspar Correia, Cabral começou por receber cartas de Cananor, Diu e Baçaim, no início do seu governo (cf. *Lendas*, vol. IV, p. 683) sendo estas depois confirmadas pelo soberano de Bijapur ainda antes da deslocação do rei de Tanor a Goa, ou seja, em Outubro de 1549 (cf. *Ibidem*, p. 690).

³⁴¹ Cidade na província de Ispaão no actual Irão. Este rei é retratado nas fontes portuguesas como um informador dos Portugueses face a todas as movimentações turcas.

³⁴² Tal sucedera em Março de 1550. Cf. *Ásia*, VI, viii, 5.

³⁴³ Cf. Carta de Jorge Cabral a D. João III, s.l. 21.II.1550 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 84, p. 493.

³⁴⁴ Cf. *Lendas*, vol. IV, pp. 711-712.

³⁴⁵ Cf. *Ásia*, VI, viii, 3.

³⁴⁶ Confira-se o mapa 4 sobre a jornada de Moniz Barreto em Ceilão.

D. Jorge de Castro³⁴⁷, o qual partiu para a ilha ainda em finais de 1549³⁴⁸. Porém, a mobilização para a guerra contra os Turcos, a par dos conflitos que o governador enfrentou em Goa com o vedor da fazenda, Cosme Eanes, e com D. Francisco de Lima, que foram presos por sua ordem³⁴⁹, e ainda o agravamento da situação no Malabar, não permitiram a Cabral empenhar-se como desejava na questão singalesa.

Após confirmação por diversas vias, dos preparativos turcos no Suez³⁵⁰, o governador empenhou-se unicamente na armada a construir. Em finais de Julho de 1550, após ter notícia que os Turcos não vinham e num quadro de novo agravamento da situação política no Malabar, devido à morte, em combate³⁵¹, do capitão Francisco da Silva, despachou, para Cochim, Manuel de Sousa Sepúlveda e, pouco depois, Gonçalo Vaz de Távora³⁵². Montado o cerco à coligação malabar ali reunida pelo Samorim, na qual se encontrava o rei de Tanor, Jorge Cabral procurou controlar tudo à distância, dado que permaneceu em Goa à espera de sucessor³⁵³, o qual numa situação normal

³⁴⁷ Trata-se do capitão de Chale a quem D. Sebastião daria ordem de execução em 1574 após ser informado da rendição da cidade às mãos do Samorim, em Novembro de 1571, ocorrida no âmbito da crise político-militar de 1565-1575.

³⁴⁸ Cf. *Ibidem*. A sua estadia em Ceilão será analisada adiante. Nele permaneceria até regressar a Cochim em Setembro de 1550.

³⁴⁹ Estes conflitos do Inverno de 1550 surgem descritos nas crónicas (cf. *Lendas*, vol. IV, pp. 698-700) e na carta de Jorge Cabral (cf. Carta de Jorge Cabral a D. João III, s.l. 21.II.1550 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 84, pp. 496-497). Cabral incompatibilizara-se com o vedor da fazenda, Cosme Eanes, que como vimos era figura próxima de Garcia de Sá e a quem Simão Botelho já havia responsabilizado pelo mau aviamento do carregamento da pimenta do ano de 1549 (cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Baçaim, 24.XII.1549. – PUB. *Textos do Estado...*, p. 45), dando-lhe ordem de prisão, bem como a D. Francisco de Lima. Esta não durou muito. O governador confiaria mais no vedor Rui Gonçalves de Caminha a quem encarregou da carga das naus de 1550 (cf. Carta de Jorge Cabral a D. João III, s.l. 21.II.1550 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 84, p. 496). Anote-se ainda que Cabral havia começado o seu governo com a demissão do ouvidor geral, António Barbudo, então aliado com D. Francisco de Lima e com o bispo D. Juan. O motivo da discórdia teria sido, tal como no tempo de Sá, os soldos e as mesas, questão que foi polémica após a morte de Sá e na qual Cabral se mostrou implacável para com os críticos daquele (cf. *Lendas*, vol. IV, p. 682).

³⁵⁰ Gonçalo Vaz de Távora fora informado pelo rei de Caxém que os Turcos preparavam no Suez 25 galés, mas este não sabia o seu destino e em Maçuá, também não lhe souberam dizer. Jorge Cabral ficou a saber deste facto a 17 de Maio de 1550 (cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXI), sendo informado pelo Idalcão, em Agosto de 1550, que o objectivo da armada turca seria Ormuz, oferecendo-se aquele rei para ajudar os Portugueses nas defesas como tinha sido acordado (cf. *Lendas*, vol. IV, p. 713).

³⁵¹ Francisco da Silva com anteriores interesses em pilhar um templo local faleceu nesta batalha em conjunto com o rei de Vadakkenkur. Como vingança pela morte do seu rei, a guarda pessoal deste atacaria Cochim de Cima nas vésperas da chegada de Manuel de Sousa Sepúlveda. Cf. *Ásia*, VI, vii, 8.

³⁵² Cf. *Lendas*, vol. IV, p. 717; *Ásia*, VI, viii, 11.

³⁵³ Cf. *Lendas*, vol. IV, pp. 721-723; *Ásia*, VI, viii, 13.

chegaria, no máximo, até finais de Setembro³⁵⁴. Só em meados de Outubro de 1550³⁵⁵, julgando que não seria substituído, partiu rumo a Vendurli, descendo a costa indiana e pilhando vários domínios do Samorim. Na ocasião, a própria Calicute não foi saqueada porque os capitães da armada de Cabral não o permitiram³⁵⁶. Quando, por fim, chegou a Vendurli e se encontrava prestes a decidir o ataque final, uma tempestade e a súbita chegada de D. Afonso de Noronha impediram-no de concretizar a investida.

Talvez por esta razão e tendo em conta o conflito que o novo vice-rei alimentou com Cabral, a sua pessoa tenda a ser bem avaliada por Couto³⁵⁷ e a ser considerada por Gaspar Correia como “o melhor despachador da Índia; nem sey quando outro tal terá”³⁵⁸. Mas, deve salientar-se que o governo cabralino não inovou substancialmente em relação ao governo anterior, antes reassistindo-se ao agravamento do quadro político no Estado da Índia, após a aparente acalmia da governação de Sá. Numa perspectiva de clarificação dos motivos que levaram D. João III a escolher D. Afonso de Noronha para o vice-reinado da Índia impõe-se tentar reconstituir as informações que o rei teria acerca do Estado da Índia.

II.2. A nomeação (1549-1550)

II.2.1. *O contexto*

No Reino, tal como anteriormente vimos, D. João III encontrava-se ocupado com a questão norte-africana³⁵⁹ e com o despacho do governador Tomé de Sousa para o Brasil³⁶⁰. Nesse difícil ano de 1549, o *Piedoso* dava ordem de encerramento da feitoria em Antuérpia e procurava ainda finalizar

³⁵⁴ Cf. FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo e LOPES, António, *Naufrágios e outras perdas da “Carreira da Índia” – Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 42.

³⁵⁵ Cf. *Relação...*, p. 9.

³⁵⁶ Cf. *Ásia*, VI, viii, 13;

³⁵⁷ Cf. *Ásia*, VI, ix, 2. Couto não deverá ter conhecido Jorge Cabral senão aquando do seu regresso da Índia em 1551, provavelmente na corte. Poderá ter assistido à mercê da 400 mil reais de tença que D. João III lhe dispensou bem como à sua recepção nos Açores. Talvez por isso o cronista da Índia se concentre em elogiar as qualidades pessoais de Cabral, e nem tanto os seus dotes governativos.

³⁵⁸ Cf. *Lendas*, p. 728. Correia defende acerrimamente Cabral nos seus reescontos com D. Afonso. Seria curioso ver o que escreveria sobre D. Afonso, mas infelizmente a sua crónica termina em Cabral. A forma como defende este, relembremos um homem cuja carreira se construiu na Índia, por antagonismo a D. Afonso, alguém que nunca havia estado na Índia, e a proximidade do cronista a todos os homens “feitos” da Índia, podem justificar o tom de elogio, considerando-o um dos melhores governadores que a Índia tivera.

³⁵⁹ Veja-se o ponto I. 2. 2.

³⁶⁰ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. Sobre a nomeação de Tomé de Sousa e criação do governo geral no Brasil, veja-se: COUTO, Jorge, *A construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do Início do Povoamento a Finais de Quinhentos*, Lisboa, Cosmos, 1997, pp. 230-243.

as negociações conducentes ao enlace do príncipe D. João, então herdeiro do trono, com a princesa D. Joana de Áustria, filha de Carlos V, as quais redundaram na chegada daquela à corte portuguesa em 1552³⁶¹. Foi com a vinda da armada da Carreira, zarpada da Índia em inícios do ano de 1549 e que chegou a Lisboa em Julho, que o monarca tomou melhor conhecimento da situação oriental. Soube o rei da morte de D. João de Castro através de D. Paio de Noronha³⁶².

Ao que tudo indica Sá, inseguro quanto à sua posição como governador, optou por informar o rei da ocorrência através das armadas da Carreira, não enviando um emissário por terra³⁶³. Esta opção pode ter uma explicação se atendermos a que Sá escreveu, em Dezembro de 1548, uma carta ao secretário do rei, Pêro de Alcáçova Carneiro, que não conhecia, pedindo-lhe que o defendesse junto do rei³⁶⁴. Sá receava pela reacção do monarca ao ser informado sobre o seu governo, visto que a ordem de prisão, datada da década de 1530, que D. João III dera ao fidalgo, nunca havia sido cumprida³⁶⁵ e Sá, temendo ou não pela sua sorte, também nunca regressara ao Reino³⁶⁶. O facto de Sá surgir numa sucessão, não em primeiro lugar, situação que então acontecia pela primeira vez, demonstra novamente como o rei o colocara na sucessão a pedido provável de alguém, o que apenas um estudo aturado da figura poderá revelar.

Entretanto, o monarca havia despachado, em Março de 1548, uma poderosa armada de onze navios³⁶⁷ cuja capitania-mor atribuíra a Martim Correia da Silva, nomeando-o para a capitania de Diu³⁶⁸. Tão grande armada, que aliás foi seguida por reforços ainda nesse ano, tinha um objectivo claro: o reforço naval para o prosseguimento da guerra contra o sultanato guzerate³⁶⁹. Em 1549, havia partido de Lisboa uma armada de menores dimensões dado que, no ano anterior, vários navios e homens tinham seguido, sob

³⁶¹ Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, pp. 275-276.

³⁶² Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXIX. D. Paio foi o capitão de Adém que em 1548 capitulou perante o ataque otomano, quando a cidade em rebelião contra Solimão se colocou sobre a suserania lusa. D. João III tomou conhecimento da morte de D. João de Castro por ele e por D. Álvaro de Castro, regressado em Julho de 1549.

³⁶³ A cronística e a documentação conhecida não registam o envio de qualquer emissário por terra ou por mar.

³⁶⁴ Nesta carta Garcia de Sá afirma que ouvira falar de Pêro de Alcáçova Carneiro através de Martim Afonso de Sousa e de D. João de Castro, afirmando que tencionava regressar ao Reino quando fora nomeado para a governança da Índia. Após pedir a sua protecção as suas palavras são bem elucidativas: “não comsymta ser Julgado amtes de ser ouvido como Ja fizerão que me foy causa de muyta deshonna e perda de minha fazemda” (cf. Carta de Garcia de Sá a Pêro de Alcáçova Carneiro, Goa, 13.XII.1548 – ANTT, CC I-81-127, fl. 1v).

³⁶⁵ Cf. nota 306.

³⁶⁶ Apesar de escrever a Alcáçova Carneiro que tencionava regressar. Cf. notas 306 e 364.

³⁶⁷ Dadas as múltiplas referências, seguiu-se neste ponto: FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo e LOPES, António, *op. cit.*, p. 118.

³⁶⁸ Cf. *Ásia*, VI, vii, 3.

³⁶⁹ Cf. *Ásia*, VI, vii, 2.

a capitania-mor de D. Álvaro de Noronha, então indigitado para a capitania de Ormuz³⁷⁰. De entre as missivas que recebera em 1549, e que são conhecidas, contam-se sobretudo cartas noticiando o agravamento da situação no Malabar³⁷¹. D. João III soubera também das pazes assinadas com Bijapur e deveria estar informado sobre as negociações visando um acordo com o sultão guzerate³⁷².

Não obstante, cremos que o rei se sentiria pouco confortado com a nomeação de Garcia de Sá, uma vez que esta não havia sido feita pela primeira via de sucessão, como atrás se destacou, dada a avançada idade de Sá, pelos contactos que este tinha na Índia e, mormemente, em face do conflito que ocorrera entre ambos. Quanto à sucessão de Jorge Cabral, D. João III não tomaria conhecimento dela antes de Junho de 1550³⁷³ o que, na prática, significa que ao nomear D. Afonso, o rei só tinha conhecimento do contexto oriental até inícios de 1549. Ao nomear o Noronha, em 1550, pela segunda vez no reinado joanino, um governador, neste caso Garcia de Sá, seria impedido de terminar o seu mandato³⁷⁴. Ora, como já foi apontado, Sá havia relatado na sua carta o perigo turco, questão que preocupava bastante D. João III, pois nela o rei jogava parte do seu prestígio na Europa Católica e, acima de tudo, a segurança do Estado da Índia.

É bem conhecida a ameaça que a expansão turca no Índico podia representar para os interesses da Coroa Portuguesa³⁷⁵. Certamente que o rei con-

³⁷⁰ Nomeado em Lisboa a 17 de Novembro de 1547, por 3 anos, para suceder antes de Bernardim de Sousa. Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 70, fl. 120v.-121. Os registos da Casa da Índia colocam a nomeação a 10 de Março de 1549 nas mesmas condições. Cf. *RCI*, vol. I, p. 99.

³⁷¹ Vejam-se: Carta do rei de Tanor a D. João III, Pala, 6.I.1549 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 103; Carta do rei de Chale a D. João III, Chale, 20.I.1549 – ANTT, *CC* I-82-23; Carta do rei de Crangalor a D. João III, s.l., 8.II.1549 – ANTT, *CC* II-17-23; Carta de Francisco de Sequeira a D. João III, Cochim, 6.II.1549 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 42; Carta de Cosme Eanes a D. João III, Cochim, 26.I.1549 – ANTT, *CC* I, 82-35. Todas estas cartas dão conta da tensão política no Malabar e do despontar das guerras da pimenta, bem como dos problemas para a obter. Além destas cartas D. João III terá recebido as que já referimos de Sá e outras que não chegaram aos nossos dias.

³⁷² Cf. Carta de D. João Henriques a D. João III, Goa, 27.X.1548–PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 21, p. 83.

³⁷³ Segundo Andrade, só em Novembro de 1549, Jorge Cabral após acompanhar na retaguarda o regresso do rei de Tanor ao seu Reino, se decidira a enviar um galeão para o Reino com as notícias da morte de Garcia de Sá e com a nova da conversão do rei de Tanor. Este chegaria a Lisboa a 17 de Junho de 1550, ficando o rei a saber da sucessão de Jorge Cabral, quando D. Afonso era já partido para a Índia. Curiosamente, Andrade é o único cronista a dar esta informação. Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LVIII.

³⁷⁴ O caso anterior decorrera com a nomeação do governador Martim Afonso de Sousa, a qual afastou D. Estêvão da Gama da governança da Índia, em caso polémico na corte. Para os pormenores deste caso veja-se PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso...*, pp. 198-204. Ao chegar à Índia, em 1550, D. Afonso iria interromper o governo de Sá no seu segundo ano tal como sucedeu com Martim Afonso de Sousa.

³⁷⁵ Para uma primeira abordagem e cronologia dos conflitos luso-otomanos: COUTO, Dejanirah, “Les Ottomans et l’Inde Portugaise” in *Vasco da Gama e a Índia*, vol. I, FCG, Lisboa, 1999, pp. 181-200.

sideraria necessária uma figura consensual para dirigir o Estado da Índia numa fase tão crucial quanto essa. E, neste aspecto, a analogia com o que se passara aquando do envio do vice-rei D. Garcia de Noronha, em 1538, parece flagrante³⁷⁶. O perfil da pessoa a nomear aconselhava, assim, alguém com experiência militar, capacidade de liderança e ainda uma figura cuja autoridade fosse reconhecida por todos³⁷⁷. Em todos estes planos, D. Afonso de Noronha assemelhava-se a D. Garcia, que também havia estado no Norte de África onde chegara a ser nomeado para o socorro de Safim, em 1534.

Acresce que D. Afonso de Noronha oferecia ainda outras duas vantagens, que o tornaram atractivo para aquele cargo: por um lado era um servidor do rei desde, pelo menos, o início do seu reinado, se não mesmo antes, podendo a relação de confiança entre ambos confundir-se a com a de amizade³⁷⁸ devido a essa proximidade; por outro lado, era encarado pelo rei como alguém zeloso e cumpridor das suas ordens. O padrão de seriedade de D. Afonso de Noronha, aproximá-lo assim da imagem de D. João de Castro, a qual levava o infante D. Luís a sugerir este último ao rei, em 1545³⁷⁹. Noutro plano, a relação de confiança entre D. João III e D. Afonso, que o episódio do Seinal só veio confirmar e reforçar, aproxima a nomeação de D. Afonso de Noronha à de Nuno da Cunha³⁸⁰, em 1528. Em ambos os casos, se tratam de figuras a quem o rei confiou missões de grande responsabilidade e que, para tal, foram providas de largos poderes. Se no caso de Cunha tal ficou a dever-se às disputas entre Lopo Vaz de Sampaio e Pêro de Mascarenhas, a queurgia colocar termo³⁸¹, no caso de Noronha o quadro de ameaça

³⁷⁶ Para a nomeação de D. Garcia de Noronha e o seu contexto consulte-se: COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, *op. cit.*, p. 197 e *Ásia*, V, iii, 8; PELÚCIA, Alexandra, "From Dom Garcia de Noronha do Dom João de Castro: appointment mechanisms for the government of the Estado da Índia" in *op. cit.*, pp. 129-143.

³⁷⁷ A necessidade de uma figura consensual para a governação da Índia é apontada pelo vedor da fazenda Cosme Eanes que reflectindo em longa carta sobre a ameaça turca e as deficiências do sistema de compra da pimenta em Cochim a dada altura escreve a D. João III que "mande ao Semhor Jmfante, seu Jrmão, pois nam he senão pera Reis", uma vez que na sua opinião só uma figura da família real imporia o respeito e consenso então necessários. Cf. Carta de Cosme Eanes a D. João III, Cochim, 30.XII.1549 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. IV, doc. 80, pp. 469-470. Já em 1538, com D. Garcia de Noronha, o infante D. Luís estivera para partir.

³⁷⁸ João Paulo Oliveira e Costa anotou a tendência joanina para nomear amigos para o cargo de governador da Índia. Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, "A nobreza e a Expansão: particularidades de um fenómeno social complexo" in *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, coord. de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimónia, 2000, pp. 47-48.

³⁷⁹ Cf. AQUARONE, J. B, *op. cit.*, pp. 300 e seguintes; SANCEAU, Elaine, *op. cit.*, pp. ??-??.

³⁸⁰ O próprio rei respondeu a D. Afonso, quando este lhe mandou perguntar pelo infante D. Luís se queria que prestasse algum serviço em concreto, que "não queria mais dele senão que lhe governasse a Índia, como Nuno da Cunha" (cf. COUTO, Diogo do, *O primeiro soldado prático*, edição de António Coimbra Martins, Lisboa, CNCDP, 2001, pp. 558-559).

³⁸¹ Sobre o contexto da nomeação de Nuno da Cunha e o papel que a disputa teve nos poderes concedidos por D. João III a Cunha para restaurar a ordem no Estado da Índia veja-se: CARVALHO, Andreia Martins de, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1529-1538)*, Lisboa, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2006, pp. 54 e seguintes.

turca e a consequente necessidade de uma figura com alguma veteranaria³⁸² e autoridade para a governança da Índia terão sido determinantes³⁸³. cremos, aliás, que pode aqui residir parte da motivação para que D. Afonso tenha usufruído do então excepcional título de vice-rei.

Desde o Verão de 1549 que D. João III pensaria num governador para a Índia, mas mesmo que pensasse desde logo em D. Afonso, este encontrava-se no Seinal. Graças ao cronista Francisco de Andrade conhecemos o contexto em que o monarca nomeou o Noronha³⁸⁴. Segundo este, o rei optou por D. Afonso “despois de ter posto isto muytas vezes em conselho” e porque este “mostrara bem o preço da sua pessoa no esforço e no bom gouerno, a que ajuntaua tambem ser Zelosissimo do seruiço del Rey”³⁸⁵. Nos finais da década de 1540, os membros do conselho régio que podem ter influído na nomeação do vice-rei Noronha são os seguintes: a rainha D. Catarina; o secretário Pêro de Alcáçova Carneiro; D. António de Ataíde, 1.º conde da Castanheira, o vedor da fazenda e amigo de infância do monarca que, por estes anos, atingia o auge do seu poder³⁸⁶; o infante D. Luís e o cardeal-infante D. Henrique.

Ora, estas figuras eram já conhecidas de D. Afonso dado o seu cargo de aposentador-mor, e por outro lado, a sua família mantivera contacto com algumas delas. O irmão, marquês D. Pedro de Meneses, havia trocado correspondência com D. António de Ataíde e com este mantido uma relação de proximidade³⁸⁷. O outro irmão, D. Nuno Álvares, fora cavaleiro da Casa do infante D. Luís desde 1536³⁸⁸, e havia sido nomeado, em 1547, vedor da

³⁸² À data da partida para a Índia, em 1550, D. Afonso teria, segundo cálculos nossos, entre 53 a 55 anos.

³⁸³ A questão da autoridade constituía uma das principais motivações do *Piedoso* para as nomeações da Índia. Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, “A política expansionista de D. João III (1521-1557): uma visão global” in *D. João III e o Mar. Ciclo de Conferências*, Academia de Marinha, Lisboa, 2003, p. 19.

³⁸⁴ O cronista deve ter consultado o regimento de D. Afonso que se desconhece, dedicando cinco capítulos da sua crónica à nomeação de D. Afonso, seu contexto e ordens que levou, o qual usaremos no ponto seguinte. Contudo, Andrade não se refere a um regimento mas sim a apontamentos e lembranças. O facto parece indiciar uma simpatia de Andrade por D. Afonso. O cronista não faz o mesmo para qualquer outro governador. No cômputo geral da sua obra, o vice-reinado de D. Afonso merece 35 capítulos, apenas abaixo dos 38 dedicados a D. Duarte de Meneses, 45 para Lopo Vaz de Sampaio e Pêro de Mascarenhas e 112 para Nuno da Cunha. Mais curioso é o facto de relatar o grande sucesso militar de D. Afonso em Ceuta no meio da descrição dos acontecimentos da Índia (cf. nota 201). Estes factos são dignos de nota pois o estilo barroco, discreto e pouco moralizante de Andrade já foi apontado por Romero de Magalhães. Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Em torno da crónica de D. João III de Francisco de Andrade” in *op. cit.*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, pp. 139-145.

³⁸⁵ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXIX, p. 1064.

³⁸⁶ Cf. CARVALHO, Maria Paula, *A acção ultramarina de D. António de Ataíde 1.º conde da Castanheira*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FLUL, 2001, p. 67.

³⁸⁷ Vide notas 117, 118 e 120.

³⁸⁸ Foi cavaleiro da Casa do Infante D. Luís desde 1536 até 1545. Cf. ANTT, *NA 177*, fl. 15 (1536), *NA 178*, fl. 13v (1538), *NA 179*, fl. 16v. (1542), *NA 180*, fl. 13 (1543), *NA 181*, fl. 16v (1545).

fazenda da Casa da Rainha D. Catarina³⁸⁹, culminando a sua carreira como mordomo-mor e governador desta Casa, em 1553³⁹⁰, embora falecesse nesse ano³⁹¹. Por este motivo, é crível que D. Nuno fosse próximo de Pêro de Alcáçova Carneiro, já então fiel servidor de D. Catarina³⁹². Em suma, a única figura do conselho do rei sobre a qual não se adivinha uma relação directa, com D. Afonso ou com a sua família, é o cardeal-infante D. Henrique. Mas, é bem possível que o bom relacionamento de D. Afonso com os Jesuítas, já anotado para Ceuta³⁹³, conjugado com as promessas que fez a Simão Rodrigues³⁹⁴, o tornassem numa figura grada do inquisidor-mor do Reino. Nada aponta para que qualquer uma destas figuras se tenha oposto à nomeação de D. Afonso. Além disso, o momento apelava à necessidade de consenso por parte do Conselho Real.

Cabe também aqui espaço para ressaltar uma outra ideia importante. A partir da década de 1550 e durante o reinado de D. Sebastião é nítido que boa parte dos vice-reis nomeados em Lisboa ou eram figuras próximas da Companhia de Jesus como era o caso de D. Afonso, ou então receberam a sua aprovação aquando da sua nomeação³⁹⁵. Neste aspecto, e mesmo que

³⁸⁹ Cf. ANTT, *CDJ (Privilégios)*, liv. 2, fl. 101. Lisboa, 10.XII-1547. Nomeado com privilégios iguais aos vedores do Reino. Os registos da Casa da Índia colocam a data da nomeação a 17.IX.1550. Cf. *RCI*, vol. I, p. 104.

³⁹⁰ Surge nos livros da Casa da rainha D. Catarina do ano de 1553 enquanto tal com 103 707 reais de ordenado anual. Cf. ANTT, *NA 145*, fl. 16. O primeiro documento conhecido em que assina como mordomo-mor da rainha data de 8 de Fevereiro de 1553, tratando-se de uma ordem de pagamento de 2500 reais a Lopo Rodrigues Neto, moço de câmara da rainha (cf. ANTT, *CC I-89-67*). Depreende-se que foi nomeado após o falecimento do anterior mordomo-mor, D. Fernando de Noronha, em 1552.

³⁹¹ Esta informação surge no livro de 1553 em nota à margem (ver nota anterior). O último documento em que assina enquanto mordomo-mor data de 10 de Novembro de 1553, tratando-se de uma ordem de pagamento ao resposteiro-mor da rainha, Henrique Velho, de 3636 reais de moradia (cf. ANTT, *CC I-91-66*). Couto confirma esta informação, contando a tristeza do filho de D. Afonso, em 1554, quando soube de tal ao regressar a Goa: “E logo na barra achou D. Fernando de Menezes recado de seu pai, como seu tio Dom Nuno Alvares era falecido e lhe mandou dó feito pera desembarcar. D. Fernando o sentio tanto” (*Ásia*, VII, i, 4).

³⁹² Sobre o poder dos secretários, a evolução deste cargo nos reinados de D. João III e de D. Sebastião e, mais em concreto, sobre a figura de Pêro de Alcáçova Carneiro neste período, veja-se a inovadora dissertação de André Costa onde o autor discute alguns dos meios que este encontrou para consolidar a sua influência. Cf. COSTA, André, *Os Secretários e o Estado do Rei: Luta de Corte e Poder Político. Séculos XVI-XVII*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, 2008, pp. 69-87.

³⁹³ Veja-se o ponto I. 2. 2.

³⁹⁴ Quando soube da sua nomeação, D. Afonso escreveu uma carta a Simão Rodrigues, prometendo enviar dois religiosos à Etiópia (cf. SCHURHAMMER, Georg S. J., *Francis Xavier His life, his times*, 2.^a edição, volume IV, The Jesuit Historical Institute, Roma, 1982, p. 353). Além disso, o provincial jesuíta não só era o confessor de D. Afonso (*Ibidem*, pp. 414-415), provavelmente, desde 1547, como receberia ainda uma carta de D. Afonso, em 1551, a agradecer a sua ida a Índia. É pois provável que tenha interferido na sua nomeação.

³⁹⁵ Como exemplos emblemáticos do que foi afirmado, vejamos as nomeações de D. Pedro Mascarenhas em 1554, o fidalgo responsável por trazer os primeiros Jesuítas para Portugal, a

não tenha sido com D. Afonso que se tenha iniciado esta tendência, importa reflectir um pouco sobre a importância do patrocínio jesuíta a esta nomeação. É, contudo, impossível fazê-lo sem recuar à entrada da Companhia em Portugal e sem olhar ao seu percurso de ascensão na corte lusa durante a década de 1540.

Chegados a Lisboa em Junho de 1540, Francisco Xavier e Simão Rodrigues foram entusiasticamente recebidos por D. João III e por D. Catarina, um facto que não surpreende se for tido em conta que ainda antes da Companhia ser aprovada pelo Papa, já o monarca escrevera a D. Pedro Mascarenhas, então embaixador em Roma, para que recrutasse o maior número de Jesuítas para Portugal³⁹⁶. O interesse régio fora despertado por uma carta que Diogo Gouveia, reitor do Colégio de Santa Bárbara de Paris, onde então estudavam os bolseiros do rei e se encontravam Inácio de Loyola e alguns dos seus companheiros, na qual este recomendava ao monarca o recrutamento dos discípulos de Loyola para a empresa missionária oriental. Gouveia escrevera esta carta na sequência da divulgação europeia, a partir da corte portuguesa, em 1537, da conversão de alguns cristãos na Costa da Pescaria³⁹⁷. Tal surgia num momento em que se afigurava a necessidade de reaquacionar os métodos de missão no Oriente, fundados no espírito messiânico e nas conversões em massa, e que começavam a evidenciar-se como algo desajustados³⁹⁸.

Assim, ao interesse político do rei pelas actividades da Companhia que pretendia espalhar pelo Império e pelo próprio Reino dado o insucesso da reforma de outras ordens religiosas³⁹⁹, rapidamente se acoplou o interesse e ligação pessoal do rei aos Jesuítas⁴⁰⁰. A este interesse não foi de forma alguma alheia a novidade trazida por uma ordem religiosa que desde o seu parto inicial parecia destinada ao combate à Reforma Protestante, logrando aliar em si própria uma capacidade de enfrentamento daquela ameaça

nomeação de D. Constantino, em 1558, a nomeação de D. Antão de Noronha, em 1564, ou ainda a indigitação do vice-rei D. António de Noronha, em 1571.

³⁹⁶ Cf. DAURIL, Alden, *The making of an enterprise. The Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond, 1540-1750*, Stanford, Stanford University Press, 1996, pp. 25-26.

³⁹⁷ Cf. PALOMO, Federico, *Fazer das escolas excelentes campos. Os Jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1551-1630)*, s.l., FCG/Fundação Ciência e Tecnologia, 2003, pp. 74-75. Gouveia fora informado daquele acontecimento através de D. Jerónimo Osório.

³⁹⁸ Cf. *ibidem*.

³⁹⁹ Cf. DAURIL, Alden, *op. cit.*, p. 27.

⁴⁰⁰ Segundo Federico Palomo, além dos motivos que Alden Dauril considera explicativos do interesse régio pela Companhia, contam-se ainda a novidade da educação doutrinal dos jovens da corte, os trabalhos apostólicos desenvolvidos nas praças e hospitais de Lisboa e acima de tudo as directrizes de uma nova espiritualidade que embora ainda se encontrasse numa fase de definição aliava o respeito pela tradição litúrgica e sacramental com uma prática religiosa de tom mais intimista. Apesar disso, este autor considera que nos primeiros anos da presença da Companhia em Portugal, não era intenção de D. João III entregar de imediato a proeminência no campo educativo aos Jesuítas como mais tarde sucedeu. Cf. PALOMO, Federico, *op. cit.*, pp. 77-80.

ao mesmo tempo que se mostrava suficientemente flexível para mudar de tática quando as circunstâncias o exigissem⁴⁰¹. Por outro lado, as novidades trazidas pelos Jesuítas nos campos da educação e pedagogia⁴⁰² quando aliadas ao facto da Companhia ter procurado desde o seu início uma refundação da Igreja Católica através do combate aos vícios e maus costumes que haviam em parte motivado a Reforma Protestante, tornaram a Companhia de Jesus especialmente atractiva num momento de reequacionamento das prioridades políticas e religiosas do Império Português como foi a década de 1540. Por outras palavras, a novidade dos métodos trazidos pela Companhia sucedia-se após um longo histórico de interferência do poder régio português na esfera religiosa⁴⁰³ que tinha, entre muitas outras motivações, o referido objectivo de encontrar um melhor apoio aos projectos de evangelização no âmbito do Padroado Português do Oriente, mas que nem sempre fora bem sucedido. De facto, à data apenas os Franciscanos tinham partido para a Índia, em 1519, mas a sua acção desde então não parecera ter grande sucesso.

A conhecida cadência de mortes na família real portuguesa durante a década de 1540, a viragem de cunho contra-reformista que então se viveu, bem como o patrocínio ou a entrada na Ordem de membros da mais alta nobreza do Reino, explicam que em 1549-50 Simão Rodrigues tivesse o poder de influir na nomeação de D. Afonso. Não só já eram então conhecidos no Reino os frutos da evangelização de Xavier no Oriente para onde partira na armada do governador Martim Afonso de Sousa em 1541, como já se encontrava em decurso o processo que levaria a que o Colégio das Artes de Coimbra fosse entregue à Companhia. Também por estes anos era criado o Colégio do Espírito Santo de Évora atribuído a Melchior Carneiro com o apoio do cardeal D. Henrique.

Devido à sua ligação à Companhia, a qual D. Afonso trouxera para o Norte de África, mas de certo também, sempre sensível às mudanças decorridas na corte portuguesa, o Noronha, talvez já em 1547-48, tenha na sua estadia no Reino vislumbrado a ascensão dos Jesuítas e procurado estreitar laços que mais tarde lhe poderiam ser úteis. A presença constante do irmão D. Nuno na corte, enquanto agente defensor dos interesses de todos os mem-

⁴⁰¹ Cf. DURKEHEIM, Émile, *Historia de la educacion y de las doctrinas pedagogicas. La evolucion pedagogica en Francia*, Madrid, Ediciones Endymión, 1982, p. 291.

⁴⁰² Sobre a temática vejam-se as perspectivas de DURKEHEIM, Émile, *op. cit.*, pp. 301-315 e VARELA, Julia, *Modos de educacion en la España de la ContraReforma*, Madrid, Las Ediciones de La Piqueta, 1983, pp. 131-174.

⁴⁰³ Este histórico de interferência do poder político na esfera religiosa durante o reinado joanino conheceu uma importante fase, como lembrou Federico Palomo, desde a criação da Mesa de Consciência e Ordens, em 1532, passando pela instauração da Inquisição em 1536, nas posteriores interferências régias na estruturação daquele órgão, na intervenção régia no processo de reforma das ordens religiosas, nos provimentos dos principais cargos eclesiásticos, e ainda pelo processo de incorporação das Ordens Militares na Coroa, em 1551. Cf. PALOMO, Federico, *op. cit.*, pp. 55-65.

bro da Casa de Vila Real e ainda enquanto um dos homens de confiança do monarca, também neste aspecto nos parece ter sido absolutamente decisiva para perceber a nomeação de D. Afonso.

Desconhecem-se referências a outros nomes que possam ter sido ventilados para a governança da Índia, mas é plausível que D. Pedro Mascarenhas tenha sido um deles. Mesmo que tal tenha sucedido, D. Pedro encontrava-se afastado do exercício das capitanias marroquinas⁴⁰⁴, sendo empregue pelo rei em diversas embaixadas⁴⁰⁵ e, por esta fase, também como mordomo-mor do príncipe D. João⁴⁰⁶. Sendo certo que Mascarenhas partilhava com D. Afonso muitas das qualidades nele identificadas, em especial o zelo e a sua relação próxima com os Jesuítas, também não será curial abstrair que era já idoso⁴⁰⁷ e que a sua presença na corte era necessária. Aliás, os dados posteriores da sua nomeação, em 1554, em particular a resistência que protagonizou e o facto da mesma só ocorrer após a morte daquele príncipe, assim o sugerem.

Outro potencial candidato poderá ter sido o irmão de D. Afonso, D. Nuno Álvares, o qual na carta de 1547, se insinuou indirectamente para a governança da Índia, uma vez que, no aperto financeiro em que se encontrava, chegara a equacionar a sua partida para a Índia⁴⁰⁸. Ora, um membro de uma Casa como a de Vila Real, com o currículo militar e cortesão de D. Nuno, dificilmente poderia seguir para a Índia sem ir provido ou de uma grande capitania ou mesmo da governança⁴⁰⁹. Porém, D. Nuno não partiu tendo, pouco depois, recebido a nomeação para a vedoria da fazenda. Além disso, como já assinálamos, o monarca não depositava em D. Nuno a mesma confiança, sobretudo a nível militar, que tinha em D. Afonso, cabendo ainda lembrar que, em 1547, o *Piedoso* reconduzira D. João de Castro. Assim, as hipóteses de D. Nuno vir a ser governador ou vice-rei da Índia terão sido remotas.

⁴⁰⁴ Mascarenhas iniciou a sua carreira ainda adolescente nas praças de Safim e Azamor. Em 1516, esteve com o irmão D. Nuno Mascarenhas em Safim e em 1530 fora nomeado capitão de Azamor. Por fim, tivera a participação já anotada no caso do Seinal. Cf. nota 270.

⁴⁰⁵ Havia sido embaixador à corte de Carlos V, durante a década de 1530, e em Roma, tendo sido o homem que trouxera Francisco Xavier para Portugal. Cf. *ibidem* e LOPES, António, *D. Pedro Mascarenhas: introdutor da Companhia de Jesus em Portugal*, Braga, Editorial A.O., 2003.

⁴⁰⁶ D. João III havia dado Casa ao herdeiro em 1549. Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, p. 52.

⁴⁰⁷ Morrerá, em 1555, aos 70 anos, tendo em 1549, cerca de 64-65 anos.

⁴⁰⁸ Cf. ANTT, CM, Mç. 2, doc. 157, fl. 2.

⁴⁰⁹ Para o reinado manuelino, André Teixeira não identificou membros da Casa de Vila Real no Índico (cf. TEIXEIRA, André, "Uma linhagem...", p. 139). Para o reinado de D. João III apenas encontrámos referência a D. Fernando de Noronha, filho de D. Diogo de Noronha, irmão do 3.º marquês de Vila Real, a actuar no Índico. Mas ainda assim, destaque-se que após a saída de D. Afonso da Índia em 1555, apenas D. Antão lá ficou e fez carreira. Os filhos de D. Manuel de Meneses, 5.º marquês de Vila Real e 1.º duque, a partir de 1585, também não sulcaram mares a caminho da Índia.

Desta forma, e apesar de não ser conhecida correspondência de D. António de Ataíde para o rei acerca da nomeação de D. Afonso⁴¹⁰, tudo aponta para que a sua indigitação tenha ocorrido sem a oposição deste ou do infante D. Luís⁴¹¹. Por outro lado, anotou-se já como D. Nuno Álvares intercedera junto do rei pelo marquês D. Miguel⁴¹² e ainda pelo próprio D. Antão⁴¹³. Porque não interceder, junto do rei e da rainha, da qual era vedor, pela nomeação do irmão para o governo da Índia depois de inviabilizada a sua própria candidatura? Em suma, D. Afonso não apenas tinha o perfil considerado ideal para o fidalgo a nomear como estava suficientemente bem relacionado na corte para conseguir afastar outros nomes que possam então ter sido ventilados.

II.2.2. *As mercês e o regimento*

Chegado ao Reino durante o mês de Novembro de 1548, D. Afonso certamente teve muito para tratar com D. João III e com D. António de Ataíde. O monarca havia decidido que na armada daquele ano seguiriam dois mil homens⁴¹⁴ e, tudo indica, que os preparativos da partida foram iniciados numa fase tardia. Aliás, D. Afonso teve oficialmente a sua carta de vice-rei da Índia a 18 de Fevereiro de 1550⁴¹⁵ e, apenas a 1 de Abril, recebeu a carta de homenagem dos capitães de fortaleza da Índia⁴¹⁶. Tudo leva a crer, pois, que o final do ano de 1549 tenha sido passado em negociações.

A grande ambição de D. Afonso à data da sua ida para a Índia era que o rei concedesse assentamento a cada um dos seus cinco filhos⁴¹⁷, algo que nunca aconteceu. O Noronha parecia ambicionar demasiado visto que fora apenas no ano anterior que o monarca lhe fizera doação da terra da Macieira e do concelho de Serém⁴¹⁸, bens que pertenceram ao cunhado António de

⁴¹⁰ A Coleção de São Lourenço não conserva qualquer carta nesse sentido e as cartas que se conhecem de D. António para o rei, dizem respeito ao provimento das armadas da Índia de 1550 e 1551. As cartas do embaixador espanhol, Lope Hurtado de Mendonza, em Lisboa para o ano de 1549 e 1550, estantes em Simancas (Legajos 394 e 395), não apresentam dados para a nomeação de D. Afonso de Noronha, referindo-se sobretudo à evolução norte-africana e aos assuntos pendentes entre ambas as cortes.

⁴¹¹ Assim se deduz do episódio relatado na nota 380.

⁴¹² Vide nota 169.

⁴¹³ Vide nota 221.

⁴¹⁴ Cf. *Ásia*, VI, ix, 1.

⁴¹⁵ Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 69, fl. 41v, Lisboa, 18.II.1550. Levou o ordenado de 8000 cruzados que já D. João de Castro levava em 1545. Cf. *RCI*, vol. I, pp. 85 e 101.

⁴¹⁶ Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 69, fl. 43v, Lisboa, 1.IV.1550.

⁴¹⁷ É o próprio D. Afonso que o escreve à rainha em carta de 1552, sendo esta questão também referida pelo cronista Francisco de Andrade. Cf. Carta de D. Afonso de Noronha à rainha D. Catarina – PUB. *Gavetas*, vol. III, doc. 20, p. 260, Cochim, 27.I.1552; *Crónica*, Parte IV, cap. LXIX.

⁴¹⁸ Terras no termo de Aveiro.

Miranda, então falecido⁴¹⁹. Mas, tudo indicia que D. Afonso já fosse senhor de terras, desde pelo menos 1545⁴²⁰. Por ocasião da sua partida para a Índia, o rei passou ainda um alvará para poder confirmar os juízes das vilas de Ega e de Dornes⁴²¹, no qual D. Afonso surge, pela primeira vez, documentalmente identificado como cavaleiro da Ordem de Cristo⁴²². Os dados disponíveis, como já foi mencionado no capítulo I, não permitem datar com precisão a sua investidura como cavaleiro daquela Ordem mas, sabe-se que, desde 1540, detinha direitos nas vilas de Ega e de Dornes. Já depois de partir para a Índia, D. João III concedeu-lhe ainda um padrão de 2500 reais de juro em Santarém⁴²³ e, com o provável acordo de D. Afonso, passou um alvará para que a sogra, D. Filipa de Ataíde, pudesse desempenhar a aposentadoria-mor por este “amdar fora deste Reino”⁴²⁴.

No que respeita à sua família directa, a mercê mais importante que D. Afonso recebeu foi o direito do seu primogénito herdar as terras que o rei lhe havia outorgado no ano anterior, à data da sua morte⁴²⁵. Esta justificava-se, caso D. Afonso viesse a falecer na viagem de ida ou de volta ou mesmo durante a sua estadia na Índia. O monarca permitia ainda que se lhe acontecesse algo, este pudesse dispor livremente da sucessão dos seus bens⁴²⁶. O Noronha procurou, já nesta altura, garantir o casamento da sua filha, D. Catarina de Eça, com o herdeiro da Casa de Ferreira/Tentúgal, D. Rodrigo de Melo, ao que D. João III lhe terá respondido “que não quisesse disso mais certeza, que a lembrança que sempre auia de ter de seus merecimentos”⁴²⁷. Segundo o cronista Andrade, o *Piedoso* concedera ao quarto filho do marquês de Vila Real o título de vice-rei “para lhe mostrar por obras o gosto com que o encarregava daquelle cargo, e a esperança que tinha de ser bem seruido delle”⁴²⁸. Mas as mercês de D. Afonso não se cingiram aos bens e ao título⁴²⁹. Querendo evitar o que sucedera no tempo de Nuno da Cunha, quando o capitão-mor do mar da Índia, neste caso Martim Afonso de Sousa, entrou em conflito com o governador, o monarca deixou-o

⁴¹⁹ Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 70, fl. 57. Xabregas, 24.V.1548.

⁴²⁰ Uma carta pelo qual se lhe coutou o paul de Boboris, no contexto de um socorro a Ceuta, assim o parece indicar. Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 35, fl. 46.

⁴²¹ Terras no termo de Óbidos.

⁴²² Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 62, fl. 15v. S.l., 6.II.1550. D. Afonso passaria esta mercê ao irmão D. Nuno Álvares, provavelmente devido à sua partida para a Índia – ANTT, *CDJ*, liv. 54, fl. 128, Lisboa, 30.VIII.1550. Como já foi analisado anteriormente, desde pelo menos 1548, detinha uma comenda da Ordem de Cristo: a comenda das Olalhas.

⁴²³ Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 57, fl. 317. S.l., 11.V.1550.

⁴²⁴ Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 62, fl. 79v. S.l., 2.VII.1550. Neste documento D. Afonso volta a surgir como cavaleiro da Ordem de Cristo e seu comendador-mor.

⁴²⁵ Nenhum documento o indica apenas Andrade. Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXIX.

⁴²⁶ Cf. *ibidem*.

⁴²⁷ Cf. *ibidem*.

⁴²⁸ Cf. *ibidem*.

⁴²⁹ Cf. *ibidem*.

nomear o titular daquele cargo. Pensamos que tenha sido nomeado D. Fernando de Meneses⁴³⁰. Esta mercê deve ser anotada pois, aquando da nomeação do vice-rei D. Pedro Mascarenhas, em 1554, a disposição joanina, como se verá, será já outra. Nisto foi D. Afonso “acompanhado de tantas palauras de confiança que tinha delle, que se ouue por bem satisfeito”⁴³¹.

Em conjunto com o rei, D. Afonso pôde ainda nomear os titulares dos principais cargos da administração do Estado da Índia: Simão Botelho, passaria a ser o vedor que acompanharia sempre D. Afonso, sendo substituído na sua anterior função de vedor de visita das fortalezas por João da Fonseca; André de Medanha, nomeado ouvidor geral da Índia; Cristóvão Fernandes, indigitado chanceler e provedor-mor dos defuntos; Simão Ferreira, para secretário pessoal, que já o fora de Nuno da Cunha e, por fim, mas não menos importante, o Noronha tinha ainda direito a nomear o capitão de Ormuz na vagante dos providos⁴³². É possível que D. Afonso tenha indicado os nomes de Gaspar de Melo Sampaio para a capitania de Goa, de Francisco Lopes de Sousa para Malaca e de D. Duarte de Eça para as Molucas, mas uma vez mais as fontes não permitem apresentar certezas⁴³³. Estes factos relembram a nomeação de D. Vasco da Gama, em 1524, fortemente negociada com o monarca⁴³⁴. De entre os fidalgos que D. João III recomendou para aconselharem D. Afonso na Índia, contavam-se⁴³⁵: D. Juan de Albuquerque, bispo de Goa; os vedores da fazenda, Simão Botelho e João da Fonseca; o filho D. Fernando de Meneses; o sobrinho D. Antão de Noronha; Manuel e João de Mendonça, futuro governador da Índia; Manuel de Sousa Sepúlveda; D. Álvaro de Noronha; Fernão de Sousa de Távora; Martim Correia da Silva; D. Álvaro de Ataíde da Gama, futuro capitão de Malaca; D. Pedro da Silva da Gama, o capitão de Malaca à chegada de D. Afonso; D. Francisco e D. Manuel de Lima; D. Diogo de Noronha, o futuro capitão de Diu; o experiente Vasco da Cunha; Diogo Álvares Teles e João Magalhães.

As ordens que o novo vice-rei levava eram de variada índole. Um primeiro lote dizia respeito à África Oriental, área onde o rei ordenava a D. Afonso que obrigasse os capitães de Sofala a cumprir o seu regimento e lhe pedia

⁴³⁰ *Ibidem*. Embora Andrade não afirme quem foi o escolhido, a mercê de 1000 cruzados anuais a D. Fernando de Meneses, passada em Lisboa, a 25.III.1550, enquanto estivesse na Índia aponta para ele. Cf. *RCI*, vol. I, p. 102.

⁴³¹ Cf. *ibidem*.

⁴³² O sistema das vagantes dos providos foi criado no tempo de Nuno da Cunha (cf. CARVALHO, Andreia Martins, *op. cit.*, p. 126), causando desde então queixas diversas. O sistema permitia que à data de saída de um capitão, existisse uma lista de nomeados para entrar nessa mesma capitania. Que conheçamos nenhum outro governador ou vice-rei levou esta mercê para a Índia, sobretudo para uma das mais importantes capitanias. Tal parece só se compreender, uma vez mais, no contexto da ameaça turca.

⁴³³ Apenas um estudo detalhado da composição “social” da armada de 1550 o poderá confirmar.

⁴³⁴ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, *op. cit.*, pp. 357-358.

⁴³⁵ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXXII.

que investigasse os resgates de ouro de Cuama⁴³⁶. Em relação a Madagáscar, o monarca determinou que o Noronha, assim que chegasse à Índia, enviasse, em segredo, três pessoas da sua confiança para reconhecer a ilha.

Face ao Malabar, área sobre a qual vimos que D. João III estava bem informado, o soberano mandava que D. Afonso controlasse o crescimento das fortalezas de Chale, Coullão e Cochim, e nomeasse anualmente uma pessoa da sua confiança para tratar da carga e descarga das naus do Reino, devendo ainda proceder a uma verificação do sistema dos pesos de Cochim, ao estabelecimento de um dia certo para o pagamento da pimenta e à entrega de um presente ao rei de Tanor⁴³⁷.

Quanto ao Ceilão, D. João III desejava apurar todo o caso de Cândia e da expedição de António Moniz Barreto, insistindo na necessidade de D. Afonso lhe dar um parecer sobre a reconstrução de uma fortaleza na ilha. Para Malaca, D. João III pedia a D. Afonso que procurasse conter os abusos dos seus capitães, então apenas autorizados a passarem cartazes para a Índia e Bengala e proibidos de possuírem navios próprios. Quanto às Molucas, devia evitar que estas fossem visitadas por castelhanos e aplicar a provisão do cravo⁴³⁸.

Mas, o grosso das ordens do Noronha reportava-se à questão turca e à política face ao sultanato guzerate e face a Goa. O facto de ambas as áreas serem as que eram objecto de mais ordens parece ter determinado a inter-conexão da política para ambas, algo que D. Afonso acentuou durante o seu governo. Sobre a questão turca, após ouvir os fidalgos experientes da Índia estantes no Reino, D. João III determinou um reforço da fortificação de Ormuz, que reconhecia estar bem provida⁴³⁹, concedendo a D. Afonso o direito de nomear o capitão-mor daquele mar, encarregando-o de encetar negociações com a Pérsia Safávida e com os Gizares⁴⁴⁰. Teria de dar um parecer semelhante ao de Ceilão sobre a construção de uma fortaleza na ilha de Murzim⁴⁴¹, aconselhar-se sempre sobre esta questão com os conselheiros nomeados, exigindo ainda que nunca saísse da Índia para combater os Turcos, independentemente das circunstâncias.

⁴³⁶ Como foi referido, para o regimento de D. Afonso a fonte foram os cinco capítulos de Andrade. No entanto, foi possível apurar outras ordens que Andrade não menciona. Em específico, a questão dos resgates do ouro, bem como a de Madagáscar, encontra-se numa das cartas de D. Afonso escrita já da Índia, mencionando este facto. Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551, fls. 13-14.

⁴³⁷ Cf. Carta de D. João III a D. António de Ataíde, s.l., 26.IV.1550 – PUB. FORD, J. D. M., *Letters of John III King of Portugal 1521-1557*, Cambridge, Harvard University Press, 1931, doc. 337, p. 369.

⁴³⁸ Será feita menção a este assunto no ponto III.1.5. sobre Malaca e as Molucas.

⁴³⁹ Provavelmente, o rei correspondeu-se com D. Manuel de Lima, que lhe deu conta das obras de fortificação. Pode-se deduzir tal pois à chegada do novo capitão de Ormuz, D. Álvaro de Noronha, em 1550, este refere-se nas suas cartas às obras efectuadas pelo anterior capitão.

⁴⁴⁰ Trata-se de uma tribo árabe estabelecida na costa árabe do Golfo Pérsico, sempre em guerra com os Otomanos.

⁴⁴¹ Ilha em frente de Baçorá.

Em relação a Goa, deveria apurar se a venda de Bârdez e Salsete ao soberano de Bijapur seria proveitosa para os interesses do Estado, arrendar as rendas da alfândega e manter o príncipe Meale na cidade, com uma renda anual de dois mil cruzados. Já face às Praças do Norte, D. Afonso teria de controlar o crescimento de casas em Chaul, invernar em Baçaim onde extinguiria a sua tanadaria e aceleraria as obras de fortificação da praça, e deteria ainda poderes para renegociar ou reabrir a guerra com o sultanato guzerate.

Todavia, devido ao teor de uma informação anónima, provavelmente de 1549⁴⁴², e à influência de Simão Rodrigues na sua nomeação, e por nos reportarmos ao período inicial da expansão dos Jesuítas pelo império⁴⁴³, D. Afonso levava ordens “religiosas”: honras ao bispo de Goa; castigo do soberano de Jafanapatão, que havia morto quinhentos cristãos⁴⁴⁴; favorecimento máximo da Companhia de Jesus; trabalho de conversão de reis gentios.

A tónica de crise financeira vivida no Reino e também na Ásia Portuguesa, determinaram que D. Afonso não fosse autorizado a assentar novos soldos, só os pagando a quem os merecia, e que procurasse ao máximo conter despesas. Deveria ainda elaborar um rol anual de despesas e receitas de cada uma das fortalezas. Por fim, uma outra categoria de ordens respeitava à contenção dos abusos dos capitães de fortaleza, ao envio de uma relação do estado das armadas estantes na Índia e à proibição do uso de mandatos verbais, assentando todas as suas ordens por escrito.

Por este extenso elenco de ordens, entende-se como era imperioso o título de vice-rei para D. Afonso de Noronha, encarregado de conter diversas ameaças. Talvez por isso mesmo seja interessante comparar a missão de que D. Afonso foi incumbido com a de D. Vasco da Gama e D. Garcia de Noronha. Alexandra Pelúcia afirmou que, para a primeira metade do século XVI, a concessão do título de vice-rei ou de governador, dependia da missão confiada aos seus titulares⁴⁴⁵. No caso de D. Afonso pensamos que tal se aplica na íntegra e apesar de a partir do Noronha, todos os nomeados em Lisboa passarem a partir com o título de vice-rei, não nos parece que o 5.º vice-rei da Índia fosse o primeiro dessa longa série. Ao invés, consideramos que a sua nomeação foi marcada pelo mesmo carácter de excepionalidade que as de D. Vasco da Gama e de D. Garcia de Noronha.

⁴⁴² Apenas se sabe que é de data posterior a 1548. A informação pedia particularmente mercês para os Jesuítas e apontava a necessidade de um governador que lhes fosse favorável: “Item, que Vossa Alteza mande de qua humra pessoa virtuosa e de bom zelo que espicialmente... chirstandade e va favorecido de Vossa Alteza e o seja laa do governador” – PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 15, p. 214. Também Xavier escrevera de Cochim, a 20 de Janeiro de 1548, ao rei e a Simão Rodrigues pedindo a nomeação de um governador favorável aos interesses dos Jesuítas na Ásia. Cf. *Ceylon*, docs. 103 e 104, p. 505 e 507.

⁴⁴³ Veja-se o capítulo inicial de ALDEN, Dauril, *op. cit.*

⁴⁴⁴ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXIII.

⁴⁴⁵ Cf. PELÚCIA, Alexandra, “From Dom Garcia de Noronha...” in *op. cit.*, pp. 129-143.

A atestá-lo está o facto de talvez com a excepção de D. Francisco de Almeida (1505-1509), 1.º vice-rei da Índia, todos os indivíduos que receberam essa mercê, a tiveram num contexto de combate à presença turca. Assim sucedera em parte com D. Vasco da Gama, em 1524, em especial com D. Garcia de Noronha, em 1538, e com o próprio Castro, em 1548, que recebera o título de vice-rei como prémio pelos feitos em Diu mas também num quadro de constante ameaça turca.

Encarada deste ponto de vista, a mercê vice-real de D. Afonso de Noronha insere-se perfeitamente no padrão das nomeações vice-reais de D. João III. Pelas mercês que recebeu, para si e para a sua família, pelas ordens que levou, pelo título de vice-rei de que usufruiu e por ser o indivíduo de linhagem mais distinta que até então havia sido enviado para governar a Índia Portuguesa, não será de estranhar o que Couto e Faria e Sousa escreveram acerca da sua nomeação e que colocámos no início deste capítulo. Também nestas circunstâncias, pode residir a explicação da mudança de atitude de D. Afonso na Índia, já visível na sua viagem rumo a esta.

II.2.3. *Uma difícil viagem*

Para a sua viagem à Índia, D. João III concedeu seis navios⁴⁴⁶, um número baixo e denunciador das dificuldades financeiras da Coroa Portuguesa. Apesar desta condicionante, o Noronha foi de todos capitães-mores do *Piedoso*, o mais destacado pelo seu sangue⁴⁴⁷. Não obstante, a partida e a viagem ficaram marcadas por diversos problemas. Para os seis navios, o monarca havia decidido embarcar um número demasiado elevado de homens para repartir pela exiguidade das embarcações. Como se não bastasse, o galeão *São Pedro*, em que D. Afonso seguiria, não se encontrava nas melhores condições, tendo este de mudar para a nau *São João* do capitão D. Álvaro de Ataíde, em episódio não livre de tensões⁴⁴⁸. O rei havia dado o habitual regimento de navegação a D. Afonso, não fazendo invernada em Moçambique e não contornando Madagáscar⁴⁴⁹.

Uma primeira tentativa de zarpar ocorreu em Março de 1550, mas a sobrecarga do galeão de D. Afonso fez abortar a viagem. Já em fase tardia para as navegações na Carreira da Índia⁴⁵⁰, a armada voltou a tentar partir a 15 de Abril, sendo desta vez acossada por ventos que a fizeram regres-

⁴⁴⁶ Cf. FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo e LOPES, António, *op. cit.*, p. 119.

⁴⁴⁷ Cf. LACERDA, Teresa, "A nobreza na Carreira da Índia no reinado de D. João III – Uma avaliação social" in *op. cit.*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, p. 412.

⁴⁴⁸ Cf. Carta de D. João III a D. António de Ataíde, Lisboa 9.IV.1550 – PUB. FORD, J. D., *op. cit.*, doc. 339.

⁴⁴⁹ Cf. Carta de Pêro de Alcáçova Carneiro, s.l., 1550 – PUB. CSL, vol. I, doc. 26, p. 168.

⁴⁵⁰ Numa situação normal as naus deveriam sair de Lisboa entre finais de Março e a primeira quinzena de Abril. Cf. FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo e LOPES, António, *op. cit.*, p. 42.

sar à barra. Pensou-se em adiar a partida da armada para Setembro⁴⁵¹, e D. António de Ataíde queixou-se dos incómodos que a preparação da armada lhe deu⁴⁵². Consciente dos atrasos e preocupado com a situação oriental, o soberano deu ordem para que o capitão Fernão Peres de Andrade partisse primeiro, para avisar Goa do motivo do atraso na chegada de D. Afonso, decidindo também enviar por terra Luís Garcêz⁴⁵³. A 18 de Abril, D. Afonso ainda negociava com o rei os últimos preparativos da partida⁴⁵⁴, que só ocorreria a 3 de Maio. A 8 de Maio saiu finalmente da ilha madeirense, iniciando a sua viagem, a qual apesar de decorrer em fase algo tardia na óptica das navegações na Carreira da Índia, correu bem.

Passado o Cabo da Boa Esperança, a 17 de Agosto de 1550, uma tempestade impediu-o de passar pelo Canal de Moçambique, acabando a armada por dividir-se, com o navio do vice-rei a aportar a Ceilão a 17 de Outubro⁴⁵⁵. Nesta ilha permaneceu durante dez dias. Chegado a Coulão, soube da presença do governador Jorge Cabral no cerco de Vendurli e, de imediato, enviou-lhe uma mensagem para deter o cerco até à sua chegada. O previsível embate entre ambos, aquando da chegada do novo vice-rei a Cochim, a 10 de Novembro, veio assim a agravar-se devido aos perçalcos da viagem de D. Afonso, também eles determinantes para explicar os acontecimentos no Ceilão.

⁴⁵¹ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXXIII.

⁴⁵² Cf. Carta de D. António de Ataíde a Lourenço Pires de Távora, s.l., 27.IV.1550 – PUB. CSL, vol. I, doc. 62, p. 319.

⁴⁵³ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXXIII.

⁴⁵⁴ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Lisboa (?), 18.IV.1550 – ANTT, CC I-84-30.

⁴⁵⁵ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1550 – PUB. *Ceylon*, doc. 121, p. 548.

CAPÍTULO III

ANATOMIA GLOBAL DO VICE-REINADO DA ÍNDIA (1550-1554)

“e deu-me taes nouas da Indya, que me fizeram esquecer hos trabalhos que passei por outros móres que vy, que qua avia d’achar”.

(Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III em 1551⁴⁵⁶)

“Já laa saberá as novas de Ormuz, que meus peccados quizerão que me tomassem em parte, aonde foy forçado tomar conselho se iria laa ou não. Parece que não devia laa de ir. Mando laa Dom Antão com quinze velas grosas pera favorecer a cidade, porque, se me avisar que devo laa ir, crê-lo-ey e ir-me-ey sem mays conselho”.

(Carta de D. Afonso de Noronha ao Padre Gaspar Barzeus em 1552⁴⁵⁷)

III.1. O confronto com os Turcos: a prioridade cimeira

Ao chegar ao Índico em finais de 1550, D. Afonso de Noronha, devido às ordens que trazia consigo, teria intenções distintas daquelas que os eventos lhe impuseram. Não pretendia aportar a Ceilão e permanecer tanto tempo em Cochim, como acabou por acontecer⁴⁵⁸. A sua prioridade era o combate à ameaça turca e, por essa mesma razão, na sua primeira carta da Índia, D. Afonso considerava necessário fortificar, de forma eficaz, Goa e todas as praças do Índico Ocidental de modo a desincentivar uma investida turca. A acrescer aos problemas que D. Afonso encontrou no Ceilão⁴⁵⁹, em Cochim

⁴⁵⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1552 – PUB. *Ceylon*, doc. 121, p. 548.

⁴⁵⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha ao Padre Gaspar Barzeus, Diu, 16.XI.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 96, p. 403.

⁴⁵⁸ Ficou em Cochim até 20 de Janeiro de 1551.

⁴⁵⁹ Estes serão descritos no ponto III. 1. 3 sobre o Ceilão.

o Noronha não só se deparou com a armada portuguesa pronta a atacar a coligação malabar em Vendurli, como se desentendeu seriamente com Jorge Cabral⁴⁶⁰. Foi, pois, no contexto de uma viagem já de si atribulada e de uma chegada algo polémica, que D. Afonso começou a tomar conhecimento da evolução da guerra com os Turcos. Na sua missiva ao rei, informava que Ormuz estava bem provida e fortificada⁴⁶¹, sendo tal facto confirmado pela carta de D. Álvaro de Noronha com abundantes pormenores sobre a evolução das obras de fortificação da cidade⁴⁶². No entanto, esta carta, tal como outras anteriores, apontavam já para a possibilidade de os Otomanos virem a assenhorear-se de Catifa⁴⁶³. Conhecedor desta situação, o vice-rei decidiu, ainda em Cochim, nomear o capitão-mor a enviar para o Mar Vermelho e Golfo Pérsico a fim de colher informações mais concretas sobre a região. Essa nomeação foi objecto de digladição entre a fidalguia portuguesa, que apoiava Luís Figueira, e o próprio D. Afonso, que inicialmente nomeara D. Jerónimo de Castelo Branco⁴⁶⁴. A escolha, ocorrida em Dezembro de 1550 num ambiente de tensões e disputas, apenas se materilizou em Janeiro de 1551 quando a armada de Figueira zarpou de Goa. Entretanto, partira também D. Afonso para Goa para tomar conta do expediente governativo. Em Goa, esperavam-no, logo em Março de 1551, más notícias. Luís Figueira havia sido morto numa escaramuça com uma armada turca à entrada do Mar Vermelho, em Fevereiro de 1551, tendo a restante armada sido incapaz de se opôr com sucesso às galés inimigas⁴⁶⁵. Para além desta notícia, D. Afonso encontrou a da tomada de Catifa, ocorrida em Novembro de 1550, e uma embaixada vinda de Baçorá sugerindo-lhe a construção de uma fortaleza portuguesa naquela cidade e a concessão de metade dos rendimentos daquela alfândega. Reunido o conselho de capitães, ficou decidido o envio de uma outra esquadra para o Golfo Pérsico, tudo indicando que D. Afonso insistiu particularmente na nomeação do sobrinho D. Antão⁴⁶⁶. Este, partiu

⁴⁶⁰ Estes serão descritos no ponto IV. 3. sobre a corte vice-real.

⁴⁶¹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 10v. As partes da carta referentes a Ceilão e às conversões religiosas encontram-se publicadas.

⁴⁶² Carta de D. Álvaro de Noronha a D. João III, Ormuz 24.XI.1550 – PUB. SALIH, Ozbaran, “Two Letters of D. Alvaro de Noronha from Hormuz. Turkish Activities along the Coast of Arabia 1550-1552” in *The Ottoman Response to Portuguese Expansion. Studies on Ottoman-Portuguese Relations in the Indian Ocean and Ottoman Administration in the Arab Lands during the sixteenth century*, The Isis Press, Istambul, 1994, pp. 163-175.

⁴⁶³ Cf. Carta de D. Manuel de Lima a D. João III, Ormuz, s.d. (ANTT, CVR, doc. 85) na qual refere que os Turcos tencionavam tomar Catifa logo depois de tomarem Baçorá; Cf. Carta de Tomé Serrão a D. João III, Ormuz 24.XI.1550 – PUB. *Gavetas*, vol. V, doc. 3510. Catifa era um domínio do rei de Ormuz na costa árabe do Golfo Pérsico. Ver Mapa 2.

⁴⁶⁴ Cf. *Ásia*, VI, ix, 2.

⁴⁶⁵ Cf. *Ásia*, VI, ix, 3.

⁴⁶⁶ Sobre este ponto e outros relacionados com a expedição de Catifa e Baçorá levado a cabo por D. Antão de Noronha aguardamos a publicação da Prof. Doutora Dejanirah Couto relativa à descrição da expedição feita por Jerónimo Rodrigues, a qual trará dados novos. Alguns

de Goa a 1 de Abril, com cerca de 1200 homens, apostado em recapturar Catifa e, em seguida, ir a Baçorá. A primeira, apesar de ser retomada não foi ocupada, como previsto pelos Portugueses, mas sim pelas forças do rei de Ormuz o que motivou que, mais tarde, a fortaleza fosse recuperada pelos Otomanos.

Navegando, em seguida, para Baçorá, D. Antão ali chegou a 6 de Agosto. Os relatos sobre o sucedido em Baçorá variam⁴⁶⁷, mas do ponto de vista de D. Afonso, o sobrinho bem poderia ter tomado a cidade não fossem os ardis do seu governador⁴⁶⁸. Na armada de D. Antão seguia a ordem para o capitão de Ormuz, D. Álvaro de Noronha, escolher um fidalgo, incumbido pelo vice-rei de erigir um forte em Mascate, devido à sua posição estratégica. É provável que o Noronha não trouxesse esta ordem no seu regimento, sendo esta decidida em conselho de capitães, em Cochim, a 16 de Janeiro⁴⁶⁹. Em Ormuz, a notícia da reconquista de Catifa foi bem acolhida, recebendo D. Antão o primeiro de uma longa série de elogios enquanto D. Afonso era descrito como alguém “que parece que foy enviado por deus”⁴⁷⁰. Porém, o vice-rei não estava tão seguro da situação e sabemos que desde o episódio de Catifa temia efectivamente pelo cerco de Ormuz⁴⁷¹. Porém, os problemas no Ceilão, para onde o vice-rei partiu em finais de Setembro de 1551, e a primeira expedição contra o rei de Vadakenkkur, em Novembro-Dezembro de 1551, não permitiram a D. Afonso prestar a devida atenção ao Golfo Pérsico. Não obstante, e como vimos, as informações que o Noronha dispunha sobre Ormuz eram de que se encontrava segura e bem defendida. Quando no Golfo se teve confirmação, da vinda da armada de Piri Reis⁴⁷², em Maio de 1552, o qual partira de Suez em Julho de 1551, o efeito de surpresa que se pretendia do lado otomano já há muito se perdera. Em finais de Agosto, a rendição de João de Lisboa, em Mascate, às forças de Piri Reis, ocorria quando D. Afonso, em Goa, era informado por Simão da Costa do eminente cerco

deles já foram anunciados pela autora: “Un coup d’épée dans l’eau: la Memoria da tomada da fortaleza de Catifa et l’expédition à Bassorah (1551)” in *op. cit.*, edição de Dejanirah Couto e Rui Loureiro, pp. 57-88. A autora também já analisou a figura de Jerónimo Rodrigues: “Jerónimo Rodrigues ébauche d’une carrière orientale” in *Mare Liberum*, n.º 6, 1993, pp. 89-96.

⁴⁶⁷ Sobre as variações discursivas: COUTO, Dejanirah, “Un coup...”, pp. 68-73.

⁴⁶⁸ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552, fl. 1 – PUB. COUTO, Dejanirah, “Un Coup...” in *op. cit.*, pp. 78-85.

⁴⁶⁹ Cf. *ibidem*. D. Afonso refere ainda que a nomeação de D. Antão foi polémica e que ele esteve para partir antes de Abril de 1551.

⁴⁷⁰ Cf. Carta de Reis Nordim a D. João III, Ormuz, 5.X.1551 – ANTT, CC I-87-2, fl. 1v.

⁴⁷¹ Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552 – PUB. *Textos do Estado...*, p. 75.

⁴⁷² Piri Reis fora o responsável pela reconquista otomana de Adém, em 1548, motivando o fracasso da expedição de D. Álvaro de Castro. Por esta fase era o almirante da armada otomana do Mar Vermelho. No âmbito da expedição de 1552, Solimão concedera-lhe mesmo o título de “Capitão da Índia” em claro paralelo com o título de “Capitão da Frota da Índia” usado por Hadim Solimão Pasha em 1538.

de Ormuz, começando de imediato a preparar uma armada de socorro⁴⁷³. D. Diogo de Noronha, “O Corcôs”, e D. António de Noronha, parentes do capitão de Ormuz, logo partiram em socorro da cidade.

As dificuldades financeiras que D. Afonso enfrentou desde o início do seu governo levaram-no a proferir um discurso na Câmara de Goa, com vista à obtenção de um empréstimo para socorrer Ormuz. No discurso, o vice-rei declarava-se disposto a morrer pelo rei em Ormuz, como retribuição das mercês que este lhe tinha feito e por ser um membro da Casa de Vila Real⁴⁷⁴. O discurso do Noronha alcançou o seu objectivo e o empréstimo foi concedido⁴⁷⁵, tendo D. Afonso partido para o Norte em finais de Outubro. Por essa altura, Piri Reis, que havia iniciado o cerco de Ormuz em 16 de Outubro, retirava-se para o saque da ilha de Queixome “que foi a mais rica presa que no mundo podia aver”⁴⁷⁶. Em Novembro, já em Diu e na posse de notícias do fim do cerco de 15 dias, o conselho de capitães da Índia não permitiu que D. Afonso partisse para o Golfo⁴⁷⁷. O episódio deverá ser registado pois sabe-se que o Noronha pretendia mesmo partir e que se não fosse a nomeação de D. Antão⁴⁷⁸ para a armada de socorro, teria mesmo partido. Há que ter presente que tanto Piri Reis como Seydi Ali Reis, em 1554, eram personagens que haviam colaborado com Khair-ed-Din, o corsário turco que D. Afonso tanto quisera defrontar em Ceuta, nunca tendo oportunidade para tal. Assim, para o vice-rei derrotar Piri Reis não seria apenas um imperativo de “Estado”, mas também uma questão de honra pessoal. Em Ormuz, aguardava-se a chegada de D. Afonso a qualquer momento para destruir a armada de Piri Reis e avançar mesmo para a conquista de Baçorá⁴⁷⁹. E não fosse D. Antão confirmar, já em Ormuz, o interregno momentâneo da ameaça turca, o vice-rei teria mesmo partido como a frase de início deste capítulo confirma. Mas, por então, D. Afonso regressava a Goa.

⁴⁷³ Cf. *Ásia*, VI, x, 2 e 5.

⁴⁷⁴ O discurso atribuído a D. Afonso encontra-se em *Ásia*, VI, x, 5.

⁴⁷⁵ No valor de 20 mil pardaus, tendo D. Afonso pedido 60 mil. Seria pago com rendas das terras firmes de Goa. Cf. *ibidem*.

⁴⁷⁶ Cf. Trelado das cartas de D. Álvaro de Noronha, Reis Nordim e Sebastião Lopes Lobato a D. Afonso de Noronha, Ormuz, 30/31.X.1552 – ANTT, CC I-89-9, fl. 4v. Nestas cartas se descreve o cerco, cujos pormenores podem também ser consultados em: MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, volume III (1539-1579), Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1992, pp. 136-143.

⁴⁷⁷ Cf. *Ásia*, VI, x, 5.

⁴⁷⁸ Tinha sido nomeado pelo rei por carta de 15 de Março de 1552 passada em Xabregas, sendo confirmado por D. Afonso a 22 de Dezembro de 1552. Cf. *APO*, fascículo 2, doc. 126.

⁴⁷⁹ Cf. Trelado das cartas..., Ormuz, 30/31.X.1552, fls. 2v, 3v e 7. Também o rei de Ormuz escreve o mesmo: Carta do rei de Ormuz a D. João III, Ormuz 25.X.1552 – ANTT, CC I-89-6, fl. 1v. Sobre Lobato veja-se: RODRIGUES, Vítor, *Sebastião Lopes Lobato: um exemplo de ascensão social na Índia Portuguesa de Quinhentos*, do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, separata n.º 234, Lisboa, IICT, 1992.

No ano de 1552, em missiva ao rei, D. Afonso, embora remetesse para o soberano a decisão final a tomar, opinava, como lhe fora pedido, sobre a questão de Baçorá e do confronto com os Turcos. Defendia que ou se tomava Baçorá pela força, ali erguendo uma fortaleza, a qual teria forma de se sustentar localmente, ou então assinar-se-ia a paz em definitivo e abrir-se-ia o comércio com os Turcos, poupando-se despesas de guerra⁴⁸⁰. Julgamos, contudo, que após os acontecimentos do Verão-Outono de 1552, D. Afonso terá mudado de opinião e decidido combater os Turcos, não descansando enquanto não alcançasse uma vitória naval que afastasse, pelo menos temporariamente, a possibilidade destes ameaçarem de novo Ormuz ou a Índia. Os factos seguintes parecem corroborar esta afirmação, em especial a sua ausência de resposta ao pedido de paz turco, em 1553, e as cartas que sabemos trocava com o rei de Ormuz.

Muito se tem debatido sobre as motivações otomanas quanto ao cerco de Ormuz, mas o que cremos ter estado em causa para Solimão, “O Magnífico”, foi a defesa da sua imagem de invencibilidade, que ainda atemorizava a Europa Cristã⁴⁸¹, e que bem podia sair maculada com a derrota de Catifa e com as hipotéticas investidas seguintes que os Portugueses poderiam realizar na região em retaliação. De facto, para o sultão otomano ou para os seus ministros o cerco de Ormuz foi previsto de uma forma diferente da que veio a suceder. Piri Reis, ao invés de atacar a cidade apenas com os reforços que trouxera de Suez, entretanto reduzidos durante a viagem recheada de percalços⁴⁸², deveria unir-se em Baçorá a reforços terrestres e, só então, cercar Ormuz. Quanto ao seu abandono do cerco, as fontes portuguesas afirmam a tenaz resistência que Piri Reis encontrou, a qual não expectara, e ainda as perdas que sofrera⁴⁸³. Será também plausível que tenha levantado o cerco assim que soube que o vice-rei vinha a caminho para o defrontar.

Independentemente das respostas que alcançemos para estas questões, haverá que assinalar que não só a expansão turca no Índico, na sua globalidade, sempre careceu de investimentos sérios por parte do poder central otomano⁴⁸⁴, como em casos particulares, acabou sempre por falhar devido a problemas técnicos, de definição de estratégias, rivalidades de capitães ou incumprimento de ordens⁴⁸⁵. Por esta razão, os Otomanos só reagem forte-

⁴⁸⁰ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552, fl. 2-2v – PUB. COUTO, Dejanirah, “Un Coup...” in *op. cit.*, pp. 78-85.

⁴⁸¹ A imagem de invencibilidade dos Turcos na Europa Cristã foi principiada a ser quebrada com a batalha naval de Lepanto, em 1571.

⁴⁸² SOUCEK, Svat, “The Portuguese and the Turks in the Persian Gulf” in *op. cit.*, edição de Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, p. 35.

⁴⁸³ Assim o defende D. Álvaro de Noronha que anota os estragos que a artilharia turca fizera na cidade. Cf. Trelado das cartas..., Ormuz, 30/31.X.1552 – ANTT, CC I-89-9, fl. 1v-2.

⁴⁸⁴ A essas conclusões chegaram: COUTO, Dejanirah, “Les Ottomans...” in *op. cit.*, pp. 183-184 e SOUCEK, Svat, “The Portuguese” in *op. cit.*, p. 44.

⁴⁸⁵ Isso mesmo se depreende do caso do cerco de Ormuz de 1552, do Bahrein em 1559 e, de certa forma, do primeiro cerco de Diu, em 1538.

mente às investidas lusas quando estas afectavam directamente os seus interesses. Assim sucedeu em Adém, em 1548, e mais tarde, em 1559, quando tomaram Massuá a fim de impedir a infiltração dos Portugueses no Mar Vermelho e a sua aliança ao Negus etíope, para daí ameaçarem os lugares santos do Islão. Assim, a primeira fase do confronto luso-turco de 1550-1552 saldou-se num empate, em que nenhuma das partes logrou derrotar o inimigo nos seus domínios. Apesar disso, D. Afonso, no saldo dos acontecimentos de 1552, podia congratular-se que o “castigo do Senhor Vizo-Rei se estendia ao rio Tigres e Eufrates tão longe da Índia e tão fora do costume pasado”⁴⁸⁶.

Para a segunda fase do confronto luso-turco, de 1553-1554, as fontes são menos abundantes, mas a atenção do vice-rei à evolução dos acontecimentos é redobrada e em boa medida, foi graças à estratégia que encetou, a partir de Goa, sempre coadjuvada no terreno por homens da sua confiança, em regra Noronhas⁴⁸⁷, que se alcançou a vitória naval de 1554. Logo em Fevereiro de 1553, iludindo a atenta vigilância da esquadra de D. Antão de Noronha, Piri Reis saiu do Golfo. Pela mesma altura, D. Afonso despachou de Goa nova armada, sob o comando de Pêro de Ataíde Inferno, a fim de se juntar à de D. Antão, que então assumiria a capitania de Ormuz por D. Álvaro ter terminado o seu tempo, ficando o comando da armada entregue a D. Diogo de Noronha, “O Corcôs”. Em Baçorá, novos preparativos eram feitos para que Sanjakkbey, o capitão turco que havia tomado Catifa em 1550, pudesse unir a esquadra otomana do Golfo à do Mar Vermelho, uma vez que Istambul via com preocupação o desguarnecimento desta segunda área⁴⁸⁸, sempre vital aos seus interesses⁴⁸⁹. Em Ormuz, o temor de nova investida turca⁴⁹⁰ desvaneceu-se quando, em escaramuça naval, Gonçalo Pereira, “O Marramaque” impediu a passagem dos navios da armada para fora do Golfo⁴⁹¹. A retirada

⁴⁸⁶ Trata-se de um excerto da Memória a publicar em breve (cf. COUTO, Dejanirah, “Un Coup.”, p. 74). Esta fonte tem, segundo a autora, uma lógica de elogio a D. Antão e D. Afonso, tendo sido dedicada a D. Afonso e a D. Nuno Álvares quando se encontrou pronta já na década de 1560.

⁴⁸⁷ O facto de D. Afonso só nomear Noronhas, com excepção de Pero de Ataíde Inferno, que levava uma armada de menores dimensões, atesta a importância que concedia à região. D. Antão de Noronha é descrito por Couto como o segundo homem da Índia Portuguesa, a seguir ao vice-rei. D. Fernando de Meneses é seu filho e D. Diogo de Noronha, “O Corcôs” apesar de não ser familiar directo de D. Afonso, apenas o sendo por via indirecta do arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, no século XV, era um fidalgo com elevado valor militar que D. Afonso sempre lhe reconheceu. Bernardim de Sousa e o seu caso serão analisados adiante, mas adiante-se desde já que se trata um fidalgo com currículo militar assinalável.

⁴⁸⁸ Cf. *Ásia*, VI, x, 13.

⁴⁸⁹ Cf. COUTO, Dejanirah, “Les Ottomans.”, p. 183. Para um caso concreto das preocupações otomanas: Idem, “No rasto de Hadim Suleimão Pacha: alguns aspectos do comércio do Mar Vermelho nos anos de 1538-1540” in *A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, pp. 483-508.

⁴⁹⁰ Cf. Carta de Frei Aleixo Dias ao Padre Luís Gonçalves da Câmara, Ormuz, 24.IX.1553 – PUB. *DI*, vol. III, doc. 7, p. 25.

⁴⁹¹ Para os pormenores militares: MONTEIRO, Saturnino, *op. cit.*, vol. III, pp. 154-162.

de Sanjakkbey para Baçorá traduziu-se assim na incapacidade otomana de combater com sucesso os Portugueses no mar.

Entretanto, em Lisboa, *O Piedoso* soubera, do cerco de 1552, por carta de D. Afonso que não chegou até nós, e dera ordens a António de Saldanha, estante na corte de Carlos V, para lhe comunicar tudo⁴⁹² e ainda a D. Afonso de Lencastre, embaixador em Roma, para manter o Papa informado sobre tudo o que se passava⁴⁹³. Não só temia pelo seu prestígio na Europa, como não compreendia por que razão D. Afonso não partira em pessoa para socorrer a cidade⁴⁹⁴. Ora, e como já mencionámos anteriormente, D. Afonso levava a clara ordem de não sair da Índia em circunstância alguma, mas estivera disposto a torneir esta ordem em caso de nova ameaça. Ao tempo, D. João III decidiu ainda enviar um espião anónimo ao Médio Oriente e a Ormuz para apurar informações⁴⁹⁵, tal como já o havia feito em 1551⁴⁹⁶, enquanto pedia parecer aos fidalgos no Reino, experientes da Índia, sobre o que se devia fazer⁴⁹⁷. Contudo, assinale-se, desde já, que nenhuma das perguntas previa o afastamento de D. Afonso, em quem o monarca sempre confiou.

Enquanto a corte portuguesa se agitava, em Dezembro de 1553, Seydi Ali Reis foi nomeado para o comando da esquadra turca de Baçorá. No momento em que ali chegou, D. Afonso, com a Índia minimamente estabilizada⁴⁹⁸, nomeou o filho D. Fernando de Meneses para capitão-mor da armada do Golfo Pérsico, em Fevereiro de 1554, partindo, ainda no mês de Março, a armada de Bernardim de Sousa, nomeado pelo rei para a capitania de Ormuz. Após uma pequena expedição a Dofar, e passagem por Mascate e Bahrein, D. Fernando de Meneses juntou a sua armada às estantes em Ormuz, entrando Sousa na capitania, e fazendo-se acompanhar sempre

⁴⁹² Cf. Memorial das novas que vieram a D. João III da Índia no ano de 1553–ANTT, CSV, vol. II, fl. 250.

⁴⁹³ Cf. Carta de D. João III a D. Afonso de Lencastre, s.l., IX.1553 – PUB. *Corpo Diplomatico Portuguez*, edição de Luiz Augusto Rebelo da Silva, vol. VII, p. 261. Na ocasião, o monarca enviou a Lencastre uma cópia do memorial que recebera de D. Afonso.

⁴⁹⁴ Cf. Memorial..., fl. 260v. Neste ponto, esperamos que a publicação da Relação de Jerónimo Rodrigues possa contribuir para apurar se D. Afonso tinha permissão ou não do rei para ir combater os Turcos em pessoa. O cronista Andrade afirma taxativamente que não tinha, embora D. Afonso, a pretexto da expedição de Ceilão, afirme que tinha (cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *Ceylon*, doc. 127, p. 586).

⁴⁹⁵ Cf. ANTT, CSV, vol. III, fls. 489-489v.

⁴⁹⁶ Cf. DISNEY, Anthony, "The development during the reign of João III of communications between the Estado da Índia and Portugal via the Middle East" in *op.cit.*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, p. 596.

⁴⁹⁷ Cf. ANTT, CSV, vol. III, fls. 493-493v. Sobre a importância da espionagem no conflito luso-turco vide: COUTO, Dejanirah, "L'espionnage portugais dans l'empire ottoman au XVI^e siècle" in AUBIN, Jean (dir.), *op.cit.*, pp. 243-267.

⁴⁹⁸ Couto anota que só em 1554, passados três anos de estar na Índia, é que D. Afonso a conseguiu ter pacífica. Cf. *Ásia*, VI, x, 18.

por D. Antão, por expressa ordem do pai⁴⁹⁹. A intenção do vice-rei era a de evitar o que sucedera nos inícios do ano anterior, quando Piri Reis lograra escapar. Para tal, enviou reforços navais e 500 homens de forma a bloquear a saída do Golfo⁵⁰⁰. Assim, quando Seydi Ali Reis deixou Baçorá, em Agosto de 1554, D. Fernando de Meneses e D. Antão de Noronha tinham já tido tempo de preparar a batalha, elegendo o local onde esta decorreu⁵⁰¹. Bernardim de Sousa teve mesmo o cuidado de enviar uma armada para bloquear um hipotético regresso da armada de Seydi Ali Reis a Baçorá. Quando, a 25 de Agosto de 1554, a batalha se iniciou e a vitória portuguesa se tornou certa, ao triunfo das armas juntava-se o de uma estratégia. As descrições da batalha nas fontes portuguesas são de alguma forma concordantes entre si⁵⁰² e, apesar do relato de Seydi Ali Reis⁵⁰³ não ver no combate uma clara derrota otomana, a descrição das deambulações da sua armada até chegar ao Guzerate, demonstra bem como os Turcos não só não conheciam a cartografia e as rotas da região, como também não esperavam o ataque a que foram sujeitos pelos Portugueses. Note-se ainda, que, por esta fase, reacendeu-se a guerra do Império Otomano com a Pérsia Safávida, tentando os Portugueses disso tirar partido⁵⁰⁴. A morte de um herdeiro da Sublime Porta, aquando da expedição à Pérsia em 1554⁵⁰⁵, poderá bem explicar a razão de Solimão não ter reagido militarmente à derrota naval e constituir uma pista para a assinatura de pazes que então se seguiu com os Safávidas. Por outro lado, a derrota de 1554 parece ter inibido os Otomanos de qualquer acção até à expedição do Bahrein, em 1559.

⁴⁹⁹ Cf. *Ásia*, VI, x, 20 ; *Crónica*, Parte IV, cap. CVII.

⁵⁰⁰ Cf. *Ásia*, VI, x, 18.

⁵⁰¹ Para os pormenores militares: MONTEIRO, Saturnino, *op. cit.*, pp. 163-173.

⁵⁰² Existe um relação quinhentista castelhana para divulgação, provavelmente de 1555 ou 1556, na qual Couto e Andrade se parecem ter inspirado para escrever as suas crónicas. Cf. *BFUP*, n.º 44, pp. 118-122.

⁵⁰³ Cf. *The Travels and adventures of the turkish admiral Seydi Ali Reis in India, Afghanistan, Central Asia, and Persia, during the years 1553-1556*, edição transcrita e comentários de A. Vambéry, Londres, Luzac & Co, 1899.

⁵⁰⁴ Já em 1550, Henrique de Macedo tinha partido em embaixada à Pérsia mas sem resultados conclusivos. No contexto da ida ou não de D. Afonso a Ormuz, discutira-se a hipótese de uma ofensiva conjunta: os Safávidas atacariam por terra Bagdade e Baçorá e os Portugueses atacariam por mar Baçorá (cf. Carta de Reis Nordim a D. João III, Ormuz 25.X.1552 – ANTT, CC I-89-6, fl. 1v). Nada foi colocado em prática. Em 1553, D. Antão havia recebido uma embaixada de Baçorá a pedir a paz, mas remetera a decisão para D. Afonso. Por fim, a notícia da vitória portuguesa fora festejada pelos Safávidas (cf. Carta do rei de Ormuz a D. João III, Ormuz 1.XI.1554 – ANTT, CC I-94-2, fls. 1v, 3v e 4v).

⁵⁰⁵ Cf. GRAMMONT, Jean-Louis Bacqué, “L’apogée de l’Empire ottoman: les événements (1512-1606)” in *Histoire de L’Empire Ottoman*, direcção de Robert Mantran, Lille, Fayard, 1989, p. 154.

III.2. As Praças do Norte: implicações e consequências de um confronto

Face aos apontamentos que o rei lhe dera, D. Afonso concebia a política para as Praças do Norte⁵⁰⁶ como interdependente da política anteriormente descrita. Em particular na segunda fase do seu vice-reinado, ou seja, nos anos de 1553-1554, esta interdependência é claramente assumida. Todavia, as informações sobre esta região no período afonsino, não são abundantes, em especial, para os anos de 1553-54⁵⁰⁷. Já foi mencionado que, chegado a Cochim, D. Afonso enviara uma extensa carta ao monarca na qual apontava a necessidade de fortificar todas as fortalezas da Índia. Se tal seria o caso de Goa, por maioria de razão o seria nos casos de Baçaim e Diu. Quanto a Baçaim⁵⁰⁸, o vice-rei informara-se que Francisco Barreto, capitão da fortaleza local desde 1549, estava a preparar reforços a enviar para Pêro Lopes de Sousa, capitão de Diu, devido às ameaças do sultão do Guzerate, Mahmud III, e do senhor de Damão. Prevendo que não iria invernar em 1551 no Norte, o Noronha prometeu lá deslocar-se em 1552⁵⁰⁹. Deverá ter sido ainda no seio da agitação do ano de 1551 que D. Afonso poderá ter colocado em prática o início da fortificação de Goa⁵¹⁰, bem como ordenado a extinção da tanadaria de Baçaim⁵¹¹. Esta, terá prosseguido nos anos seguintes em face das guerras do sultanato de Bijapur contra o de Ahmadnagar, e o império hindu de Vijayanagar, as quais D. Afonso seguiu com atenção⁵¹². Regressado ao

⁵⁰⁶ Para o enquadramento da presença portuguesa nas praças do Norte, veja-se: “O Estado da Índia e a Província do Norte. Actas do VII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa” in *Mare Liberum*, n.º 9, 1995 e o mapa 1.

⁵⁰⁷ Tirando a carta de D. Jorge de Meneses, “O Baroche”, adiante referida, não existem mais fontes a não ser as crónicas.

⁵⁰⁸ Sobre a presença em Baçaim: TEIXEIRA, André, “Os primórdios da presença portuguesa em Baçaim – 1534-1554” in *op. cit.*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, pp. 337-365.

⁵⁰⁹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 9v.

⁵¹⁰ Em Goa, D. Afonso mandou erigir a fortaleza dos Reis Magos, provavelmente devido às guerras intestinas entre os sultanatos da península indostânica. As obras deverão ter-se iniciado em 1551, pois em 1552, D. João III notificava a Câmara de Goa de tal (cf. *APO*, fascículo 1, doc. 18). Para o enquadramento destas obras veja-se: RODRIGUES, Vítor, *Da Goa de Albuquerque à Goa Seiscentista: Aspectos da Organização Militar da Capital do “Estado da Índia”*, Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia e IICT, separata n.º 242, 2001.

⁵¹¹ Em Janeiro de 1552, Botelho anotou que D. Afonso já extinguiu a tanadaria mas não ido lá. Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552 – PUB. *Textos do Estado...*, p. 63.

⁵¹² A guerra decorreu entre 1550 e 1553 (cf. MAJUMDAR, R. C., *The History and Culture of the Indian People*, vol. VII, Bharatiya Vidya Bhavan, Bombaim, 1994, p. 420) e parece ter ditado um relativo enfraquecimento do sultanato de Bijapur (cf. *The Cambridge History of Islam*, edição de P. M. Holt, Ann K. S. Lambton e Bernard Lewis, volume 2A, Cambridge, Cambridge University Press, 1970, p. 65) visível com a entronização do príncipe Meale por D. Pedro Mascarenhas, em 1555. Já em Janeiro de 1552, o conselho de capitães decidira que D. Afonso devia partir para Goa devido à guerra de Bijapur e Vijayanagar (cf. Trelado do assento que se fez entre D. Afonso de Noronha e o bispo de Goa sobre os fidalgos nomeados para o pagamento da pimenta, Cochim, 4.I.1552 – ANTT, CC I-87-50, fl. 2).

Malabar, em Novembro de 1551, o vice-rei terá certamente ouvido do sobrinho D. Antão, uma descrição da situação das Praças do Norte visto este, no seu de regresso de Ormuz, ter aportado pelo menos em Baçaim e Chaul⁵¹³.

Foi, assim, no contexto do cerco de Ormuz que D. Afonso se deslocou ao Norte, ali permanecendo de Novembro de 1552 a Fevereiro de 1553. Sobre a sua acção em Diu nada conhecemos, excepto que nela proveu D. Diogo de Almeida, da respectiva capitania em sucessão de Pêro Lopes de Sousa que havia falecido, e Francisco de Sá de Meneses para a capitania de Baçaim, em sucessão de Francisco Barreto⁵¹⁴. Porém, em virtude de acontecimentos posteriores e das ordens que trazia, é possível admitir que tenha acelerado as obras de fortificação de Baçaim e procedido a certos reparos que julgava necessários em Diu. Se tivermos em conta que João de Lisboa, o capitão de Mascate aprisionado por Piri Reis em 1552, remetera ao monarca uma carta dando conta que o sultão Mahmud III enviara uma embaixada a Istambul, propondo uma coligação para de novo cercar Diu, mas desta feita com a participação do Samorim⁵¹⁵, compreende-se a estadia de D. Afonso no Norte durante três meses. Segundo a carta, o sultão otomano havia rejeitado a proposta pois pretendia falar directamente com Mahmud III, obrigando este a deslocar-se até Istambul. Tratava-se de um pedido assaz difícil de concretizar, dada a situação política em que se encontrava o sultanato. O sultão ainda ameaçou os Turcos de não os abastecer mais de especiarias, não obtendo qualquer resultado.

O facto de, já em 1552, Mahmud III procurar de novo cercar Diu demonstra como a vitória de D. João de Castro, em Diu, em 1546, fora incompleta, pois se os Portugueses haviam triunfado em terra, o mesmo não sucedera no mar com o fracasso de Adém. E enquanto tal não sucedesse, existiria sempre o perigo de uma armada de socorro turca vir a colocar os Portugueses em apuros, como sucedera em 1538. É precisamente neste ponto que a política afonsina face ao Norte se liga mais directamente com o combate aos Turcos. Já vimos aliás que a aposta de D. Afonso nesse combate se reforçou na segunda fase do seu governo, o mesmo sucedendo com a sua política face às Praças do Norte.

Quando se encontrava em Cananor, em Dezembro de 1553, por expressa ordem régia, o vice-rei foi obrigado a afastar D. Diogo de Almeida da capitania de Diu, nela provendo D. Diogo de Noronha, “O Corcôs”⁵¹⁶. Como

⁵¹³ Ali passou em inícios de Outubro de 1551, indo para Goa. Cf. COUTO, Dejanirah, “Un Coup.”, p. 64.

⁵¹⁴ Cf. *Ásia*, VI, x, 6.

⁵¹⁵ A carta está datada de Julho de 1551, mas pelo contexto deve ser de finais de 1552 pois João de Lisboa pede perdão ao rei da sua rendição de Mascate, ocorrida em Agosto de 1552, narrando ainda factos decorridos em 1552. Cf. Carta de João de Lisboa a D. João III, Alexandria 30.VIII.1551 – ANTT, CC I-86-120, fls. 3-3v.

⁵¹⁶ D. Diogo de Almeida havia sido provido por seis anos da capitania de Diu (cf. ANTT, *CDJ*, liv. 62, fl. 139; Almerim, I.II.1551), mas foi deposto pelo rei pela sua alegada ambição excessiva, em caso polémico. D. Diogo de Noronha foi então nomeado para lhe suceder durante

este se encontrava em Ormuz e só regressaria em Abril de 1554, D. Jorge de Meneses, “O Baroque” ofereceu-se para desapossar Almeida e governar Diu até à chegada do Noronha. Na única carta que conhecemos dos capitães da Índia para os anos de 1553-1554, Meneses afirmava que a cidade estava calma, apesar das turbulências em que já então o sultanato guzerate se encontrava⁵¹⁷. A agitação no sultanato devia-se à morte de Mahmud III, bem descrita por Couto⁵¹⁸, e às disputas cortesãs em torno da sucessão, que na prática significaram a quase independência dos diversos senhores locais em relação ao poder central⁵¹⁹. Foi exactamente nesse contexto que D. Diogo de Almeida atacou, em Novembro de 1553, a fortaleza dos mouros em Diu, devido às provocações de Cide Elal, capitão do senhor de Diu, Abiscão Abexim, aos Portugueses⁵²⁰. As provocações eram tanto mais graves quanto tinham ocorrido após confirmação de pazes pelo regente guzerate.

Ao confirmar a nomeação de D. Diogo de Noronha na capitania de Diu, em Fevereiro de 1554, D. Afonso não só se apressou a enviar 300 homens para reforçar a guarnição da praça, como, e mais importante, deu ordens explícitas a D. Diogo para tomar a fortaleza dos mouros e, em seguida, abrir negociações com o regente guzerate. Esta ordem, a qual uma vez mais era feita em cumprimento de ordens do monarca, data de Fevereiro-Março de 1554, justamente o período em que D. Afonso enviou o filho e Bernardim de Sousa para o Golfo Pérsico com as ordens de bloqueio. Por outras palavras, no momento em que D. Afonso previa a batalha naval que se desejava decisiva com os Otomanos, apostava na consolidação da presença portuguesa em Diu. Esta aposta foi bem sucedida, sobretudo se considerarmos que D. Diogo de Noronha foi o capitão de Diu que colocou a cidade inteiramente sob jurisdição do Estado da Índia, através de uma série de manobras político-militares para o efeito necessárias. A primeira delas deu-se logo que “O Corcôs” chegou a Diu, em Abril de 1554, expulsando Cide Elal da fortaleza islâmica⁵²¹. Fernão de Castanhoso, homem da confiança de D. Diogo, faleceu em combate e a cidade chegou a estar cercada temporariamente pelas forças de Abiscão Abexim, embora as negociações com o regente guzerate tenham evitado o pior para os Portugueses⁵²².

3 anos (cf. ANTT, *CDJ*, liv. 68, fl. 45-45v; Xabregas, 15.III.1552/*RCI*, vol. I, p. 107) mas devido a algumas imprudências militares em Diu, acabaria, tal como Almeida, por ser afastado das vias de sucessão (cf. *Ásia*, VI, x, 14 e 19).

⁵¹⁷ Cf. Carta de D. Jorge de Meneses, “O Baroque” a D. João III, Diu 20.XII.1553 – ANTT, *CC I*, 91-64.

⁵¹⁸ Cf. *Ásia*, VI, x, 16.

⁵¹⁹ Assim o afirma Couto e confirma SUBRAHMANYAM, Sanjay, “The Trading world of the western Indian Ocean, 1546-1565: A political interpretation” in *op.cit.*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, p. 216.

⁵²⁰ Cf. *Ásia*, VI, x, 16.

⁵²¹ Cf. *Ásia*, VI, x, 19.

⁵²² Cf. *Ibidem*.

Foi, pois, a uma Diu inteiramente portuguesa que aportou a armada de Seydi Ali Reis, em Setembro de 1554, esperando uma boa recepção, que não teve. O relato de Reis para esta fase reconhece uma vez mais os intuitos guzerates de cercar Diu, narrando a ansiedade com que se esperavam os reforços turcos. No entanto, não só os reforços não eram os esperados, como foram mal recebidos, ilustrando bem como o poder dos Rumes na corte guzerate era capaz de criar antagonismos a qualquer intervenção turca no sultanato⁵²³, facto este repetente do que já sucedera em 1538 e 1546⁵²⁴. Disto são elucidativas as manobras para o assassinato de Seydi Ali Reis, ocorridas já em Novembro de 1554, e por ele descritas⁵²⁵. Os restantes acontecimentos relativos à consolidação de Diu e uma maior atenção do Estado da Índia às Praças do Norte, inserem-se nos governos de D. Pedro Mascarenhas e, particularmente nos de Francisco Barreto e de D. Constantino de Bragança. Todavia, importará manter presente que se iniciaram ainda em tempos de D. Afonso de Noronha.

III.3. Ceilão: do acidente à fortaleza

A primeira imagem que D. Afonso teve do Oriente foi a do Ceilão quando, a 17 de Outubro de 1550, parte da sua armada amanheceu em Ceilão sem saber onde se encontrava⁵²⁶. Uma sensação de alívio para todos os que se encontravam doentes inundou a tripulação mas, para o Noronha, a primeira aportagem ao Ceilão, além de accidental, foi inoportuna. De facto, a situação na ilha tinha vindo a agravar-se desde 1547, quando D. João de Castro, impossibilitado de concretizar a jornada à ilha da canela, ali enviou António Moniz Barreto⁵²⁷. Este, em missão inconclusiva, procurou estabelecer uma aliança no terreno com um dos quatros reinos cingaleses, mas acabou por ver gorado o seu intento, acabando vítima das ambições políticas antagónicas daqueles reis. Após a estadia de Barreto na ilha, as tradicionais tensões entre o reino de Kotte e o reino de Sitawaka agravaram-se e, com elas, os pedidos de auxílio de Bhuvaneka Bahu ao Estado da Índia⁵²⁸. À pres-

⁵²³ João de Lisboa também referia que os Rumes eram mal vistos na corte guzerate, embora se encontrassem em ascensão política. Em 1554, tudo aponta para que tenha sido este grupo a liderar a assumpção da realeza pelo sultão Ahmad Shah (1554-1561), menor de idade, liderada por uma regência. Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, "The Trading...", p. 216.

⁵²⁴ Em ambos os cercos de Diu, as tensões entre Rumes e Guzerates haviam sido favoráveis aos Portugueses. No primeiro cerco, os Rumes abandonaram-no devido às informações postas a circular pelos Guzerates e no segundo as tensões entre Coge Çofar e os elementos guzerates são bem conhecidas.

⁵²⁵ Cf. *The Travels*, p. 27.

⁵²⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551 – PUB. *Ceylon*, doc. 121, p. 548.

⁵²⁷ Ver mapa 4.

⁵²⁸ Cf. Carta de Bhuvaneka Bahu a D. João III, Kotte, 7.XII.1548 – PUB. *Ceylon*, doc. 112.

são do rei de Kotte juntava-se a do bispo de Goa, o qual já em 1547, se declarara disposto a encabeçar uma expedição à ilha⁵²⁹, bem como a do próprio Padre Francisco Xavier que, em missivas a D. João III, alertava para a necessidade de fazer cumprir a prometida conversão do rei de Kotte⁵³⁰.

A promessa que Bhuvaneka Bahu fizera quando pedira o juramento do sobrinho Dharmapala como seu herdeiro, em 1543⁵³¹, foi afastada pelo próprio nas cartas que redigiu, em Dezembro de 1549, apontando fortes queixas dos abusos dos Portugueses⁵³². A polémica em torno da expedição de D. Jorge de Castro, em 1549, e em especial, sobre a sua derrota ter sido motivada ou não pela intervenção do rei de Kotte instalou-se⁵³³ e, assim que D. Afonso chegou à ilha, as embaixadas de Bhuvaneka Bahu e Mayadunne, rei de Sitawaka, não tardaram em procurar o seu apoio⁵³⁴.

Preocupado com a Índia, o vice-rei adiou a resolução da questão para Cochim, embora, a pedido de D. João III, tenha feito uma relação da ilha, na qual apontava as suas riquezas, a facilidade das conversões e encorajava o monarca a construir uma fortaleza cuja decisão final para ele remetia⁵³⁵. Sensível aos pedidos dos religiosos, D. Afonso deixara-se impressionar pela destruição de uma Igreja em domínios do rei de Kotte e pelos rumores do seu envolvimento na derrota de D. Jorge, tendo por isso formado uma opinião negativa daquele soberano⁵³⁶. Disso mesmo se queixou o embaixador de Bhuvaneka Bahu, em Cochim, a D. João III, embora ainda esperasse uma mudança de atitude por parte de D. Afonso⁵³⁷. O vice-rei, ainda em 1550, deixara ordens para que, em caso de morte de Bhuvaneka Bahu, o feitor de Ceilão, Gaspar de Azevedo, não entronizasse Dharmapala sem disso o avisar e sem que este, antes, adoptasse oficialmente a fé cristã, seguindo aliás o regimento de Jorge Cabral⁵³⁸. Quando estalou a guerra entre Kotte e Sitawaka

⁵²⁹ Cf. BIEDERMANN, Zóltan, *op. cit.*, p. 274.

⁵³⁰ Cf. Carta de Francisco Xavier a D. João III, Cochim, 20.I.1548 – PUB. *Ceylon*, doc. 10, p. 506; Carta de Francisco Xavier a D. João III, Cochim, 26.I.1548 – PUB. *Ceylon*, doc. 115, p. 532.

⁵³¹ Sobre a questão veja-se: FLORES, Jorge, *op. cit.*, pp. 187-189.

⁵³² Cf. Cartas de Bhuvaneka Bahu a D. Catarina, ao infante D. Luís e a D. António de Ataíde, Kotte 11.XII.1549 – PUB. *Ceylon*, docs. 117, 118 e 119.

⁵³³ O tema será polémico para D. Afonso, mas a cronística insistirá sempre na inocência de Bhuvaneka Bahu. D. Jorge tinha sido atacado quando retirava para Kotte pelas forças de Mayadunne, perdendo ainda alguns homens. No entanto, no seu tempo, muitos consideraram que por detrás do ataque estariam ordens secretas do rei de Kotte a Mayadunne.

⁵³⁴ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim 16.I.1551 – PUB. *Ceylon*, doc. 121, pp. 551-552.

⁵³⁵ Cf. *ibidem*.

⁵³⁶ Tal facto depreende-se da carta de D. Afonso respeitante a Ceilão em 1552 e é afirmado na carta do embaixador de Kotte. Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *Ceylon*, doc. 127; cf. Carta de Radaraksa Pandita a D. Catarina, Cochim, 28.I.1551 – PUB. *Ceylon*, doc. 123, pp. 565-566.

⁵³⁷ Cf. *ibidem*, p. 567.

⁵³⁸ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *Ceylon*, doc. 127, p. 582.

no Inverno de 1551, D. Afonso encontrava-se ocupado com as questões malabar e turca, acabando os acontecimentos por se precipitarem. A morte accidental de Bhuvaneka Bahu e a entronização de Dharmapala, operada por Gaspar de Azevedo, contra as ordens do vice-rei, no contexto das tentativas de Mayadunne se afirmar como soberano de Kotte junto da nobreza daquele reino, foram conhecidas em Goa, em Agosto de 1551.

Reunido o conselho de capitães, este impôs a D. Afonso a jornada à ilha. O espírito da expedição, à qual D. Afonso tentou opôr-se, escudando-se na ordem régia de não sair da Índia e tentando ali enviar o filho, apesar do voto contrário do conselho, depois desempatado pelos pareceres de Vasco da Cunha e Francisco Barreto, deveria ser o de entrar na ilha “amostrando que hia fazer justiça da morte del-Rey e pera rrestituir a fama aos Portuguezes, que naquillo perderão, e asseseagar a tera. E com isso trabalhase, por aver o tesouro ou a parte, que dele podese ver, pera socoro das gramdes necesydades da Imdia, que por serem tantas e tais, parecia isto vindo de Deus”⁵³⁹. À pressão dos capitães juntaram-se a do bispo D. Juan de Albuquerque, dos Franciscanos e dos próprios Jesuítas. Em suma, antes de partir para Ceilão, D. Afonso tinha já boa parte da sua actuação condicionada e imposta pelos interesses divergentes e ambivalentes destes grupos, uns apostados nas riquezas, outras nas possibilidades de evangelização.

O vice-rei partiu com a estratégia que ele próprio enunciou e, ciente de que o desenlace poderia ser polémico, optou por fazer tudo em conselho. Talvez também por isso, encontremos na expedição não só quase toda a fidalguia mais importante da Índia de então, como também o vigário-geral dos Dominicanos, um representante dos Franciscanos e outro dos Jesuítas. Uma vez ancorado em Ceilão, em Outubro de 1551, não tardou a que a polémica se instalasse, sobretudo em torno dos empréstimos. Já em 1550, quando aportara à ilha accidentalmente, assim que fora informado das dificuldades do tesouro oriental, D. Afonso tentara tirar partido das disputas entre Kotte e Sitawaka, para exigir de Bhuvaneka Bahu um empréstimo. O soberano de Kotte negara o empréstimo, embora se tivesse empenhado em enviar diversos presentes ao vice-rei.

Aquando do regresso à ilha da canela em 1551, Noronha de imediato entrou em negociações com os ministros de Dharmapala. Acordaram então que o reino de Kotte pagaria 200 mil pardaus ao Estado da Índia, na condição de 100 mil serem avançados antes da jornada a realizar contra Mayadunne. Os restantes 100 mil seriam pagos depois, ficando ainda acordada a divisão do saque a realizar. Aproveitando, as dificuldades de Kotte em pagar os 100 mil pardaus iniciais uma vez que Dharmapala só entregara 80 mil pardaus, e em consonância com as pressões de muitos soldados e fidalgos, D. Afonso de Noronha ordenou de imediato a busca do tesouro de Kotte na

⁵³⁹ Cf. *ibidem*, p. 586.

falta dos 20 mil pardaus restantes. As torturas e perseguições iniciaram-se ainda antes da jornada a Sitawaka, e depois de entrada a cidade, o vice-rei não só não autorizou a partilha equitativa do saque, como estava previsto, como continuou as perseguições aos membros do aparelho administrativo e nobreza de Kotte. Alegando ainda o incumprimento do acordo por falta de pagamento dos restantes 20 mil pardaus, o vice-rei decidiu não partir em perseguição de Mayadunne como também ficara previsto. Por seu lado, a nobreza de Kotte argumentava que a prioridade era capturar o soberano de Sitawaka e depois se trataria dos pagamentos, mas ao que tudo aponta D. Afonso não cedeu. Mayadunne pôde assim escapar, apesar de Sitawaka ter sido incendiada e severamente pilhada. Além das promessas não cumpridas de pagamento, o Noronha alegou ainda a questão da conversão de Dharmapala, que considerava ter sido prometida por Bhuvaneka Bahu anteriormente, para justificar ao rei os motivos das perseguições que ordenou em busca do tesouro e porque não concretizou a captura de Mayadunne. Em todo o processo descrito⁵⁴⁰ não é possível abstrair as diferentes pressões que o vice-rei recebeu por parte de fidalgos, soldados, religiosos, além de eventuais interesses pessoais que o próprio tivesse que não quedam claros. Espartilhado entre os apetites da fidalguia e a vontade de quase conversão forçada de Dharmapala, D. Afonso de Noronha viu os acontecimentos escaparem ao seu controlo. Parece-nos assim que a ambiguidade de interesses presentes na expedição dificilmente poderia coadunar-se com uma acção unívoca no terreno, razão pela qual os eventos escaparam ao controlo do vice-rei que insistiu em manter as perseguições e torturas até abandonar a ilha.

Mais do que condenar ou defender as atitudes do vice-rei na expedição de 1551, função da qual o historiador deve abster-se, cabe compreendê-la e enquadrá-la no seu tempo. Se por um lado, a expedição foi motivo de oposição a D. Afonso, deverá salientar-se, por outro lado, o facto de dela ter saído a decisão de se reconstruir uma fortaleza na ilha⁵⁴¹ e de com ela se ter iniciado uma nova fase da história da presença lusa na ilha, marcada, não por uma territorialização que só o período filipino traria, mas por um crescendo de maior intervenção portuguesa na política interna do já então débil reino de Kotte⁵⁴². Acresce que ao enunciado, em nosso entender, a expedição demonstrou à saciedade a dimensão do crescimento do poder dos religiosos, a ponto de poder mesmo rivalizar com o do próprio vice-rei. Deste facto o próprio

⁵⁴⁰ A versão aqui apresentada procurou ser um resumo sucinto do que D. Afonso escreveu ao rei em sua defesa (cf. nota seguinte) e daquilo que é relatado por Diogo do Couto.

⁵⁴¹ Como se constata da leitura da Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *Ceylon*, doc. 127. Apesar da polémica da expedição, já em 1920 (PIERIS, P. E., *Ceylon and the Portuguese 1505-1658*, Londres, Luzac & Co., 1920, p. 71) e 1936 (BOURDON, Léon, *Lés Débuts de l'Évangélisation de Ceylan vers le milieu du XVI^e siècle d'après des documents récemment publiés*, Lisboa, Instituto Francês, 1936, pp. 85-86) este facto foi reconhecido pela comunidade historiográfica.

⁵⁴² Cf. BIERDERMANN, Zóltan, *op. cit.*, p. 303.

Noronha se lamentou. Assim, em 1551, os acontecimentos cingaleses reflectiram uma vincada afirmação do espírito da Contra-Reforma, a qual atingiria, um dos seus momentos de maior exaltação com o caso do dente de Buda, já em tempos do vice-rei D. Constantino de Bragança⁵⁴³.

Ao deixar a ilha, para acudir aos problemas de abastecimentos das naus da pimenta e não para fugir à pressão de Kotte, D. Afonso não a deixou estabilizada e perdeu, é certo, uma excelente oportunidade de se assenhoar da totalidade da mesma⁵⁴⁴, não fosse aquela expedição a maior que os Portugueses até então tinham ali organizado⁵⁴⁵. Malogradamente, não só as prioridades do momento eram outras (Turcos) como ainda, como já foi demonstrado por Zoltán Biedermann, aos Portugueses escapava a compreensão do tecido social ceilonense, sem o qual uma territorialização seria difícil de concretizar⁵⁴⁶. Ao deixar D. João Henriques, um seu servidor, à frente dos destinos do frágil reino de Kotte, o Noronha pretendia pacificar aquele reino apesar de ordenar a captura de Vidiye Bandara, pai de Dharmapala, que deveria ser enviado para Goa. Mas a precoce morte de D. João e a sua sucessão por Diogo de Melo Coutinho, em Abril de 1552, que retomou a política de conversão forçada de Dharmapala e de Vidiye Bandara, levaram à precipitação dos acontecimentos políticos. Empenhado, então, no combate aos Turcos, o vice-rei nomeou, em Outubro de 1552, D. Duarte de Eça para Ceilão, esperando que este acalmasse a situação. Porém, Eça apenas agravou a prisão decretada por Coutinho a Vidiye Bandara. Com ele seguiu, a mando de D. Afonso⁵⁴⁷, o Padre Emanuel de Moraes empenhado na conversão de Dharmapala, o que viria a acontecer em 1557, após a morte do seu pai.

Para os anos de 1553 e 1554, uma vez mais as fontes escasseiam, em especial após a deposição de D. Duarte de Eça, em Dezembro de 1552, e a sua sucessão por Fernão de Carvalho, a quem D. Afonso havia encarregue a edificação da nova fortaleza em Colombo após uma provável resposta régia favorável a tal. A guerra entre Kotte e Sitawaka foi retomada⁵⁴⁸ e nem a ameaça da armada de um corsário turco ao serviço do Samorim, a operar na Costa da Pescaria e no Coromandel⁵⁴⁹, foi suficiente para captar de novo a atenção do vice-rei para a ilha da canela. Não obstante, em Novembro de 1553, no seguimento da reprimenda de D. João III pela sua atitude no Ceilão⁵⁵⁰, D. Afonso nomeou Afonso Pereira de Lacerda para entregar parte

⁵⁴³ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. Constantino de Bragança” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

⁵⁴⁴ Cf. PIERIS, P. E., *op. cit.*, pp. 70-71.

⁵⁴⁵ Cf. BIEDERMANN, Zóltan, *op. cit.*, p. 297.

⁵⁴⁶ *Ibidem*, p. 326-327.

⁵⁴⁷ Cf. BOURDON, Léon, *op. cit.*, p. 80.

⁵⁴⁸ Cf. Carta de Frei António Dias a Gaspar Barzeus e aos irmãos de Goa e Coimbra, Colombo, 15.XII.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 108, p. 533.

⁵⁴⁹ Cf. *Ásia*, VI, x, 9.

⁵⁵⁰ O original da carta é transcrito pelo cronista seiscentista Padre Fernão de Queyroz, sendo este um dos mais acérrimos críticos da expedição de D. Afonso, afirmando deter em seu

das jóias apreendidas na expedição e entrar na capitania. Após este facto, nada mais se conhece dos acontecimentos ceilonenses até à chegada do vice-rei D. Pedro Mascarenhas.

Contudo, importa desde já ressaltar que a reprimenda não fora motivo de abalo na confiança por parte do rei e muito menos, como adiante explicitaremos, razão de ser da nomeação de D. Pedro Mascarenhas. O Noronha esteve consciente, desde o primeiro momento, que a polémica do Ceilão podia denegrir a sua imagem junto do monarca e terminar em algo semelhante ao que sucedera com Nuno da Cunha no seu regresso da Índia⁵⁵¹. Por isso mesmo, tratara tudo em conselho e escrevera ao monarca, em 1552, que “Certefiquo a Vosalteza que este negocio de Ceyllão me tem embaraçado de maneyra, que ho nam emtemdo”⁵⁵², motivo pelo qual lhe remetia, um relatório circunstanciado sobre tudo o que lá se passara, mas que é desconhecido. Porém, nada do afirmado implica que o Ceilão não detivesse um lugar importante na política afonsina, nem que fosse enquanto bastião de retirada do Estado da Índia face a uma possível investida turca, como já noutras ocasiões sucedera⁵⁵³.

III.4. Malabar: as guerras da pimenta e a Carreira da Índia

O Malabar foi a região da Ásia Portuguesa que durante o governo de D. Afonso mais problemas teve, e com mais documentação disponível, logo a seguir ao Golfo Pérsico. Todavia, a persistência dos problemas malabares, em particular quando associada à questão da Carreira da Índia na década de 1550, demonstra como o governo afonsino não foi bem sucedido na resolução do problema dos abastecimentos da pimenta, provando-o a continuidade dessas guerras nos anos seguintes e a persistência do problema até à expansão para a costa do Canará nos finais da década de 1560⁵⁵⁴. Do ponto

poder uma carta que provava o envolvimento de D. Afonso no assassinio de Bhuvaneka Bahu, morto acidentalmente por um seu criado. No entanto, muitas informações que veicula sobre a expedição estão erradas não só em termos de cronologia como também de factologia. Para este cronista, D. Afonso chegara a morrer na Índia. Apesar disso, cremos verdadeira a carta do rei que transcreve. Cf. QUEIROZ, Padre Fernão de, *Conquista Temporal e Espiritual de Ceylão*, vol. I, H. C. Cottle, Government Printer, 1916, liv. 2, cap. 18, p. 235.

⁵⁵¹ Pela sua experiência cortesã, D. Afonso deverá ter tomado conhecimento do caso de Nuno da Cunha e de certo teria a todo o custo tentado evitar que se repetisse consigo, sendo nesse aspecto bem sucedido. Relembre-se que o caso de Nuno da Cunha em 1538-39 sucede no exacto momento em que D. Afonso se encontrava de partida para a capitania de Ceuta. É bem possível que tivesse assistido a tudo pelo seu cargo de apossentador-mor de D. João III.

⁵⁵² Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *Ceylon*, doc. 127, p. 601.

⁵⁵³ Cf. FLORES, Jorge, *op.cit.*, pp. 181-182.

⁵⁵⁴ Ainda na década de 1560, três reis de Cochim faleceram em combates com Calicut relacionados com estas problemáticas. Cf. AYYAR, Krishna K. V., *The Zamorins of Calicut*, Calicut, Norman Printing Bureau, 1938, p. 205.

de vista do vice-rei, o Malabar foi uma constante fonte de problemas que não pareceu senão ter uma importância secundária quando comparada com a questão turca, as Praças do Norte ou o Ceilão.

Já se anotou como o problema malabar emergiu durante a governação de Jorge Cabral⁵⁵⁵ e, mais em específico o início da primeira guerra da pimenta, aquando da perfilhação do soberano de Vadakkenkur pelo Samorim, ocorrida a 20 de Janeiro de 1550⁵⁵⁶. Imediatamente, após chegar a Cochim, a 10 de Novembro, D. Afonso proveu na capitania-mor do Malabar, João de Mendonça por, à data, Cabral ter os homens todos concentrados em Vendurli⁵⁵⁷. À primeira decisão governativa do Noronha na Índia seguiu-se a assinatura das pazes, em Dezembro de 1550, a pedido expresso do Samorim, que para tal encarregou o rei de Tanor das negociações⁵⁵⁸. Na ocasião, o presente que o vice-rei trazia da parte de D. João III deve ter-lhe sido entregue⁵⁵⁹. Antes de serem assinadas as pazes, mediante as quais se voltava aos *status quo* anterior a 1550, D. Afonso reuniu o conselho de capitães. Prevendo que a guerra continuaria nos anos seguintes, o vice-rei apontou a necessidade de construir três fortalezas para bem defender Cochim dos seus inimigos⁵⁶⁰. A seu ver, era obrigação dos Portugueses defender a cidade à luz dos antigos tratados e, sobretudo, considerada a menoridade do seu jovem rei. Quando, a 20 de Janeiro de 1551, partiu para Goa, D. Afonso visitou ainda Chale e Cananor em cumprimento de ordens régias⁵⁶¹, tendo nomeado em Chale para a capitania-mor do Malabar, D. António de Noronha, para suceder a João de Mendonça no cargo até ao final do Verão.

Assim que D. Afonso se retirou, os amoucos⁵⁶² voltaram a atacar o forte de Cochim de Cima, em Fevereiro de 1551, na altura defendido por Jorge Cabral e Manuel de Sousa Sepúlveda, tudo indicando que nos meses seguintes a tensão na região terá prosseguido. Antes de demandar Ceilão, o Noronha deixou em Goa ordem para que quando D. Antão regresasse do Golfo Pérsico fosse tomar posse da capitania-mor do Malabar, o que ocorreu já em Outubro. Viu-se também como D. Afonso regressou da ilha da canela

⁵⁵⁵ Cf. ponto II.1.

⁵⁵⁶ Cf. *História dos Portugueses no Malabar por Zinadím*, edição de David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, cap. X. Ver mapa 3.

⁵⁵⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 9.

⁵⁵⁸ O Samorim pediu pazes quando D. Afonso chegou a Cochim, por ser “sobrinho” do rei. Cf. *ibidem*, fl. 7.

⁵⁵⁹ Uma carta do rei de Tanor ao rei, sem data original, mas que deve ser de Janeiro de 1552, agradece o presente e elogia D. Afonso e o papel do seu filho na assinatura das pazes (cf. Carta do rei de Tanor a D. João III, s.l., s.d. – PUB. *Gavetas*, vol. V, doc. 3685, p. 440).

⁵⁶⁰ Cf. *ibidem*, fls. 8-8v.

⁵⁶¹ Nestas pode ter ordenado a não construção de casas fora das muralhas como o rei lhe pedira.

⁵⁶² Como Couto esclarece, os amoucos eram a guarda pessoal do rei de Vadakenkkur que, segundo tradição, em vendo o seu rei morto atacavam até serem mortos. Cf. *Ásia*, VI, viii, 9.

a pretexto dos problemas malabares, pois o rei de Tanor havia voltado a congregar as hostes dos potentados locais em torno do soberano de Vadakenkkur para atacar de novo Cochim, atraindo a sua promessa de garantir o abastecimento de 1552⁵⁶³. O rei de Cochim, contudo, logrou alcançar a neutralidade do Samorim no conflito que estalou⁵⁶⁴. Aos problemas de carregamento da pimenta na armada que seguiu para o Reino em 1551, o vice-rei acrescentava o relativo insucesso de Manuel de Sousa Sepúlveda, nomeado em Setembro para tratar da carga das naus, na recolha de pimenta. Após conselho de capitães ficou decidida uma expedição terrestre contra Vadakenkkur em episódio marcado por conflitos entre a fidalguia⁵⁶⁵.

A despeito do sucesso militar da expedição, a especiaria que partiu na armada de 1552 continuava a ser insuficiente, razão pela qual D. Afonso afirmava que “a pimenta que vay custa mais trabalho e sangue dos fidalgos e jemte que qua serve que dinheiro”⁵⁶⁶. Para compensar o facto, Noronha carregou o galeão *São João*, de Manuel de Sousa Sepúlveda com tantas riquezas em Coulão⁵⁶⁷, que não só fora o mais rico que até então havia partido do Oriente rumo a Portugal⁵⁶⁸, como viria a ter o fim que se conhece: o naufrágio na Costa de Natal. No entanto, em 1552 fora obrigado a recuperar o antigo contrato de compra da pimenta, pagando esta com 2/3 em ouro e 1/3 em cobre⁵⁶⁹, enquanto para a carga do ano anterior tudo indicia que Sepúlveda tenha adiantado dinheiro seu⁵⁷⁰. Porém, a expedição de 1551 havia sido custosa para a Fazenda Real⁵⁷¹ e quando D. Afonso, nos últimos dias de Janeiro de 1552, seguiu para Goa, deixava D. António de Noronha de novo à frente da capitania-mor do Malabar. Uma vez em Goa, não só enviou D. Fernando de Meneses para a região, em Março, de forma a pre-

⁵⁶³ Cf. Trespelado do assento..., Cochim 4.I.1552 – ANTT, CC I-87-50, fl. 1.

⁵⁶⁴ Cf. Carta de Magnate Caimal a D. João III, s.d. s.l. – ANTT, CVR, doc. 129. Deve tratar-se de um mercador de Cochim. Pelo contexto deverá ser de Janeiro de 1552.

⁵⁶⁵ Esta questão será abordada no ponto IV.3 sobre a corte vice-real.

⁵⁶⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Cochim, 27.I.1552 – PUB. DPMAC, vol. III, doc. 20, p. 254.

⁵⁶⁷ Tudo havia sido feito graças ao feitor e alcaide-mor de Coulão, Bernardo da Fonseca. Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I. 1552 – PUB. *Textos do Estado...*, p. 74.

⁵⁶⁸ “Mas levou tantas fazendas outras, que se afirma, que depois que a Índia se descobriu até então, não partio não tão rica” (*Ásia*, VI, ix, 18).

⁵⁶⁹ Cf. Trespelado do assento..., Cochim, 4.I.1552 – ANTT, CC I-87-50, fl. 1v.

⁵⁷⁰ Depreende-se tal pelo trespelado de serviços de Manuel de Sousa Sepúlveda feito em Cochim a 16 de Janeiro de 1551, e cujo objectivo era o de provar que o fidalgo não roubara dinheiro à Fazenda Real e antes o emprestara, sendo-lhe passada uma declaração de dívida que depois deveria cobrar na Casa da Índia em Lisboa. Para o efeito foram ouvidas vinte testemunhas sobre os eventos de Vendurli e o vice-rei após a sua assinatura a tudo. O documento encontra-se publicado nas *Gavetas*, vol. V, doc. 3666.

⁵⁷¹ Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim 30.I.1552 – PUB. *Textos do Estado...*, p. 73.

parar atempadamente o carregamento do ano de 1553 como, contrariado⁵⁷², despachou ainda Francisco Barreto para a região, provavelmente para substituir D. António de Noronha na capitania-mor do Malabar, no Verão de 1552. Devido a ameaças do Samorim⁵⁷³, Barreto, que partira com poderes de governador para tratar da carga das naus em conjunto com João da Fonseca, o capitão de Cochim desde 1551 e figura a quem o rei havia nomeado para vedor da fazenda de Cochim⁵⁷⁴, não teve qualquer sucesso e a carga de 1553 só pôde ser garantida por via da compra de drogas e cravo a D. Pedro da Silva e Bernardim de Sousa, vindos da Insulíndia⁵⁷⁵.

Um novo agravamento da situação política, mas desta vez com a participação do Samorim, ocorreu em Novembro de 1553, quando D. Afonso se deslocou de propósito a Cochim para tratar da carga do ano de 1554. Após dois conselhos de capitães, uma nova e decisiva expedição contra Vadakenkkur foi lançada, obtendo os Portugueses renovada vitória⁵⁷⁶. Para a carga de 1554, tudo aponta para que tenha sido recolhida mais pimenta que nos anos anteriores, embora em quantidade ainda insuficiente, para o que pode ter contruíbuído o facto de ter sido o próprio vice-rei a tratar pessoalmente do assunto. Mais atento às questões malabares, D. Afonso só regressou a Goa após a partida da nau de D. Álvaro de Noronha, ocorrida a 15 de Janeiro de 1554, tendo deixado ordens para que os domínios do soberano de Vadakenkkur só lhe fossem restituídos após o cumprimento das pazes, nas quais se estipulara que este, além de voltar à suserania de Cochim, deveria abastecer os Portugueses com a pimenta necessária⁵⁷⁷. Por fim, em Fevereiro de 1554, o vice-rei nomeou Henrique de Macedo para a capitania de Cananor.

No cerne de todo o problema das quantidades de pimenta que vinham para o Reino, e que só a expansão já com D. Antão de Noronha e D. Luís de Ataíde para a costa do Canará parece ter resolvido, estavam a estagnação da produção da pimenta no Malabar propriamente dito⁵⁷⁸, o agravamento da situação política local⁵⁷⁹, a crescente concorrência da pimenta oriunda da

⁵⁷² Este episódio será analisado no ponto IV.3 sobre a corte vice-real.

⁵⁷³ Relembre-se que nesta altura este conspirava para cercar Diu com o sultão guzerate e os Turcos.

⁵⁷⁴ Em cumprimento de ordens régias como adiante se verá. Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 12.

⁵⁷⁵ Cf. *Ásia*, VI, x, 8.

⁵⁷⁶ Cf. *Ásia*, VI, x, 14-15.

⁵⁷⁷ Cf. *Ásia*, VI, x, 15.

⁵⁷⁸ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A questão da pimenta em meados do século XVI” in *op. cit.*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, p. 80.

⁵⁷⁹ Já durante o governo D. João de Castro se tinham verificado diversos problemas em Cochim. Cf. GOERTZ, R. O. W., “The Portuguese in Cochin in the mid-sixteenth century” in *Indica*, vol. 23 (Março-Setembro), s.l., 1986, pp. 63-78.

Insulíndia⁵⁸⁰ e as constantes dificuldades financeiras⁵⁸¹. D. João III, consciente do problema já em 1545, havia pensado em reformular o comércio pimenteiro⁵⁸², levando D. João de Castro nesse ano ordens nesse sentido. No entanto, as reuniões por este organizadas em finais de 1545, não vingaram as medidas de privatização oficial deste comércio, tal como o sucedido com o das Molucas, em 1539, por receio de diversas consequências⁵⁸³. Assim, quando D. Afonso, em resposta aos apontamentos do rei, encetou considerando sobre a situação malabar e a carga das naus, preferiu concentrar-se mais na resolução dos problemas políticos, apostando no reforço do rei de Cochim mediante uma política continuada⁵⁸⁴, bem como nas sugestões de reformulação do sistema, do que na defesa da privatização daquele comércio. Para tal, pediu o envio atempado do cabedal, a preparação da carga das naus de forma atempada e ainda a criação de uma armada autónoma para Cochim que ali deveria manter-se sediada⁵⁸⁵. Em suma, D. Afonso tal como o vedor Simão Botelho, por estes anos, não fizeram mais que prosseguir o debate aberto no tempo de D. João de Castro, apontando caminhos e rumos, não obtendo, todavia, soluções concretas.

Uma outra temática intimamente relacionada com esta foi a dos problemas na Carreira da Índia durante a década de 1550, em especial, o problema da maior percentagem de naufrágios, partidos da Índia para o Reino, até ao período filipino⁵⁸⁶. Esta questão já tinha afectado a modesta armada

⁵⁸⁰ THOMAZ, Luís Filipe, “A questão da pimenta...” in *op.cit.*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, pp. 83-84. Apesar disso, para o governo de D. Afonso não se conhece pimenta oriunda da Insulíndia que tenha sido embarcada nas armadas que zarparam para o Reino.

⁵⁸¹ MALEKANDATHIL, Pius, *op.cit.*, p. 170 e seguintes. Este autor defende a existência de uma crise económica geral para os anos entre 1535 e 1570 que ajuda a explicar as dificuldades financeiras. Identifica ainda a crescente pressão dos privados em Cochim, em especial, da comunidade judaica. Sobre o peso e importância desta comunidade em Cochim veja-se: TAVIM, José Alberto, *Judeus e cristãos-novos em Cochim. História e Memória (1500-1662)*, Braga, Edições da APPACDM, 2003.

⁵⁸² Aparentemente por sugestão de Diogo Pereira. Cf. THOMAZ, Luís Filipe F. R., “O Testamento Político de Diogo Pereira, O Malabar, e o projecto oriental dos Gamas” in *Anais de História de Além-Mar*, n.º 5, Lisboa, CHAM, 2004, p. 134.

⁵⁸³ Entre estas estava o receio do abatimento das rendas das principais capitânias como Ormuz, Malaca e Goa e ainda o problema do despovoamento de algumas praças por parte dos mercadores (cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A questão da pimenta...” in *op.cit.*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, p. 39).

⁵⁸⁴ Para isso sugeria uma guerra naval e terrestre constante contra Calicute, além das três fortalezas.

⁵⁸⁵ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fls. 8-8v.

⁵⁸⁶ Cf. FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo e LOPES, António, *op.cit.*, p. 84. Para os problemas destas viagens veja-se: GODINHO, Rui Landeiro, *A Carreira da Índia: Aspectos e Problemas da Torna-Viagem (1550-1649)*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005. O problema foi pela primeira vez apontado por João Paulo Oliveira e Costa em 2003: “Os capitães-mores de D. João III” in *V Simpósio de História Marítima. A Carreira da Índia*, Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 213-231.

que acompanhara o vice-rei à Índia, determinando o conhecido naufrágio de Sepúlveda, em 1552, o de D. Álvaro de Noronha, em 1554⁵⁸⁷, e ainda os problemas que Francisco Barreto enfrentou na sua viagem de regresso a Portugal, em 1559. Porém, estas eram áreas nas quais a intervenção do vice-rei não poderia ser senão diminuta, a menos que existissem ordens régias claras, que sabemos inexistentes. Além disso, é conhecido como apenas o reinado de D. Sebastião (1557-1578) e, especificamente a sua legislação, trouxeram parte da resolução do problema da tonelagem e carga dos navios⁵⁸⁸.

III.5. Intervenções vice-reais em Malaca e nas Molucas

A política de qualquer governador ou vice-rei quinhentista, sediado em Goa, face a Malaca ou às longínquas Molucas, dificilmente poderia ser prioritária, excepto em casos como o de Albuquerque que liderou pessoalmente a conquista de Malaca, em 1511, ou já no século XVII, de D. Martim Afonso de Castro, que foi socorrer a cidade aquando do cerco neerlandês de 1606-07. Tendo em conta esta condicionante, compreende-se que a política do Noronha para a Insulíndia não tenha correspondido a uma área na qual investisse senão marginalmente, pese embora os relevantes acontecimentos que ali se desenrolaram durante a sua governação mas que, em boa medida, não são por si ordenados e dos quais, em regra, tomou conhecimento tardiamente. Não obstante, é nítida a maior preocupação de D. Afonso com a região a partir de 1552.

Já entre 1548 e 1550, Frei João da Beira, jesuíta estante em Ternate, escrevera cartas para Goa⁵⁸⁹ e para a Europa⁵⁹⁰, dando conta das tensões locais entre os Portugueses e o rei de Geilolo, insistentemente acusado de perseguir os cristãos⁵⁹¹. Devido a estas circunstâncias e por não se confirmar a presença de uma armada castelhana na região, Bernardim de Sousa, após resolver a disputa pela capitania de Ternate com Cristóvão de Sá⁵⁹², organizou uma expedição contra aquele rei. O sultão Hairun de Ternate (1535-1545; 1545-1571) já havia prometido, em 1544, participar com os

⁵⁸⁷ Faleceu com o irmão Fernão Álvares de Cabral na viagem. Cf. *Ásia*, VI, x, 14.

⁵⁸⁸ Cf. FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo e LOPES, António, *op. cit.*, pp. 45-46.

⁵⁸⁹ Cf. Carta de Frei João da Beira ao reitor do Colégio de Goa, Ternate, II-IV.1549 – PUB. *DM*, vol. I, doc. 20.

⁵⁹⁰ Cf. Carta de Frei João da Beira a Inácio de Loyola e Simão Rodrigues, Ternate, 13.II.1550 – PUB. *DM*, vol. I, doc. 28.

⁵⁹¹ Ver mapa 5.

⁵⁹² A disputa fora motivada pela provisão que Garcia de Sá havia passado ao sobrinho Cristóvão de Sá, de forma a afastar Jordão de Freitas devido ao seu papel na deposição do sultão Hairun em 1544. Mas esta só seria válida enquanto Bernardim de Sousa não estivesse em Ternate, razão pela qual Sousa permaneceu capitão.

Portugueses numa expedição contra aquele soberano⁵⁹³, mas a questão política da sua deposição adiou a jornada⁵⁹⁴. Quando o cerco de Geilolo se iniciou, a 25 de Dezembro de 1550, D. Afonso não dispunha, em Cochim, de notícias concretas da Insulíndia, apenas sabendo que Malaca estava segura e as Molucas sem Castelhanos⁵⁹⁵. Porém, pouco depois da vitória obtida por Sousa naquele cerco, em Março de 1551⁵⁹⁶, o vice-rei, já em Goa, em Abril, despachou para a capitania de Ternate D. Garcia de Meneses, acompanhado de D. Rodrigo de Meneses, que deveria ser o capitão do mar das Molucas. Não podia, pois, adivinhar que o cerco a que Malaca esteve sujeita, de Junho a Setembro de 1551, viria a ceifar a vida do indigitado capitão das Molucas.

O cerco de Malaca de 1551 deverá ser retido por se tratar do primeiro cerco que a cidade sofreu, lançado por uma coligação de diversos potentados locais⁵⁹⁷, e por ter sido visto à sua época como catastrófico, pela morte de 100 a 120 portugueses no mesmo⁵⁹⁸. Além da destruição de certas zonas da cidade⁵⁹⁹, causou na época um grande impacto pelo poderio militar que já então malaio e javaneses demonstraram, nomeadamente na sua artilharia⁶⁰⁰. O capitão D. Pedro da Silva da Gama (1548-1552) venceu-o apenas com a ajuda de Gil Fernandes Carvalho, a mesma figura que salvou os Portugueses do Coromandel, em 1553, razão pela qual mereceu os elogios do procurador de Malaca⁶⁰¹ e uma recomendação do próprio vice-rei ao monarca⁶⁰².

Enquanto Malaca estava cercada, nas Molucas, Bernardim de Sousa dava um passo decisivo para a consolidação da presença lusa na região, obrigando o rei de Tidore, tradicional aliado dos Castelhanos, a derrubar a fortaleza que erigira. Mas tal só sucedera após abater o poderio militar do reino

⁵⁹³ Cf. MARTINS, Maria Odete Soares, *A Missionação nas Molucas no Século XVI. Contributo para o estudo da acção dos Jesuítas no Oriente*, Lisboa, CHAM, 2002, p. 164.

⁵⁹⁴ Sobre a deposição do sultão Hairun de Ternate em 1545: CRUZ, Maria Augusta Lima, "O assassinio do rei de Maluco: reabertura de um processo" in *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente* (Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa), edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, Lisboa, CNPCDP, 1993, pp. 511-529, pp. 518-521.

⁵⁹⁵ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 11.

⁵⁹⁶ Uma descrição coeva do cerco pode ser lida numa das cartas de Hairun. Cf. Carta do rei de Ternate a D. João III, Ternate VI.1551 – PUB. *DHMPPO (Insulíndia)*, vol. I, doc. 10.

⁵⁹⁷ LOBATO, Manuel, *op. cit.*, p. 57. A coligação era composta pelos reis malaio de Johor, Pera, Pão, Marruaz e a rainha javanesa de Japarâ.

⁵⁹⁸ Uma descrição coeva do cerco foi feita na Carta do Padre Francisco Peres para os irmãos de Goa, Malaca 24.XI.1551 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 52.

⁵⁹⁹ THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis, *Os Portugueses em Malaca (1511-1580)*, vol. I, p. 130.

⁶⁰⁰ Couto descreve o poder da artilharia inimiga que matou D. Garcia de Meneses. Cf. *Ásia*, VI, ix, 7.

⁶⁰¹ Cf. Carta de Cristóvão Martins, procurador de Malaca, a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – PUB. THOMAZ, Luís Filipe, *Os Portugueses...*, vol. II, pp. 390-391.

⁶⁰² "foy saluação de Mallaqa". Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – ANTT, CC I-87-73, fl. 4.

de Geilolo, reduzido a vassalo do Estado da Índia, o qual só se movimentou de novo contra os Portugueses em 1558. De todos estes acontecimentos, D. Afonso de Noronha deverá ter tomado conhecimento, em Janeiro de 1552, quando se encontrava em Cochim, pois a cidade de Malaca enviou o referido procurador à Índia, a fim de pedir socorros para a cidade⁶⁰³. Tudo aponta para que estes socorros tenham seguido na armada de D. Álvaro de Ataíde da Gama, em Abril de 1552, o qual partira mais cedo para assumir a capitania de Malaca, a fim de evitar gastos em Goa. Nesta armada, seguia ainda o licenciado Francisco Álvares encarregue de fazer residência a D. Pedro da Silva, cujos ecos de abusos haviam chegado a Goa. A partida antecipada de D. Álvaro neste contexto criou uma série de tensões⁶⁰⁴ com D. Pedro, os casados de Malaca e até com o próprio Padre Francisco Xavier, decorridos entre Setembro e Novembro de 1552, datas, respectivamente, da chegada e da assumpção da capitania por D. Álvaro.

Face às Molucas, por D. João III ter ordenado ao vice-rei, ainda em Lisboa, que enviasse para lá uma provisão proibindo o pagamento dos terços do rei com cravo de má qualidade⁶⁰⁵, o Noronha despachou Francisco Lopes de Sousa com essa mesma provisão e com a capitania de Ternate, onde sucedeu a Baltasar Veloso. Esta provisão fora originalmente para as Molucas com D. Garcia de Meneses, mas a sua morte em combate em Malaca, em Junho de 1551, impediu a sua execução. Por esta razão, Francisco Lopes de Sousa a levava de novo, embora a devesse levar retocada⁶⁰⁶, aplicando-a na íntegra uma vez aportado a Ternate, em Setembro de 1552. No momento em que D. Álvaro assumia a capitania de Malaca, nas Molucas, a morte de Francisco Lopes de Sousa, originou a disputa pela sucessão entre Cristóvão de Sá e o alcaide-mor, Filipe de Aguiar, ficando o primeiro com a capitania por decisão de Hairun⁶⁰⁷.

Entretanto, a chegada de Bernardim de Sousa e de D. Pedro da Silva a Cochim, em Janeiro de 1553, obrigaram o vice-rei a correr os casos de ambos os fidalgos na Relação de Goa, razão pela qual enviou o licenciado Gaspar Jorge a Malaca, em Abril de 1553, a fim de apurar informações sobre ambos.

⁶⁰³ Entre os pedidos estava um decréscimo dos direitos que se cobravam na alfândega de Malaca a que D. Afonso acedeu. Cf. Carta de Cristóvão Martins, procurador de Malaca, a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – PUB. THOMAZ, Luís Filipe, *Os Portugueses...*, vol. II, p. 390-391.

⁶⁰⁴ Estas serão descritas no ponto IV.1 sobre os Jesuítas.

⁶⁰⁵ Desde que, em 1539, o vice-rei D. Garcia de Noronha decretara a abolição do mopológio régio sobre o cravo das Molucas que fora imposto o pagamento dos terços do rei. Mas os mercadores pagavam este com cravo sem qualidade. Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “Maluco e Malaca” in *De Ceuta a Timor*, s.l., Difel, s.d., p. 555.

⁶⁰⁶ A provisão fora escrita em Goa por Francisco Palha, um homem experiente dos assuntos das Molucas, que se pronunciou sobre todas as questões relacionadas com as Molucas na década de 1550. Cf. Carta de Francisco Palha a D. João III, Goa, 26.XII.1553 – PUB. DHMPPPO (*Insulíndia*), vol. II, doc.18, p. 104.

⁶⁰⁷ Cf. *Ásia*, VI, x, 11.

Por fim, e só após resolver o caso de Bernardim de Sousa, em finais de 1553, o vice-rei, conhecedor dos abusos de D. Álvaro, decretou a este ordem de prisão, a executar pelo licenciado António Rodrigues de Gâmbôa, despachando para suceder na capitania de Malaca, D. António de Noronha e aproveitando a ocasião para enviar uma ordem de contenção de abusos na alfândega de Malaca⁶⁰⁸. Para as Molucas, D. Afonso indigitou D. Duarte de Eça⁶⁰⁹, o capitão deposto de Ceilão.

A década de 1550, em especial, no que toca ao caso das Molucas, assinala o princípio do declínio da influência portuguesa em Ternate face à emergência da estratégia política do sultão Hairun, o qual jogando com os interesses e as rivalidades dos Portugueses, foi impondo progressivamente a sua hegemonia regional⁶¹⁰. Paralelamente, a política de missão prosseguida pelos Jesuítas no arquipélago viria a ser severamente contida por este⁶¹¹, acusado de perseguir os cristãos e de dificultar as conversões, de que a expedição de Camafo organizada por Francisco Lopes de Sousa, em 1553⁶¹², fora um bom exemplo. Um primeiro momento de explosão de tensões, em Ternate, decorreu durante a capitania de D. Duarte de Eça (1556-1559), motivando o cerco da fortaleza portuguesa, ao qual se seguiram diversos conflitos na década de 1560, que desembocaram no assassinio de Hairun pelos Portugueses, em 1571, e na sua consequente expulsão de Ternate. Apesar destes acontecimentos, durante o governo de D. Afonso nada fazia prever o que viria a suceder. As vitórias de Sousa, pelo contrário, pareciam augurar um renovado fôlego da presença portuguesa na região, motivando mesmo D. Afonso a questionar Francisco Palha sobre a possibilidade de uma parte dos rendimentos do comércio do cravo serem suficientes para financiar ações em Goa⁶¹³.

Por fim, face a Malaca, e dado nos reportarmos a um período mal conhecido da sua História⁶¹⁴, torna-se difícil explicitar em que medida o cerco de 1551 foi ou não decisivo para o desenrolar de acontecimentos ante-

⁶⁰⁸ Tratava-se de uma provisão para obrigar os navios que iam e vinham da China a pagar direitos à alfândega de Malaca. Cf. PEREIRA, Carlos Renato Gonçalves, *História da Administração da Justiça do Estado da Índia (Século XVI)*, volume I, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1964, pp. 203-204.

⁶⁰⁹ Nomeado por três anos em atenção aos serviços prestados no cerco de Diu de 1546. Cf. ANTT, *CDJ*, liv. 66, fl. 56v; Lisboa, 30.I.1551 ou *RCI*, vol. I, p. 102.

⁶¹⁰ CRUZ, Maria Augusta Lima, "O assassinio...", pp. 524-528.

⁶¹¹ MARTINS, Maria Odete Soares, *op. cit.*, pp. 156-158.

⁶¹² A expedição fora organizada para separar cristãos de mouros. Cf. Carta de Frei Afonso de Castro ao reitor do Colégio de Goa, Ternate, 29.I.1554 – PUB. *DM*, vol. I, doc. 48, pp. 147-148.

⁶¹³ Cf. Carta de Francisco Palha a D. João III, Goa, 26.XII.1553 – PUB. *DHMPPPO (Insulíndia)*, vol. II, doc.18, p. 114.

⁶¹⁴ De 1526 até ao cerco do Achém de 1568. Cf. LOBATO, Manuel, *op. cit.*, p. 55. Apesar disso, note-se que em 1552, possivelmente na sequência de tomar conhecimento do cerco de 1551, D. João III promoveu Malaca ao estatuto oficial de cidade. Cf. THOMAZ, Luís Filipe, *Os Portugueses...*, vol. II, pp. 392-393.

riores⁶¹⁵ e posteriores. Mas é importante que se afirme que em 1551 ainda existiram suspeitas de um cerco protagonizado pelo sultão do Achém⁶¹⁶, que este não concretizou. O reforço deste sultanato durante a década em curso parece ser um dado claro, não só pelos cercos que impôs a Malaca nas décadas de 1560, 1570 e 1580, de alguma forma “previstos” pelos capitães da cidade durante os anos de 1550⁶¹⁷, como por ser conhecido que, em 1558, já Francisco Barreto advogava a necessidade da sua conquista, dada a ameaça que então representava para os Portugueses. Porém, e uma vez mais, em tempos de D. Afonso estes dados não eram ainda claros.

III.6. África Oriental e Madagáscar: “O Eldorado”

A zona mais ocidental do Estado da Índia representou para D. Afonso uma esperança para a resolução das dificuldades financeiras do seu tempo. Por esta razão, tal como se falou num “Eldorado” para Ceilão, aquando da expedição de 1551⁶¹⁸, o mesmo se poderá aplicar à África Oriental. No entanto, a esperança no “Eldorado” leste-africano rapidamente se desvaneceu em virtude das resistências protagonizadas pelos capitães de Sofala e Moçambique e devido às prioridades, já apontadas, da política afonsina.

Em Janeiro de 1551, cumprindo ordens joaninas, o vice-rei enviou uma expedição de reconhecimento a Madagáscar, incumbindo esta também de colher informações sobre o marfim e o ouro que acorriam às fortalezas de Sofala e da ilha de Moçambique. Para esta missão, o Noronha escolheu Gaspar Luís da Veiga. Consciente das oposições que este viria a encontrar, D. Afonso passara-lhe várias provisões a fim de que a sua autoridade fosse acatada por todos na região⁶¹⁹. O vice-rei tinha ouvido descrições acerca das riquezas da região e escreveu ao monarca que na África Oriental se podia fazer “outra mina como ha na guynee”⁶²⁰, confessando ainda a sua esperança que essa mesma “mina” pudesse suprir as dificuldades da Fazenda Real.

⁶¹⁵ Já em 1547, o sultão achém havia tentado cercar Malaca sem sucesso. Para 1551, tudo aponta para que os problemas internos do sultanato o tenham impedido de o concretizar. Cf. ALVES, Jorge Manuel Santos, *op. cit.*, p. 165-166.

⁶¹⁶ Cf. Carta de Cristóvão Martins, procurador de Malaca, a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – PUB. THOMAZ, Luís Filipe, *Os Portugueses...*, vol. II, p. 390-391 em que refere a possibilidade de novo cerco que deveria ser do Achém pois as forças malaio-javanesas haviam sido totalmente destruídas. Couto refere o facto, embora afirme que se tratavam de invenções do capitão D. Álvaro (cf. *Ásia*, VI, x, 7).

⁶¹⁷ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, *Os Portugueses...*, vol. I, p. 134.

⁶¹⁸ Cf. BIERDERMANN, Zóltan, “Sonhos sem estratégia: D. Afonso de Noronha e o “Eldorado” ceilonês (1550-1551)” in *op. cit.*, pp. 291-301.

⁶¹⁹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim 16.I.1551 – ANTT, CC I-242-44, fl. 13v.

⁶²⁰ Cf. *ibidem*.

Malgradadamente, não se conhecem os eventos concretos da expedição, quer a Madagáscar, para a qual não se encontrou qualquer referência sobre os anos de 1550-54, quer para as praças da África Oriental, onde apenas se sabe que, no ano de 1552, continuou a não chegar a Goa qualquer marfim ou ouro oriundo daquela região e que as ordens vice-reais haviam sido alvo de críticas⁶²¹. Segundo Simão Botelho, contudo, no ano de 1552, possivelmente em virtude da expedição do ano anterior, haviam chegado a Goa 20 bares de marfim, um valor mesmo assim considerado insuficiente⁶²². Por fim, e não menos importante, no contexto do ataque turco a Ormuz, foram avistadas cinco galeotas turcas em Melinde⁶²³, provavelmente em missão de inspecção à região, pois é conhecido o interesse que os Otomanos demonstraram por aquela área em décadas posteriores⁶²⁴.

⁶²¹ Disso se queixava o próprio vice-rei. Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Cochim 27.I.1552 – PUB. *DMPAC*, vol. III, doc. 20, p. 256.

⁶²² Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim 30.I.1552 – PUB. *Textos do Estado...*, p. 64.

⁶²³ Cf. Memorial das novas da Índia do ano de 1553 – ANTT, CSV, fl. 260v.

⁶²⁴ Disso são exemplo os conflitos que opuseram os Portugueses aos Turcos nas décadas de 1580 e 1590.

CAPÍTULO IV

OUTRAS PERSPECTIVAS DO VICE-REINADO DA ÍNDIA (1550-1554)

“Neste caminho, em que Nosso Senhor me trouxe aa Índia, pola necessidade que nella avia, tenho eu por muy certo que a moor parte hé por causa das orações que por mim mandou fazer”

(Carta de D. Afonso de Noronha a Simão Rodrigues em 1551⁶²⁵)

“Eu tenho a Índia tão a açoseguada e bem governada pera o que a achey que ate oje não ouve governador nem visso rey que ho melhor fizesse”

(Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina em 1552⁶²⁶)

IV.1. Uma base da governação: a aliança com os Jesuítas

O quadriénio governativo de D. Afonso, além de marcado pelas dinâmicas político-militares que foram analisadas, assistiu também a uma expansão fulgurante das diversas ordens religiosas, com especial destaque para a Companhia de Jesus⁶²⁷. Essa expansão, patrocinada em parte pelo Estado da Índia através de diversas doações e mercês, ao que tudo indica, verificava-se continuamente desde o governo de Garcia de Sá, não constituindo o governo do Noronha uma inovação nesta matéria. Cabe destacar que, apesar de tudo, o apoio afonsino aos Jesuítas foi, por vezes, nocivo aos interesses do próprio vice-rei como adiante se verá. No entanto, foi algo de tão inevitável tanto quanto uma figura tão importante como D. Juan de Albuquerque, o bispo franciscano de Goa, se declarou nas suas cartas de 1548 a 1552,

⁶²⁵ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a Simão Rodrigues, Cochim 5.I.1551 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 37, p. 139.

⁶²⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Cochim 27.I.1552 – PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 20, p. 258-59.

⁶²⁷ Vejam-se as páginas iniciais de ALDEN, Dauril, *op. cit.*

esta última data da sua morte, um adepto incondicional dos Jesuítas⁶²⁸. Por outras palavras, mesmo que D. Afonso quisesse abrandar as mercês à Companhia, como, por vezes, tentou, ou favorecer outras ordens religiosas, teria de enfrentar a oposição de alguém a quem o rei ordenara expressamente que favorecesse, com as consequências que tal podia acarretar. Além deste facto, pelo contexto em que foi nomeado em 1549-50 para o vice-reinado da Índia e também pelas ordens que trazia do Reino, o vice-rei encontrava-se desde logo comprometido com o apoio aos Jesuítas.

No entanto, e possivelmente em contraste com o patrocínio de anteriores governadores, o patronato que D. Afonso prosseguiu em relação à Companhia não lhe foi apenas ditado por ordens régias, mas também por motivações pessoais. Não só Simão Rodrigues, o provincial dos Jesuítas do Reino até 1552 era, seu confessor, como o vice-rei lhe prometera à data da sua partida o envio de religiosos à Etiópia, um compromisso que só D. Pedro Mascarenhas concretizou⁶²⁹. Neste sentido, compreende-se que D. Afonso, logo a 5 de Janeiro de 1551, antes mesmo de escrever ao rei, se tenha dirigido a Simão Rodrigues, agradecendo o seu apoio⁶³⁰. Mais adiante, nessa mesma carta, a admiração do Noronha pelo trabalho de missão dos Jesuítas é óbvia: “Achey a terra muy contente da Companhia e que fazem nella tanto fruto”⁶³¹, acrescentando que “me eu ey por hum desta Companhia, e estou debaixo da sua obediencia”⁶³².

Quando D. Afonso se encontrava em Cochim no final do ano de 1550, no Reino o *Piedoso* reunia o Conselho Real, saindo deste a decisão de entregar a administração de todos os colégios vacantes da Índia aos Jesuítas, ordem que o vice-rei recebeu por via da armada da Índia de 1551⁶³³. O entusiasmo régio com a Companhia levava assim a uma clara preferência desta face às restantes ordens religiosas e às consequentes disputas que se originaram entre estas. Cumprindo o mandato régio⁶³⁴, D. Afonso entregou os colégios

⁶²⁸ Cf. Carta de D. Juan de Albuquerque a D. João III, Goa, 5.XI.1548 – PUB. *DHMPPO* (Índia), vol. IV, doc. 24, p. 108; Carta de D. Juan de Albuquerque a D. João III, Goa, 22.XI.1548 – PUB. *DI*, vol. I, docs. 49 e 50, pp. 323-324 e 331; Carta de D. Juan de Albuquerque ao Padre Gaspar Barzeus, Goa, 25.III.1550 – PUB: *DI*, vol. II, doc. 12, pp. 30-33; Carta de D. Juan de Albuquerque a Inácio de Loyola, Cochim, 28.XI.1550 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 32, pp. 119-121; Carta de D. Juan de Albuquerque a Simão Rodrigues, Cochim, 28.XI.1550 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 33, pp. 122-123.

⁶²⁹ Apesar disso, circulavam notícias do Negus etíope. Cf. Carta de Gaspar Barzeus a Inácio de Loyola, Goa, 12.I.1553 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 118, p. 600.

⁶³⁰ Cf. página inicial deste capítulo e nota 625.

⁶³¹ Cf. *ibidem*.

⁶³² Cf. *ibidem*. Na carta, D. Afonso pedia ainda o envio de mais Jesuítas para o Oriente.

⁶³³ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos Padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, edição de M. de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1978, Parte I, pp. 256-257.

⁶³⁴ Cf. Cartas de D. João III aos Jesuítas da Índia e a D. António de Ataíde, Almeirim, 20/22.II.1551 – PUB. *DI*, vol. II, docs. 48 e 49.

de Goa e Baçaim aos Jesuítas⁶³⁵. O caso da doação do Colégio de Goa foi mais moroso do que se pretendia pois foi necessário proceder ao inventário das propriedades do Colégio⁶³⁶ e, em seguida, obrigar os rendeiros das terras do Colégio a pagarem os direitos à Companhia⁶³⁷, por vezes por via de execução judicial⁶³⁸. Por estes motivos, o tombo das terras do Colégio de Goa só ficou pronto em Janeiro de 1553⁶³⁹.

Mas, como foi anotado, o apoio de D. Afonso aos Jesuítas não foi meramente institucional: antes de o ser foi, primordialmente, pessoal, como a análise denodada de casos particulares demonstra. Uma das personalidades em ascensão dentro da Companhia, na viragem para a década de 1550, era o padre Gaspar Barzeus que, à morte de Xavier, em 1552, veio a suceder-lhe formalmente no cargo de Provincial do Oriente. Nesse mesmo ano, ainda antes de Xavier partir em embaixada à China, durante a qual viria a falecer, Barzeus fora apontado vice-provincial por este⁶⁴⁰. A ligação afonsina a Barzeus surge atestada não só por correspondência trocada entre ambos, a respeito do sucesso das conversões em Goa⁶⁴¹, como pelo próprio facto de D. Antão, também descrito como um fervoroso adepto dos Jesuítas⁶⁴², ter manifestado intenção de o levar a bordo da expedição a Catifa e Baçorá⁶⁴³. Apesar de não ter seguido na armada, indo em seu lugar o jesuíta André Fernandes⁶⁴⁴, a verdade é que quando se embarcou secretamente para Goa, em Setembro de 1551, o fez a bordo da armada de D. Antão⁶⁴⁵. Por fim, sabe-se que D. Afonso foi um dos poucos homens que teve o privilégio de acompanhar Barzeus nas suas últimas horas de vida⁶⁴⁶.

Outro exemplo claro do apoio de D. Afonso aos Jesuítas ocorreu face ao caso do Colégio de Goa, onde o anterior reitor, António Gomes, aproveitando a ausência de Xavier e a pretexto de querer fazer do Colégio uma réplica no

⁶³⁵ Apenas se conhece o documento da doação do colégio de Goa, com data de 17 de Maio de 1552. Cf. *DI*, vol. II, docs. 81-82; *APO*, fascículo 2, doc. 131.

⁶³⁶ Cf. *APO*, fascículo 2, doc. 131; *DI*, vol. II, doc. 83.

⁶³⁷ Cf. *APO*, fascículo 2, docs. 132 e 133; *DI*, vol. II, doc. 89.

⁶³⁸ Cf. *DI*, vol. II, doc. 90.

⁶³⁹ Cf. *DHMPPPO (Índia)*, vol. V, doc. 62.

⁶⁴⁰ Cf. SCHURHAMMER, Georg S.J., *op. cit.*, vol. IV, p. 529.

⁶⁴¹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha ao Padre Gaspar Barzeus, Diu, 16.XI.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 96, p. 403.

⁶⁴² Cf. Carta de Frei Luís Fróis aos irmãos de Coimbra, Goa, 1.XII.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 104, p. 484. Na carta, também D. Fernando de Meneses era apontado como adepto dos Jesuítas.

⁶⁴³ Cf. Carta do Padre Gaspar Barzeus a Inácio de Loyola, Goa, 12.XII.1551 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 56, p. 258.

⁶⁴⁴ Cf. *ibidem*.

⁶⁴⁵ Cf. ALDEN, Dauril, *op. cit.*, p. 53. Embarcou secretamente devido à sua popularidade em Ormuz, que lhe advinha das disputas teológicas operadas anteriormente na cidade.

⁶⁴⁶ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *op. cit.*, Parte II, p. 109.

Oriente da Universidade de Coimbra⁶⁴⁷, dele expulsou todas as crianças que ali se encontravam a ser doutrinadas. Na altura, fizera-o com o apoio do governador Jorge Cabral⁶⁴⁸, mas enfrentara a oposição dos restantes Jesuítas, que defendiam os métodos da acomodação cultural⁶⁴⁹ e não de tábua rasa como Gomes preconizava. À sua chegada a Cochim, D. Afonso deu ordens imediatas para repovoar o Colégio⁶⁵⁰, após conversar com António Gomes, sendo o florescimento deste uma constante nos anos seguintes. No final do vice-reinado, Goa foi ainda palco da aparatosa recepção do corpo de Xavier, a 16 de Março de 1554, amplamente descrita pelas fontes narrativas e contemporâneas. A intenção vice-real de preparar uma grande recepção ao jesuíta falecido fora tão longe que o próprio vice-provincial, Belchior Nunes Barreto, viu-se forçado a intervir para conter D. Afonso⁶⁵¹. O Noronha procurou ainda favorecer a assistência ao Hospital de Goa⁶⁵².

Também para o arquipélago das Molucas se detecta o apoio de D. Afonso à evangelização jesuíta, a pretexto da vinda de Frei João da Beira à Índia, em 1552, a fim de pedir mercês para a Companhia e trazer mais irmãos para Ternate⁶⁵³. Tudo aponta para que D. Afonso tenha passado as provisões que o padre solicitava, tendo este sido provavelmente despachado para as Molucas, na armada de D. Jorge de Eça, em Abril de 1553, então provido da capitania-mor daquela carreira. Em relação a Malaca, a influência dos Jesuítas, e até por casos que analisaremos em seguida, foi também política, afirmando o biógrafo de Xavier que D. Álvaro da Gama fora enviado para Malaca mais cedo devido à sua intercessão⁶⁵⁴.

Por fim, uma outra área regional onde D. Afonso interveio a favor dos projectos de missão jesuítas, em plena simbiose de interesses da Companhia e do Estado da Índia, não só sancionando-os como dando apoio indispensável, foi no Extremo Oriente. É bem conhecido como Xavier temia que o vice-rei da Índia não aceitasse patrocinar a sua embaixada à China e não demonstrasse qualquer interesse face ao arquipélago nipónico devido

⁶⁴⁷ Cf. ALDEN, Dauril, *op.cit.*, p. 45.

⁶⁴⁸ Sobre a política de Cabral face aos Jesuítas veja-se: DOMINGOS, Padre Maurício, “Vice-Reis e Governadores Xaverianos: Jorge Cabral: Ceilão e Malabar” in *Brotéria*, vol. LVIII, 1954 (1.º semestre), pp. 210-232.

⁶⁴⁹ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, “Acomodação Cultural” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

⁶⁵⁰ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 43, p. 181.

⁶⁵¹ Cf. SCHURHAMMER, Georg S.J., *op.cit.*, vol. IV, p. 647.

⁶⁵² Cf. Carta do Irmão Reimão Pereira ao Padre Luís Gonçalves da Câmara, Goa, 8.XII.1552 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. V, doc. 51, pp. 265-266.

⁶⁵³ Cf. Carta de Francisco Xavier a Frei João da Beira, Singapura, 21.VII.1552 – PUB. *DM*, vol. I, doc. 36, pp. 95-97.

⁶⁵⁴ Cf. LUCENA, João de, *História da Vida do Padre Francisco Xavier*, vol. IV, comentários de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, liv. X, cap. XV.

às dificuldades financeiras de então⁶⁵⁵. Ao chegar a Cochim, em Janeiro de 1552, Xavier não só teve à sua espera uma boa recepção do Noronha⁶⁵⁶, como ainda assistiu à conversão do embaixador do senhor japonês de Bungo, Lourenço Pereira, de quem o vice-rei foi padrinho⁶⁵⁷. Desconhece-se em concreto o teor da conversa entre D. Afonso e Xavier, mas sabe-se que dela saiu a decisão vice-real de patrocinar a embaixada, partida de Goa a 17 Abril de 1552, ainda que inteiramente paga pelo vice-rei⁶⁵⁸. A morte de Xavier, nos finais de 1552, não significou a perda de interesse do vice-rei pela região, reforçando antes a convicção sobre a necessidade do envio do Padre Belchior Nunes Barreto para a área⁶⁵⁹, acompanhado de Fernão Mendes Pinto, o qual foi convencido a partir por D. Afonso de Noronha⁶⁶⁰. Ambos seguiram a bordo da armada de D. António de Noronha, despachado para Malaca, em Março-Abril de 1554. Nesta seguia ainda um presente destinado ao Japão, no qual uma vez mais figuravam objectos doados por D. Afonso⁶⁶¹ e outros fidalgos, como Francisco Barreto. Apesar do envolvimento do Noronha nas questões do Extremo Oriente não se conhece qualquer ordem sua para Leonel de Sousa e que pudesse estar na origem do estabelecimento dos Portugueses em Macau, em 1555.

Duas situações distintas das anteriores, nas quais se vislumbra o patrocínio de D. Afonso, mas desta vez recheadas de consequências políticas para o Noronha, podem ser encontradas nos casos do Malabar e do Ceilão. Em ambos, tal como acontecera com a intercessão de Xavier na nomeação de D. Álvaro, o apoio de D. Afonso aos Jesuítas acabou por custar-lhe a oposição de outras ordens religiosas e de alguns oficiais⁶⁶². O caso malabar é exemplar de como a questão do favorecimento ou não das ordens religiosas podia afectar directamente a autoridade de um vice-rei. Quando aferrou em Cochim, em finais de 1550, o Noronha recebeu o vigário dominicano Frei

⁶⁵⁵ Cf. *Ibidem*, liv. IX, cap. XVIII; SOUSA, Padre Francisco, *op. cit.*, Parte I, p. 526.

⁶⁵⁶ “fuy recebido do Senhor Viso-Rey com muito agasalhado”. Cf. Carta de Francisco Xavier aos irmãos europeus, Cochim, 29.I.1552 – PUB. *Epistolae S. Francisci Xaverii*, edição de Georg Schurhammer e Joseph Wicki, vol. II, Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1945, doc. 96, p. 274.

⁶⁵⁷ Cf. Carta de Egídio Barreto aos irmãos de Coimbra, Baçaim, 15.XII.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 107.

⁶⁵⁸ Cf. LUCENA, João de, *op. cit.*, liv. IX, cap. XVIII.

⁶⁵⁹ A história do envio de Belchior Nunes Barreto para o Japão é descrita da seguinte forma: Em 1554, D. Afonso lia em Goa cartas do Japão quando entrou Barreto para lhe sugerir a ida ao Japão. Noronha antes de o deixar falar terá sugerido de imediato a sua ida. O seu interesse pelo Japão é conhecido (cf. Carta de Frei Aires de Brandão para os irmãos de Coimbra, Goa, 23.XII.1554 – PUB. *DI*, vol. III, doc. 35, p. 180), sendo esta história contada por Sousa (*op. cit.*, Parte II, pp. 111-112) e por Fernão Mendes Pinto (cf. nota seguinte).

⁶⁶⁰ Cf. PINTO, Fernão Mendes, *Peregrinação*, introdução e notas de Aníbal Pinto de Castro, Porto, Lello & Irmãos Editores, 1984, cap. CCXIX.

⁶⁶¹ Cf. *Documentos del Japon 1547-1557*, edição de Juan Ruiz-de-Medina, Roma, Instituto Histórico de la Compañía de Jesús, 1990, doc. 102.

⁶⁶² A oposição dos oficiais será analisada no ponto IV.4.

Diego Bermúdez, o qual manifestou a sua intenção de erigir na cidade um mosteiro desta Ordem. D. Afonso, que anteriormente fora informado pelos Jesuítas da autorização do bispo de Goa para a implantação de um colégio jesuíta na cidade, à qual tentou opôr-se sem sucesso, considerou desnecessária a existência de um mosteiro dominicano em Cochim e aconselhou Bermúdez a investir no mosteiro dominicano de Goa⁶⁶³. Em face deste acontecimento e de posteriores ordens de contenção financeira nas obras daquele mosteiro em Goa e, sobretudo, devido ao apoio jesuíta na expedição ceilonense de 1551, Frei Diego Bermúdez tornou-se num feroz opositor de D. Afonso, a ponto de o excomungar, em episódio de certo traumático para o zelo religioso do vice-rei. Este, não convencido da necessidade do colégio jesuíta de Cochim e procurando contornar a autorização do bispo, pediu parecer ao monarca sobre o assunto⁶⁶⁴. Quanto à resposta régia apenas se sabe que D. Pedro Mascarenhas levava no seu regimento ordens de favorecer aquele colégio⁶⁶⁵ e o certo é que, em Outubro de 1552, D. Afonso já contribuíra financeiramente para as necessidades do Colégio em tudo o que lhe era pedido⁶⁶⁶. Aliás, este apoio do vice-rei aos pedidos jesuítas não só foi uma constante da sua governação, como foi reforçado por via da armada da Índia de 1552, na qual se sabe que D. João III ainda enviara mais ordens de favorecimento da Companhia⁶⁶⁷. Um último exemplo de conversões apoiadas pelo Noronha encontra-se no rei das Maldivas, o qual, apesar de se ter convertido por motivos políticos, se manteve fiel ao seu novo credo⁶⁶⁸. Na ocasião, D. Afonso não só lhe dispensou o apoio de que necessitava como o casou, em episódio envolto em polémica⁶⁶⁹.

Porém, o caso cingalês constitui o melhor exemplo de como o apoio do Noronha aos Jesuítas podia transformar o vice-rei num alvo político a abater. Já vimos como a sua partida para a ilha fora condicionada pelos interesses ambíguos de religiosos, oficiais e fidalgos. O que faltou constatar em relação aos Jesuítas foi a sua intenção de criarem um colégio na ilha⁶⁷⁰, facto

⁶⁶³ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 43, p. 182.

⁶⁶⁴ Cf. *Ibidem*.

⁶⁶⁵ Cf. Carta do Padre António de Quadros a Inácio de Loyola, Lisboa, 8.VI.1554 – PUB. *DI*, vol. III, doc. 24, p. 94.

⁶⁶⁶ Cf. Carta do Padre Nicolau Lancillotus a Inácio de Loyola, Coulão, 29.X.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 90, p. 379.

⁶⁶⁷ Estas perderam-se como refere o Padre Francisco de Sousa (cf. *op. cit.*, Parte I, p. 87).

⁶⁶⁸ O rei das Maldivas convertera-se para ganhar o apoio dos Portugueses na luta contra a facção cortesã liderada pela sua esposa. Em 1554, pedia a D. João III mercês para o religioso que o acompanhava diariamente (cf. Carta do rei das Maldivas a D. João III, s.l., 28.I.1554 – PUB. *DI*, vol. III, doc. 17, p. 51).

⁶⁶⁹ D. Afonso casara D. Manuel, rei das Maldivas, com D. Leonor de Ataíde, filha de Heitor Sousa de Ataíde. Cf. SCHURHAMMER, Georg S.J., *op. cit.*, vol. IV, pp. 428.

⁶⁷⁰ Cf. Carta de Frei António Dias ao Padre Gaspar Barzeus, irmãos de Goa e Coimbra, Colombo, 15.XII.1550 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 108, p. 533.

que só poderia preocupar os Franciscanos estabelecidos na corte do rei de Kotte. É aliás bastante provável que as queixas do embaixador de Bhuvaneka Bahu, de que D. Afonso se deixara impressionar pelo episódio da destruição da Igreja, levando-o a não favorecer Kotte⁶⁷¹, lhe tenham sido, já em Cochim, reforçadas pelos Jesuítas. Como vimos, os Jesuítas e o bispo de Goa não só estiveram ao lado de D. Afonso nos momentos mais polémicos da sua estadia em Ceilão, mormemente aquando das perseguições e buscas de tesouros que ordenou, como um dos principais defensores das acções do vice-rei na ilha era jesuíta⁶⁷². Desta forma, a atitude do vice-rei em Ceilão, que do ponto de vista religioso significou o renegar da defesa das políticas de acomodação cultural que sempre defendeu, em prol de uma atitude bem mais intransigente, pode também ela encontrar uma justificação parcial na sua relação com os Jesuítas. Os dois reis que trouxe da ilha, o designado verdadeiro herdeiro de Ceilão⁶⁷³ e o rei de Trincomale, foram por isso entregues à Companhia, tendo o primeiro tido tratamento de conde na corte portuguesa⁶⁷⁴ e o segundo recebido o nome de D. Afonso em honra do vice-rei⁶⁷⁵. A preocupação afonsina com a missionação de Ceilão e do Coromandel prosseguiu com o envio do Padre Emanuel de Moraes⁶⁷⁶, em Novembro de 1552, e ainda com os apoios de D. Afonso ao hospital de Punicale⁶⁷⁷.

É neste quadro que devem ser interpretadas frases como a de Frei Luís Froís que, em 1552, escrevia que “o visio-rey em particular ama muito a Companhia, e hé zellozo de todo o aumento della”⁶⁷⁸ e que “nunqu’a a Companhia nestas partes da Imdia tanto florescer[eu] como aguora”⁶⁷⁹, ou ainda do Padre António de Herédia, de que “al presente è Don Alfonso [vice-rei], molto devoto della Compagnia”⁶⁸⁰. Assinale-se, contudo, que apesar de D. Afonso eleger os Jesuítas como a sua ordem favorita, tal não significou

⁶⁷¹ Cf. Carta da Radaraska Pandita a D. Catarina, Cochim, 28.I.1551 – PUB. *Ceylon*, doc. 123, pp. 565-566.

⁶⁷² Cf. Carta de Frei João de Noé a D. João III, Cochim, 28.I.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 67, p. 316.

⁶⁷³ Quando fora a Ceilão, em 1551, D. Afonso trouxera um filho de Bhuvaneka Bahu, designado nas fontes portuguesas como o verdadeiro herdeiro do rei, que D. Afonso tencionava usar caso os acontecimentos ceilonenses não fossem favoráveis aos interesses do Estado da Índia.

⁶⁷⁴ Cf. *Ásia*, VI, ix, 18.

⁶⁷⁵ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *op. cit.*, Parte I, pp. 263-264.

⁶⁷⁶ Cf. Carta do Padre Emanuel de Moraes, Colombo, 28.XI.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 100, p. 429.

⁶⁷⁷ DOMINGOS, Padre Maurício, “Vice-Reis e Governadores Xaverianos: D. Afonso de Noronha (Dezembro 1550-Janeiro 1552)” in *Brotéria*, vol. LVIII, 1954 (1.º semestre), p. 589.

⁶⁷⁸ Cf. Carta de Frei Luís Froís para os irmãos de Coimbra, Goa, 12.I.1553 – PUB. *DI*, vol. III, doc. 104, p. 474.

⁶⁷⁹ Cf. *ibidem*, p. 470.

⁶⁸⁰ Cf. Carta do Padre António de Herédia a Inácio de Loyola, Cochim, 24.I.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 61, p. 291.

que ignorasse as restantes ordens. Uma clara demonstração desta atitude é-nos fornecida pelos Franciscanos, a quem D. Afonso instituiu a divisão de paróquias por Franciscanos e Jesuítas em Bardêz e Salsete⁶⁸¹, merecendo, mais tarde, ser considerado por estes como um dos vice-reis mais devotos que a Índia tivera⁶⁸².

Para o vice-rei o apoio aos Jesuítas foi, pois, uma base de governação, na medida em que é possível atestar a sua presença em boa parte das acções do seu governo. Esta aliança baseou-se nas suas crenças pessoais, as quais não devemos abstrair remontam à sua estadia na capitania de Ceuta. Tal como no Norte de África, também na Índia, o apoio dos Jesuítas a D. Afonso se revelou frutífero, especialmente na propaganda da imagem de cristão devoto, que tão bem se adequava aos tempos de afirmação da Contra-Reforma⁶⁸³. Talvez por isso mesmo, a imagem de um vice-rei que apoiava incondicionalmente os Jesuítas fosse conhecida na própria Europa⁶⁸⁴. Mas, porventura ainda mais importante, era o facto do seu apoio à Companhia poder vir a ser decisivo na hora de D. Afonso se defender das suas acções mais polémicas junto do rei. Em suma, o patrocínio que o vice-rei devotou aos Jesuítas não apenas funcionou em favor destes últimos, mas igualmente em seu próprio interesse.

IV.2. Administração e Fazenda Real: reformulações

Em 1545, quando D. João de Castro zarpou de Lisboa levava no seu regimento ordens para reformular a Vedoria da Fazenda. Esta passou a dispor de três vedores: um para a Casa dos Contos, outro encarregue de tratar da carga das naus de Cochim e de acompanhar em permanência o governador e, por fim, um terceiro, mandatado para a visita às fortalezas⁶⁸⁵. Tal justificava-se no âmbito do alargamento das áreas de intervenção política

⁶⁸¹ O que estava em causa era o reconhecimento do não exclusivo jesuíta na região, o que demonstra como D. Afonso nem sempre favoreceu a Companhia. A divisão foi depois confirmada pelo vice-rei D. Pedro Mascarenhas. Cf. XAVIER, Ângela Barreto, *op.cit.*, pp. 226-227.

⁶⁸² Cf. TRINDADE, Frei Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, cap. 71. Este cronista refere ainda, segundo Ângela Barreto Xavier, os “extremos de devoção pelos nossos frades” (cf. XAVIER, Ângela Barreto, *op.cit.*, p. 227).

⁶⁸³ Em 1554, D. João III fundava, em Lisboa, a Inquisição para o Estado da Índia. A sua instauração formal, devido a complicações, só viria ser a decorrer mais tarde, mas o facto de já então o monarca ter manifestado desejo de instaurar a Inquisição no Oriente é bem elucidativo de como a viragem contra-reformista começava também a atingir o Império.

⁶⁸⁴ Cf. Carta do Padre Jaime de Polanco a Jaime de Mirón, provincial lusitano, Roma, 26.VII.1554 – PUB. *DI*, vol. III, doc. 25, p. 97.

⁶⁸⁵ Cf. MIRANDA, Susana Munch, “A administração da fazenda” no Estado da Índia (1545-1560): vedores da fazenda e Casa dos Contos” in *D. João III e o Império*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, p. 325.

e comercial dos Portugueses no Índico desde que, em 1517, tinha sido criada a Vedoria da Fazenda da Índia⁶⁸⁶. Quando D. Afonso de Noronha partiu, em 1550, D. João III deu também ordens para uma nova reorganização da Vedoria da Fazenda⁶⁸⁷. O vedor da carga de Cochim passava a ser independente do vedor que acompanhava o vice-rei em permanência. Ao vedor de Cochim, era pedido que, uma vez terminado o seu trabalho na cidade, visitasse as fortalezas malabares de Chale, Crangranor, Cananor e Coulão, ficando a visita das restantes praças a cargo do vedor que seguia o vice-rei, podendo ainda este nomear vedores temporários de visita às fortalezas. O *Piedoso* concedeu ainda poderes ao Noronha para despachar com apenas um dos vedores, o dos Contos, o de Cochim ou, o da sua companhia, ou em caso de não dispôr de nenhum, de apenas o fazer com o seu secretário pessoal. Para vedor da carga das naus de Cochim foi nomeado João da Fonseca⁶⁸⁸, também capitão da fortaleza local. A auxiliar Fonseca encontrou-se ainda Sebastião Ferreira⁶⁸⁹. Jerónimo Rodrigues foi nomeado por D. Afonso como vedor temporário de Ormuz⁶⁹⁰. Simão Botelho foi o vedor da companhia do vice-rei, tendo D. Afonso insistido em o manter mesmo quando este quis regressar para o Reino, em Janeiro de 1552⁶⁹¹. A esta reformulação, que se pretendia complementar à de 1545, seguiram-se as nomeações do licenciado Francisco Álvares para o cargo de ouvidor geral do crime⁶⁹² e, mais tarde, de Gaspar Jorge para aquele mesmo cargo e ainda a do Dr. Pero Soares para o lugar de procurador dos feitos do rei⁶⁹³, do licenciado Augusto Fernandes Travaços para usar do cargo de promotor⁶⁹⁴ e a provisão para que Gonçalo Lourenço de Carvalho pudesse usufruir dos mesmos poderes que o licenciado Cristóvão Fernandes detivera no cargo de chanceler da Índia⁶⁹⁵.

Por sua vez, são conhecidos uma série de diplomas que atestam crescentemente o poder do vice-rei em matérias de justiça e de provimentos. Apesar de apenas a partir de D. Pedro Mascarenhas o vice-rei ou governador ter podido passar a nomear capitães na vagante dos providos para as fortalezas⁶⁹⁶, constatou-se já como D. Afonso pudera usufruir dessa mesma mercê

⁶⁸⁶ Cf. *ibidem*.

⁶⁸⁷ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXX.

⁶⁸⁸ Cf. Nomeado por três anos com ordenado de 400 mil reais em Lisboa a 2.III.1550 – PUB. *RCI*, vol. I, p. 101.

⁶⁸⁹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 12.

⁶⁹⁰ Cf. *Ásia*, VI, ix, 4.

⁶⁹¹ Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.II.1552 – PUB. *Textos do Estado...*, p. 61.

⁶⁹² Cf. Lisboa, 3.IV.1550 – PUB. *APO*, fascículo 2, doc. 114.

⁶⁹³ Cf. Goa, 25.IX.1553 – PUB. *Ibidem*, doc. 140.

⁶⁹⁴ Cf. Goa, 9.IX.1551 – PUB. PEREIRA, Carlos Renato Pereira, *op. cit.*, vol. I, pp. 190-193.

⁶⁹⁵ Cf. Goa, 6.XI.1553 – PUB. *Ibidem*, pp. 201-202.

⁶⁹⁶ Cf. Lisboa, 24.II.1554 – PUB. *Ibidem*, pp. 204-207;

para a capitania-mor do Golfo Pérsico, no âmbito das ordens que trouxera consigo do Reino. Desde os tempos de Garcia de Sá que os casos na Relação de Goa, criada em 1544, se acumulavam, razão pela qual Sá, e depois Jorge Cabral, se empenharam na resolução de muitos deles. Todavia, ao elevar a Relação ao estatuto de Corte, em Outubro de 1550⁶⁹⁷, Cabral reconhecia a sua incapacidade momentânea para acudir a todos os casos. Assim, os diplomas afonsinos destinaram-se, por um lado, a facilitar o julgamento dos diversos casos e, por outro, a centralizar ao máximo todos os julgamentos em Goa. Paradigmáticos do primeiro caso são o alvará em que D. Afonso concede poderes a Cristóvão Fernandes, chanceler da Índia, para poder atribuir juízes às partes que assim o requeriam⁶⁹⁸; o alvará vice-real pelo qual os ofícios dos juízes das cidades da Índia passaram a ser providos em vida e não de três em três anos⁶⁹⁹; o mandato do Noronha para que os desembargadores da Relação assinassem sempre os autos, mesmo que em desacordo entre si⁷⁰⁰; e por fim, o alvará que permitia o julgamento dos casos de pena de morte por três desembargadores em vez dos cinco anteriores⁷⁰¹. Sintomático das dificuldades sentidas na Relação de Goa, este último alvará não impediu um outro centralista, pelo qual o vice-rei reservava para a Relação o julgamento de todos os casos que envolvessem penas de morte, sangue ou talhamento de membros, retirando-os das jurisdições locais⁷⁰². Estas dificuldades foram ainda agravadas, no início da década de 1560, pela morte do vedor dos Contos, Manuel Mergulhão⁷⁰³, o qual não teve sucessão imediata, motivando o falhanço total das reformas empreendidas em 1545 e 1550, quando apenas existiam um vedor em Goa e outro em Cochim⁷⁰⁴.

Uma outra problemática paralela a todas estas, e referenciada bastas vezes prende-se com as dificuldades financeiras com que D. Afonso de Noronha se debateu durante todo o seu vice-reinado. Estas não eram, como se mencionou, exclusivo da Ásia Portuguesa, uma vez que também no Reino os tempos eram de contenção, facto este que não se alterou até ao final do governo de D. Afonso, disso atestando a armada da Índia de 1553, a mais pequena armada de sempre desde 1497⁷⁰⁵. Por outro lado, apontaram-se já as ordens de contenção de despesas que o vice-rei levou consigo, ordens essas que foram agravadas pela situação que D. Afonso encontrou no Índico. A questão financeira foi para o Noronha uma preocupação constante e

⁶⁹⁷ Cf. Goa, 10.X.1550 – PUB. *APO*, fascículo 2, doc. 117.

⁶⁹⁸ Cf. Goa, 11.IV.1551 – PUB. *Ibidem*, doc. 118.

⁶⁹⁹ Cf. Goa, 23.X.1553 – PUB. PEREIRA, Carlos Renato, *op. cit.*, vol. I, pp. 200-201.

⁷⁰⁰ Cf. S.I., s.d. – PUB. *APO*, fascículo 2, doc. 139.

⁷⁰¹ Cf. Goa, 30.III.1554 – PUB. *Ibidem*, doc. 147.

⁷⁰² Cf. Goa, 9.V.1551 – PUB. *Ibidem*, doc. 120.

⁷⁰³ Cf. MIRANDA, Susana Munch, “A administração...”, p. 333.

⁷⁰⁴ Cf. *ibidem*, p. 334.

⁷⁰⁵ Cf. ALMEIDA, Justino Mendes, “A armada de 1553” in *V Simpósio de História Marítima. A Carreira da Índia*, Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 247-250.

poder-se-á mesmo afirmar que, em 1550 e 1551, assumiu um papel predominante na explicação das atitudes do vice-rei no Ceilão e na África Oriental. Ao chegar a Cochim, em finais de 1550, D. Afonso para além de encontrar as receitas da Índia todas empenhadas, tinha “detrimynado o empenhar me a mjm mesmo”, caso fosse necessário⁷⁰⁶. Estas dificuldades eram conhecidas do monarca e da rainha⁷⁰⁷, a quem, apesar de tudo, D. Afonso se empenhou em enviar jóias e pedras da ilha da canela⁷⁰⁸.

A má situação na Fazenda Real manteve-se até à chegada do vice-rei D. Pedro Mascarenhas, o qual encontrou os cofres de Goa vazios⁷⁰⁹. Para o ano de 1552, os apertos parecem ter-se agravado e nem o que se trouxera de Ceilão, em 1551, bastava para as despesas correntes⁷¹⁰. Apesar de não dispormos de informações para os anos de 1553 e 1554, é possível crer que as receitas tenham aumentado ligeiramente, pois sabe-se que nos anos anteriores, D. Afonso não pudera contar com as receitas da rendosa alfândega de Ormuz. Tal facto ficara a dever-se ao capitão D. Álvaro de Noronha que, a pretexto da ameaça turca, aproveitava para afastar um bom quinhão para si, baseando-se no exemplo de D. Manuel de Lima⁷¹¹. Também as receitas da alfândega de Malaca nos anos de 1551 a 1554 caíram⁷¹², em função do cerco e dos conflitos ocorridos na cidade. De Diu, Baçaim e Chaul, em 1552, também não vinha qualquer dinheiro para os cofres de Goa, devido às ameaças de guerra e aos poderes concedidos a Francisco Barreto para os dois primeiros casos⁷¹³.

⁷⁰⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 12.

⁷⁰⁷ O rei estava informado graças a Diogo Botelho Pereira, regressado ao Reino em 1551 (cf. Carta de Diogo Botelho Pereira ao barão do Alvito, Ilha Terceira, 16.VII.1551 – PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 5) e ainda pelo resumo das rendas e despesas da Índia que D. Afonso nesse ano enviara ao rei (cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552 – PUB. *Textos do Estado...*, p. 74).

⁷⁰⁸ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 20, pp. 258-260.

⁷⁰⁹ Cf. Carta de D. Jorge de Meneses, “O Baroque” a D. João III, Goa, 15.XII.1554 – ANTT, CC I-94-54.

⁷¹⁰ O inventário feito por Botelho, em 1552, encontra-se publicado (cf. SOUSA, Viterbo, “O Thesouro do Rei de Ceylão” in *Memória apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tipografia da Academia, 1904, pp. 1-67). Botelho refere na sua carta que se tinham angariado 90 mil pardaus em Ceilão (cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552 – PUB. *Textos do Estado...*, p. 74).

⁷¹¹ Botelho afirma que D. Álvaro considerava que tinha direito a sair da capitania de Ormuz com mais do que D. Manuel de Lima por ser um Noronha (cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552 – PUB. *Textos do Estado...*, p. 67). Relembre-se que D. Álvaro de Noronha era filho do vice-rei D. Garcia de Noronha, o qual aceitara o vice-reinado em 1538, entre outros motivos, devido a carências financeiras familiares.

⁷¹² Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães, *Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1635) – Matériaux pour une étude structurale et conjonturelle*, Paris, FCG (Centro Cultural Português), 1982, p. 115.

⁷¹³ Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552 – PUB. *Textos do Estado...*, p. 67.

As dificuldades financeiras, além de impedirem o vice-rei de concretizar todos os seus objectivos, causaram-lhe não raras vezes a oposição de religiosos, como já foi descrito, mas também dos soldados que se recusavam a servir a Coroa sem terem o seu soldo pago. Dos excessivos gastos dos religiosos, queixaram-se Simão Botelho⁷¹⁴ e outros oficiais⁷¹⁵, tendo D. Afonso anotado as dificuldades em arregimentar homens para a guerra contra os Turcos⁷¹⁶. Por estes motivos, o Noronha sugeria, em 1552, a paz com os Turcos, embora pedisse sucessivamente empréstimos aos mercadores de Cochim e, por fim, à Câmara de Goa, não obtendo grande sucesso nesta matéria. Entretanto, mostrara-se favorável à política de arrendamentos das alfândegas⁷¹⁷. Devido às recusas dos mercadores D. Afonso apoiou-se nos empréstimos de Diogo Soares, capitão de Salsete e Bardêz, e emitiu patações de prata. Outra chave para a resolução dos problemas financeiros da Fazenda pode ter residido nos casados, cujo apoio ao governador Francisco Barreto permitiu no final do seu mandato, em 1558, a total recuperação financeira da Índia, visível na armada então construída com destino ao Achém⁷¹⁸.

Um outro instrumento ao serviço do vice-rei que poderá ter sido decisivo na tentativa de contenção das despesas foi a realização do Tombo de Simão Botelho. Ao realizar o extenso inventário das receitas e despesas de cada fortaleza, Botelho terá, de certo, comunicado ao vice-rei as áreas em que seria possível efectuar poupanças. Este trabalho deverá mesmo ter sido realizado pois a insistência de D. Afonso em que Botelho não partisse para o Reino durante o seu vice-reinado para isso aponta. Por outro lado, o facto de Botelho já ter o Tombo pronto desde 1552⁷¹⁹ sugere que o vice-rei poderá ter interferido na fase final da sua elaboração. Porém, estas interferências vice-reais não são conhecidas através da documentação consultada, o que, apesar de tudo, não invalida a importância deste Tombo para a História

⁷¹⁴ Cf. *ibidem*.

⁷¹⁵ As queixas dos oficiais sobre os religiosos serão analisadas no ponto III.5.

⁷¹⁶ Para a armada de D. Antão em 1551 (cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 27.I.1552 – ANTT, CC I-87-73, fl. 2), e para o socorro a Ormuz em 1552 em que o vice-rei afirmou que teve de se apressar “que me começava a fugir gente e marinheyros” (cf. Carta de D. Afonso de Noronha ao Padre Gaspar Barzeus, Diu, 16.XI.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 96, p. 403). Isto apesar de Couto referir que em 1551, a Índia estava cheia de homens para recrutar (cf. *Ásia*; VI, ix, 4). A situação militar do Estado da Índia pode ser avaliada em 1553 através da Certidão de toda a artilharia da Índia desse mesmo ano, na qual se conclui que, desde 1525 o aumento da artilharia ao dispôr dos Portugueses era insuficiente (cf. RODRIGUES, Vítor, *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, trabalho apresentado para efeitos de prestação das provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar, vol. I, Lisboa, IICT, 1998, pp. 265-266).

⁷¹⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 13.

⁷¹⁸ Cf. RODRIGUES, Vítor, *op. cit.*, p. 271.

⁷¹⁹ Botelho afirma-o na sua carta ao rei. Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552 – PUB. *Textos do Estado*..., p. 61.

do Estado da Índia enquanto marco estruturante de uma séria tentativa de contenção de despesas. Esta política esboçada na década de 1550 conheceu um sucedâneo na década de 1560 durante o vice-reinado do sobrinho de D. Afonso, D. Antão de Noronha, com a reforma dos regimentos das fortalezas decorrida entre 1564 e 1568.

IV.3. A corte vice-real: D. Afonso e os fidalgos da Índia

Retomando o conceito de corte vice-real definido por Catarina Madeira Santos⁷²⁰, que por ele entende, num sentido restrito, o palácio do governador ou vice-rei com os seus oficiais e, num sentido político mais lato, todos os oficiais da Coroa em acção no Índico, é possível, juntando referências esparsas, perceber a existência de uma corte vice-real. Essa corte, ao contrário da sua congénere reinol, foi, durante boa parte da governação afonsina, uma corte itinerante: através das listagens fornecidas pela cronística pode ser identificada a presença de vários indivíduos nas diferentes expedições militares do vice-reinado (expedições de Vadakenkkur em 1551 e 1553, Ceilão em 1551 e questão turca em Diu em 1552). Desta forma, entendemos a corte vice-real, na continuidade das inovações nesta matéria introduzidas por D. João de Castro⁷²¹, como um espaço político não limitado ao palácio do governador, em Goa, ou aos oficiais do Estado da Índia, onde se entretecem relações de carácter clientelar, tornadas visíveis através da concessão de mercês, benesses ou, até, da complexificação de ritos e cerimónias, sempre sob a égide do vice-rei. Deste ponto de vista, podem identificar-se diversos momentos na governação afonsina que demonstram cabalmente como D. Afonso de Noronha também foi atento a esta matéria, aprofundando a obra de Castro que, como vimos, conhecera em Ceuta, e cujos feitos militares não lhe eram, de certo, desconhecidos.

Um primeiro momento em que se vislumbra a existência de uma corte vice-real ocorre logo, em Novembro de 1550, quando D. Afonso acabado de chegar a Cochim, foi bem recebido pela fidalguia da Índia “com muyto contentamento e alegria”⁷²². A cronística também retrata o episódio da fidalguia que abandona Jorge Cabral e se coloca ao serviço do Noronha, defendendo Correia que o vice-rei fora descortês no tratamento concedido ao governador cessante⁷²³, enquanto Couto, bem mais discreto, apenas anota que o comportamento de D. Afonso fora típico do que já sucedera em ocasiões anteriores⁷²⁴.

⁷²⁰ Cf. SANTOS, Catarina Madeira, *op. cit.*, p. 214.

⁷²¹ Cf. *Ibidem*, p. 261 e seguintes.

⁷²² Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551–ANTT, CC II-242-44, fls. 4v-5.

⁷²³ Cf. *Lendas*, vol. IV, pp. 725-727.

⁷²⁴ Cf. *Ásia*, VI, ix, 1.

Naqueles finais de 1550, estamos em crer que, a chegada inesperada de D. Afonso, com o título de vice-rei e, em particular a leitura dos poderes com que fora enviado à Índia e que lhe fora ordenada pelo rei⁷²⁵, poderá ter tido um efeito decisivo junto de alguma fidalguia descontente com a governação de Cabral. Por outro lado, sem o apoio dessa mesma fidalguia, pode afirmar-se que D. Afonso não teria condições para escrever ao monarca, propondo o julgamento de Jorge Cabral. O controlo dessa mesma fidalguia não foi tarefa fácil para o vice-rei que, ainda em Cochim, enfrentou a oposição do filho contra D. Jerónimo de Castelo Branco, por este apoiar a nomeação de Luís Figueira para a capitania-mor do Golfo Pérsico. Ao entrar em Goa, a 20 de Janeiro de 1551, o vice-rei encontrou à sua espera “hum grande recebimento, por terem sabido ser irmão do Marquez de Villa-Real, a quem ElRey chamava sobrinho. E porque fora capitão de Ceita”⁷²⁶, tendo na ocasião sido encenado um combate entre mouros e cristãos, típico do Norte de África⁷²⁷. O episódio demonstra não só as esperanças que se depositavam na boa governação do vice-rei, como, acima de tudo, a consciência contemporânea da especificidade da sua nomeação, a qual não se devia unicamente ao título de vice-rei, mas primordialmente ao estatuto da família de onde provinha. Na realidade, até à nomeação de D. Constantino de Bragança, em 1558, nenhum fidalgo de tão elevada estirpe nobiliárquica havia sido enviado ao Oriente, com a possível excepção de D. Vasco da Gama, 1.º conde da Vidigueira, em 1524. Consciente deste facto, D. Afonso aproveitou para levar consigo um séquito de indivíduos cujas referências se multiplicam entre 1550 e 1554, sendo também por isso mesmo criticado⁷²⁸.

Os dois melhores exemplos da corte que rodeava o vice-rei e da atenção que este lhe dedicava são-nos fornecidos por elementos relativos aos anos de 1552 e 1554. Em 1552, o discurso de D. Afonso perante a Câmara de Goa, no contexto da ameaça turca, deverá ser retido: nele não só o vice-rei se declarava disposto a morrer pelo rei naquele combate, devido às muitas honras e mercês que este lhe fizera, como, e mais importante, afirmava taxativamente que nunca o Estado da Índia havia enfrentado um combate tão prestigiante como aquele. Por outras palavras, o Noronha para incitar os homens ao combate aliciava-os com a promessa de feitos militares que poderiam superar os de Diu em 1546. Este discurso, conjugado com o ambiente em que D. Afonso afirmou, em carta à rainha, que era o melhor vice-rei da Índia, demonstra como considerou ter condições para superar os feitos de D. João de Castro. No entanto, como atrás foi analisado, já em Diu, em 1552, o vice-rei acabou

⁷²⁵ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Cochim, 16.I.1551 – ANTT, CC II-242-44, fl. 5v. Este facto contribui para reforçar a ideia de que D. João III não se sentira agrado com a sucessão de Sá.

⁷²⁶ Cf. *Ásia*, VI, ix, 2.

⁷²⁷ Cf. *ibidem*.

⁷²⁸ As críticas serão analisadas no ponto IV.4 sobre as Oposições.

vítima dos pareceres contrários da fidalguia, que não o autorizou a partir para Ormuz, inviabilizando assim as promessas que fizera aos seus homens.

Um segundo momento elucidativo da atenção afonsina dispensada às questões mais próprias da etiqueta de corte decorreu em Março de 1554, quando D. Afonso organizou uma cerimónia para empossar vários fidalgos em distintas fortalezas. Valerá a pena, por isso, transcrever as palavras do cronista Francisco de Andrade: “Se preparou para elle [D. Afonso] com grande solenidade, assy de armar a sala com estrado de dorsel, como com mandar recado a todos os fidalgos e capitães, e a todos os officiaes de fazenda e justiça, que se achassem com elle presentes aquelle dia o melhor vestidos que pudessem; o que todos fizerão, e os que auião de dar as menagens de ventagem dos outros, tirando Bernardim de Sousa”⁷²⁹.

Ainda nesse mês, o desembarque do corpo do Padre Francisco Xavier em Goa, foi fundamento para diversos preparativos que D. Afonso tentou operar sem sucesso⁷³⁰. Porém, à chegada do defunto provincial jesuíta do Oriente, todas as referências, quer cronísticas, quer contemporâneas, atestam como o vice-rei fizera questão de preparar a sua corte para aquela ocasião⁷³¹. Também a vitória na batalha naval contra os Turcos, em Agosto-Setembro de 1554 deu ensejo a uma série de festejos, aos quais o Noronha não foi alheio⁷³². A continuidade das referências, ainda que dispersas, vêm assim provar, apesar de não dispormos de dados tão concretos como aqueles que existem para o governo de Castro, que D. Afonso de Noronha procurou, também nesta área, afirmar-se como um sucessor daquele, aprofundando as suas políticas.

No entanto, a corte vice-real, cuja existência Catarina Madeira Santos reconhece a partir do Tombo do Estado da Índia de Simão Botelho, entregue ao monarca em 1554, embora pronto desde 1552, como referido, foi também, em nosso entender, palco de uma instrumentalização por parte de D. Afonso no seu relacionamento com a fidalguia. A análise de alguns percursos individuais durante a governação afonsina e, em concreto, as diferentes atitudes do vice-rei face a esses mesmos casos ajudam a compreender essa mesma instrumentalização.

⁷²⁹ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. CV. Couto também refere o episódio mas não fornece detalhes (cf. *Ásia*, VI, x, 18).

⁷³⁰ D. Afonso queria que os sinos da Sé de Goa tocassem mas Belchior Nunes Barreto, já então vice-provincial dos Jesuítas, não o autorizou. Cf. SCHURHAMMER, Georg S.J., *op. cit.*, vol. IV, p. 647.

⁷³¹ Belchior Nunes Barreto afirma que à hora do desembarque estavam presentes “todos los hiyosdalgo y corte de la Imdia” (cf. Carta do Padre Belchior Nunes Barreto a Inácio de Loyola, Goa/Cochim, V.1554 – PUB. *DI*, vol. III, doc. 23, p. 76); Francisco de Sousa refere a espera do “Viso-Rey com a sua Corte” (cf. SOUSA, Francisco de, *op. cit.*, p. 603); Fernão Mendes Pinto é mais conciso: “achou já nelle o Visorrey que o estaua esperando com seu estado de porteyros com maças de prata, acompanhado de toda a fidalguia da India” (cf. PINTO, Fernão Mendes, *op. cit.*, cap. CCXVIII, p. 650).

⁷³² Serão analisadas no ponto V.1.

Comecemos pelo caso de Francisco Barreto⁷³³, um dos mais polémicos ao seu tempo. Embarcara rumo ao Oriente na armada de 1547, embora só aportasse ao Subcontinente no ano seguinte, devido a uma invernada em Moçambique. Vindo provido da capitania de Baçaim, nela sucedeu quando Cabral foi nomeado governador, em Agosto de 1549. Entretanto, fora já recomendado por Xavier a D. João III⁷³⁴, tendo, à chegada de D. Afonso protagonizado com ele um conflito em torno das nomeações para os ofícios de Baçaim. Na ocasião, dirigiu uma carta ao secretário régio, Pêro de Alcáçova Carneiro⁷³⁵, expedida na armada que partiu da Índia em inícios de 1551. Na armada da Índia de 1552, D. Afonso recebeu ordem régia para deixar Barreto apontar os indivíduos a prover para os ofícios da capitania de Baçaim e, logo em Agosto desse ano, já o Noronha o nomeava, com poderes de governador, para tratar da carga das naus do ano de 1553, “a qual elleyção foy estranhada, e tomada muyto a mal dos fidalgos”⁷³⁶. Em 1553, aquando da segunda expedição contra Vadakenkkur, o vice-rei ordenou-lhe o desembarque em conjunto com o filho. Apesar disso foi alvo de críticas por parte dos mestres de Goa⁷³⁷ e os seus desentendimentos com D. Diogo de Almeida levaram-no mesmo à prisão, decretada por D. Afonso⁷³⁸. Mas, o favorecimento que o *Piedoso* dele encomendaria ao vice-rei D. Pedro Mascarenhas, em 1554, torna plausível calcular que o mesmo viesse indicado nas sucessões que seguiram para o Oriente na armada da Índia de 1553, sendo conhecido o episódio em que D. Pedro, no leito de morte, em 1555, o mandou chamar, encarregando-o da sua sucessão.

Um caso distinto do de Barreto, mas clarificador de como D. Afonso não se cingia a beneficiar os membros da sua clientela, como foi acusado, pode ser estudado com Bernardim de Sousa. Sousa foi o fidalgo que durante o governo do Noronha gizou a destruição de Geilolo, em 1551, e a submissão de Tidore, sendo por isso um fidalgo com uma folha de serviços reconhecida. Porém, os conflitos pessoais que alimentou com D. Rodrigo de Meneses e a morte daquele, vieram a complicar a sua situação pois, enquanto as razões da morte de D. Rodrigo não fossem apuradas, não poderia ser despachado por D. Afonso para a capitania de Ormuz⁷³⁹. A agravar a situação do

⁷³³ Para os pormenores posteriores da carreira de Barreto veja-se: VILA-SANTA, Nuno, “Francisco Barreto” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

⁷³⁴ Cf. SCHURHAMMER, Georg S.J., *op. cit.*, pp. 448-453.

⁷³⁵ Note-se que tal disputa não era inédita pois já sucedera anteriormente entre Jorge Cabral e Garcia de Sá. Cf. Carta de Francisco Barreto a Pêro de Alcáçova Carneiro, Baçaim, 9.I.1551 – ANTT, CC I-87-55.

⁷³⁶ Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. LXXXV.

⁷³⁷ Cf. Carta dos mestres de Goa a D. João III, Goa, 25.XI.1552 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. V, doc. 46.

⁷³⁸ Cf. *Ditos*, p. 270.

⁷³⁹ Tratava-se de uma disputa pessoal como tantas vezes sucedeu no Oriente quinhentista tendo por base ordens em Ternate de Bernardim de Sousa a D. Rodrigo que este não cumpriu.

fidalgo estava ainda o caso com Jordão de Freitas, que decorrera durante o governo de Castro⁷⁴⁰. O vice-rei Noronha recebeu ordem régia de prisão para o fidalgo, a qual executou, embora prometendo apurar o caso da morte de D. Rodrigo, assim que mandasse depôr D. Álvaro de Ataíde da capitania de Malaca. O seu caso só ficou resolvido pelo vice-rei em inícios de 1554, sendo Sousa à época o “amigo” de D. Afonso, a quem este pedia parecer em primeira mão de todos os assuntos⁷⁴¹. Entende-se assim que Sousa tivesse condições de disputar, com o filho de D. Afonso, a capitania-mor da armada do Golfo Pérsico, em 1554⁷⁴², e que tenha ainda sido recomendado pelo rei de Ormuz, poucos meses depois de entrar na capitania⁷⁴³.

Os casos dos familiares do vice-rei, D. Antão de Noronha e D. Fernando de Meneses, contribuem também para demonstrar como D. Afonso não só tinha uma preferência pelo sobrinho, como procurou encarregar este de Ceuta para a Índia, em detrimento do filho. As nomeações de D. Antão para a expedição de Catifa, para a capitania-mor do Malabar, ambas em 1551, culminando com a sua nomeação, na vagante dos providos para a capitania de Ormuz, em Dezembro de 1552⁷⁴⁴, e nas ordens que deu ao filho, em 1554, para nada fazer contra os Turcos sem o parecer do primo, tornam bem plausível que D. Antão fosse, como Couto afirma, em 1552, a segunda figura da Ásia Portuguesa⁷⁴⁵, sendo também possível que fosse o primeiro fidalgo indigitado nas vias de sucessão, vindas na armada da Índia de 1553. Por outro lado, o caso de D. Fernando de Meneses, em especial, a disputa pessoal que alimentou contra D. Jerónimo de Castelo Branco, com quem esteve disposto a enfrentar-se em duelo, em finais de 1550, e sobretudo o facto de ter regressado doente e agravado com o pai da expedição ceilonense, em 1551, e de apenas o primo ter conseguido serenar a contenda, parecem apontar claramente para um desfavorecimento, sabendo-se ainda que o pai procurava sempre travar a sua ambição⁷⁴⁶.

Por fim, os casos de D. Diogo de Noronha, “O Corcôs” e de D. Diogo de Almeida provam, uma vez mais, como D. Afonso não ignorava a possibilidade de favorecer fidalgos com feitos militares dignos de registo, integrando-os na sua clientela. Almeida, o capitão de Diu indigitado por seis anos pelo monarca, e amigo pessoal do vice-rei, foi deposto por ordem régia sem que o vice-rei pudesse fazer algo em seu favor. Quanto a D. Diogo de

⁷⁴⁰ Sousa havia sido o homem mandatado por Castro para restabelecer o sultão Hairun contra as intenções de Jordão de Freitas.

⁷⁴¹ Cf. *Ásia*, VI, x, 8.

⁷⁴² Cf. *Ásia*, VI, x, 18.

⁷⁴³ Cf. Carta do rei de Ormuz a D. João III, Ormuz, 1.XI.1554 – ANTT, CC I-94-2, fl. 3.

⁷⁴⁴ Cf. *APO*, fascículo 2, doc. 126.

⁷⁴⁵ Tal facto está dependente das mesas que o fidalgo concedeu em Ormuz, em 1551 e 1553, e pode ainda justificar-se pela admiração da figura pelo cronista que com ele conviveu mais tarde. Cf. *Ásia*, VI, x, 10.

⁷⁴⁶ Cf. *DUP*, vol. I, liv. V, cap. 12.

Noronha, o papel que teve nos acontecimentos do Golfo Pérsico, em 1552-1553, mormemente a partida em socorro da cidade e a capitania-mor daquele mar, elucidam-nos como, já nessa fase, D. Afonso apostava num fidalgo que viera consigo do Reino e que, como referido, foi o responsável pela consolidação da presença portuguesa em Diu, em 1554-1555.

Em suma, os casos explanados demonstram como D. Afonso de Noronha, a despeito das particularidades de cada um dos casos, sempre procurou premiar os serviços da fidalguia, sem prejuízo de não serem só da sua clientela e ainda como sempre tirou partido desses mesmos fidalgos para atingir os seus objectivos políticos. Os casos inversos de D. Pedro da Silva, D. Álvaro de Ataíde e D. Álvaro de Noronha, de quem o vice-rei tinha razões de queixa, procurando desfavorecê-los devem, por isso, ser integrados na temática das Oposições.

IV.4. Oposições

Baseado somente na carta do vigário dominicano Frei Diego Bermúdez, o Padre Maurício Domingues escreveu, em 1954, que o vice-rei D. Afonso de Noronha enfrentou uma dura oposição à sua governação⁷⁴⁷. Na verdade, coligindo as missivas dos opositores à política do Noronha é possível concluir exactamente isso, apesar de ser amplamente reconhecido que não houve nenhum vice-rei ou governador da Índia que tenha conseguido governar sem qualquer tipo de contestação. Se bem que óbvia, esta constatação permite também relativizar parte da oposição ao vice-rei Noronha uma vez que, para os casos mais gritantes dessa oposição, é possível identificar os interesses de quem escrevia contra D. Afonso ou demonstrar, pela cronologia, o seu logro. No entanto, ao invés de defendermos o vice-rei, procuraremos compreender as críticas de que foi alvo e, principalmente, enquadrar as reacções do vice-rei perante as mesmas. Este objectivo levar-nos-á a retratar, igualmente, a perspectiva do Noronha face a essa oposição e ainda como procurou, ou não, resolvê-la.

A contestação a D. Afonso emergiu em força após a expedição ao Ceilão de 1551, apesar de serem identificáveis momentos anteriores de tensões e desentendimentos. Talvez o mais significativo desses momentos tenha ocorrido aquando do encontro entre Jorge Cabral e D. Afonso de Noronha. As ordens que trazia, aliadas ao desconhecimento completo da realidade oriental, quando conjugadas com a exigência de sempre seguir à risca as ordens régias, podem contribuir para explicar a atitude do vice-rei face a Cabral. A sua principal discórdia com o governador cessante teve por base as mercês e soldos que este tinha concedido aos seus homens em Vendurli

⁷⁴⁷ Cf. DOMINGOS, Padre Maurício, "Vice-reis e governadores xaverianos: D. Afonso de Noronha", p. 587.

que, como vimos, D. João III ordenara rigidamente a D. Afonso para conter. Outra ordem severa do monarca fora a de contenção de despesas. Esta realidade explica o conflito do vice-rei com Jorge Cabral, pois ainda não aportara a Cochim e já D. Afonso soubera, provavelmente por opositores à política de Cabral no Ceilão, do mau estado da Fazenda Real. A agravar o desentendimento com Cabral esteve o abandono deste pela principal fidalguia da Índia, o que conferiu renovada força ao vice-rei para propôr o julgamento do ex-governador⁷⁴⁸. Além disso, e como também já anotámos, a fama das condições da nomeação de D. Afonso, entre as quais são de destacar o título de vice-rei e a ideia contemporânea que então se gerou de que o Noronha fora enviado à Índia para a “remir” dos seus pecados e vícios⁷⁴⁹, concorre também para explicar a atitude de altivez do vice-rei face a Cabral, descrita pela cronística. O paralelismo com o caso da sucessão de Martim Afonso de Sousa a D. Estêvão da Gama e dos desaguisados que o primeiro teve com o segundo, em 1542, é, assim, uma realidade⁷⁵⁰.

A este antagonismo político, no qual o complexo de apoios da fidalguia a D. Afonso foi decisivo, seguiram-se os casos da oposição à nomeação de D. Jerónimo de Castelo Branco para a capitania-mor do Mar Vermelho e Golfo Pérsico, acabando o vice-rei por ceder às pressões daquela. Mais reforçado na sua posição política e já em Goa, o Noronha conseguiu impor a nomeação de D. Antão de Noronha para a jornada de Catifa. À oposição política tradicional de alguns potentados locais⁷⁵¹ e de alguma fidalguia em breve se juntou a de religiosos e oficiais do Estado da Índia, devido aos acontecimentos ceilonenses de 1551. O primeiro a criticar D. Afonso foi precisamente o vigário Frei Diêgo Bermúdez, que condenou a política missionária seguida no Ceilão, por considerar que impunha pela força os baptismos e conversões⁷⁵². Outros, como o Padre Baltasar Gago, afirmaram que a fama do tesouro do rei de Kotte impediu o vice-rei e os seus colaboradores de se concentrarem no “tesouro das almas”⁷⁵³. Contudo, existem exemplos de defesa das atitudes de D. Afonso no Ceilão, sendo o mais paradigmático o do vedor Simão Botelho. Não obstante Botelho também ter participado na expedição e de, por essa razão, poder reflectir interesses pessoais, as suas cartas,

⁷⁴⁸ D. Afonso não teve êxito neste ponto pois D. João III recebeu bem Cabral e conferiu-lhe a avultada tença de 400 mil reais anuais.

⁷⁴⁹ A expressão foi tirada da Carta de João Eanes a D. João III, Cochim, 29.I.1552 – PUB. *DHMPPPO (Índia)*, vol. V, doc. 17, p. 104.

⁷⁵⁰ Cf. PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa...*, p. 225.

⁷⁵¹ De entre essas oposições destacamos a do embaixador de Bhuvaneka Bahu, o qual escreveu a D. Catarina que “segundo vejo, parece-me, que ho Viso Rey há os comtratos por bons pera el-Rey pagar, e não pera lh’os comprir no fauor” (cf. *Ceylon*, doc. 123, p. 567).

⁷⁵² Cf. Carta de Frei Diego Bermúdez a Frei Bernardo de Santa Cruz, Goa, 31.I.1551 – PUB. *Ceylon*, doc. 124, p. 573.

⁷⁵³ Cf. Carta do Padre Baltasar Gago aos irmãos lusitanos, Cochim, 10.I.1552 – PUB. *DI*, vol. II, doc. 60, p. 281.

além de importante fonte para a reconstituição de factos políticos, denotam uma linha de pensamento coerente desde, pelo menos, o governo de D. João de Castro. Esta baseia-se, *grosso modo*, nas propostas reformistas que dirige ao rei nas suas missivas e na crítica aos problemas da estrutura orgânica e administrativa do Estado da Índia⁷⁵⁴. Por este motivo, não poupou críticas a Castro, apesar de lhe reconhecer boas intenções, pois nele via um líder militar, mais do que um bom administrador. Face a D. Afonso, Botelho, se bem que o vice-rei o tenha forçado a manter-se no cargo até 1554, não escreve uma crítica, antes o defendendo em tudo, designadamente na polémica cingalesa. Por fim, um último episódio de oposição política, originado em disputas da fidalguia, pode ser encontrado no caso de Bernardim de Sousa, em 1553, tendo o vice-rei sido acusado de não correr o seu caso na Relação de Goa para não ter de afastar o sobrinho, D. Antão, da capitania de Ormuz. Já se viu, porém, como o vice-rei e o fidalgo se tornaram próximos em virtude desse conflito.

A contestação dos religiosos e oficiais do Estado da Índia foi talvez a mais grave que o vice-rei enfrentou dado que estes, contrariamente à fidalguia, gozavam de maior influência junto do monarca. Assim, Frei Diego Bermúdez ao escrever que o rei enviara D. Afonso à Índia para o compensar dos serviços anteriores assinalava na realidade um dos seus pontos mais frágeis, insinuando que não tendo o vice-rei qualquer experiência nos assuntos orientais tomava decisões erradas. A agravar a situação estava a acusação de Bermúdez de que o Noronha trouxera consigo “quinientos criados e parientes, com quien reparte las cosas de la India”⁷⁵⁵, opinando que o rei deveria nomear vice-reis ou governadores que já viessem “pagos” do Reino⁷⁵⁶. As insinuações do vigário-geral dos Dominicanos de que o Noronha desviava fundos da Fazenda Real em seu proveito encontram eco na carta de Manuel Nunes Gato a D. Catarina. Nesta missiva, o caso do arrendamento da alfândega de Goa, em 1552, servia de exemplo para se apontarem os desvios imputados a D. Afonso ou o favorecimento dos seus apaniguados⁷⁵⁷. Por outro lado, em cartas como a de João Eanes, mestre da ribeira das naus de Cochim⁷⁵⁸, ou dos mestres de Goa⁷⁵⁹, as críticas ao estilo de governação “mole” de D. Afonso, e mais concretamente a acusação de inoperância face ao cerco

⁷⁵⁴ Vejam-se as três cartas de Botelho ao rei, dos anos de 1547 e 1548. Cf. *Textos do Estado...*, pp. 29-58.

⁷⁵⁵ Cf. Carta de Frei Diego Bermúdez a Frei Bernardo de Santa Cruz, Goa, 31.I.1551 – PUB. *Ceylon*, doc. 124, p. 570.

⁷⁵⁶ Cf. *ibidem*.

⁷⁵⁷ Cf. Carta de Manuel Nunes Gato a D. Catarina, Goa, 20.XII.1552 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. V, doc. 54.

⁷⁵⁸ Cf. Carta de João Eanes a D. João III, Cochim, 29.I.1552 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. V, doc. 17, p. 105.

⁷⁵⁹ Cf. Carta dos mestres de Goa a D. João III, Goa, 25.XI.1552–PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. V, doc. 46, p. 219-220.

de Ormuz de 1552, denotam um receio de que o Noronha não estivesse à altura do combate aos Turcos. Por esta razão, João Eanes, que também confirmava os desvios de fundos do vice-rei, defendia que o rei enviasse à Índia alguém com o perfil moralizante de D. João de Castro.

Pelo menos em dois dos casos apontados, o de Bermúdez e o dos mestres de Goa, são bem perceptíveis os interesses em jogo nas críticas feitas, podendo os restantes ser entendidos à luz de um sentimento de exclusão das benesses vice-reais. No que toca ao vigário geral dos Dominicanos, a não autorização por D. Afonso da construção de um mosteiro desta Ordem em Cochim, a despeito dos anteriores apoios de Jorge Cabral⁷⁶⁰, e no quadro da crise financeira, a ordem do vice-rei de suspensão das obras no mosteiro dominicano de Goa, as quais ele próprio havia recomendado a Frei Diego, explicam o desagrado de Bermúdez em relação ao Noronha. Este chegara ao ponto de excomungar o vice-rei⁷⁶¹, sendo provável que quando D. Afonso se queixou a D. Catarina dos excessos dos religiosos⁷⁶², nomeadamente os constantes pedidos de mercês a que nem sempre podia aceder, tivesse em mente os casos de Bermúdez e da criação do Colégio jesuíta de Cochim, em 1551.

O caso dos mestres de Goa encontra uma justificação parcial nas interferências de D. Afonso nos poderes daquela Câmara⁷⁶³ e na própria vida da cidade, a propósito das obras na fortificação dos Reis Magos, apelidada por D. Afonso de Castelo Real. Mas, e como já foi anotado, todas estas cartas de oposição situam-se cronologicamente entre os finais de 1551 e de 1552, isto é, foram escritas num momento percepcionado pela oposição a D. Afonso como de fraqueza, correspondente aos eventos ceilonenses e ao cerco de Ormuz. O desconhecimento de cartas de oposição a D. Afonso para os anos de 1553 e 1554, e a maior atenção do Noronha às diversas regiões do Estado da Índia, podem justificar o aparente desaparecimento da mesma. Todavia, muitas das críticas escritas em 1551-52 poderão explicar as motivações joaninas para a nomeação de D. Pedro Mascarenhas, realidade que analisaremos adiante. Por ora, importará analisar a percepção que D. Afonso teve desta oposição e que medidas adoptou para a enfrentar.

Em missiva a D. Catarina, datada de Janeiro de 1552, D. Afonso afirmava ser o melhor vice-rei que a Índia até ao seu tempo tivera⁷⁶⁴. Sendo certo que nessa afirmação o vice-rei apelava aos diferentes contextos da sua família, da sua vida no Reino, dos seus feitos em Ceuta e da sua nomeação,

⁷⁶⁰ Cabral havia concedido a Bermúdez uma ermida para o local onde o convento iria ser construído.

⁷⁶¹ Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552 – PUB. *Textos do Estado...*, pp. 71-72.

⁷⁶² Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 20, p. 258.

⁷⁶³ Cf. Carta da Câmara de Goa a D. João III, Goa, 24.XII.1552 – PUB. *DHMPPPO (Índia)*, vol. V, doc. 55, p. 303.

⁷⁶⁴ Cf. passagem inicial deste capítulo e nota 626.

cabe salientar que à mesma correspondeu também uma clara estratégia política para não denotar fraqueza num momento particularmente difícil: o de justificar os acontecimentos ceiloneses. O tom em que a carta foi escrita e, mormemente, as diferenças de conteúdo informativo, quando comparadas com a enviada ao monarca, no mesmo dia, comprovam esta afirmação. Em 27 de Janeiro de 1552, D. Afonso desabafava com a rainha os seus agravos políticos e pessoais. No plano político, lamentava-se dos poderes que o rei concedera a Francisco Barreto os quais, dizia, “me desacreditarão de todo na Imdya”⁷⁶⁵, manifestando ainda a sua incapacidade para conter os abusos dos capitães de Ormuz (D. Álvaro de Noronha), Diu (Pêro Lopes de Sousa), Baçaim (Francisco Barreto), Malaca (D. Pedro da Silva) e de Sofala (Diogo Lopes de Mesquita). A seu ver, os excessos dos diferentes capitães só poderiam ser contidos se o rei nomeasse alguém que viesse provido de poderes totais. Se o nomeado não governasse bem, a atitude régia só poderia ser uma: “mande lhe cortar a cabeça”⁷⁶⁶. Em termos pessoais, a carta emana uma tônica de desilusão face às mercês régias e o caso de Francisco Barreto bem poderá ter estado na base do pedido afonsino para que lhe fosse enviado um sucessor em 1553. Boa parte das queixas de D. Afonso sobre D. Álvaro de Noronha, Francisco Barreto e D. Pedro da Silva encontram paralelo na carta de Botelho, o qual refere ainda os conluíus de D. António de Noronha e de João de Mendonça no trato malabar⁷⁶⁷. O vedor da fazenda afirmava também que o vice-rei “não deseja nem trabalha outra coisa senão acertar em tudo o que lhe parece serviço de Vossa Alteza, e lhe afirmo não leva vida sobre isso, mas não é poderoso para mais”⁷⁶⁸, apontando assim a mesma incapacidade que o próprio D. Afonso reconhecia.

O desconhecimento das cartas que D. Afonso terá redigido para o rei, em inícios de 1553 a partir de Diu e, em inícios de 1554 a partir de Cochim, impedem-nos nesta matéria, como noutras, de apurar como evoluiu a reacção do Noronha perante os seus detractores políticos. Dados posteriores, de Setembro-Outubro de 1554, indiciam que o momento de fraqueza afonsino, de 1552, foi ultrapassado, a despeito de ter enfrentado a oposição característica dos momentos de sucessão nessa mesma fase: ao regressar da Índia, D. Afonso não só trazia a vitória naval de 1554, com o prestígio que esta lhe conferia, como a deixava, tudo o apontava, serenada. Porém, em 1555, o Noronha, tal como em 1551-52, tinha a complicada questão do Ceilão para justificar perante o rei. Embora não parecendo restar dúvidas quanto à polémica sobre essa expedição, julgamos que esta, ao seu tempo, tendeu a ser

⁷⁶⁵ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 20, p. 256.

⁷⁶⁶ Cf. *ibidem*, p. 258.

⁷⁶⁷ Cf. Carta de Simão Botelho a D. João III, Cochim, 30.I.1552 – PUB. *ALBUQUERQUE*, Luís de, *op.cit.*, p. 73.

⁷⁶⁸ Cf. *Ibidem*, p. 64.

condenada pela “promiscuidade” das intervenções “conjuntas” dos poderes temporal e espiritual. Talvez por isso, Couto, no seu estilo discreto, acabe por concordar com essa linha de pensamento, condenatória das atitudes de D. Afonso no Ceilão⁷⁶⁹ e, assim, tenha influenciado autores posteriores⁷⁷⁰. Mas, antes de retomarmos estas questões, importará discutir em que medida o governo afonsino foi, ou não, marcado por uma “crise”.

IV.5. A “crise” de meados de Quinhentos

Analizadas as principais dinâmicas do vice-reinado afonsino, afigura-se-nos ser chegado o momento de retomarmos as questões iniciais: em que medida o vice-reinado de D. Afonso de Noronha poderá ser conotado como um período de “crise”? E, estando em face de uma “crise”, qual teria sido a sua natureza? Que implicações teria tido na governação do Noronha, e de que forma afectou as avaliações posteriores que sobre o seu vice-reinado foram feitas? Para principiar a resposta a estas perguntas torna-se necessário, em primeiro lugar, distinguir o discurso das fontes coevas e o discurso oficial da historiografia sobre o Estado da Índia em meados do século XVI. Face às primeiras, é inegável que, para a estrita cronologia de 1550 a 1554, as cartas de D. Afonso e de outros oficiais e fidalgos do Estado da Índia transpiram um ambiente de “crise”⁷⁷¹. No entanto, do ponto de vista do vice-rei esta, poderia ser, em parte, ultrapassada mediante a sua acção governativa desde que o monarca o investisse de maiores poderes. Num certo sentido, quando o Noronha se lamentava à rainha do caso de Francisco Barreto e quando Simão Botelho afirmava que D. Afonso não dispunha de poderes suficientes, compreende-se que o Noronha tencionava, para além de ser o agente de uma política centralizadora ao serviço do rei, governar não “à Nuno da Cunha” como o rei lhe recomendara, mas antes “à D. João de Castro”. A diferença residia, assim, em que D. Afonso de Noronha desejava apresentar ao rei uma extensa lista de vitórias, tal como Castro fizera, em vez de se concentrar na administração concreta do Estado, à semelhança de Cunha. Estamos em crer que essa atitude de D. Afonso, que para todos os efeitos foi encarado no Reino e na Ásia como o sucessor de D. João de Castro, pode estar subjacente a algum discurso de “crise”, perceptível em certas missivas da época. Já o próprio Castro governara num tempo de “crise” político-militar, bem seme-

⁷⁶⁹ Afirma-o a estudiosa das Décadas de Couto: MONIZ, Maria Celeste, *op.cit.*, p. 195.

⁷⁷⁰ Poderá ser o caso do Padre Fernão de Queiroz e de Manuel de Faria e Sousa, ambos condenando D. Afonso.

⁷⁷¹ Além das cartas de D. Afonso e de Simão Botelho para os anos de 1551 e 1552, parecem-nos elucidativas desta constatação as referidas cartas de Diogo Botelho Pereira ao barão do Alvito, em 1551 (cf. Carta de Diogo Botelho Pereira ao barão do Alvito, Ilha Terceira, 16.VII.1551 – PUB. DPMAC, vol. III, doc. 5), e de D. Jorge de Meneses, “O Baroque” a D. João III, em finais de 1554 (cf. Carta de D. Jorge de Meneses a D. João III, Goa, 15.XII.1554 – ANTT, CC I-94-54).

lhante à que o Noronha enfrentou nos anos de 1551-1552, sendo conhecido o discurso que esta inspirou nos cronistas para o triénio de 1545-1548, se bem que neste também sejam exaltadas as vitórias obtidas por D. João⁷⁷².

Para os contemporâneos de Castro e do Noronha, a “crise” teve, em nosso entender, diversas naturezas passíveis de identificação: uma componente político-militar, outra económico-financeira e, por fim, uma problemática de valores. Quanto à componente político-militar, a simples recordação do contexto do segundo cerco de Diu e das guerras contra Bijapur foram o mote suficiente para a crítica à política dos Portugueses face aos potentados orientais e à sua própria organização militar⁷⁷³. A componente económico-financeira consubstanciou-se numa constante falta de fundos na Fazenda Real e no início de um longo processo de reformulação do trato pimenteiro no Índico⁷⁷⁴. Já a problemática de valores, aquela sobre a qual a cronística, e em especial Diogo do Couto, nas suas *Décadas* e nos *Diálogos do Soldado Prático* tanto procurou chamar a atenção, foi talvez a que mais influenciou os contemporâneos de ambos os vice-reis. Sendo verdade que, desde a fundação do Estado da Índia, é possível documentar casos de abusos de capitães, de tensões entre oficiais do Estado, de rivalidades e disputas da fidalguia, de prepotências e conflitos entre candidatos à governação da Ásia Portuguesa, é bem possível que a imagem de liberalização excessiva que o governo de Martim Afonso de Sousa deixara tenha levado os contemporâneos de Castro a considerarem que por mais atitudes moralizantes e de imposição da ordem que este tivesse, a “crise” fosse já inevitável. Uma certa nostalgia da fase inicial do Estado da Índia e o desejo de a igualar, apesar de tal não ser considerado possível, podem também ter contribuído para acentuar essa imagem. Por fim, um outro factor, que cremos ter sido decisivo para explicar a problemática de valores identificada pelos contemporâneos, não se refere tanto à entrada em cena das ordens religiosas, mas sim ao extraordinário reforço de poder de que estas beneficiaram durante toda a década de 1540 e 1550. Este reforço, sempre aliado ao quadro da Contra-Reforma, também ela portadora de ideais de purificação, redenção e remissão, pode assim ter contribuído para o reforço da imagem de um certo declínio de valores.

Porém, a “crise” para o governo de Castro e também para o de D. Afonso teve um claro sentido: o da maturação, reformulação e afirmação de novos rumos. Desde o tempo de Martim Afonso de Sousa que a cedência de Bârdéz e Salsete, a que se seguiram as lutas de D. João pela sua manutenção, confi-

⁷⁷² É bem conhecida a atenção que Gaspar Correia e Diogo do Couto dedicaram à análise do Segundo Cerco de Diu o qual, além de ser amplamente descrito em termos da evolução dos acontecimentos, possui uma lógica literária que o pretende celebrar como uma das grandes vitórias portuguesas no Oriente.

⁷⁷³ Vejam-se as considerações de Vítor Rodrigues em torno da situação militar do Estado da Índia na década de 1540, com a questão das companhias de ordenança: RODRIGUES, Vítor, *op. cit.*, pp. 235-245.

⁷⁷⁴ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A questão...”, pp. 37-206.

guravam já uma das vertentes do império em ascensão: a territorialização⁷⁷⁵. Na cronologia do Noronha, a territorialização e um maior investimento dos Portugueses na criação de áreas de controlo luso em redor das fortalezas tem o seu melhor exemplo no caso cingalês, na política afonsina face às Praças do Norte e na consolidação de posições em Goa. Aliás, sobre este assunto relembre-se que o Noronha levava ordem para avaliar a possibilidade de vender Salsete e Bardêz ao soberano de Bijapur. Apesar de desconhecemos o teor da resposta de D. Afonso ao rei, tudo indica que tenha opinado pela sua manutenção, ou seja, neste ponto, como em tantos outros, o Noronha prosseguiu as linhas traçadas por Castro. Estas coincidências entre ambas as políticas, bem como diversas atitudes de D. Afonso de Noronha no Oriente, confirmam que, se encarava a si mesmo como o sucessor de D. João de Castro, o que também justifica a larga expectativa da sua nomeação. Porém, é impossível abstrair dos problemas político-financeiros no Reino e das ameaças turcas no Oriente, que marcaram a sua indigitação e, por outro lado, de como D. Afonso procurou afirmar-se enquanto figura apostada em combater estes problemas. Todavia, essa aposta afonsina em identificar-se com Castro pode ter contribuído para a dura oposição que enfrentou e, ainda, induzir-nos a não diferenciar entre a “crise” da década de 1540 e a de 1550.

Ao discurso das fontes aliou-se o discurso historiográfico àcerca da “crise” de meados de Quinhentos, apesar de nos parecer haver ainda muito a estudar neste domínio, designadamente quanto à definição da sua natureza durante os diversos governos que a acompanharam. Sanjay Subrahmanyam encara a “crise” de meados do século XVI como associada, em parte, a eventos políticos-militares (problemática da transição de Martim Afonso Sousa para D. João de Castro; contextos diversos de ameaças militares à presença lusa no Índico, em especial durante o governo de Castro) e a eventos económicos (a reestruturação do trato pimenteiro no Índico e os problemas na Carreira da Índia), razão pela qual interpreta as cartas de Botelho como um sintoma da dita “crise”, a qual levaria à necessidade de diferentes reformas⁷⁷⁶. Contudo, no que à década de 1550 diz respeito, Subrahmanyam apenas se refere à manutenção da componente económico-financeira, apoiando-se nas ideias de Vitorino Magalhães Godinho sobre os ciclos económicos do império, sem explicitar devidamente a questão política⁷⁷⁷. Nesse ponto, apenas afirma que o Extremo Oriente, mormemente o estabelecimento português em Macau e o crescente reforço da presença comercial e missionária no Japão, foram a solução gizada pelo Estado da Índia para ultrapassar os problemas de então⁷⁷⁸. Por sua vez, Luís Filipe Thomaz e Subrahmanyam

⁷⁷⁵ Sobre as mutações no Império em meados do século XVI: COSTA, João Paulo Oliveira e, “O Império...”, pp. 87-121.

⁷⁷⁶ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático...*, pp. 112-145.

⁷⁷⁷ Cf. *ibidem*, pp. 119-120.

⁷⁷⁸ Cf. *ibidem*, pp. 144-145.

demonstraram como inequivocamente as décadas de 1540 e 1550 assistiram à mencionada reformulação no trato pimenteiro⁷⁷⁹. Apenas Vítor Rodrigues prestou maior atenção às dinâmicas político-militares da década de 1550, salientando a relativa acalmia política que então se viveu, a qual permitiu uma consolidação do Estado da Índia⁷⁸⁰. Para além desta panóplia de considerandos, emerge a questão, mais complexa, de procurar perceber a “crise” em termos conjunturais, isto é, como é que esta se reflectiu nos sucessivos governos que abarcou.

Em nosso entender, o vice-reinado de D. Afonso de Noronha desenvolveu-se num ambiente, encarado pelos seus contemporâneos como sendo de “crise”, provando-o os constantes sobressaltos que o marcaram (a questão de Ormuz, o Ceilão, o Malabar e Malaca), apesar de, na sua globalidade, a centralização política e as diferentes estratégias de D. Afonso terem contribuído para atenuar a situação delicada e iniciar mesmo uma pequena recuperação. Esta recuperação foi espoletada com a derrota infligida à armada de Seydi Ali Reis em 1554, o que motivou uma maior confiança por parte dos Portugueses nos anos seguintes, permitindo, assim, a concretização de estratégias de crescente investimento em determinadas áreas regionais, das quais destacamos uma maior intervenção portuguesa no Ceilão e, em especial, a maior atenção a Goa e às Praças do Norte, visível na consolidação de Diu e na questão da entronização do príncipe Meale, ambas em 1555, nas conquistas de Assarim e Manorá, em 1556, e por fim, de Damão, em 1559. Desta forma, defendemos que do estrito ponto de vista político-militar, o vice-reinado de D. Afonso de Noronha não foi marcado pela mesma tónica de “crise” que, mais tarde, se identificou para o período de 1565-1575, como ainda para o governo de Castro.

Durante o governo de D. João de Castro não só o cerne fundamental dos acontecimentos decorre no Índico Ocidental, como o vice-rei está literalmente prisioneiro dos problemas que encontra no Subcontinente, não conseguindo acudir devidamente a outras áreas. Foi exactamente esta situação que explicou o insucesso da expedição de Adém de 1548 e o motivo pelo qual a situação em Diu não se encontrava estabilizada à morte de Castro. Além disso, à data do falecimento do vice-rei Castro, o controlo português sobre Bardêz e Salsete, ainda não estava totalmente garantido, o qual, como vimos, só Garcia de Sá assegurou pela via diplomática, rumo este que D. João sempre rejeitara. Significa isto que, após a relativa indefinição política dos governos de Sá e Cabral, coube a D. Afonso gizar a estratégia político-militar que sucedeu à do tempo de D. João de Castro e que se baseou numa permissão essencial: para poder prosseguir devidamente a territorialização no Norte e afastar de vez o espectro da ameaça turca, era necessário resolver no mar

⁷⁷⁹ Para a década de 1540: THOMAZ, Luís Filipe, “A questão...”, pp. 37-206; Para a década de 1550: SUBRAHMANYAM, Sanjay, “The trading world”, pp. 207-227.

⁷⁸⁰ Cf. RODRIGUES, Vítor, *op. cit.*, p. 270.

a tensão com os Otomanos. Só esta permitiria assegurar a segurança da própria Índia. Castro já se apercebera de tal mas não tivera margem para actuar directamente no cerne do problema como D. Afonso de Noronha teve. Não foi, aliás, esta mesma política afonsina que descrevemos anteriormente? Em suma, defendemos que a componente de “crise” político-militar que marcou o governo de D. João de Castro não é a mesma que se pode identificar para o vice-reinado de D. Afonso de Noronha, tratando-se ambas, quando muito, de fases distintas de um mesmo processo.

Noutro prisma, a componente político-militar estava bem mais consolidada no final do vice-reinado de D. Afonso de Noronha do que à morte de D. João de Castro uma vez que quando D. Afonso abandonou a Índia, nos anos seguintes não houve notícia de movimentações da parte turca, pelo menos até 1559, e os acontecimentos no Norte e no Malabar conheceram uma acalmia comparativamente ao que se tinha passado entre 1548 e 1554⁷⁸¹. Também como constataremos, a consolidação que a governação do Noronha trouxe a certas áreas regionais (Golfo Pérsico, Praças do Norte e Malabar) foi prosseguida pelo efémero vice-reinado de D. Pedro Mascarenhas.

Apenas quanto à componente económico-financeira vislumbramos a possibilidade de estarmos perante um quadro de “crise”, embora consideremos tratar-se de uma conjuntura decorrente dos ciclos económicos, a qual foi superada a curto trecho pelas políticas de Francisco Barreto⁷⁸². Neste âmbito, julgamos necessário que a historiografia preste maior atenção à década de 1550, como ainda defendemos que a “crise” que poderá ser identificada para esta década, reveste-se de uma natureza distinta da “crise” genérica que se costuma atribuir à década de 1540 ou à posterior “crise” de 1565-75. Ambas detêm uma índole político-militar, envolvendo contextos políticos mais alargados, e, talvez por isso, tenham registado maior duração.

Por outras palavras, a “crise” de meados de Quinhentos surge assim como um conceito insuficientemente definido e, por vezes até ambíguo, à luz do qual vem sendo tranquilamente classificada uma fase histórica da Ásia Portuguesa, mas cuja importância não tem sido devidamente reconhecida. Apenas estudos concretos sobre a evolução política e financeira nos governos de Francisco Barreto e de D. Constantino de Bragança poderão ajudar a aprofundar a especificidade das interrelações temporais nesse conceito de “crise” de meados de Quinhentos. Por agora, a análise da sucessão e governo de D. Pedro Mascarenhas poderá contribuir para reforçar algumas das ideias propostas, embora estejamos conscientes que estudos sobre o Barreto ou o Bragança possam conduzir a conclusões diferentes.

⁷⁸¹ Cf. VILA-SANTA, “D. Pedro Mascarenhas” e “Francisco Barreto” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

⁷⁸² Cf. *ibidem*.

CAPÍTULO V

DEPOIS DA ÍNDIA (1555-1573/1581)

“Viveo D. Afonso de Noronha pobre; e tanto, que depois de ser de setenta anos servio a Infante Dona Maria de seu Mordomo mór, e Governador de sua casa”

(*Ásia*, VII, i, 6)

V.1. “Grandes e boas nouas”: a sucessão de D. Pedro Mascarenhas, o regresso e as mercês (1554-1557)

A 16 de Setembro de 1554⁷⁸³, a chegada de D. Pedro Mascarenhas a Goa não induziu grandes inflexões no rumo da política oriental. Na verdade, o enquadramento global da nomeação de D. Pedro Mascarenhas, em boa medida comparável ao de D. Afonso de Noronha, bem como as ordens que recebera, tudo o aponta, não divergiam extraordinariamente das que o Noronha trouxera em 1550⁷⁸⁴. Ambos os fidalgos apresentavam extensos currículos cortesãos e militares, ponteados no caso de Mascarenhas com importantes missões diplomáticas, o que constitui mais um excelente exemplo de como a política régia, na década de 1550, apostou no envio de figuras prestigiadas para o Oriente⁷⁸⁵. Com D. Afonso de Noronha, Mascarenhas partilhava não apenas o desconhecimento da Ásia Portuguesa mas ainda a experiência em Marrocos e, sobretudo, sendo um homem da corte, que acabara

⁷⁸³ Couto afirma que Mascarenhas chegou a 23 de Setembro (cf. *Ásia*, VII, i, 3). Neste passo seguimos D. Afonso que na sua carta coloca a chegada de D. Pedro no dia 16 (cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Baía de Angra, 5.VIII.1555 – ANTT, CC I-96-50, fl. 1).

⁷⁸⁴ Desconhecemos o regimento que D. Pedro trazia, mas a avaliar pela sua acção no Oriente, é de prever que o monarca lhe tivesse ordenado a embaixada à Etiópia e o reforço das Praças do Norte.

⁷⁸⁵ Em 1558, partiu o fidalgo até então mais destacado: D. Constantino de Bragança, irmão do duque de Bragança. Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. Constantino de Bragança” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

de ser mordomo-mor do príncipe D. João, falecido a 2 de Janeiro de 1554, era uma figura sobejamente conhecedora das implicações daquela nomeação. Indigitado aos setenta anos numa fase em que dava já claros sinais de debilidade física, D. Pedro tentou escusar-se a partir, argumentando com a sua idade e o seu desconhecimento do Estado da Índia⁷⁸⁶, prevendo ainda que a viagem não seria fácil. Porém, o monarca estava claramente apostado em enviá-lo para o Oriente pois considerava que, pela sua reconhecida autoridade⁷⁸⁷, seria o homem certo, para presidir a um tempo que se esperava de acalmia política⁷⁸⁸. Apesar disso, é bem possível que Mascarenhas tenha sido intencionalmente afastado do Reino por figuras poderosas da corte lusa, então em mutação e, tal como Couto sugere⁷⁸⁹, por ter alcançado um estatuto algo invejável.

Ao zarpar de Lisboa em finais de Março de 1554, Mascarenhas então já nomeado vice-rei, tinha procurado obter um alvará régio mediante o qual pudesse regressar ao Reino sem o comunicar previamente ao monarca⁷⁹⁰. Não foi bem sucedido neste desiderato uma vez que o rei tencionava usufruir dos seus serviços por mais tempo que o habitual⁷⁹¹. Talvez também por isso, o rei tenha pedido ao infante D. Luís para o pressionar a partir afirmando que um deles teria de rumar à Índia⁷⁹², acabando D. Pedro por ter de se resignar à vontade régia⁷⁹³. Pesou ainda na decisão do *Piedoso*, o facto de D. Pedro Mascarenhas não ter filhos e ser um fidalgo rico⁷⁹⁴, razão pela qual poderia eximir-se automaticamente da concessão de mercês à família de Mascarenhas⁷⁹⁵. Isso mesmo pode explicar a resistência de D. João III em entregar a capitania-mor do mar da Índia a Fernão Martins Freire, sobrinho

⁷⁸⁶ Cf. *Ásia*, VII, i, 3.

⁷⁸⁷ Cf. *ibidem*. Por detrás de parte da resistência de Mascarenhas poderá ter estado também o receio de ser comparado a D. Garcia de Noronha, pela avançada idade que então ostentava, com as nefastas consequências que tal poderia acarretar na Índia para alguém que desconhecia a realidade oriental.

⁷⁸⁸ D. João III devia informar-se dos acontecimentos orientais com o capitão de Chale, D. Bernardim da Silva e Meneses que, em 1554, escreveu ao rei uma carta com diversas recomendações. O rei respondeu informando-o da nomeação de D. Pedro. Cf. Carta de D. João III a D. Bernardim da Silva e Meneses, Lisboa, 20.III.1554 – ANTT, CC I-92-38.

⁷⁸⁹ Cf. *Ásia*, VII, i, 3.

⁷⁹⁰ Cf. *Relações...*, pp. 425-427.

⁷⁹¹ No documento anterior tal é afirmado. Cf. *ibidem*.

⁷⁹² Note-se neste caso o paralelismo com a nomeação de D. Garcia de Noronha, em 1538, a propósito da qual o infante D. Luís também estivera para partir para a Índia.

⁷⁹³ Cf. *Ásia*, VII, i, 3. Andrade descreve os acontecimentos da época de igual forma (cf. *Crónica*, Parte IV, cap. CXI). Aparentemente, o episódio decorreu a 27 de Março de 1554 pois é descrito por Pêro de Alcáçova Carneiro numa minuta de inícios daquele ano. Cf. *Notícias do Reinado de D. João III* – BNP, cód. 886, fls. 818-819.

⁷⁹⁴ Cf. *Ásia*, VII, i, 3; Cf. *Crónica*, Parte IV, cap. CXI.

⁷⁹⁵ A preocupação régia em enviar um fidalgo “pago” para o Oriente pode justificar-se com as cartas que o monarca recebera da Índia nos anos de 1551 e 1552 e que já foram anteriormente analisadas, em especial a do provincial dominicano Frei Diego Bermudez.

de D. Pedro, tendo o rei chegado mesmo a equacionar a hipótese da sua extinção. Para tal, o monarca decidira que Mascarenhas deveria submeter o assunto ao conselho de capitães⁷⁹⁶. A mercê do título de vice-rei a D. Pedro Mascarenhas era uma inevitabilidade não só face ao seu prestígio, amizade e dedicação ao monarca, como principalmente porque fora nomeado ainda num quadro de ameaça turca, o que, como já analisado, nos parece ter sido decisivo para a nomeação de anteriores vice-reis com D. João III.

É possível percepcionar nas circunstâncias da indigitação de D. Pedro, não só paralelismos com a de D. Afonso, em parte já apontados, mas também diferenças. A clara preocupação do soberano em nomear um fidalgo rico e sem filhos é contrastante com o caso do Noronha que, ainda em 1552, se queixou a D. Catarina de não ver os seus filhos despachados com tenças. Deste modo, as dificuldades financeiras do Reino influíram uma vez mais na nomeação do novo vice-rei. Este ainda levou consigo uma armada de seis navios, dois mil homens e a possibilidade de poder assentar soldos. Entre a comitiva que acompanhou o novo vice-rei seguiam dois fidalgos, os quais então iniciaram carreiras que terminariam em vice-reinados. Referimo-nos a D. António de Noronha, “O Catarraz”⁷⁹⁷, o vice-rei demitido por D. Sebastião em 1573, e D. Francisco Mascarenhas⁷⁹⁸, sobrinho de D. Pedro e primeiro vice-rei da Índia de D. Filipe I, em 1581. Este último capitalizou os serviços dos seus antepassados com a sua titulação condal. Também a intervenção do infante D. Luís na nomeação de D. Pedro espelha uma certa consonância com a indigitação de D. Afonso, apesar de no caso de Mascarenhas não termos encontrado referências à intervenção da rainha.

Assim, e do estrito ponto de vista do Reino, sustenta-se, até por factos adiante analisados, que D. Pedro Mascarenhas não foi nomeado para afastar explicitamente D. Afonso de Noronha da governança da Índia, tal como foi afirmado no século XVII⁷⁹⁹. Se assim fosse, o Noronha teria tido ordem de prisão, o que não sucedeu⁸⁰⁰, e mais determinante, na armada de 1553, em que seguiram para D. Afonso as cartas de repreensão sobre o Ceilão, teria ido sucessor, como este aliás solicitara, ao invés de virem as sucessões da Índia. Acresce que as mercês ao Noronha e aos seus familiares desmentem à saciedade essa afirmação que, já vimos, se baseia na polémica quinhentista

⁷⁹⁶ Cf. *Ásia*, VII, i, 3.

⁷⁹⁷ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. António de Noronha” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://cham.fcsh.unl.pt/eve>.

⁷⁹⁸ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. Francisco Mascarenhas” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

⁷⁹⁹ Cf. QUEIROZ, Padre Fernão de, *op. cit.*, vol. I, liv. I, cap. 19. Segundo este autor, o infante D. Luís, sabendo do comportamento de D. Afonso em Ceilão, aprestara-se a partir de imediato para repor a ordem, tendo acabado D. Pedro por partir em sua substituição. Sobre o assunto Cf. nota 550.

⁸⁰⁰ Relembre-se o caso de Nuno da Cunha e da sua ordem de prisão aquando do seu regresso ao Reino.

acerca da expedição cingalesa de 1551. O monarca, apesar de desagradado com D. Afonso devido à polémica do Ceilão, nunca deixou de confiar no Noronha para combater os Turcos⁸⁰¹.

Chegado a Goa quando começavam a circular as primeiras notícias da vitória naval sobre a esquadra de Seydi Ali Reis, e sempre sensível às questões da etiqueta cortesã, D. Pedro não se limitou a cumprimentar o vice-rei cessante: empenhou-se em lhe transmitir pessoalmente os parabéns pela vitória do filho e em evitar os desacatos da fidalguia decorrentes nas sucessões⁸⁰². Quando D. Fernando de Meneses aportou a Goa, em Novembro de 1554, o episódio repetiu-se, tendo D. Pedro organizado festas para comemorar a vitória⁸⁰³. Todavia, a proximidade de D. Afonso a Mascarenhas não lhe permitiu partir em socorro do filho ou do combate às galés turcas estantes em Surrate pois Mascarenhas não o autorizara⁸⁰⁴. A eclosão da polémica em torno da nomeação do seu sobrinho, Fernão Martins Freire, para a capitania-mor do mar da Índia, após o conselho de capitães se ter decidido pela manutenção do cargo, embora sem a aprovação daquela figura⁸⁰⁵, revelam como D. Pedro era cioso da sua autoridade. Na realidade, D. Pedro não pretendia que o prestígio do Noronha interferisse na sua governação e, por isso, logo que terminaram os festejos em Goa, enviou, em Dezembro de 1554, D. Afonso para Cochim a fim de tratar da regulamentação das pazes com o soberano de Vadakenkkur e de preparar a carga das naus⁸⁰⁶. Não obstante as dificuldades financeiras de então, agravadas pela perda da nau do vice-rei, onde vinha o cabedal desse ano, D. Pedro dispensou a D. Afonso um bom navio para a sua viagem.

Desta forma, quando D. Afonso partiu de Cochim, a 15 de Janeiro de 1555, o conflito com os Turcos conhecia uma acalmia momentânea, apesar do episódio da pilhagem dos navios vindos de Ormuz⁸⁰⁷ e, por outro lado,

⁸⁰¹ A provar esta afirmação está uma carta do infante D. Luís ao vice-rei D. Pedro Mascarenhas que foi escrita ainda antes de D. Afonso de Noronha aportar a Lisboa e na qual o infante afirmava que na armada da Índia de 1555, D. João III não enviaria mais soldados e dinheiro porque tinha informações que “en Sues nem outra alguma parte dessas se fabrica armada contra as partes da India” (cf. Carta do infante D. Luís a D. Pedro Mascarenhas, Lisboa, 23.III.1555 – PUB. *DHMPPPO (Índia)*, vol. VI, doc. 7, p. 21).

⁸⁰² Cf. *Ásia*, VII, i, 4.

⁸⁰³ Cf. *Ibidem*.

⁸⁰⁴ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Baía de Angra, 5.VIII.1555 – ANTT, CC I-96-50, fl. 2. É possível que por detrás da não autorização de D. Pedro estivesse o facto de D. Afonso se encontrar enfermo de doença mortal (cf. COUTO, Dejanirah, “Naval Battle Between Turks and Portuguese in the Indian Ocean in 1554 According to New Portuguese and Spanish Sources” in *International Turkish Sea Power History Symposium*, Istambul, Naval Printing House, 2009, pp. III-40).

⁸⁰⁵ Cf. *Ásia*, VII, i, 4.

⁸⁰⁶ Cf. *Ásia*, VII, i, 6.

⁸⁰⁷ Solimão ordenara ao corsário Cáfar que fosse procurar a armada de Seydi Ali Reis e este, sabendo do sucedido, decidiu esperar as naus que vinham de Ormuz para Diu, apresando algumas. Cf. *Ásia*, VII, i, 5.

a embaixada ao Preste João, que o Noronha tanto desejara encetar, tinha finalmente condições para se concretizar⁸⁰⁸. Para a Etiópia dirigiu-se o primeiro contingente de Jesuítas, cuja acção naqueles domínios é bem conhecida da historiografia⁸⁰⁹. Mas não era apenas face à problemática turca que o Estado da Índia dava sinais de acalmia o mesmo acontecendo no Norte, para o qual D. Pedro ordenara o reforço de Chaul e de Baçaim com homens e, tudo indica, acompanhava de perto a política de D. Diogo de Noronha em Diu. O apaziguamento da situação malabar e a consolidação de Diu, sob a forma da apropriação da totalidade dos rendimentos da alfândega, através de uma nova série de manobras político-militares de D. Diogo⁸¹⁰, esta última em Abril de 1555, são acontecimentos ocorridos após a partida de D. Afonso. No entanto, nesta óptica, a política de Mascarenhas prosseguiu plenamente a afonsina: investimento nas praças do Norte, tentativa de contenção dos problemas no Malabar e prossecução do confronto com os Turcos, então reforçado com a embaixada à Etiópia. Apenas no tocante à entronização do príncipe Meale e das guerras com Bijapur⁸¹¹ Mascarenhas seguiu uma política distinta da de D. Afonso. Todavia, mesmo neste caso, importa ter presente que o Noronha sempre estivera atento à política dos sultanatos do Decão e a Vijayanagar.

A viagem de regresso de D. Afonso processou-se, ao que tudo aponta, com normalidade, encontrando-se a 5 de Agosto de 1555, ancorado na baía de Angra. Na armada do vice-rei cessante vinham as cartas de Mascarenhas para o monarca e para Pêro de Alcáçova Carneiro, bem como outras que não chegaram até hoje. Nas suas missivas Mascarenhas, era parco em informações pois remetia para os restantes capitães que as relatariam, preferindo antes escrever ao rei sobre o Colégio de São Paulo de Goa⁸¹², e sobre a carga

⁸⁰⁸ Sobre a armada, delegação e acontecimentos decorridos no terreno veja-se: *Ásia*, VIII, i, 7-8.

⁸⁰⁹ Cf. ALMEIDA, André Ferrand de, "Da demanda do Preste João à missão jesuíta da Etiópia: a Cristandade da Abissínia e os Portugueses nos séculos XVI e XVII" in *Lusitania Sacra*, n.º 11, 1999, pp. 247-294.

⁸¹⁰ Explorando rivalidades entre os senhores locais, em especial de Abiscão, capitão do Tartacão, senhor das terras em redor de Diu, D. Diogo conseguiu que Tartacão derrotasse o primeiro e com isso assegurou a paz na região e assenhoreou-se de metade dos rendimentos da alfândega de Diu (cf. *Ásia*, VII, i, 8). O caso teve desenvolvimentos durante o governo de Barreto mas, para a descrição dos acontecimentos de Diu em 1555, pode consultar-se a carta dos moradores de Diu a D. João III (cf. ANTT, CC I-97-26).

⁸¹¹ O conflito deflagrou devido a uma revolta interna em Bijapur, na qual os revoltosos pretendiam impôr a realza de Meale, exilado em Goa. Mascarenhas acudiu ao caso, organizando solenes cerimónias de aclamação do príncipe e partindo em seguida para a guerra. Sobre o tema veja-se o assento de D. Pedro Mascarenhas com o Meale, no qual se estabelecia que os Portugueses ficariam com várias praças do Concão. Cf. ANTT, CC I-95-50. Para um enquadramento do conflito veja-se: SUBRAHMANYAM, Sanjay, "Notas sobre..." in *op. cit.*, pp. 265-290.

⁸¹² Cf. Carta de D. Pedro Mascarenhas a D. João III, Goa, 7.I.1555 – BPE, cód. CVX/2-7, peça 8.

das naus ao secretário régio⁸¹³. Entusiasmado com a prosperidade do Colégio jesuíta de Goa, o monarca ainda enviou uma carta a D. Pedro pedindo-lhe que tirasse inquirição da vida e milagres de Xavier⁸¹⁴. Porém, esta carta não chegou a ser lida pelo vice-rei em virtude da sua morte, ocorrida em Junho de 1555.

Nos Açores, o Noronha foi bem acolhido pela armada das ilhas, à qual D. João III dera as habituais ordens de boa recepção e de entrega do comando da armada ao governador ou vice-rei cessante⁸¹⁵. Na missiva que então dirigiu ao soberano, o vice-rei cessante anunciava trazer “grandes e boas nouas”⁸¹⁶, afirmando que a Índia estava pacificada e “muy deferemte do que achei e tão prospera que não cujdo que o foy nunca mais nem tanto depois que he conquistada per V. A.”⁸¹⁷. Exageros e encômios à parte, aos quais já vimos que o Noronha se devotou enquanto foi vice-rei, parece-nos que esta afirmação poderá reflectir algum fundo de verdade. Tendo em conta a situação que D. Afonso encontrara na Índia, em Novembro de 1550, e aquela que deixou, em Setembro de 1554, a constatação de que a Índia estava mais pacífica é óbvia. Se estava tão próspera quanto dizia, tal poderá ser bastante discutível, mas o certo é que nos anos seguintes, nomeadamente durante o governo de Barreto, os principais problemas militares do Estado da Índia já não se centraram na questão turca, mas antes no subcontinente indiano⁸¹⁸. Porventura, D. Afonso pretendia que o monarca interpretasse aquela afirmação precisamente no âmbito do conflito com os Turcos, para tal atestando a carta com detalhes sobre a batalha naval de D. Fernando de Meneses contra Seydi Ali Reis. Na ocorrência, não pretendia meramente vangloriar-se da sua obra mas, primordialmente, demonstrar que tinha cumprido a sua missão e que estivera à altura dos acontecimentos, embora, como vimos, alguma oposição o tenha considerado inapto para o cargo, facto do qual estaria ciente.

Ao regressar ao Reino, D. Afonso estaria consciente da sua situação e de que, tal como todos os anteriores governadores e vice-reis, teria de prestar contas da sua governação. O ano de 1555, quando o Noronha regressou a Lisboa, revelou-se um ano de mudanças marcado, por um lado, pela morte do infante D. Luís e, por outro, pela crescente debilidade física do rei, em

⁸¹³ Cf. Carta de D. Pedro Mascarenhas a Pêro de Alcáçova Carneiro – ANTT, CC I-94-82.

⁸¹⁴ Cf. Carta de D. João III a D. Pedro Mascarenhas, Lisboa, 28.I.1556 – BPE, cód. CVX/2-7, peça 14.

⁸¹⁵ Assim que avistassem os navios da armada de D. Afonso, deveriam retirar a bandeira da gávea e obedecer à sua autoridade. O episódio da gávea só acontecera com Jorge Cabral em 1551. Martim Afonso de Sousa, em 1546, tivera a alçada da armada mas não a bandeira na gávea. Cf. ANTT, CSV, vol. III, fls. 497-499 e PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa...*, p. 267.

⁸¹⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, Baía de Angra, 5.VIII.1555 – ANTT, CC I-96-50, fl. 1.

⁸¹⁷ Cf. *Ibidem*, fl. 1v.

⁸¹⁸ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Francisco Barreto” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

parte precipitada por este acontecimento, a qual possibilitou que, nos anos finais do reinado joanino, D. Catarina assumisse um papel cada vez mais importante no despacho⁸¹⁹. As suas bem conhecidas tensões com D. António de Ataíde, 1.º conde da Castanheira, e a morte do monarca a breve trecho, em Junho de 1557, confirmaram o novo ambiente político-cortesão, com o “partido da rainha” a hegemonizar-se perante os restantes, designadamente aquando da decisão sobre a regência na menoridade de D. Sebastião. D. Afonso deverá ter sido sensível a estas mudanças: enquanto cortesão, mormemente, como fidalgo estreitamente ligado a D. Catarina pela via do seu falecido irmão, pelo tom intimista da sua carta a esta em 1552, e ainda pelo facto da sua filha, D. Catarina de Eça⁸²⁰, e a esposa do sobrinho D. Antão, D. Inês de Castro⁸²¹, serem damas da Casa da Rainha.

A pretensão de D. Afonso de Noronha de concessão de tença a todos os seus filhos quando regressasse da Índia não foi satisfeita. Em contrapartida, na qualidade de patriarca do seu ramo familiar, o Noronha alcançou duas importantes benesses: sendo certo por um lado que, em data que não conseguimos definir, D. Afonso passara a receber uma tença anual de 140 mil reais⁸²², por carta régia de 6 de Maio de 1556, o monarca concedeu-lhe o direito de poder dispor livremente de 160 mil reais da tença para a sua herança⁸²³; por outro lado, por carta régia de 17 de Fevereiro de 1557, viu reconhecido o direito de D. Fernando de Meneses, a herdar automaticamente os direitos das comendas⁸²⁴ das Olhalhas e São Miguel da Guerra, na Ordem de Cristo. Em 29 de Abril de 1555, sem que possamos ter certezas totais por o indivíduo não surgir identificado, foi passada carta de conselheiro a um D. Fernando de Meneses⁸²⁵, possivelmente o filho de D. Afonso. Por fim, e não menos importante, D. Fernando de Meneses foi nomeado para capitão de Ceuta, provavelmente em Abril de 1557, em virtude da aposentação do

⁸¹⁹ Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. Catarina...*, pp. 315-316.

⁸²⁰ Foi donzela da rainha entre 1547 e 1553 tendo 10 mil reais de tença anuais.

⁸²¹ Foi donzela da rainha entre 1553 e 1559, com 10 mil reais de tença anuais.

⁸²² O documento original (cf. ANTT, *CDJ*, liv. 30, fl. 195v) é de difícil leitura. Porém, não parece corresponder a D. Afonso, sendo este livro dedicado ao ano de 1527. É possível que D. Afonso tenha passado a receber a tença ao entrar no cargo de aposentador-mor ou quando foi para Ceuta.

⁸²³ É provável que na ocasião tenha sido acrescentado em mais 20 mil reais anuais de tença, embora o documento não o refira. Alguns documentos da chancelaria de D. João III referentes a D. Afonso perderam-se ou não foram registados, razão pela qual este aparece já na chancelaria de D. Sebastião, tratando-se de um traslado, pois o documento original é um alvará de tença a D. Jorge de Noronha, seu filho. Cf. *CDS DH*, liv. 33, fl. 19v.

⁸²⁴ O referido na nota anterior volta a suceder. Neste caso, o documento original trata-se de uma confirmação daquele direito, datada de Agosto de 1573, inserindo-se nas disputas familiares após a morte de D. Afonso, que analisaremos (cf. ANTT, *CDS DH*, livro 34, fl. 46). Malgradamente, o traslado não refere quais as comendas. No entanto, pressupomos tratar-se das comendas de Cristo das Olhalhas e São Miguel da Guerra, as quais se consubstanciariam em direitos nas vilas de Egas de Dornes, no termo Óbidos.

⁸²⁵ Cf. ANTT, *CDJ* (*Privilégios*), liv. 3, fl. 315v.

marquês D. Miguel⁸²⁶. O documento que o nomeia é uma carta régia ao marquês, a qual, pelo tom imperativo em que foi escrita, parece denotar que a nomeação fora feita contra o parecer do destinatário. A 20 de Abril de 1557, ainda antes de D. João III falecer, D. Antónia de Mendonça, esposa de D. Fernando, recebeu ordem de embarque para Ceuta⁸²⁷.

Em conclusão, se bem que, quando regressou, D. Afonso não tenha alcançado o objectivo de obter tença para cada um dos seus filhos e de claramente esperar ter uma remuneração maior como os eventos seguintes demonstram, pelo menos conseguiu encaminhar o seu primogénito e a sua filha mais nova, D. Catarina de Eça. Durante o reinado sebástico, o Noronha tentou assegurar os destinos de D. Miguel de Noronha, de D. Jorge de Noronha e de D. João de Eça. Tal não foi então possível mas após as várias vicissitudes por que passara com o seu primogénito na Índia, o ex-vice-rei procurou empenhar-se na vigilância deste, durante a sua estadia na capitania de Ceuta, onde, de certo, pretenderia que igualasse os seus feitos militares.

V.2. De novo Ceuta (1557-1564)

Para D. Afonso o regresso a Ceuta não só não foi desejado, como não foi operado em termos comparáveis aos da década de 1540, período em que a indefinição política norte-africana possibilitou a realização de feitos militares dignos da mercê régia. Todavia, o abandono das praças norte-africanas de Safim e Azamor, em 1541-42, e de Alcácer-Ceguer e Arzila, em 1549-50, não significou de forma alguma que a capitania de Ceuta deixasse de ser ameaçada na década seguinte pelos seus tradicionais inimigos da década de 1540: o alcaide de Tetuão, o rei de Fez, o Xerife e os Turcos. Mas a unificação política marroquina, sob a égide dos Sáadidas, alterou o cenário político norte-africano a partir da década de 1550, unificando Fez e os Sáadidas. Doravante, estes últimos, envolvidos em disputas internas e em rivalidades com o rei de Argel, procuraram combater ao máximo a infiltração turca nos seus domínios. Este facto, foi, em certas circunstâncias, favorável aos Portugueses os quais, manejando as rivalidades locais, alcançaram alianças favoráveis aos seus interesses. Do ponto de vista de D. Afonso e dos seus filhos, a realização de feitos militares e as consequentes mercês tornavam-se assim mais difíceis de obter devido às alianças estabelecidas. O novo enquadramento cortesão, que vimos começar a despontar a partir de 1555, e consumir-se com a regência de D. Catarina, em Junho de 1557, também não se

⁸²⁶ Cf. Carta de D. João III a D. Miguel de Meneses, s.l., s.d. – ANTT, CSV, vol. IX, fl. 259. D. Afonso confirma em carta posterior que o filho foi nomeado ainda antes do *Piedoso* falecer (cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Santarém, 27.IV.1561 – ANTT, CC I-104-116).

⁸²⁷ A ordem foi dada a Fernão Álvares de Noronha. Cf. Carta de D. João III a Fernão Álvares de Noronha, Lisboa, 20.IV.1557 – ANTT, CSV, vol. IX, fl. 204.

revelou favorável à concessão de mercês. Por outro lado, o crescente poder e influência dos religiosos em Ceuta, sobretudo com o reforço da atenção régia à questão dos resgates, muito visível durante a regência de D. Catarina, criou uma nova situação política, também ela desfavorável aos interesses afonsinos: o aumento da influência dos religiosos com as suas naturais consequências políticas, já analisadas para o caso asiático.

Em carta de Julho de 1556, o então capitão de Ceuta, Jorge Vieira, dava conta a D. João III de como a ameaça da armada do rei de Argel, então coligado com forças turcas, poderia ser danosa para a manutenção da cidade⁸²⁸. O constante perigo turco, que marcara a década de 1540, mantinha-se com a agravante do cenário político não se encontrar tão indefinido como estivera até 1549. Assim, quando D. Fernando de Meneses assumiu a capitania de Ceuta, possivelmente ainda em Março de 1557⁸²⁹, a ameaça turca conheceu um agravamento. Logo em Setembro, em carta à regente D. Catarina, Meneses solicitava o envio de mantimentos e munições para a cidade pois boa parte do anterior carregamento havia sido entregue ao capitão de Tânger, com maiores carências⁸³⁰. A necessidade de socorros era tanto mais premente quanto D. Fernando havia partido para Ceuta com ordens de contenção de despesas e, por outro lado, tendo em conta que o alcaide de Tetuão, aliado dos Turcos, iria ser atacado por forças do Xerife, o capitão argumentava com a oportunidade de reverter a ocasião em favor dos Portugueses.

No ano seguinte e em contexto algo incerto, a cidade foi atacada pelos “mouros”⁸³¹, tendo Vasco da Cunha ficado ferido⁸³² e D. Fernando logrado resistir devido à ajuda do capitão de Tânger⁸³³. Nesse ano, a ameaça da esquadra turca voltava a pairar, o que motivou D. Catarina a prover aquelas duas praças de tudo o necessário⁸³⁴. De entre as ordens régias seguia um conjunto de normas que estabeleciam rígidos controlos nas entradas e saídas da fortaleza, denotando uma crescente desconfiança no relacionamento com os muçulmanos⁸³⁵. No final do ano, e após ter recebido ordens da rainha para efectuar um resgate⁸³⁶, o filho de D. Afonso de Noronha noticiava que os padres enviados pela rainha à cidade tinham sido capturados

⁸²⁸ Cf. Carta de Jorge Vieira a D. João III, Ceuta, 28.I.1556 – ANTT, CC I-98-101.

⁸²⁹ Cf. FRANCA, Alejandro Correa, *op. cit.*, cap. 20.

⁸³⁰ Cf. Carta de D. Fernando de Meneses a D. Catarina, Ceuta, 17.IX.1557 – PUB. *Sources*, vol. V, doc. XXIII, p. 64.

⁸³¹ Pelo contexto, parece tratar-se dos mouros de Tetuão.

⁸³² Cf. Carta de Vasco da Cunha a D. Catarina, Ceuta, 9.VIII.1558 – PUB. DRUMOND, Isabel e Paulo, *op. cit.*, p. 195. Partimos do pressuposto que Vasco da Cunha detinha algum cargo na cidade, embora não sabemos qual. Possivelmente seria o de adail.

⁸³³ Cf. Carta de D. Fernando de Meneses a D. Catarina, Ceuta, 9.VIII.1558 – ANTT, CC I-102-33.

⁸³⁴ Cf. DRUMOND, Isabel e Paulo, *op. cit.*, pp. 112-113.

⁸³⁵ Cf. *ibidem*, p. 118.

⁸³⁶ Cf. Carta de D. Catarina a D. Fernando de Meneses, s.l, s.d. – ANTT, CSV, vol. X, fl. 8.

pela armada turca, embora os resgates estivessem bem encaminhados⁸³⁷. Graças ao auxílio de Cide Hamet, “O Gago” soubera que o rei de Argel e os Turcos iam avançar sobre Ourão, momento que, graças aos auxílios de D. Francisco Coutinho⁸³⁸, aproveitou para continuar as obras na cidade. Em resposta a esta missiva, a regente enviou as instruções para a concretização do resgate em Velez⁸³⁹.

A preocupação de D. Catarina com a assistência e resgate dos cativos levava-a a proibir D. Fernando de tocar no dinheiro da Misericórdia de Ceuta para fins militares, ordem que, nas cartas, Meneses afirma sempre ter cumprido. Mas, em Outubro de 1559, uma missiva do provedor da Misericórdia acusava D. Fernando de desviar fundos da instituição em proveito dos seus negócios pessoais com a agravante, para a mentalidade da época, de relacionar o filho de D. Afonso de Noronha com o favorecimento de um conhecido cristão-novo da praça⁸⁴⁰. O imperativo de se fazer justiça sobre o caso, enviando um capitão de idade mais avançada, bem como o medo de retaliações por parte de D. Fernando, motivaram o seu autor a escrevê-la secretamente. A reacção de D. Catarina não deverá ter sido a melhor, pois, então, para além de se encontrar empenhada em auxiliar o alcaide de Tetuão contra as forças do Xerife, recebia também uma carta de Bernardim de Carvalho, capitão de Tânger, queixando-se de D. Fernando⁸⁴¹. Porém, a rainha terá adiado a resolução do caso visto 1559 ter sido um ano particularmente difícil no âmbito da sua regência⁸⁴².

Entretanto, Meneses dava provas do seu empenho na resolução dos problemas dos cativos, solicitando à regente mais esmolas para estes e sugerindo que Frei André fosse cuidar dos resgates, enquanto Frei Roque ficaria na cidade prestando auxílio aos cativos estantes em Ceuta⁸⁴³. Apesar de desconhecermos a resposta a este pedido do capitão⁸⁴⁴, tudo aponta para que a regente o tenha satisfeito. O incidente de 1559 não fora, apesar de

⁸³⁷ Cf. Carta de D. Fernando de Meneses a D. Catarina, Ceuta, 13.XII.1558 – ANTT, CSV, vol. X, fls. 48-49.

⁸³⁸ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. Francisco Coutinho” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

⁸³⁹ Cf. Carta de D. Catarina a D. Fernando de Meneses, s.l., s.d. – ANTT, CSV, vol. X, fls. 53-53v.

⁸⁴⁰ Cf. Carta do Provedor da Misericórdia de Ceuta a D. Catarina, Ceuta, 29.X.1559 – ANTT, CC I-103-127. Infelizmente, a carta encontra-se em mau estado o que não permitiu o apuramento de mais dados.

⁸⁴¹ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Portugal cuidadoso, e lastimado com a vida, e perda do senhor rey D. Sebastião, o desejado de saudosa memoria*, Lisboa Ocidental, na oficina de António de Sousa da Sylvam, 1732, liv. I, cap. 5.

⁸⁴² Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. Catarina...*, pp. 340-342.

⁸⁴³ Cf. Carta de D. Fernando de Meneses a D. Catarina, Ceuta, 6.V.1560 – ANTT, CC I-104-20.

⁸⁴⁴ Por outra carta, D. Fernando pedia formalmente a autorização pois na carta anterior tratava-se de uma sugestão. Cf. Carta de D. Fernando de Meneses a D. Catarina, Ceuta, 6.V.1560 – ANTT, CC I-104-21.

tudo, esquecido e, em 1561, reacendeu-se da pior forma. Em Abril desse ano, D. Fernando informava a rainha sobre a derrota de uma armada turca, embora não fornecesse grandes pormenores⁸⁴⁵. Já ao pai, em carta do mesmo dia, “O Gago” noticiava que os Turcos iriam atacar Melilha e que ele iria embarcar para o Reino, razão pela qual lhe pedia que comunicasse à regente o sucedido⁸⁴⁶. O motivo do seu embarque não era mencionado mas, por carta posterior de D. Afonso, percebe-se que D. Fernando temia pela sua vida. Apresentando-se como “seu verdadeiro criado”⁸⁴⁷, o Noronha rogava à rainha que retirasse D. Fernando da cidade, onde este se encontrava há 4 anos, “com muitas fomes e muito gasto”⁸⁴⁸. Provavelmente ferido na sua honra, D. Fernando terá embarcado pois o pai apontava na missiva que a regente deveria mandar averiguar o caso das queixas sobre D. Fernando, ao invés de dar ouvidos a quem não devia.

Insatisfeita com a atitude de Meneses, a rainha incumbiu D. Afonso da governança da praça, tendo o Noronha partido para esta em data que desconhecemos com exactidão⁸⁴⁹. Tal sucedeu porque D. Fernando se escusara a combater os Turcos, tendo D. Catarina optado por enviar o pai “por ser cavalheiro de mayor experiencia, e resolução para despertar, e advertir, com poderes amplos de ser obedecido em tudo”⁸⁵⁰. Uma vez ali chegado, o experiente Noronha deu conta à regente de como os Turcos estantes em Tetuão haviam debandado, sabendo da sua presença, e de como o alcaide da cidade temia que fosse em pessoa conquistá-la⁸⁵¹. Os habitantes de Tetuão, ainda ameaçados pelas forças do Xerife, com quem os Portugueses se encontravam em negociações para efectuarem mais resgates, preferiam que a cidade fosse ocupada pelos lusos do que pelas forças sáadidas. Numa altura em que, em Fez, se preparava um novo exército para marchar contra Tetuão, D. Afonso sugeria à rainha que enviasse o seu filho para conquistar a cidade, antes que os Turcos tirassem partido da situação, ocupando a praça. Desconhecemos se D. Fernando regressou a Ceuta de imediato mas o certo é que, se o fez, não foi da forma desejada pelo pai.

Em carta ao secretário Pêro de Alcáçova Carneiro, o Noronha, partido para Ceuta a contragosto, depreendendo-se que por considerar que após o seu vice-reinado seria digno de mais do que do cargo de “mero” capitão de

⁸⁴⁵ Cf. Carta de D. Fernando de Meneses a D. Catarina, Ceuta, 24.IV.1561 – ANTT, CC I-104-111.

⁸⁴⁶ Cf. Carta de D. Fernando de Meneses a D. Afonso de Noronha, Ceuta, 24.IV.1561 – ANTT, CC I-104-112.

⁸⁴⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Santarém, 27.IV.1561 – ANTT, CC I-104-106, fl. 1.

⁸⁴⁸ Cf. *ibidem*.

⁸⁴⁹ Avaliando por acontecimentos posteriores, calculamos que deverá ter partido em finais de Julho de 1561.

⁸⁵⁰ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *op. cit.*, liv. I, cap. 5, p. 29.

⁸⁵¹ Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Ceuta, 2.VIII.1561 – ANTT, CC I-105-13.

Ceuta, relatava com amargura a forma injusta como considerava ter sido tratado pela rainha⁸⁵². Agradecendo todos os serviços que já lhe havia prestado, solicitou ao secretário que procurasse impedir a regente de tirar o filho da capitania de Ceuta pois tal seria “maior afronta que mandarme por a vergonha no pelourinho de lixboa”⁸⁵³. Não só já havia controlado a ira do filho face a D. Catarina, como afirmava estar disposto a defendê-lo até ao fim. Se bem que uma vez mais, os dados disponíveis não permitam esclarecer totalmente o que então se passou, estamos convictos que a manobra cortesã encetada por D. Afonso terá colhido frutos, pois sabe-se que D. Fernando de Meneses apenas veio a ausentar-se de novo da cidade, em 31 de Março de 1562, deixando-a a cargo de João Álvares de Azevedo, contador dos ofícios de Tânger⁸⁵⁴. Uma versão incompleta do caso narra o arrependimento da regente com a decisão tomada para com D. Fernando, o qual teria levado a rainha a ordenar um inquérito ao que se passara, pedindo desculpas formais a D. Fernando que logo de seguida fora empossado de novo da capitania⁸⁵⁵. Quanto a D. Afonso a reprimenda que se lhe dera fora motivada por ter deixado os habitantes da cidade desamparados na saída que fizera⁸⁵⁶.

Ainda nesse ano, marcado pelo cerco de Mazagão⁸⁵⁷, a ameaça de 25 galés turcas à cidade foi contida e D. Fernando pelejou novamente contra os “mouros”⁸⁵⁸, derrotando-os em batalha, embora o seu exército debandasse, facto este ocorrido aquando do seu regresso à cidade em Agosto de 1562⁸⁵⁹. Uma nova ausência verificou-se no Outono de 1562, provavelmente devido à organização das Cortes desse ano, nas quais o marquês de Vila Real e D. Afonso estiveram presentes. Mas, tudo indica que D. Fernando tenha governado a cidade até à vinda de D. Pedro da Cunha, em 1564, pois o marquês D. Miguel, ali chegado em Dezembro de 1562, não permaneceu nesta durante muito tempo por motivo de doença, assumindo D. Fernando o governo interino⁸⁶⁰.

Porém, na sequência da manobra cortesã encetada, D. Afonso alcançou ainda uma outra relevante mercê que muito provavelmente já vinha a acalentar antes. Provavelmente após o falecimento de D. Francisco de Gusmão, ocorrido a 25 de Fevereiro de 1558, D. Afonso de Noronha passara a ser o novo mordomo-mor da Infanta D. Maria. No entanto, não lhe fora passada

⁸⁵² Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a Pêro de Alcáçova Carneiro, Ceuta, 28.VIII.1561 – ANTT, CC I-105-25.

⁸⁵³ Cf. *ibidem*, fl. 1v.

⁸⁵⁴ Cf. DORNELAS, Afonso de, *op. cit.*, pp. 119-120. Cf. BNP, *Colecção Pombalina*, cód. 647, fl. 1.

⁸⁵⁵ Cf. BA, códice 49-XI-77, fl. 24v.

⁸⁵⁶ Cf. *ibidem*.

⁸⁵⁷ Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. Catarina...*, pp. 345-346.

⁸⁵⁸ Uma vez mais presumimos serem os mouros de Tetuão.

⁸⁵⁹ Cf. FRANCA, Alejandro Correa, *op. cit.*, cap. 20.

⁸⁶⁰ Cf. *ibidem*.

qualquer carta de nomeação para o ofício, razão pela qual o Noronha se encontrava na corte durante estes anos. Em face do conflito que o opôs a D. Catarina é bem provável que D. Afonso tenha recorrido à protecção da infanta D. Maria pois por documento de 22 de Julho de 1562 este alcançou o compromisso da Coroa de o nomear formalmente para o cargo. Como por então este não lhe podia ser atribuído por motivo não referido, ficava a promessa uma vez que D. Afonso já o exercia informalmente há dois anos. Mas, o mais importante neste documento é revelar que D. Afonso só alcançara esta mercê devido à intercessão da Infanta D. Maria junto da regente. O cronista Frei Miguel Pacheco afirma que a Infanta terá argumentado com a necessidade de premiar os serviços de D. Afonso desde que regressara da Índia, uma vez que considerava que não tinham sido devidamente remunerados, e insere esta atitude da Infanta no extremo zelo que costumava demonstrar na hora de recompensar os seus servidores. A ser verídico o episódio, demonstra uma vez mais a capacidade de influência cortesã detida pelo Noronha e como a rainha poderia ter algo a perder caso D. Afonso escapasse da sua órbita. Relembre-se que este facto sucedeu no ano em que se iriam realizar as Cortes que decidiriam a mudança da regência nas quais D. Afonso teria assento e direito de voto. Deste ponto de vista, não conviria à regente perder o apoio de um antigo servidor.

Desta forma, Ceuta marcou de novo os horizontes da vida de D. Afonso e da sua família, embora não da melhor forma. O fim da estadia de D. Fernando em Ceuta, não significou, contudo, que outros filhos de D. Afonso e membros da Casa de Vila Real, já durante o governo efectivo de D. Sebastião, entre 1568 e 1578, não viessem a demandar o Norte de África. Porém, em Novembro-Dezembro de 1562, a reunião das Cortes do Reino afigurou-se como um momento de definição de estratégias e prioridades para a Casa de Vila Real, motivo que cremos, terá levado D. Afonso a manifestar a sua intenção de sair da cidade. As suas ambições pessoais conjugadas com o desejo de maior intervenção política a isso o poderão ter impellido, visto que após o final da regência de D. Catarina, o Noronha apostou claramente na estabilidade da sua descendência.

V.3. Assegurar uma descendência (1562-1573/1581): a consolidação patrimonial e as políticas matrimoniais

Os anos finais da vida de D. Afonso, compreendidos entre 1562 e 1573, datas, respectivamente, do último acontecimento político de vulto para a vida do Reino no qual sabemos ter participado, e da sua morte, foram marcados pela tentativa de consolidação do património que adquirira, desde pelo menos a década de 1530. Essa consolidação foi acompanhada pela concretização dos casamentos dos seus filhos. Assim, ao falecer em Janeiro de 1573, o Noronha podia, a despeito das disputas sucessórias que o seu falecimento originou, considerar que deixava a vida dos seus filhos minimamente

encaminhada. A abundância de documentos de chancelaria para as décadas de 1560 e 1570 relativos a D. Afonso de Noronha e aos seus filhos demonstram esta preocupação, mas denotam também a tentativa de afastamento em relação ao núcleo titular da Casa de Vila Real. Esta realidade não deverá constituir surpresa pois, apesar de no caso da criação da Casa de Linhares, em 1525, se ter anotado a pressão exercida pelos marqueses de Vila Real para o seu surgimento, também é sobejamente conhecido que D. António de Noronha, 1.º conde de Linhares (1525-1551), procurou depois, todos os meios para se autonomizar da Casa de Vila Real. O mesmo veio a suceder quando o 3.º conde de Linhares, D. Fernando de Noronha, faleceu em 1608, sem herdeiros, deixando o título e Casa a um descendente de D. Afonso de Noronha⁸⁶¹, a fim de evitar que o condado de Linhares fosse integrado no já então ducado de Vila Real.

Resta, assim, analisar os percursos dos familiares mais directos de D. Afonso de Noronha. Do casamento de D. Afonso com D. Maria de Eça resultou uma prole de cinco filhos, apesar de D. Afonso numa das suas missivas fazer referência a seis filhos⁸⁶²: D. Fernando de Meneses, D. Miguel de Noronha, D. João de Eça, D. Jorge de Noronha e D. Catarina de Eça. Pelo facto de D. Fernando de Meneses ser referido como “mancebo”, tanto no Oriente como depois durante a sua estadia na capitania de Ceuta, calculamos que o casal tenha começado a ter descendentes imediatamente após o casamento, apesar de desconhecermos todas as datas de nascimento e morte dos seus filhos.

Quanto ao primogénito D. Fernando, acerca do qual se adiantaram alguns dados, há conhecimento que casou duas vezes, das quais não teve descendência: D. Maria de Vilhena, filha do senhor de Unhão, Manuel Teles de Meneses, e de D. Margarida de Vilhena⁸⁶³; D. Antónia de Mendonça, filha de Manuel de Melo Coutinho, comendador de Torrados na Ordem de Cristo e vedor da princesa D. Maria, esposa de Filipe II⁸⁶⁴. Desconhecem-se as datas dos enlaces mas, ao partir para Ceuta, D. Fernando já era casado com D. Antónia⁸⁶⁵; esta fez-se freira após a morte do marido, em data posterior a 1573.

D. Miguel de Noronha, o secundogénito do casal, consorciou-se com D. Joana de Vilhena, filha do comendador-mor da ilha de Santa Maria, D. Francisco Coutinho, e de D. Filipa de Vilhena, filha de D. Diogo Lobo, 2.º barão do Alvito⁸⁶⁶. Deste matrimónio resultou uma vasta prole, entre a qual

⁸⁶¹ Trata-se de D. Miguel de Noronha, 4.º conde de Linhares, o qual era bisneto de D. Afonso. Para esta questão e a descendência de D. Afonso consulte-se a Genealogia 2.

⁸⁶² Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. Catarina, Cochim, 27.I.1552 – PUB. *DPMAC*, vol. III, doc. 20, p. 260.

⁸⁶³ Cf. *História Genealógica*, tomo V, p. 122.

⁸⁶⁴ Cf. *ibidem*.

⁸⁶⁵ Esta recebeu ordem de embarque para Ceuta em 1557 (cf. nota 827).

⁸⁶⁶ Cf. *História Genealógica*, tomo V, p. 123.

cabe destacar o primogénito D. Afonso de Noronha. Este foi o vice-rei da Índia, nomeado em 1621 para suceder ao governador Fernão de Albuquerque, falecido na viagem para o Oriente, tendo ainda sido o pai de D. Miguel de Noronha, 4.º conde de Linhares, vice-rei da Índia entre 1629 e 1635, depois feito por D. Filipe III duque de Linhares⁸⁶⁷.

Acerca de D. João de Eça nada se sabe, excepto que foi cônego em Ceuta, sendo provável que o fosse desde o tempo da capitania de D. Afonso. Quanto a D. Jorge de Noronha consorciou-se com D. Isabel de Mendonça, herdeira do capitão da vila da Praia, na ilha Terceira, Antão Martins Homem, não se conhecendo descendência do casal⁸⁶⁸. Por fim, D. Catarina de Eça casou-se com o herdeiro do marquês de Ferreira, D. Rodrigo de Melo, em 1573, mas faleceu em Outubro desse ano sem descendência⁸⁶⁹, vindo o marido a morrer em Alcácer Quibir.

À data do falecimento de D. João III, D. Afonso de Noronha usufruía, como analisado, de uma tença anual de 160 mil reais, sendo ainda comendador-mor das Olalhas e de São Miguel da Guerra; embora quanto a esta temática a documentação de chancelaria não nos permita avançar com certezas⁸⁷⁰. A tença atribuída pelo *Piedoso* ao seu “sobrinho” justificou-se, em nosso entender, não apenas como remuneração dos seus serviços, mas igualmente como forma de compensar o fidalgo por não ter dado assentamento a todos os seus filhos. Nesta óptica compreendem-se ainda as mercês dispensadas a D. Fernando de Meneses. Durante a regência do cardeal D. Henrique e do governo efectivo de D. Sebastião, a família de D. Afonso assistiu à concessão de diversas benesses. Tal situação, quando comparada com os conturbados tempos da regência de D. Catarina, denota um afastamento em relação àquele que foi durante muito tempo um dos maiores apoios da família de D. Afonso, sobretudo, durante os tempos de D. João III.

Aquando das Cortes de 1562 e ao contrário do seu sobrinho, D. Miguel de Meneses, 4.º marquês de Vila Real que apenas chegara a 2 de Dezembro, o Noronha já ali se encontrava desde 12 de Novembro⁸⁷¹. Após uma primeira eleição de seis representantes da nobreza, foi mesmo seleccionado para

⁸⁶⁷ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. Miguel de Noronha” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

⁸⁶⁸ Cf. *História Genealógica*, tomo V, p. 123.

⁸⁶⁹ Cf. *Brasões*, vol. I, p. 463.

⁸⁷⁰ Desconhecemos as cartas de atribuição das comendas a D. Afonso, que poderiam esclarecer este ponto. Apenas se sabe que em 1560, D. Afonso detinha a comenda das Olalhas desde 1548, sendo a comenda de São Miguel da Guerra, no arcebispado de Braga, avaliada em 300 mil reais no ano de 1560. Destes 300 mil reais, 24 mil haviam sido canalizados para o reitor do colégio daquele arcebispado (cf. *Livro das comendas...* – BNP, fls. 30v e 51). O documento não refere a data de concessão desta comenda, mas pelo facto do irmão de D. Afonso, D. Nuno, ter detido uma comenda no arcebispado de Braga, torna-se plausível que D. Afonso tenha recebido esta comenda após ter regressado da Índia possivelmente na sequência do falecimento do irmão, em 1555.

⁸⁷¹ Cf. BA, cód. 44-XIII-42, fl. 24.

representar de novo a nobreza de entre vinte e quatro novos membros⁸⁷². A presença afonsina nas Cortes concretizou-se, partilhando D. Afonso o estrado com os restantes senhores e alcaides de terras do Reino, se bem que sem precedências⁸⁷³. Desconhece-se, porém, o voto que deu. Mas as inclinações da Casa de Vila Real e as suas próprias motivações pessoais e familiares levam-nos a crer que terá optado pela regência henriquina. Não esqueçamos que uma das primeiras decisões do novo regente foi a de agraciar D. Miguel com a tença que tanto reclamava⁸⁷⁴ e que, logo no ano de 1564, dois factos denotam a proximidade da Coroa à Casa: a confirmação da sucessão de D. Manuel de Meneses como 5.º marquês de Vila Real e a nomeação de D. Antão de Noronha para o vice-reinado da Índia.

Do período da regência do cardeal D. Henrique datam ainda algumas tentativas de D. Afonso para deixar 100 mil reais da sua tença ao seu quarto filho, D. Jorge de Noronha, embora os protestos do primogénito, ainda em 1564, tenham feito abortar a intenção do pai⁸⁷⁵. Querendo galardoar a longa carreira de D. Afonso, e num momento próximo das reformas que D. Sebastião encetou nas Ordens Militares⁸⁷⁶, o regente concedeu igualmente ao Noronha a comenda de São João da Castanheira, na Ordem de Cristo, em substituição da comenda de São Miguel da Guerra, mais antiga e menos rendosa⁸⁷⁷. Algures, D. Afonso tinha sido acrescentado em mais 40 mil reais anuais à sua tença, auferindo assim 200 mil reais; por outro lado, o documento, datado de Maio de 1566, previa que enquanto D. Afonso não fosse provido daquela comenda recebesse outros 100 mil reais anuais, e beneficiasse ainda do pagamento de 55 622 reais de dívidas antigas da Coroa a si⁸⁷⁸. Novos privilégios de administração das suas comendas foram atribuídos ao velho fidalgo por D. Sebastião, em Março de 1569⁸⁷⁹.

Para um monarca como D. Sebastião, nascido, crescido e educado num ambiente cortesão marcado pela exaltação dos feitos dos Portugueses no

⁸⁷² Cf. *ibidem*, fl. 24; CRUZ, Maria do Rosário, *op. cit.*, vol. I, pp. 308-309.

⁸⁷³ Ao lado, entre outros, de Martim Afonso de Sousa e D. Estevão da Gama. Cf. *Relações...*, p. 348.

⁸⁷⁴ Cf. CRUZ, Maria do Rosário, *op. cit.*, vol. I, p. 84-85.

⁸⁷⁵ Cf. ANTT, *CDS DH*, liv. 33, fl. 19v, Almeirim, 6.II.1574. Trata-se de um padrão de 50 mil reais de tença a D. Jorge de Noronha.

⁸⁷⁶ O processo de criação das chamadas comendas novas remonta a D. Manuel, mas o governo de D. Sebastião veio trazer novos dados. Cf. OLIVAL, Fernanda, "The Military Orders and the nobility in Portugal, 1500-1800" in separata *Mediterranean Studies*, s.l., XI, 2002, pp. 71-88 e OLIVAL, Fernanda, "Norte de África ou Índia? Ordens militares e serviços (século XVI)" in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, edição coordenada por Isabel Cristina F. Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 769-795.

⁸⁷⁷ Cf. ANTT, *CDS DH*, liv. 20, fl. 337, Lisboa, 16.V.1566. Trata-se de um alvará de tença de 100 mil reais a D. Afonso de Noronha

⁸⁷⁸ Cf. *ibidem*.

⁸⁷⁹ Cf. ANTT, *CAOC*, liv. 1, fl. 136, Almeirim, 7.III.1569. Trata-se de uma carta de procuração.

Norte de África e no Oriente, D. Afonso de Noronha podia afigurar-se como uma figura digna de grande respeito e merecedora de mercês pelo seu currículo militar. Talvez aqui se encontre o motivo de a grande maioria das mercês, até à morte de D. Afonso, datar deste período. Assim, ainda em Dezembro de 1569, D. Sebastião confirmou um aumento na tença de D. Afonso, do tempo de D. João III⁸⁸⁰, permitindo-lhe que, em Abril de 1571, repartisse a sua tença da seguinte forma: 50 mil reais para D. Maria de Eça, 10 mil para o cavaleiro Jerónimo Abreu e os restantes 116 mil para os filhos, em divisão a definir⁸⁸¹. De entre todos os filhos, inequivocamente o melhor posicionado junto do rei e do pai era D. Miguel de Noronha pois, em Julho de 1571, logrou obter de ambos o direito a herdar 50 mil reais de tença anual⁸⁸². Todavia, pouco depois, as despesas com a sua partida provável para Ceuta onde deve ter estado com o primo D. Manuel de Meneses, levaram-no a vender a tença ao irmão D. João de Eça, já na ocasião testamentário da mãe⁸⁸³. O irmão cedo delegou a tença no primogénito de D. Miguel, chamado D. Afonso de Noronha⁸⁸⁴, certamente em honra do avô. Por fim, e último momento em que se vislumbra a graça régia face a D. Afonso de Noronha, em Julho de 1572, celebrou-se o contrato nupcial de D. Catarina de Eça com D. Rodrigo de Melo nas “casas de D. Afonso de Noronha” em Lisboa⁸⁸⁵. O casamento, prometido desde D. João III, fora autorizado por D. Sebastião, que respondera favoravelmente ao seu pedido para lhe fazer mercê⁸⁸⁶. O dote de 30 mil cruzados para o enlace tinha por garantia a tença de 56 mil reais que o Noronha então auferia e ainda bens de D. Maria de Eça, adiante explicitados⁸⁸⁷.

Já bem próximo da ocorrência da morte de D. Afonso é possível entrever algumas das tensões detectadas anteriormente, designadamente para o episódio do casamento da filha. Com esse fim, D. Maria de Eça concedeu a D. Fernando de Meneses uma procuração de plenos poderes para o tratamento do dote da irmã, para os quais apresentava como garantia os prazos da Golegã e as vinhagas no mosteiro de Lorvão⁸⁸⁸; mas, em Fevereiro de 1572, era o irmão D. Miguel de Noronha quem ficava na posse temporária do

⁸⁸⁰ Tal informação surge-nos num padrão a D. Maria de Eça onde também se estabelece a divisão da tença de D. Afonso pelos seus herdeiros. D. Afonso tinha comprado a D. Pedro de Meneses, 66 mil reais de tença. Cf. ANTT, *CDS DH*, liv. 35, fl. 57v, 21.VIII.1574. Trata-se de um padrão de 56 mil reais a D. Maria de Eça.

⁸⁸¹ Cf. *ibidem*.

⁸⁸² Cf. Alvará de 50 mil reais de tença a D. Miguel de Noronha – ANTT, *CDS DH*, liv. 26, fl. 300v, Lisboa, 25.VII.1571.

⁸⁸³ Cf. Verba de 50 mil reais a D. João de Eça – ANTT, *CDS DH*, liv. 27, fl. 336v, Lisboa, 26.VII.1571.

⁸⁸⁴ Por influência de D. Maria de Eça. Cf. *Ibidem*.

⁸⁸⁵ Cf. ANTT, *15.º cartório notarial de Lisboa*, livro de notas n.º 9 do tabelião Belchior Montalvo, fl. 24.

⁸⁸⁶ Cf. *ibidem*, fl. 26v.

⁸⁸⁷ Cf. *ibidem*, fl. 25-25v.

⁸⁸⁸ Deverá ser de Janeiro de 1562. Cf. *ibidem*, fl. 31, s.l., s.d.

dote⁸⁸⁹. Desconhece-se como terminou o caso do dote de D. Catarina de Eça. O empenho tenaz do Noronha em consorciar a filha com o herdeiro de uma das Casas mais agraciadas por D. Manuel I e por D. João III, os Tentúgal/Ferreira, e que gerara o descontentamento de D. Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, gorou-se logo em 1573, com a morte da filha. No entanto, deverá ser registada a capacidade que D. Afonso teve de o concretizar, a poucos meses de falecer, contrariando-se assim a ideia do seu pouco valimento e pobreza. No cerne de todas estas mercês de D. Sebastião pode estar o ofício de mordomo-mor da Infanta D. Maria, o qual garantiria sempre uma certa proximidade de D. Afonso de Noronha ao *Desejado*.

À data do falecimento de D. Afonso de Noronha, a 2 de Janeiro de 1573, quase todos os seus filhos estavam já encarreirados, sabendo-se que D. Sebastião ainda assistiu, em Alcútem, em Fevereiro de 1573, ao luto da marquesa de Vila Real pela morte do Noronha⁸⁹⁰. D. Fernando de Meneses, por vezes identificado, nas Cortes de 1562, como alcaide-mor de Castelo Branco, embora julguemos que erradamente⁸⁹¹, apesar dos agravos com D. Catarina, procurou que esta partilhasse o poder com o cardeal. As suas simpatias pelo inquisidor-mor tornaram-se pouco depois certas visto que, em Junho de 1567, foi oficialmente nomeado conselheiro do rei e, desta vez, identificado como filho de D. Afonso⁸⁹². À morte do pai, herdou a comenda das Olalhas e, apesar de em 1574 ser possível que tenha participado num ataque a Larache⁸⁹³, não deve ter vivido até Alcácer Quibir. Em Agosto de 1573 passou à mulher, D. Antónia de Mendonça, um padrão de tença de 100 mil reais, delegando-lhe o direito à comenda das Olalhas⁸⁹⁴. Durante o ano de 1574, diversas complicações, envolvendo o processo de reforma das Ordens Militares, encetado pelo *Desejado*⁸⁹⁵, determinaram que não pudesse herdar a comenda das Olalhas, ficando apenas com a de São João da Castanheira⁸⁹⁶.

⁸⁸⁹ Cf. *ibidem*, fls. 32-32v, s.l., 8.II.1572.

⁸⁹⁰ Cf. CASCÃO, João, “Relação da jornada de el-rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora” in LOUREIRO, Francisco de Sales, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve: a alteração das linhas de força da política nacional*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p. 123. Agradeço esta informação à Prof. Doutora Maria Augusta Lima Cruz.

⁸⁹¹ A chancelaria não guarda, relativamente ao primogénito de D. Afonso, qualquer mercê que o identifique enquanto tal. O alcaide-mor de Castelo Branco, outro D. Fernando de Meneses, tinha um filho chamado D. Diogo de Meneses (MACHADO, Diogo Barbosa, *op. cit.*, tomo III, liv. I, cap. II). O D. Fernando de Meneses, filho de D. Afonso de Noronha, como referido, faleceu sem deixar descendência.

⁸⁹² Cf. nota 825 para o documento do tempo de D. João III. Carta de conselheiro de D. Fernando de Meneses – ANTT, *CDS DH (Privilégios)*, liv. 9, fl. 160, Lisboa, 11.VI.1567.

⁸⁹³ Não surge identificado. Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *op. cit.*, liv. III, cap. IV.

⁸⁹⁴ Esta informação surge em ANTT, *CDS DH*, liv. 34, fl. 46, Lisboa, 17.X.1574. Trata-se de um Padrão de tença de 100 mil reais de tença a D. Fernando de Meneses.

⁸⁹⁵ Cf. nota 876.

⁸⁹⁶ Esta informação surge em ANTT, *CDS DH*, liv. 34, fl. 46, Lisboa, 17.X.1574. Trata-se de um padrão de tença de 100 mil reais de tença a D. Fernando de Meneses

Quem terá beneficiado de tudo foi já a sua mulher uma vez que não conhecemos mais referências ao primogénito de D. Afonso de Noronha.

Sobre a interessante figura de D. Miguel de Noronha, avô do homónimo vice-rei da Índia e 1.º duque de Linhares, também as informações são vagas, apesar de apontarem para uma grande proximidade com D. Sebastião. Logo em 1560, surge como detentor da comenda de São Martinho de Ranhados, na Ordem de Cristo⁸⁹⁷. Em 1565, aquando das festas organizadas em Lisboa por ocasião da partida de D. Maria de Bragança⁸⁹⁸ para o seu enlace em Itália com Alexandre Farnese, D. Miguel surge referenciado como capitão de uma das quatro companhias participantes no desfile⁸⁹⁹. Devido à provável morte do irmão em 1574, foi comendador das Olalhas e de São João da Castanheira⁹⁰⁰. Em Abril de 1575, recebeu de D. Sebastião carta de conselheiro⁹⁰¹, sendo possível que já tivesse algum assentamento que a chancelaria não esclarece, visto que, em Dezembro de 1575, renunciou em D. Maria de Lemos 20 mil reais anuais da sua tença de 102 mil⁹⁰². Por documento de 8 de Outubro de 1577 passado em Lisboa, o monarca nomeou-o capitão em Alcácer-Quibir⁹⁰³, surgindo nas crónicas mencionado como coronel. O número de homens que comandou o único descendente de D. Afonso em Alcácer-Quibir varia consoante as fontes⁹⁰⁴, assim como o papel que lhe é atribuído durante a batalha⁹⁰⁵, mas todas concordam que ficou cativo. Umam afirmam que chegou a ser um dos primeiros a reconhecer o corpo de

⁸⁹⁷ Cf. *Livro das comendas...* – BNP, fls. 91-91v. Esta comenda localizava-se no arcebispado de Lamego, sendo avaliada em 120 mil reais em 1560, dos quais tinham sido apartados 24 mil para o reitor do colégio daquele arcebispado.

⁸⁹⁸ D. Maria de Bragança/Portugal (1538-1577) era filha do infante D. Duarte, 4.º duque de Guimarães e irmão de D. João III, e de D. Isabel de Bragança, primeira filha da união entre D. Jaime (1479-1532), 4.º duque de Bragança, e D. Leonor de Mendoza, da Casa castelhana de Medina-Sidónia.

⁸⁹⁹ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *op. cit.*, tomo II, liv. II, cap. XIII. Agradeço esta informação à Prof. Doutora Maria Augusta Lima Cruz.

⁹⁰⁰ Cf. *Título dos Noronhas*, fl. 97.

⁹⁰¹ Cf. Carta de conselheiro a D. Miguel de Noronha – ANTT, *CDS DH (Privilégios)*, liv. 27, fl. 336v, Lisboa, 26.VI.1571.

⁹⁰² Cf. Aposta de 82 mil reais de tença a D. Miguel de Noronha – ANTT, *CDS DH*, liv. 34, fl. 185v, Almeirim, 7.XII.1575.

⁹⁰³ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de D. Sebastião (1568-1573)*, 2.ª edição, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1987, p. 437. Agradeço esta informação à Prof. Doutora Maria Augusta Lima Cruz.

⁹⁰⁴ Varia entre 4000 (cf. SOARES, Pero Roiz, *Memorial*, leitura e revisão de M. Lopes de Almeida, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1953, cap. 42), 3000 (cf. “Colectânea de documentos acerca de D. Sebastião” in *Stvdia*, edição de Luciano Ribeiro, n.º 5, 1960, p. 247), 2500 (cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *op. cit.*, tomo IV, liv. I, cap. XVII) e 500 (cf. SOUSA, Manuel de Faria e, *Historia del Reyno de Portugal*, Ambers, em casa de Juan Baptista Verdussen, 1680, p. 308).

⁹⁰⁵ Para uns combate desde o início (cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *op. cit.*, liv. V, cap. XVII), e para outros foi frouxo (cf. SANTOS, Frei Manuel dos, *op. cit.*, liv. II, cap. XXXVII).

D. Sebastião⁹⁰⁶, enquanto a maioria concorda que foi nomeado pelo Xerife para vir ao Reino negociar os resgates com D. Henrique. Nos anos de 1579, 1580 e 1581 foi uma figura-chave na construção política do Portugal dos Áustrias, comandando as forças do reticente D. Manuel de Meneses⁹⁰⁷ e procurando, pouco depois, concorrer com o valimento de D. João da Silva, conde de Portalegre⁹⁰⁸, junto de D. Filipe I. É, pois, plausível que o seu posterior ofício de aposentador-mor e copeiro-mor de D. Filipe I, assim como o seu governo de Ceuta⁹⁰⁹ tenham lançado as bases para as carreiras do filho, D. Afonso de Noronha, e do sobrinho, D. Miguel de Noronha.

Quanto a D. Jorge de Noronha tudo indicia que não tenha chegado a herdar os 50 mil reais que o pai lhe consignara, devido à oposição do irmão D. Fernando, pois em Fevereiro de 1570, D. Sebastião assentou-lhe 60 mil reais de tença⁹¹⁰. Sempre próximo do *Desejado*, acompanhou-o nas suas duas jornadas africanas, indo com ele a Ceuta uma das vezes⁹¹¹. Ali serviu mesmo uma comenda, durante a capitania do primo D. Manuel de Meneses⁹¹². Apenas a doença o reteve em Arzila e o impediu de acompanhar o soberano a Alcácer-Quibir⁹¹³, mas, após a morte do rei, foi um adepto incondicional da causa de D. Filipe I. De facto, foi dos primeiros a ceder à acção corruptora de D. Cristóvão de Moura⁹¹⁴ e convenceu D. Manuel de Meneses a aderir à causa filipina⁹¹⁵, quem sabe se não mesmo negociando as mercês que a Casa recebeu, depois de 1581, em especial, o desde sempre almejado título ducal. Promoveu ainda um encontro fracassado com o Prior do Crato⁹¹⁶ e, sobretudo, afastou o primo deste, garantindo assim o sucesso da investida filipina⁹¹⁷. Sem descendência, morreu pouco depois.

Por fim, duas notas finais impõem-se para mencionar os diferentes destinos de D. Maria de Eça e de D. André de Noronha. Quanto a D. Maria, há que destacar a sua proximidade a D. Catarina devido à aposta de juro que

⁹⁰⁶ Cf. *Ibidem*, liv. II, cap. XL.

⁹⁰⁷ Cf. Carta do duque de Alba a Gabriel Zayas, s.l., 10.VIII.1580 – *CDIHE*, vol. XXXII, pp. 571-574.

⁹⁰⁸ Cf. Carta do duque de Alba a Gabriel Zayas, Lisboa, 29.IV.1581 – *CDIHE*, vol. XXXIV, pp. 279-280.

⁹⁰⁹ Cf. *História Genealógica*, tomo V, p. 123. Desconhecemos as datas em que foi capitão de Ceuta.

⁹¹⁰ Cf. Alvará de 60 mil reais de tença a D. Jorge de Noronha – ANTT, *CDS DH*, liv. 26, fl. 219v, Lisboa, 25.II. 1570.

⁹¹¹ Cf. *Títulos dos Noronhas*, fl. 98.

⁹¹² Cf. *História Genealógica*, tomo V, p. 123.

⁹¹³ Cf. *ibidem*.

⁹¹⁴ Cf. POLÓNIA, Amélia, *D. Henrique*, s.l., Círculo de Leitores, 2005, p. 222.

⁹¹⁵ Cf. Carta de D. Cristóvão de Moura a D. Filipe I, s.l., 14.IV.1579 – *CDIHE*, vol. VI, pp. 245-249; Carta de D. Filipe I a D. Cristóvão de Moura, s.l., 24.IV.1579 – *CDIHE*, vol. VI, pp. 275-278.

⁹¹⁶ Cf. POLÓNIA, Amélia, *op. cit.*, p. 237.

⁹¹⁷ Cf. nota 915.

recebeu da regente, em Outubro de 1559⁹¹⁸, posteriormente confirmada pelo cardeal regente, em Junho de 1563⁹¹⁹. Mas, mais notável, foi a forma como se apropriou de toda a anterior tença de D. Afonso. Começando por receber deste 56 mil reais de tença⁹²⁰, através de um conflito com D. Fernando de Meneses e com D. Miguel de Noronha, assenhoreou-se dos restantes 116 mil reais de tença e até dos restantes 56 mil reais consignados ao sobrinho D. Afonso de Noronha⁹²¹. É crível que tenha morrido pouco depois, desconhecendo-se o destino dos seus bens.

Outra figura relevante e cuja influência não deve ser menosprezada é a do bispo de Portalegre, D. André de Noronha, que poderá ter contribuído para a nomeação vice-real do irmão D. Antão, em 1564. Consultador da Mesa de Consciência e Ordens e anterior prelado da Igreja Matriz de Caminha onde, aliás, fundou o mosteiro da Misericórdia dos freires franciscanos, D. André de Noronha fora o deão de capela do príncipe D. João⁹²². Com a morte do *Piedoso*, foi defensor da regência da rainha, sendo recompensado com o recentemente criado bispado de Portalegre quando D. Catarina deste transferiu D. Julian de Alva para Miranda⁹²³. Nas Cortes de 1562, foi a segunda figura da Igreja Portuguesa, seguindo o arcebispo de Lisboa⁹²⁴. Em 1569, foi o testamenteiro de D. Antão de Noronha, tendo sido igualmente próximo de D. Sebastião que o fez seu conselheiro, em Dezembro de 1570⁹²⁵, fixando-lhe ainda uma tença de 250 mil reais⁹²⁶. No início do reinado de D. Henrique foi a figura que lhe lançou a água benta na cerimónia da sua aclamação⁹²⁷. Porém, e tal como os primos, foi um apoiante da causa de D. Filipe I acabando, em 1581, por ser nomeado para o bispado de Placencia, em Castela, onde faleceu em 1586⁹²⁸.

Apesar de não termos prolongado o nosso estudo ao período da União Dinástica, é possível concluir como e quanto, os diferentes ramos da Casa de

⁹¹⁸ Cf. Aposta de juro de 100 mil reais a D. Maria de Eça – ANTT, *CDS DH*, liv. 7, fl. 54, s.l., 24.X.1559.

⁹¹⁹ Cf. Padrão de 100 mil reais de juro a D. Maria de Eça – ANTT, *CDS DH*, liv. 2, fl. 474v, s.l., 1.VI.1563.

⁹²⁰ Cf. Padrão de 56 mil reais de juro a D. Maria de Eça – ANTT, *CDS DH*, liv. 35, fl. 57v, Lisboa, 21.VIII.1574.

⁹²¹ Cf. *ibidem*.

⁹²² Cf. CRUZ, Maria do Rosário, *op.cit.*, vol. II, p. 42.

⁹²³ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *op.cit.*, tomo I, liv. II, cap. XXX.

⁹²⁴ Cf. *Ibidem*, tomo II, liv. I, cap. XII.

⁹²⁵ Cf. Carta de conselheiro a D. André de Noronha – ANTT, *CDS DH (Privilégios)*, liv. 2, fl. 193v, Lisboa, 10.XII.1570.

⁹²⁶ Cf. Padrão de 250 mil reais de juro a D. André de Noronha – ANTT, *CDS DH*, liv. 29, fl. 9, Lisboa, 15.I.1572.

⁹²⁷ Cf. MOURA, Miguel de, *Chronica do cardeal rei D. Henrique e Vida de D. Miguel de Moura, escripta por elle mesmo*, anotações da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, Lisboa, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1840, cap. XVIII.

⁹²⁸ Cf. ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, edição de Damião Peres, vol. III, Lisboa, Livraria Civilização, 1968, pp. 644-645.

Vila Real beneficiaram com a União Dual. Do ponto de vista de D. Afonso, que não assistiu a esses eventos, os seus últimos tempos foram marcados pela tentativa de consolidação do que adquirira durante toda a sua vida. Tratava-se, afinal, do percurso habitual de qualquer fidalgo que construía uma carreira cortesã e ultramarina, como foi o caso do Noronha: a perspectiva de enriquecimento pessoal, sempre aliada ao engradecimento pessoal e linhagístico, levavam à tentativa de estabilização patrimonial. No caso de D. Afonso de Noronha, cremos possível que tenha mesmo almejado a um título condal. Não só tinha um currículo que o permitia, como e mais relevante que tudo, era senhor de terras e comendador. O que faltava então para ser feito conde? Tal como tantos outros homens que aspiraram a essa mercê é assaz conhecido como os meados da centúria quinhentista assistiram a um afunilamento das titulações⁹²⁹. Além disso, é conhecido como as figuras da expansão durante a dinastia de Avis, com excepção de D. Vasco da Gama, nunca alcançaram títulos. A rápida morte de D. João III, aquando do seu regresso, as disputas da nobreza durante as regências de D. Catarina e de D. Henrique e, por fim, a política “africana” de D. Sebastião, não propiciaram a D. Afonso essa hipótese. A crescer, estava ainda a sua origem familiar. O facto de provir de uma família que em três casos concretos, D. Fernando de Meneses, D. Pedro de Meneses e D. Nuno Álvares Pereira de Noronha, já reclamara títulos sem os alcançar, certamente não jogou a favor de D. Afonso.

Por todas estas circunstâncias, entendemos que os últimos anos de D. Afonso de Noronha não foram passados na pobreza, como Couto afirma, mas provavelmente numa expectativa constante de, no caso de não alcançar o desejado título, um dos seus filhos um dia o obter. E, de facto, essa meta foi atingida mais tarde, quando D. Miguel de Noronha, em 1608, foi reconhecido por D. Filipe II como 4.º conde de Linhares, num contexto de União Dinástica. Para tal, contribuíram os acidentes da História é certo, mas relembrem-se também os serviços de gerações inteiras de Noronhas, entre os quais se encontrava o presente fidalgo. Finalmente, esboçada uma conclusão sobre a importância de D. Afonso de Noronha para a história da sua Casa, necessitando esta ainda de mais estudos biográficos de outras figuras, é momento de rumar de novo a Oriente e procurar perceber a importância do seu vice-reinado na década de 1550 e, em especial, para a História do Estado da Índia no século XVI.

⁹²⁹ Durante o reinado de D. Sebastião apenas foi concedido um título novo: conde da Calheta a Simão Gonçalves da Câmara, irmão do mestre do monarca, o jesuíta padre Luís Gonçalves da Câmara. Sobre a evolução das titulações veja-se: OLIVEIRA, Luís Filipe, RODRIGUES, Miguel Jasmins, “Um processo...” in *op. cit.*

CONCLUSÃO

O vice-reinado de D. Afonso de Noronha, rico em relevantes eventos políticos e militares, parece-nos ter constituído um momento importante na História do Estado da Índia no século XVI, se bem que, quando comparado com o mandato de outros governadores, não tenha sido valorizado na memória historiográfica com o devido realce uma vez que esta dele guardou apenas pequenas referências⁹³⁰. No entanto, julgamos demonstrado que a especificidade dos termos da nomeação de D. Afonso de Noronha, em 1549-50, atesta, por si só, a importância deste vice-rei. Como mencionado, a partir dele todos os nomeados em Lisboa passaram a receber o título de vice-rei, parâmetro que novamente convida a encarar o quadriénio afonsino com redobrada atenção, obrigando a recolocar as questões enunciadas na Introdução: até que ponto este vice-reinado não espelhou um ponto de chegada e um ponto de partida? Em que medida a difícil transição da década de 1540 para a década de 1550, não espelha a presença de novas lógicas em afirmação, das quais uma das mais visíveis foi, sem dúvida, a territorialização? Não seriam, afinal, os tons de “crise” de meados deste século que a historiografia tendeu a ver neste período a manifestação mais premente dessas mudanças?

Na verdade, a análise da política afonsina no Oriente conduz-nos a encará-la, em certos aspectos, como um ponto de chegada e um ponto de partida. Um claro exemplo, é-nos fornecido pelas Praças do Norte, com especial destaque para Diu. Defendemos que as vitórias alcançadas por D. João de Castro durante o seu governo foram incompletas e, a título de prova, demonstrámos que em 1551-52 estava em curso a preparação de um terceiro cerco àquela praça. A manifesta interdependência, ao longo do vice-reinado de D. Afonso de Noronha, entre a política de combate aos Turcos e a política

⁹³⁰ Uma exceção ao afirmado deve ser feita para o caso do Padre Georg Schurhammer o qual, na sua biografia de Francisco Xavier (cf. SCHURHAMMER, Georg S.J., *Francis Xavier...*), analisa com interessante detalhe a figura de D. Afonso. Saliente-se ainda a atenção que Pinheiro Chagas, na viragem para o século XX, prestou ao Noronha (cf. CHAGAS, Manuel Pinheiro, *Historia de Portugal popular e ilustrada*, 3.^a edição, vol. IV, Lisboa, Empresa da Historia de Portugal, 1900, pp. 60-75).

seguida nas Praças do Norte, teve como consequência a estabilização da presença lusa em Diu. O que não se afirmou foi que, no momento preciso em que tal sucedeu – Abril de 1555 – durante o consulado de D. Pedro Mascarenhas, e sem que os contemporâneos disso tivessem consciência, se encerrava uma fase na História do Estado da Índia, iniciada em 1518, quando D. Manuel I ordenou, por regimento a Diogo Lopes Sequeira, a implantação de uma fortaleza em Diu. Porém, ainda mais significativo que essa consolidação foi o fim da ameaça turca àquela praça, não tendo esta jamais sido confrontada com a eminência de ataque dos Turcos. A vitória naval de 1554 contra as forças de Seydi Ali Reis foi, assim, plena de consequências, não só no Golfo Pérsico mas, sobretudo, nas Praças do Norte, demonstrando a inviabilidade dos Otomanos se deslocarem com sucesso até à Índia. Por último, esta vitória, sobre a qual procurámos analisar o papel decisivo desempenhado pelo Noronha, teve consequências nos anos imediatamente seguintes, assistindo-se à expansão para as Praças do Norte, já referenciada durante os governos de Francisco Barreto e de D. Constantino de Bragança. Em suma, cremos que quanto a esta área, o vice-reinado afonsino inaugurou de facto uma nova fase na História político-militar do Estado da Índia, facilmente confirmada por eventos posteriores.

Uma outra área em que julgamos ter o vice-reinado de D. Afonso de Noronha contribuído decisivamente para a afirmação crescente de novas lógicas, designadamente a territorialização, prende-se com os casos de Ceilão e de Goa. Sobre o primeiro, polémicas à parte quanto à expedição ceilonense de 1551, retratou-se como coube a D. Afonso apresentar ao rei o parecer final sobre a (re)construção de uma fortaleza na ilha. Relembre-se que a presença portuguesa no Ceilão padecia, desde o desmoronamento da fortaleza local, em 1524, ordenado por D. Vasco da Gama, de um conjunto de vicissitudes as quais, já na década de 1540 contribuíram para criar a ideia de que o estabelecimento luso na ilha da canela assumia um carácter de inevitabilidade. Sabe-se que os eventos do governo de D. João de Castro não lhe permitiram concretizar a sua intenção de ir em pessoa à região durante o ano de 1547. Constatou-se ainda a relutância de Garcia de Sá em tratar dos assuntos ceilonenses e como, só com Jorge Cabral, se iniciou um tímido avanço⁹³¹. Uma vez mais recaíu em D. Afonso de Noronha a responsabilidade de ser o agente desse tão propalado estabelecimento na ilha, conforme se viu na carta que enviou ao monarca em 1551. Com essa decisão, e tal como se assinalou, iniciou-se uma nova etapa da presença portuguesa no Ceilão, marcada pela crescente intervenção lusa nos assuntos internos do reino de Kotte. Desta forma, julgamos que a expedição de 1551, a despeito da polémica àcerca da acção do vice-rei, lançou, também aqui, as bases de uma nova fase da História do Estado da Índia.

⁹³¹ Referimo-nos à expedição de D. Jorge de Castro em 1550.

No respeitante a Goa, a forma como D. Afonso de Noronha prosseguiu a fortificação da mesma, a divisão das paróquias de Bârdéz e Salsete, que encetou entre Jesuítas e Franciscanos, e a sua atenta preocupação perante as guerras intestinas dos sultanatos indianos, mormemente se conjugada com a probabilidade de ter sido graças ao Noronha que se mantiveram aqueles dois territórios contíguos à ilha de Goa apesar de não conhecermos documentos que o comprovem, demonstram, como também nesta área D. Afonso gizou uma política de territorialização.

Apenas em relação ao Malabar e à Insulíndia, a política afonsina parece não ter inovado substancialmente em relação às anteriores. No tocante à questão turca importa salientar que a vitória de 1554 surtiu importante efeito para os anos seguintes, apesar de em 1559, D. Antão de Noronha, então capitão de Ormuz, ter de acudir ao cerco do Bahrein, lançado pelas forças otomanas. O facto de nessa época os Turcos já não arriscarem sair do Golfo comprova como, de alguma forma, a vitória de 1554 foi determinante na inibição turca de atacar directamente a Índia Portuguesa. Em breve, as negociações luso-otomanas conduzidas durante a década de 1560, em especial pelo vice-rei D. Francisco Coutinho, 4.º conde de Redondo (1561-1564), viriam a selar essa nova fase.

Outros dois aspectos em que o vice-reinado afonsino se mostrou pleno de consequências para o futuro dizem respeito ao Extremo Oriente e ao Tombo de 1554. Em relação ao Extremo Oriente, apesar de como referido não se conhecerem ordens afonsinas relativas ao estabelecimento em Macau ou a Leonel de Sousa, a forma como o Noronha encarou esta região é digna de nota. Tal como Subrahmanyam afirmou que o Extremo Oriente foi uma das soluções gizadas em plena “crise” de meados de Quinhentos e prosseguida durante todo o terceiro quartel quinhentista para fazer face aos problemas de que então padecia o Estado da Índia⁹³², parece adequado pensar que D. Afonso foi o primeiro vice-rei a interessar-se seriamente pela região, não só apoiando as iniciativas dos Jesuítas por uma questão institucional, mas também por se ter apercebido das potencialidades daquela região⁹³³. Em relação ao Tombo de 1554 é necessário relembrar que apesar de não se conhecer a intervenção de D. Afonso de Noronha na sua elaboração, este representou uma séria tentativa de conter os problemas financeiros da Ásia Portuguesa. Num certo sentido, se abstrairmos as conclusões político-militares enunciadas, poder-se-á mesmo afirmar que a feitura do Tombo representou o elemento mais durável de toda a governação deste vice-rei, sobretudo quando enca-

⁹³² Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático...*, p. 141; SUBRAHMANYAM, Sanjay, “The tail wags the dog or some aspects of the external relations of the Estado da Índia, 1570-1600” in *Moyen Orient & Océan Indien*, n.º 5, 1988, p. 133.

⁹³³ Como este autor também salienta foi a partir dos anos de 1552-53, ou seja, em pleno vice-reinado afonsino, que os navios portugueses começaram a aportar ao Japão com maior regularidade, levando Simão Botelho a escrever em 1554 sobre a riqueza do comércio do Extremo Oriente. Cf. *Idem*, p. 145.

rada na longa duração do século XVI. Tratava-se afinal do elemento a que mais facilmente os homens de Quinhentos podiam fazer reportar uma boa obra deste vice-rei, bem à semelhança do que sucedeu mais tarde com o vice-rei D. Antão de Noronha, desde o seu tempo lembrado como o agente da reforma dos regimentos das fortalezas.

Não menos importante do que já anteriormente foi afirmado e, porventura, mais determinante para a imagem que a historiografia tende a apresentar sobre o Estado da Índia nas décadas de 1550 e 1560, o vice-reinado de D. Afonso de Noronha foi marcado pela crescente afirmação política do poder dos religiosos, com especial enfoque para os Jesuítas. Esta afirmação, que não raras vezes colidia com os interesses políticos dos diversos agentes da Coroa no Oriente, tendeu a ser uma tônica dominante nas décadas seguintes, que tão só o período filipino procurou começar a conter. Se por um lado, a estreita ligação de D. Afonso de Noronha aos Jesuítas e aos Franciscanos prolongou o já sucedido no tempo de outros governadores e vice-reis, por outro, parece-nos ter criado as condições para a instauração de um espírito contra-reformista, até então ainda em esboço. As novas manifestações deste espírito não tardariam a chegar, designadamente durante o vice-reinado de D. Constantino de Bragança, desaguando na organização do Primeiro Concílio Provincial de Goa em 1567.

Assim, e como frequentemente ocorreu na História, os momentos considerados de “crise” podem ser interpretados como períodos de reestruturação e de afirmação de novas lógicas, permitindo-nos afirmar que, afinal, a década de 1550, tão conotada com essa “crise”, não assistiu a mais do que a uma reformulação. Aliás, este cenário coaduna-se com a imagem do restante império português em meados da centúria quinhentista⁹³⁴: um império que crescentemente se territorializa e no qual o espírito de Contra-Reforma conhece uma expansão fulgurante, apoiada inequivocamente por D. João III e, mais tarde, pelas regências de D. Catarina e de D. Henrique.

Em conclusão, o vice-reinado de D. Afonso de Noronha, contextualizado em todas estas vertentes, parece-nos ter sido, de facto, um ponto de partida. Mas, o que se nos afigura mais notável é o facto das lógicas que D. Afonso traçou entre 1550 e 1554 terem sido prosseguidas e aprofundadas pelos seus sucessores, aspecto a registar, pois, não raras vezes, a História do Estado da Índia registou rupturas políticas difíceis de gerir, particularmente em momentos de sucessão⁹³⁵. Note-se, aliás, que a sucessão de D. Afonso de Noronha para D. Pedro Mascarenhas figura entre as poucas que até então

⁹³⁴ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, “O Império Português em meados do século XVI” in *Anais de História de Além-Mar. Homenagem a Luís Filipe Thomaz*, vol. III, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 87-121.

⁹³⁵ Vejam-se os casos das seguintes transições: Afonso de Albuquerque/Lopo Soares de Albergaria, D. Duarte de Meneses/D. Vasco da Gama, D. Henrique de Meneses/Lopo Vaz de Sampaio, Lopo Vaz de Sampaio/Nuno da Cunha, Nuno da Cunha/D. Garcia de Noronha e Martim Afonso de Sousa/D. João de Castro.

não haviam sido particularmente problemáticas. Neste ponto, é admissível que novos estudos sobre a segunda metade da década de 1550 possam vir a sedimentar esta imagem de uma década de “reformulações e reestruturações”, que ensaiámos para o governo afonsino. É também nossa convicção que futuros estudos poderão vir a revelar que a consolidação vivida no Estado da Índia a partir da década de 1550, bem visível nas novas áreas de expansão acima referidas, poderá ter constituído um dos principais motivos explicativos da crise de 1565-1575: a necessidade então sentida pelos diversos potentados orientais de unirem esforços para derrotarem definitivamente os Portugueses após uma década de ininterrupta expansão lusa.

Mas, por ora, ficaremos agradados se tivermos êxito em incutir duas ideias que consideramos fundamentais: a de que D. Afonso de Noronha foi percebido ao seu tempo como um verdadeiro sucessor de D. João de Castro e de como o próprio utilizou essa imagem a seu favor; por último, e não de somenos importância, a de que o seu vice-reinado, além de marcado por uma consolidação geral da presença portuguesa no Oriente, após os seus diversos sobressaltos, lançou novos trilhos que viriam a ser explorados nos anos seguintes. Por estes motivos, consideramos que a figura deste vice-rei não deverá permanecer na sombra devido aos feitos de D. João de Castro, cuja obra nunca foi colocada em causa, tal como poderá acontecer com outras figuras referenciadas na Introdução (Francisco Barreto e D. Constantino de Bragança e D. Antão de Noronha e D. Luís de Ataíde). Por esta razão ainda, apontámos a importância da realização de estudos comparativos entre os diversos vice-reis e governadores.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Documentação manuscrita

Biblioteca da Ajuda

Códices de genealogias:

49-XII-39 – *Famílias de Portugal de Andrade Leitão.*

49-XIII-20 – *Cópia das famílias por Damião de Góis.*

Códices documentais:

44-XIII-42

49-IX-36

49-XI-77

50-IV-1

50-IV-12

50-V-22

50-V-33

51-VI-37

51-IX-9

Biblioteca Nacional de Portugal

Código 1054 – *Título dos Noronhas* da autoria de D. Luiz Lobo, conde de Sarzedas, D. António Noronha e D. António Caetano de Sousa.

Colecção Pombalina, código 647 – *Papeis avulsos.*

Código 886 – *Notícias do Reinado de D. João III.*

Código 226 – *Livro das comendas da ordem de nosso senhor Iesu christo o qual mandou fazer Elrey dom Sebastião nosso senhor por o doctor Pedro Alvarez do seu desembargo por seu alvara que vai trasladado no começo delle.*

Código 1758 – *Cartas de D. João III a respeito dos lugares de África.*

Biblioteca Pública de Évora

Códices: CIII/2-21, CIX/2-1, CIII/2-26, CIII/2-20, CIII/2-22, CV/2-15 e CVX/2-7.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT)*Chancelarias Régias:*

Chancelaria de D. Manuel I (Doações, Ofícios e Mercês): livros 21, 36 e 39.

Chancelaria de D. João III (Doações, Ofícios e Mercês): livros 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71 e 72.

Chancelaria de D. João III (Privilégios): livros 1, 2, 3, 4 e 5.

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique (Doações, Ofícios e Mercês): livros 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46.

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique (Privilégios): livros 2, 4, 9 e 11.

Chancelaria da Ordem de Cristo: livros 1 e 4.

Corpo Cronológico:

Maços da Parte Primeira: 3, 18, 20, 22, 23, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 43, 44, 48, 50, 51, 52, 54, 58, 59, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 105 e 108.

Maços da Parte Segunda: 17, 79, 90, 241, 242, 244 e 248.

Maços da Parte Terceira: 16, 17.

Colecção de São Vicente: volumes I, III, IV, VII, IX e X.

15.º Cartório Notarial de Lisboa.

Núcleo Antigo:

139 – Moradias da Casa Real.

Livro dos cavaleiros e escudeiros que andam na companhia do rei D. Manuel e seus pagamentos para os anos de 1504 a 1507 – 136^a

Pagamentos de moradias e soldos (1519) – 139.

Livro das adições das moradias (1527) – 142.

Pagamentos das moradias e soldos à guarda da câmara do rei e à capitania geral da gente de ordenança (1527-28) – 141.

Alfabeto de um livro de moradias (Século XVI) – 140.

Ementas da Casa Real – 122 e 123.

Casa da Rainha D. Maria, segunda mulher de D. Manuel I (1513-1518) – 864.

Casa da Rainha D. Catarina:

1543 – 143c

1550 – 143d

1553 – 145

1559 – 166

1565 – 171

1567 – 172

1572 – 174

1575 – 176

Casa do infante D. Luís:

1536 – 177

1538 – 178

1542 – 179

1543 – 189

1544 – 182

1545 – 181

1551 – 183

1552 – 184

1553 – 185

1554 – 185^a

1555 – 186

871 – Cartas Missivas de e para o rei: 1520-1630.

Maços: 1, 2, 3 e 4.

876 – Cartas dos vice-reis e governadores da Índia : 1504-1588.

Documentos: 85 e 129.

877 – Cartas dos governadores de África.

Documentos: 15, 113, 141, 344, 372 e 439.

Archivo General de Simancas:

Consejo de Estado – Legajos 394 e 395.

Fontes narrativas

ANDRADE, Francisco de, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmãos Editores, 1976.

Anedotas Portuguesas e memórias biográficas da corte quihentista, edição de Christopher Lund, Coimbra, Livraria Almedina, 1980.

ARANDA, P. Gabriel de, *Compendio de la Vida, i mas singulares virtudes del gran siervo de dios, i exemplar sacerdote el V. P. Fernando de Contreras, capellan del choro de la Santa Iglesia Patriarchal de Sevilla, colegial mayor de San Ildefonso, Universidad de Alcala, obispo electo de Guadix, i redemptor insignue de cautiuos christianos compvesto por el P. Gabriel de Aranda, religioso de la Compañia de Jesus, i sacado de la misma vida, que en volumen mayor escribio*, Sevilha, Thomas Lopez de Haro, 1689.

BARROS, João de, *Ásia dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, edição de Hernâni Cidade, 6.^a edição, 4 volumes, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945-1948.

BAYÃO, Padre José Pereira, *Portugal cuidadoso, e lastimado com a vida, e perda do senhor rey D. Sebastião, o desejado de saudosa memoria*, Lisboa Ocidental, na oficina de António de Sousa da Sylvam, 1732.

CASCÃO, João, “Relação da jornada de el-rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora” in LOUREIRO, Francisco de Sales de Mascarenhas, *Uma jornada ao Alentejo e ao Algarve: a alteração das linhas de força da política nacional*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, 2 volumes, Porto, Lello Editores, 1979.

- CARO, Padre Lucas, *Historia de Ceuta*, transcrição, introdução e notas de José Luís Gómez Barceló, Ceuta, Iluste Ayuntamiento de Ceuta, 1989.
- CRUZ, Frei Bernardo da, *Chronica d'el-rei D. Sebastião*, 2 volumes, Lisboa, Escriptorio, 1903.
- CORREIA, Gaspar, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, leitura, introdução, notas e índice de José Pereira da Costa, Braga, Academia das Ciências de Lisboa, 1992.
- CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, 4 volumes, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975.
- COUTO, Diogo do, *Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram na conquista e descobrimentos das terras e mares do Oriente*, Décadas IV-XII, Lisboa, Livraria de San Carlos, 1973-1975.
- COUTO, Diogo do, *Década Quarta da Ásia*, edição crítica anotada e coordenada por Maria Augusta Lima Cruz, CNCDP, Fundação Oriente e INCM, 1999.
- COUTO, Diogo do, *O primeiro soldado prático*, edição de António Coimbra Martins, Lisboa, CNCDP, 2001.
- COUTO, Diogo do, *O Soldado Prático*, 3.^a edição, edição de M. Rodrigues Lapa, Livraria Sá da Costa, 1980.
- Diogo do Couto e a Década Oitava da História da Ásia*, edição de Maria Augusta Lima Cruz, 2 volumes, Lisboa, CNCDP, 1994.
- Ditos Portugueses Dignos de Memória: História Íntima do século XVI*, anotações e comentários de José Hermano Saraiva, Póvoa do Varzim, Publicações Europa-América, s.d.
- ESAGUY, José de, *O livro grande de Sampayo ou Livro dos vedores de Ceuta (1505-1670)*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1941.
- GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicissimo rei D. Manuel*, prefácio e notas de Joaquim Teixeira Martins e David Lopes, 4 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.
- GÓIS, Damião, *Crónica do príncipe D. João*, edição de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, UNL, 1977.
- História dos Portugueses no Malabar por Zinadím*, edição de David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.
- FRANCA, Alejandro Correa, *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de Ceuta*, edição de Maria Carmen del Camino, transcrição de Maria Polores Morillo e introdução de Carlos Posac Mon, Ceuta, Ciudad Autónoma de Ceuta (Consejería de la Educación y Cultura), s.d.
- Jean Nicot Ambassadeur de France en Portugal au XVI^e siècle. Sa correspondence diplomatique inédite*, edição de Edmond FALGAIROLLE, Paris, Augustin Challamel Editeur, 1897.
- “Livro que trata das cousas da Índia e do Japão” in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, edição de Adelino de Almeida Calado, volume XXIV, Coimbra, 1957, pp. 36-133.
- LUCENA, João de, *História da Vida do Padre Francisco Xavier*, 4 volumes, comentários de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa (Coleção Biblioteca da Expansão Portuguesa), 1989.
- MACHADO, Diogo Barbosa, *Memorias del rey D. Sebastião*, 4 tomos, Lisboa Ocidental, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1736-1757.

- MASCARENHAS, D. Jerónimo de, *História de la Ciudad de Ceuta. Sus sucessos militares, y politicos; Memorias de sus santos y prelados, y elogios de sus capianes generales*, edição de Afonso de Dornelas, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918.
- MENESES, D. Pedro de, *Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa*, introdução de A. Moreira de Sá e tradução de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1964.
- MENEZES, D. Manoel, *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Sebastião decimo sexto Rey de Portugal*, Lisboa Ocidental, Oficina Ferreiriana, 1730.
- MOURA, Miguel de, *Chronica do cardeal rei D. Henrique e Vida de D. Miguel de Moura, escripta por elle mesmo*, anotações da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, Lisboa, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1840.
- OSÓRIO, D. Jerónimo, *Da vida e feitos de El-rei D. Manuel*, edição de Joaquim Ferreira, 2 volumes, Porto, Livraria Civilização, 1944.
- PACHECO, Frei Miguel, *Vida de la Serenissima Infanta Dona Maria, hija delrey D. Manoel, fyndadora de la insigne capilla mayor del Couento de N. Señora de la Luz, y de sua Hospital, y otras muchas casas dedicadas al culto duiuno*, Lisboa, Oficina de Ivan de la Costa, 1675.
- PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorei Dom Luís de Ataíde*, introdução de Manuel Marques Duarte, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- PINTO, Fernão Mendes, *Peregrinação*, introdução e notas de Aníbal Pinto de Castro, Porto, Lello & Irmãos Editores, 1984.
- Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia: anónimo do século XVI*, edição de Maria do Rosário Laureano Santos, Ericeira, Mar de Letras, 2003.
- Relações de Pero de Alcáçova Carneiro Conde da Idanha do tempo em que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*, edição de Ernesto Campos de Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937.
- REBELO, Padre Amador, “Relação da vida d’elrey D. Sebastião”, leitura, introdução e notas de Francisco de Sales de Mascarenhas Loureiro in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, vol. II, Lisboa, 1977, pp. 3-84.
- Relação dos Governadores da Índia (1571)*, edição de R. O. W. Goertz, Calgary, University Printing Series, 1979.
- RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, s.l., INCM, 1991.
- RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila. História inédita do século XVI*, edição de David Lopes, 2 volumes, Coimbra, Academia das Ciências, 1919.
- QUEYROZ, Padre Fernão de, *Conquista Temporal e Espiritual de Ceylão*, 2 volumes, Colombo, H. C. Cottle, Government Printer, 1916.
- SANTOS, Frei Manuel dos, *História Sebástica*, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedro Galram, 1735.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “A Crónica de D. João III de António Castilho” in *Arquivos do Centro Cultural Português*, volume II, Paris, FCG, 1970, pp. 317-403.
- SOARES, Pero Roiz, *Memorial*, leitura e revisão de M. Lopes de Almeida, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1953.

- SOUSA, Frei Luís de, *Anais de D. João III*, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, 2 volumes, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1952-54.
- SOUSA, Manuel de Faria e, *Historia del Reyno de Portugal*, Ambers, em casa de Juan Baptista Verdussen, 1680.
- SOUSA, Manuel de Faria e, *Ásia Portuguesa*, tradução de Manuel Busquets de Aguilar, 6 volumes, Porto, Livraria Civilização, 1945-1948.
- SOUSA, Padre Francisco de, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos Padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, edição de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1978.
- The Travels and adventures of the turkish admiral Seydi Ali Reis in India, Afghanistan, Central Asia, and Persia, during the years 1553-1556*, edição de A. Vambéry, Londres, Luzac & Co, 1899.
- TRINDADE, Frei Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente*, 3 volumes, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962.

Colectâneas documentais

- Archivo Portuguez-Oriental*, edição de J. H. da Cunha Rivara, 6 volumes, Nova-Goa, Imprensa Nacional, 1857-1877.
- As Gavetas da Torre do Tombo*, edição de António da Silva Rego, 12 volumes, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977.
- Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, volumes 1-45, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1954-1971.
- Ceylon zur Zeit des Königs Bhuvaneka Bahu und Franz Xavers 1539-1552*, edição de Georg Schurhammer e E. A. Voretzsch, 2 volumes, Leipzig, Verlag der Asia Major, 1928.
- Colecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia portuguesa fez com os reis e senhores de todas as partes da Ásia e África Oriental: desde o princípio da conquista até ao final do século 18*, edição de Júlio Firmino Júdice Biker, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881-1887.
- Colecção de São Lourenço*, edição de Elaine Sanceau, 3 volumes, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973-83.
- Coleccion de Documentos Inéditos para la Historia de España*, edição de D. Pedro Sainz Baranda e D. Miguel Salvá, 84 volumes, Madrid, Imprenta de la Viuda de Calero, 1842-1885.
- “Colectânea de documentos acerca de D. Sebastião” in *Stvdia*, edição de Luciano Ribeiro, n.º 5 (Janeiro de 1960), pp. 135-257.
- Corpo Diplomatico Portuguez contendo os actos e relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o seculo XVI ate aos nossos dias*, edição de Luiz Augusto Rebello da Silva, 16 vols., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1862-1891.
- Corpus Documental de Carlos V*, edição de Manuel Fernández Alvares, 5 volumes, Salamanca, Universidade de Salamanca, 1975-1981.
- Correspondence d'un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530 – Lope Hurtado de Mendoza*, edição de Aude Viaud, Lisboa, FCG, 2001.

- Documenta Malucensia*, edição de Hubert Jacobs, 3 volumes, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1974-1984.
- Documenta Indica*, edição de Joseph Wicki, 18 volumes, Roma, Monumenta Historica Soc. Iesu, 1948-1988.
- Documentação Ultramarina Portuguesa*, edição de António da Silva Rego, 5 volumes, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1967.
- Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente (Índia)*, edição de António da Silva Rego, 13 volumes, Lisboa, CNPCDP, 1992-2000.
- Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente (Insulíndia)*, edição de A. Basílio de Sá, 5 volumes, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954-1958.
- Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, edição de Pedro Azevedo, 2 volumes, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915.
- Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, edição de António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.
- Documentos del Japon 1547-1557*, edição de Juan Ruiz-de-Medina, Roma, Instituto Histórico de la Compañía de Jesús, 1990.
- Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, edição de António da Silva Rego, 9 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1989.
- Epistolae S. Francisci Xaverii*, edição de Georg Schurhammer e Joseph Wicki, 2 volumes, Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1945.
- La correspondance des premiers nonces permanents au Portugal 1532-1553*, edição de Charles Martial de Witte, 2 volumes, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976-1980.
- Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, edição de Pierra de Cenival e Robert Ricard, primeira série – dinastia Sadiana, 5 volumes, Paris, Archives et Bibliothèques de Portugal, 1934-1951.
- Letters of John III King of Portugal 1521-1557*, edição de J. D. M. Ford, Cambridge, Harvard University Press, 1931.
- Registo da Casa da Índia*, edição de Luciano Ribeiro, 2 volumes, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954-55.
- Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, edição de Rodrigo José de Lima Felner, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1868.
- Textos sobre o Estado da Índia*, edição de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa (Coleção Biblioteca da Expansão Portuguesa), 1989.

Bibliografia

- ALDEN, Dauril, *The making of an enterprise. The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*, Stanford, Stanford University Press, 1996.
- Almeida, André Ferrand de, "Da demanda do Preste João à missão jesuíta da Etiópia: a Cristandade da Abissínia e os Portugueses nos séculos XVI e XVII" in *Lusitania Sacra*, n.º 11, 1999, pp. 247-294.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, edição de Damião Peres, Lisboa, Livraria Civilização, 1968.

- ALMEIDA, Justino Mendes de, "A armada de 1553" in *V Simpósio de História Marítima. A Carreira da Índia*, Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 247-250.
- ALVES, Jorge Manuel Santos, *O domínio do Norte de Samatra. A história dos sultanatos de Samudera – Pacém e Achém e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)*, Lisboa, SHIP, 1999.
- AQUARONE, J. B., *D. João de Castro: Gouverneur et Vice-Roi des Indes Orientales (1545-1548). Contribution à l'histoire de la domination portugaise en Asie et à l'étude de l'astro-nautique, de la géographie et de l'humanisme au XVI siècle*, 2 volumes, Paris, Presses Universitaires de France, 1968.
- ASCH, Ronald G. e BIRKE, Adolf M., *Princes, Patronage and the Nobility: The Court at the Beginning of the Modern Age c. 1450-1650*, Oxford, Oxford University Press, 1991.
- AUBIN, Jean, "La noblesse titrée sous D. João III: inflation ou fermeture?" in *Le Latin et L'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, I volume, Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1996, pp. 371-383.
- AUBIN, Jean, "Vieille noblesse et temps nouveaux. Les amertumes du 2º marquis de Vila Real" in *Le Latin et l'astrolabe. Études inédites sur le règne de D. Manuel 1495-1521*, edição póstuma organizada por Maria da Conceição Flores, Luís Filipe Thomaz e Françoise Aubin, volume III, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 61-101.
- AYYAR, Krishna K. V., *The Zamorins of Calicut*, Calicute, Norman Printing Bureau, 1938.
- BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta, *D. Sebastião, rei de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006.
- BIEDERMANN, Zoltán, *A aprendizagem de Ceilão. A presença portuguesa em Sri Lanka entre estratégia talassocrática e planos de conquista territorial (1506-1598)*, dissertação de doutoramento policopiada na especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Lisboa, FCSH-UNL, 2005.
- BOUCHON, Geneviève e THOMAZ, Luís Filipe, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy. Relation Portugaise Anonyme (1521)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian (Centro Cultural Português), 1988.
- BOUCHON, Geneviève, *Vasco da Gama*, Lisboa, Terramar, 1998.
- BOUCHON, Geneviève, "Dix ans d'histoire Indo-Portugaise (1978-1988): Billan et perspectives pour l'étude du XVIº siècle" in *La Découverte, le Portugal et l'Europe, Actes du Colloque*, FCG (Centro Cultural Português) e CNCDP, Lisboa-Paris, 1999, pp. 345-356.
- BOUCHON, Geneviève, *L'Inde découverte, l'Inde retrouvée. 1498-1630. Études d'histoire indo-portugaise*, Lisboa e Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian e CNCDP, 1999.
- BOUCHON, Geneviève, *Afonso de Albuquerque. O Leão dos Mares da Ásia*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000.
- BOURDON, Léon, *Lés Débuts de l'Evangélisation de Ceylan vers le milieu du XVIº siècle d'après des documents récemment publiés*, Lisboa, Instituto Francês, 1936.
- BRAGA, Isabel Drumond, "Luís Falcão nas capitánias de Ormuz e Diu" in *Trabalhos Históricos*, vol. XLI, 1990, pp. 15-35.

- BRAGA, Isabel Drumond, "Uma via de resgate dos cativos cristãos em Marrocos: Ceuta" in BAEZA HERRAZTI, Alberto, *Ceuta Hispano-Portuguesa*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1993, pp. 273-288.
- BRAGA, Isabel Drumond, *Entre a Cristandade e o Islão (séculos XV-XVII). Cativos e Regenados nas Franjas de duas Sociedades em Confronto*, Instituto de Estudios Ceutíes, Ceuta, 1998.
- BRAGA, Isabel Drumond, *Um espaço, Duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica no tempo de Carlos V)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2001.
- BRAGA, Isabel e BRAGA, Paulo Drumond, *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*, Ceuta, Instituto Ceutíes, 1998.
- BRAGA, Paulo Drumond, "D. Maria de Eça, capitã de Ceuta nos meados do século XVI" in *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa, Actas do Congresso Internacional de Lisboa de 21-25 de Novembro de 1994*, I volume, s.l., Presidência do Conselho de Ministros, 1995, pp. 433-437.
- BRAGA, Paulo Drumond, *D. João III*, Lisboa, Hugin, 2002.
- BRANCO, Manuel da Silva Castelo, "As Ordens Militares na Expansão Portuguesa: Vice-Reis e Governadores da Índia que, no século XVI, tiveram os hábitos de Avis, Cristo e Santiago" in *As Ordens Militares em Portugal, Actas do 1.º Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Câmara Municipal, 1991, pp. 57-66.
- BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.
- BUESCU, Ana Isabel, *Catarina de Áustria (1507-1578). Infanta de Tordesilhas. Rainha de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.
- BUSTO, Guillermo Gozalbes Busto, "El Padre Contreras en Ceuta (1539-1545)" in *Transfretana* (revista del Instituto de Estudios Ceutíes), n.º 5 (Novembro de 1993), pp. 37-59.
- CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Colibri e Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora, 2004.
- CARVALHO, Andreia Martins de, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1529-1538)*, Lisboa, dissertação de mestrado policopiada na especialidade de História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa, Lisboa, FCSH-UNL, 2006.
- CARVALHO, Maria Paula, *A acção ultramarina de D. António de Ataíde 1.º conde da Castanheira*, dissertação de mestrado policopiada em História Moderna, Lisboa, FLUL, 2001.
- CORREIA, Jorge, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008.
- COSTA, André, *Os Secretários e o Estado do Rei: luta de corte e poder político. Séculos XVI-XVII*, dissertação de mestrado policopiada na especialidade de História Moderna, Lisboa, FCSH-UNL, 2008.
- COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.), *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, SHIP, 2000.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, "Dom Duarte de Meneses and the government of India (1521-1524)" in *Global Trends Proceedings of XI – International Seminar on Indo-Portuguese History*, edição de Fátima da Silva Gracias, Celsa Pinto e Charles Borges, Goa, Maureen & Camvet Publisheres, 2005, pp. 95-116.

- COSTA, João Paulo Oliveira e, "A política expansionista de D. João III (1521-1557): uma visão global" in *D. João III e o Mar. Ciclo de Conferências*, Academia de Marinha, Lisboa, 2003, pp. 7-37.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, "Os capitães-mores de D. João III" in *V Simpósio de História Marítima. A Carreira da Índia*, Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 213-231.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, "A estrutura de comando do Estado da Índia durante o governo de D. Henrique de Meneses" in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 307-318.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I. Um Príncipe do Renascimento*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, "O Império Português em meados do século XVI" in *Anais de História de Além-Mar. Homenagem a Luís Filipe Thomaz*, volume III, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 87-121.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, LACERDA, Teresa, *A interculturalidade na expansão portuguesa (Séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2007.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *Portugal y Oriente: El Proyecto Indiano del Rey Juan*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992.
- COSTA, Melba Maria Olívia Ferreira Lopes da, *Nuno da Cunha, Governador da Índia (1528-1538)*, 2 volumes, dissertação de mestrado policopiada em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Lisboa, FLUL, 1997.
- CORREIA, José Manuel, *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*, Lisboa, CNCDP-INCM, 1997.
- COUTINHO, Valdemar, "O condado de Vila Nova de Portimão" in *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia, Actas do colóquio internacional*, edição de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 227-238.
- COUTO, Dejanirah, "L'espionnage portugais dans l'empire ottoman au XVI^e siècle" in *La Découverte, le Portugal et l'Europe. Actes du Colloque de Paris, les 26, 27 et 28 de Mai 1988*, edição organizada por Jean Aubin, Paris, Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 243-267.
- COUTO, Dejanirah, "Jerónimo Rodrigues ébauche d'une carrière orientale" in *Mare Liberum*, n.º 6, Lisboa, CNPCP, Dezembro de 1993, pp. 89-96.
- COUTO, Dejanirah, "No rasto de Hadim Suleimão Pacha: alguns aspectos do comércio do Mar Vermelho nos anos de 1538-1540" in *A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos, Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, edição organizada por Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, Angra do Heroísmo, CHAM, 1998, pp. 483-508.
- COUTO, Dejanirah, "Les Ottomans et l'Inde Portugaise" in *Vasco da Gama e a Índia. Conferência Internacional de 11 a 13 de Maio de 1998 em Paris*, FCG, Lisboa, 1999, pp. 181-200.
- COUTO, Dejanirah, "Un coup d'épée dans l'eau: la Memoria da tomada da fortaleza de Catifa et l'expédition à Bassorah (1551)" in *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, edição de Dejanirah Couto e Rui Loureiro, Wiesbaden, FCG, 2008, pp. 57-88.

- COUTO, Dejanirah, "Naval Battle Between Turks and Portuguese in the Indian Ocean in 1554 According to New Portuguese and Spanish Sources" in *International Turkish Sea Power History Symposium*, Istambul, Naval Printing House, 2009, pp. III-32-III-42.
- COUTO, Jorge, *A construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do Início do Povoamento a Finais de Quinhentos*, Lisboa, Cosmos, 1997.
- CRUZ, Maria Augusta Lima, "O assassinio do rei de Maluco: reabertura de um processo" in *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente. Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, Lisboa, CNPCDP, 1993, pp. 511-529.
- CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, s.l., Círculo de Leitores, 2006.
- CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, 2 volumes, Lisboa, INCM, 1992.
- CRUZ, Maria Leonor Garcia da, *Lourenço Pires de Távora e a política portuguesa no Norte de África no século de Quinhentos*, 2 volumes, Lisboa, dissertação de mestrado polycopiada na especialidade de História Moderna, FLUL, 1988.
- CRUZ, Maria Leonor Garcia da, "As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África" in *Mare Liberum*, n.º 13-14 (Junho-Dezembro), 1997, pp. 123-199.
- CRUZ, Maria Leonor Garcia da, *A Governação de D. João III: A Fazenda Real e os Seus Vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001.
- CUNHA, Ana Cannas da, *A Inquisição no Estado da Índia. Origens (1539-1560)*, Lisboa, ANTT, 1995.
- CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, Parentesco e Poder: A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação Casa de Bragança, 1990.
- CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000.
- CUNHA, Mafalda Soares da, "Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI" in *Penélope*, n.º 29, 2003, pp. 33-48.
- CUNHA, Mafalda Soares da e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "Vice-reis, governadores e conselheiros de Governo do Estado da Índia (1505-1834): recrutamento e caracterização social" in *Penélope*, n.º 15, 1995, pp. 91-120.
- CARDIM, Pedro, CUNHA, Mafalda Soares e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Optima Pars: elites ibero-americanas no Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005.
- DESWARTE-ROSA, Sylvie, "Espoirs et désespoir de l'Infant D. Luís" in *Mare Liberum*, n.º 3, 1991, pp. 243-298.
- DIAS, Pedro, *Arte Indo-Portuguesa: Capítulos da História*, Lisboa, Almedina, 2004.
- DISNEY, Anthony, "The development during the reign of João III of communications between the Estado da Índia and Portugal via the Middle East", *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 593-600.
- DINIZ, Sofia, "D. Francisco de Lima, capitão de Goa" in *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimónia, 2000, pp. 297-315.

- DISNEY, Anthony, *A Decadência do Império da Pimenta. Comércio Português na Índia no início do século XVII*, Lisboa, Edições 70, 1981.
- DISNEY, Anthony, *A History of Portugal and the Portuguese Empire*, vol. II (The Portuguese Empire), Nova Iorque, Cambridge University Press, 2009.
- DOMINGOS, Padre Maurício, “A entrada dos jesuítas em Marrocos no século XVI” in *Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*, Lisboa, Livraria Portugália, 1945, pp. 225-295.
- DOMINGOS, Padre Maurício, “Vice-Reis e Governadores Xaverianos: D. Afonso de Noronha (Dezembro 1550 - Janeiro 1552)” in *Brotéria*, vol. LVIII, 1954 (1.º semestre), pp. 581-603.
- DOMINGOS, Padre Maurício, “Vice-Reis e Governadores Xaverianos: Jorge Cabral: Ceilão e Malabar” in *Brotéria*, vol. LVIII, 1954 (1.º semestre), pp. 210-232.
- DURKEHEIM, Émile, *Historia de la educacion y de las doctrinas pedagogicas. La evolution pedagógica en Francia*, Madrid, Ediciones Ednymión, 1992.
- FARINHA, António, *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, 1999.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira, *Problemas Marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Edições Patrimónia, 1995.
- FLORES, Jorge, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão. Trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2004.
- FLORES, Maria da Conceição, *Os Portugueses e o Sião no Século XVI*, CNCDP e INCM, 1995.
- FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.
- FONTOURA, Otília Rodrigues, *Portugal em Marrocos na época de D. João III - Abandono ou Permanência?*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.
- FRADE, Florbela Veiga, *A presença portuguesa nas ilhas de Maluco. 1511-1605*, dissertação de mestrado policopiada na especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Lisboa, FLUL, 2001.
- FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo e LOPES, António, *Naufrágios e outras perdas da “Carreira da Índia” – Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- GRAMMONT, Jean-Louis Bacqué, “L’apogée de l’Empire ottoman: les événements (1512-1606)” in *Histoire de L’Empire Ottoman*, direcção de Robert Mantrain, Lille, Fayard, 1989, pp. 139-158.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Les Finances de l’État Portugais des Indes Orientales (1517-1635) – Matériaux pour une étude structurale et conjonturelle*, Paris, FCG (Centro Cultural Português), 1982.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Editorial Presença, 1985.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar: séculos XII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990.
- GODINHO, Rui Landeiro, *A Carreira da Índia: Aspectos e Problemas da Torna-Viagem (1550-1649)*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005.
- GOERTZ, R. O. W., “The Portuguese in Cochín in the mid-sixteenth century” in *Indica*, vol. 23 (Março-Setembro), 1986, pp. 63-78.

- GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.
- GUEDES, Maria Ana Marques, *Interferência e integração dos Portugueses na Birmânia, c. 1580-1630*, Lisboa, Fundação Oriente, 1994.
- LACERDA, Teresa, "A nobreza na Carreira da Índia no reinado de D. João III – uma avaliação social" in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 401-415.
- LACERDA, Teresa, *Os capitães das armadas da Índia no reinado de D. Manuel I – uma análise social*, dissertação de mestrado policopiada na especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Lisboa, FCSH-UNL, 2006.
- LIVERMORE, Harold, "The crisis in Portuguese India of 1526" in *Stvdia*, n.º 53, 1994, pp. 187-204.
- LOBATO, Manuel, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, s.l., Instituto Português do Oriente, 1999.
- LOPES, António, *D. Pedro Mascarenhas: introdutor da Companhia de Jesus em Portugal*, Braga, Editorial A. O., 2003.
- LOPES, David, "Quebra da política expansionista: D. João III e o despejo dos lugares de África" in *A expansão em Marrocos*, s.l., Editorial Teorema, s.d., pp. 67-75.
- LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, "D. João III e a génese da sociedade indo-portuguesa" in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 417-432.
- LOUREIRO, Francisco de Sales de Mascarenhas, "O Padre Luís Gonçalves da Câmara e D. Sebastião" in separata *O Instituto*, vol. CXXXVI, Coimbra, 1973.
- LOUREIRO, Francisco de Sales, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve: a alteração das linhas de força da política nacional*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal, "O séquito e a casa de D. Catarina de Áustria: a família real, a Índia e os grupos de poder" in *D. João III e o Império, Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 175-184.
- LUGAN, Bernard, *Histoire du Maroc*, Paris, Critérion, 1992.
- MACEDO, Jorge Borges, *Um caso de luta pelo poder e a sua interpretação n'Os Lusíadas*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1976.
- MALEKANDATHIL, Pius, *Portuguese Cochín and the Maritime Trade of India 1500-1663*, Nova Deli, Manohar, 2001.
- MAJUMDAR, R. C., *The History and Culture of the Indian People*, volume VII (The Mughul Empire), Bharatiya Vidya Bhavan, Bombaim, 1994.
- MARQUES, A. H. e SERRÃO, Joel (dir.), *Nova História de Portugal – Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coordenado por J. J. Alves Dias, volume V, Lisboa, Editorial Presença, 1999.

- MARQUES, Marisa Pires e SILVÉRIO, Silvina, "Diogo da Silva de Meneses e a política régia ultramarina" in *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia, Actas do colóquio internacional*, edição de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 239-258.
- MARTINS, António Coimbra, "Correia, Castanheda e as diferenças da Índia" in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXX, 1984, pp. 1-86.
- MARTINS, Maria Odete Soares, *A missionação nas Molucas no século XVI: contributo para o estudo da acção dos Jesuítas no Oriente*, Lisboa, CHAM, 2002.
- MATOS, Artur Teodoro de, "The financial situation of the State of India during the Philippine period: 1581-1635" in *separata Indo-Portuguese History: old issues, new questions*, New Deli, Concept Publishing Company, 1980.
- MATOS, Artur Teodoro de, *O Estado da Índia nos anos de 1581-1588: estrutura administrativa e económica: alguns elementos para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982.
- MATOS, Artur Teodoro, *O orçamento do Estado da Índia 1571*, Lisboa, CNCDP, 1999.
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal – Portugal no alvorecer da modernidade*, coordenação de Joaquim Romero Magalhães, volume III, s.l., Círculo de Leitores, 1993.
- Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*, Lisboa, Livraria Portugália, 1945.
- MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Notas sobre alguns engenheiros nas praças de África*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922.
- MIRANDA, Susana Munch, "A administração da fazenda no Estado da Índia (1545-1560): vedores da fazenda e casa dos Contos" in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 319-335.
- MIRANDA, Susana Munch, *A administração da Fazenda Real do Estado da Índia (1517-1640)*, dissertação de doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Lisboa, FCSH-UNL, 2007.
- MONIZ, Maria Celeste, *Glória e Miséria nas Décadas da Ásia de Diogo do Couto*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.
- MOREIRA, Rafael (dir.), *Portugal no Mundo: História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.
- MOREIRA, Rafael, *A construção de Mazagão. Cartas inéditas 1541-1542*, Lisboa, Ministério da Cultura e Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001.
- MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, volume III (1539-1579), Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1992.
- MORENO, Humberto Baquero, "A conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança" in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris, 1970, pp. 47-103.
- NEVES, Francisco Ferreira, *A Casa e Ducado de Aveiro: sua origem, evolução e extinção*, separata da revista Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. XXXVIII, Aveiro, 1972.
- NEVES, José Cassiano, *S. Francisco Xavier e o embaixador D. Pedro Mascarenhas*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1952.

- OLIVAL, Maria Fernanda, "The Military Orders and the nobility in Portugal, 1500-1800" in *Mediterranean Studies*, n.º XI, 2002, pp. 71-88.
- OLIVAL, Maria Fernanda, "Norte de África ou Índia? Ordens militares e serviços (século XVI)" in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, edição coordenada por Isabel Cristina F. Fernandes, Lisboa, Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 769-795.
- OLIVEIRA, Luís Filipe e RODRIGUES, Miguel Jasmim, "Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na 2.ª dinastia" in separata *Revista de História Económica e Social*, n.º 22 (Janeiro-Abril), 1988.
- OZBARAN, Salih, *The Ottoman Response to European Expansion. Studies on Ottoman-Portuguese relations in the Indian Ocean and Ottoman administration in the Arab lands during the sixteenth century*, The Isis Press, Istambul, 1994.
- PALOMO, Federico, *Fazer dos campos escolas excelentes. Os Jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1551-1630)*, s.l., FCG-Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.
- PELÚCIA, Alexandra, "From Dom Garcia de Noronha do Dom João de Castro: appointment mechanisms for the government of the Estado da Índia" in *Global Trends Proceedings of XI – International Seminar on Indo-Portuguese History*, edição de Fátima da Silva Gracias, Celsa Pinto e Charles Borges, Goa, Maureen & Camvet Publisheres, 2005, pp. 129-143.
- PELÚCIA, Alexandra, "A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista" in *A Alta Nobreza e a fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*, edição de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, Lisboa, CHAM e IICT, 2004, pp. 279-300.
- PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: Trajectórias de uma Elite no Império de D. João III e D. Sebastião*, Lisboa, CHAM, 2009.
- PEREIRA, António dos Santos, "O Império do Pão: o Mediterrâneo, a diplomacia e o abastecimento cerealífero de Portugal e das praças marroquinas nos anos de crise 1545-1546, 1547" in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 529-545.
- PEREIRA, João Cordeiro, "A Estrutura Social e o seu Devir" in *Nova História de Portugal: Do Renascimento à crise dinástica*, volume V, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coordenação de João Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 277-336.
- PIERIS, P. E., *Ceylon and the Portuguese 1505-1658*, Londres, Luzac & Co., 1920.
- PIERIS, P. E., *Portugal in Ceylon 1505-1658*, Cambridge, W. Heffer & Sons Limited, 1937.
- PINTO, Carla Alferes, *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577). O mecenato de uma princesa renascentista*, s.l., Fundação Oriente, 1999.
- PINTO, Paulo Jorge de Sousa Pinto, *Portugueses e Malaio: Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém 1575-1619*, Lisboa, SHIP, 1997.
- POLÓNIA, Amélia, *D. Henrique*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.
- POUSÃO-SMITH, Selma, *Rodrigues Lobo, os Vila Real e a estratégia da Dissimulatio*, 2 vols., Lisboa, G. M. N., 2008.

- RIBEIRO, Aquilino, *Constantino de Bragança VII Vizo-Rei da Índia*, Venda Nova, Bertrand Editora (Coleção Obras Completas de Aquilino Ribeiro), 1984.
- RICARD, Robert, *Les Portugais et l'Afrique du Nord de 1521 à 1557. Extraits des "Annales de Jean III"*, Lisboa, Livraria Portugália, 1940.
- RODRIGUES, Vítor, *Sebastião Lopes Lobato: um exemplo de ascensão social na Índia Portuguesa de Quinhentos*, separata do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 234, Lisboa Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1992.
- RODRIGUES, Vítor, *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, trabalho apresentado para efeitos de prestação das provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar, 2 tomos, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.
- RODRIGUES, Vítor, *Da Goa de Albuquerque à Goa Seiscentista: Aspectos da Organização Militar da Capital do "Estado da Índia"*, Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia e Instituto de Investigação Científica Tropical, separata n.º 242, 2001.
- RODRIGUES, Vítor, "Organização militar e práticas de guerra dos Portugueses em Marrocos no século XV, princípios do século XVI: sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa no Oriente" in *Anais de História de Além-Mar*, volume II, 2001, pp. 157-168.
- RODRIGUES, Vítor, "As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos reinados de D. Manuel e D. João III" in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 185-195
- SALDANHA, António de Vasconcelos e, *Iustum Imperium. Dos tratados como fundamento do império dos Portugueses no Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente e Instituto Português do Oriente, 1997.
- SANCEAU, Elaine, *D. João de Castro*, 3.ª edição, tradução de António Álvaro Dória, Porto, Livraria Civilização, 1978.
- SANTOS, Catarina Madeira, *"Goa é a chave de toda a Índia": Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, s.l., CNCDP, 1999.
- SCHURHAMMER, Georg S.J., *Francis Xavier His life, his times*, 2.ª edição, 4 volumes, tradução de S. J. M. Joseph Costelloe, The Jesuit Historical Institute, Roma, 1973-1982.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal – O Século de Ouro (1495-1580)*, vol. III, Lisboa, Verbo, 1978.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de D. Sebastião (1568-1573)*, 2.ª edição, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1987.
- SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 2002.
- SILVA, Joaquim Candeias, *O fundador do "Estado Português da Índia", D. Francisco de Almeida, 1457(?) - 1510*, Lisboa, CNCDP e INCM, 1996.
- SMITH, Ronald Bishop, *Diogo Lopes de Sequeira*, Lisboa, s. n., 1975.
- SMITH, Ronald Bishop, *Lopo Soares de Alvarenga: better known as Albergaria*, Lisboa, Silvas-Coop., 1992.
- SOUCEK, Svat, "The Portuguese and the Turks in the Persian Gulf" in *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, edição de Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, Wiebaden, FCG, 2008, pp. 29-56.

- Sousa, Esther Tiago de, "Capitães Portugueses nas Ilhas Molucas" in *Stvdia*, n.º 43-44, 1980, pp. 183-281.
- Sousa, Viterbo, "O Thesouro do Rei de Ceylão" in *Memória apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tipografia da Academia, 1904, pp. 1-67.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático Português 1500-1700 – Uma História Política e Económica*, s.l., Difel, s.d.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, "The tail wags the dog or some aspects of the external relations of the Estado da Índia, 1570-1600" in *Moyen Orient & Océan Indien*, n.º 5, 1988, pp. 131-161.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, "The Trading world of the western Indian Ocean, 1546-1565: A political interpretation" in *A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, Angra do Heroísmo, CHAM, 1998, pp. 207-227.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa, CNCDP, 1998.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, "Notas sobre um rei congelado: o caso de Ali bin Yusuf Adil Khan, chamado Maleação" in *Passar Fronteiras. II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais, séculos XV-XVIII*, edição de Rui Loureiro e Serge Gruzinski, Lagos, Centro de Estudos Gil Eanes, 1999, pp. 265-290.
- TAVIM, José Alberto, *Judeus e cristãos-novos em Cochim. História e Memória (1500-1662)*, Braga, Edições da APPACDM, 2003.
- TEIXEIRA, André, "Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca está quedo, capitão de Safim" in *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimónia, 2000, pp. 159-206.
- TEIXEIRA, André, "Os primórdios da presença portuguesa em Baçaim – 1534-1554" in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 337-365.
- TEIXEIRA, André, "Uma linhagem ao serviço da ideia imperial manuelina: Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia" in *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia. Actas do colóquio internacional*, edição de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 109-174.
- TEIXEIRA, André, *Fortalezas do Estado Português da Índia: arquitectura militar na construção do império de D. Manuel I*, Lisboa, Tribuna, 2008.
- TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu território: administração, economia e sociedade*, dissertação de Doutoramento policopiada na especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Lisboa, FCSH-UNL, 2010.
- THOMAZ, Luís Filipe, *Os Portugueses em Malaca (1511-1580)*, dissertação de licenciatura policopiada, 2 volumes, Lisboa, FLUL, 1964.
- THOMAZ, Luís Filipe, "L'idée imperiale manueline" in *La Découverte, le Portugal et l'Europe – Actes du Colloque*, edição de Jean Aubin, Paris, FCG, Centro Cultural Português, 1990, pp. 35-103.
- THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.

- THOMAZ, Luís Filipe, "A crise de 1565-1575 na história do Estado da Índia" in *Mare Liberum*, n.º 9, Junho de 1995, pp. 481-519.
- THOMAZ, Luís Filipe, "A questão da pimenta em meados do século XVI" in *A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos, Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, Angra do Heroísmo, CHAM, 1998, pp. 37-206.
- THOMAZ, Luís Filipe, "O Testamento Político de Diogo Pereira, O Malabar, e o projecto oriental dos Gamas" in *Anais de História de Além-Mar*, volume V, 2004, pp. 61-160.
- VARELA, Julia, *Modos de educacion en la España de la Contrareforma*, Madrid, Las Editiones de la Piqueta, 1983.
- VELLOSO, J. M. de Queiroz, *D. Sebastião*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935.
- V *Simpósio de História Marítima. A Carreira da Índia*, Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 213-231.
- WAGNER, Mafalda de Noronha, *A Casa de Vila Real e a conspiração de 1641 contra D. João IV*, Lisboa, Edições Colibri, 2007.
- XAVIER, Ângela Barreto, "Tendências na Historiografia da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre os destinos da história social" in *Penélope*, n.º 22, 2000, p. 141-179.
- XAVIER, Ângela Barreto, *A Invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, ICS, 2008.

Obras de referência

- DALGADO, Sebastião Rudolfo, *Glossário Luso-Asiático*, 2 volumes, Lisboa, Academia das Ciências, 1983.
- Dicionário de História dos Descobrimentos*, direcção de Luís de Albuquerque, 2 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira de Azevedo, 3 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-01.
- Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, 6 volumes, Porto, Livraria Figuerinhas, s. d.
- DORNELLAS, Afonso de, *História e Genealogia*, volume IV, Lisboa, Caza Portuguesa, s. d.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 3 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.
- GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das famílias nobres de Portugal*, 12 volumes, Braga, Edição Carvalhos de Basto, 1992.
- Glossário Toponímico da antiga historiografia ultramarina portuguesa*, pelo Visconde de Lagoa, I parte – *Ásia e Oceânia*, Lisboa, Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1953.
- Livro das linhagens do século XVI*, edição de António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1957.
- MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*, edição de Alexandre António Pereira de Miranda de Vasconcelos, António Augusto Ferreira da Cruz, Eugénio Eduardo, Andrea da Cunha e Freitas, 12 volumes, Porto, Livraria Fernando Machado, 1943.

- Nobreza de Portugal e do Brasil*, direcção de Afonso Zúquete, 2 volumes, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960.
- SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, edição revista de M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida Editora, 1946-1955.
- SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 6 tomos, Coimbra, Atlântida Editora, 1946-1954.
- TÁVORA, D. Luiz Gonzaga de Lencastre e, *Dicionário das famílias portuguesas*, Lisboa, Quezta Editores, 1989.
- The Cambridge History of Islam*, edição de P. M. Holt, Ann K. S. Lambton e Bernard Lewis, volume 2A, Cambridge, Cambridge University Press, 1970.
- ZÚQUETE, Afonso, *Tratado de todos os Vice-Reis e Governadores da Índia*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1962.

Entrada de sítios na internet

- COSTA, João Paulo Oliveira e, "Acomodação Cultural" in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>
- VILA-SANTA, Nuno, "D. António de Noronha" in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>
- VILA-SANTA, Nuno, "D. Constantino de Bragança" in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>
- VILA-SANTA, Nuno, "D. Francisco Coutinho" in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>
- VILA-SANTA, Nuno, "D. Francisco Mascarenhas" in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>
- VILA-SANTA, Nuno, "D. Miguel de Noronha" in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>
- VILA-SANTA, Nuno, "D. Pedro Mascarenhas" in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>
- VILA-SANTA, Nuno, "Francisco Barreto" in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

ANEXOS

CAPITÃES DO VICE-REINADO DE D. AFONSO DE NORONHA (1550-1554)

Sofala

Diogo de Mesquita

Moçambique

Não se conhece

Mascate

João de Lisboa (1551-52)

Ormuz

D. Álvaro de Noronha (1550-1553)

D. Antão de Noronha (1553-1554)

Bernardim de Sousa (1554-?)

Diu

Pero Lopes de Sousa

D. Diogo de Almeida (1553)

D. Jorge de Meneses, “O Baroque” (1553-1554)

D. Diogo de Noronha (1554-?)

Baçaim

Francisco Barreto (1549-1552)

Francisco de Sá e Meneses (1552-?)

Goa

D. Francisco de Lima (1550-51)

D. João Lobo (1551?-1555)

Gaspar de Melo Sampaio (1555-?)

Chaul

Vasco da Cunha (?-1551)
João de Mendonça (1551-1554)
Jorge de Mendonça (1554-?)

Chale

Luís Xira Lobo (1550-1551)
Bernardim da Silva de Meneses (1551-1554?)

Cangranor

João Pereira (em vida)

Cananor

António de Sá (?-1554)
Henrique de Macedo (1554-?)

Coulão

Bernardo da Fonseca (em vida?)

Cochim

João Afonso de Sequeira (1551-1553)
João da Fonseca (1553-1554)

Ceilão

Gaspar de Azevedo
D. João Henriques (1551-1552)
Diogo de Melo Coutinho (1552)
D. Duarte de Eça (1552)
Fernão de Carvalho (1552-1553)
Afonso Pereira de Lacerda (1553-?)

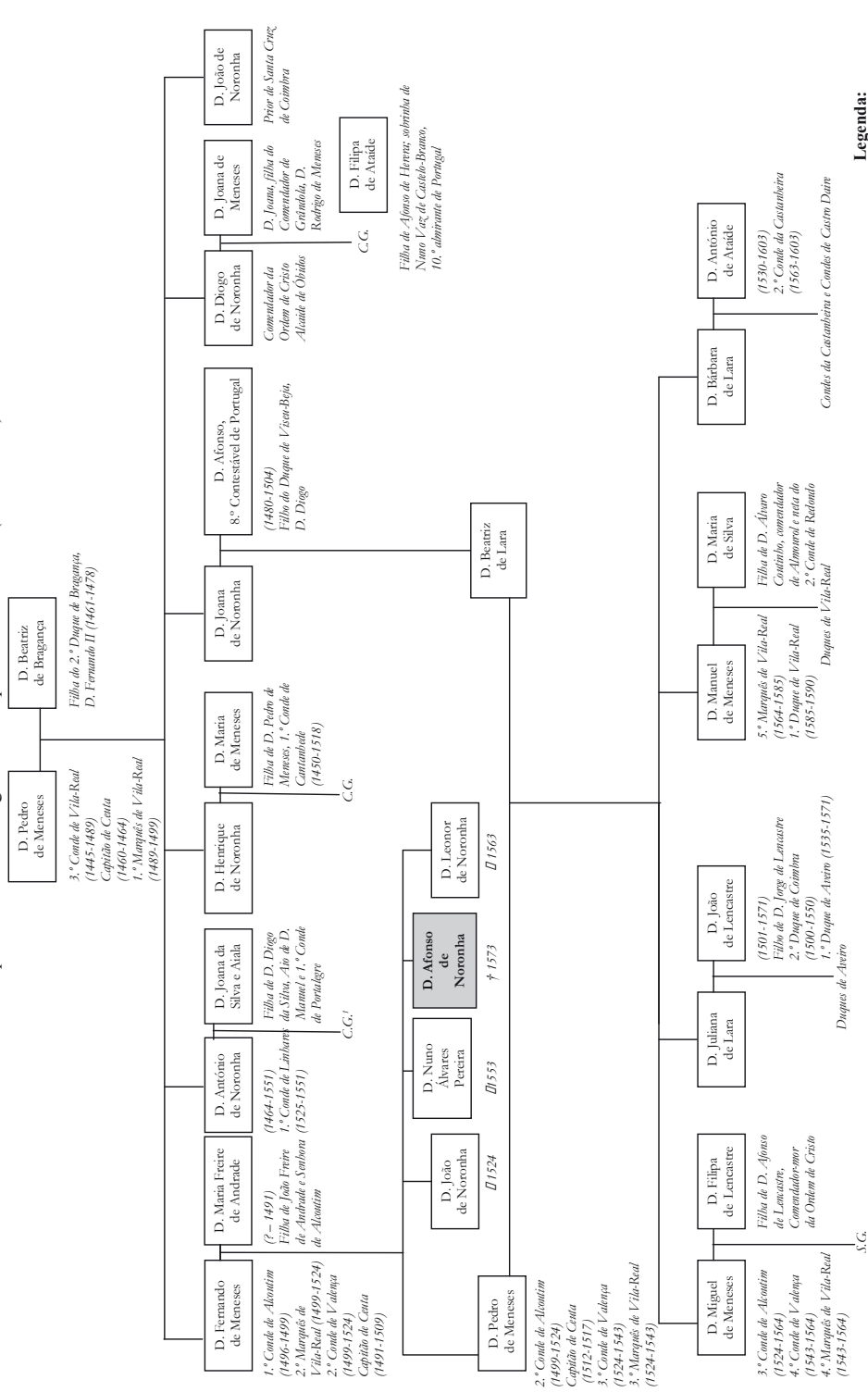
Malaca

D. Pedro da Silva da Gama (1548-1552)
Francisco Álvares (1552)
D. Álvaro de Ataíde da Gama (1552-1554)
D. António de Noronha (1554-1556)

Ternate

Cristóvão de Sá (1549-1550)
Bernardim de Sousa (1550-1552)
Baltasar Veloso (1552)
Francisco Lopes de Sousa (1552-1553)
Cristóvão de Sá (1553)

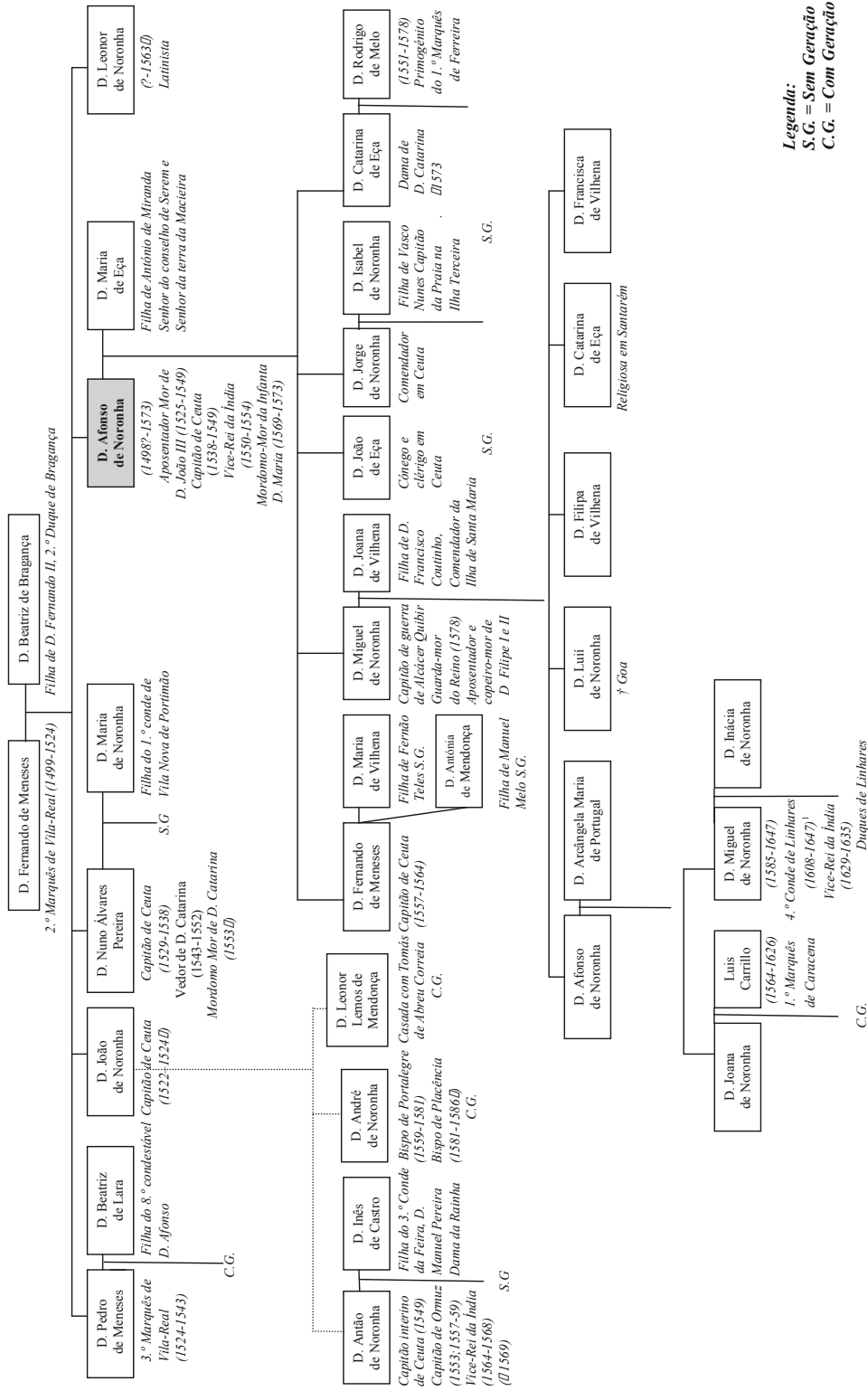
Apêndice A: Genealogia dos Marqueses de Vila Real (Século XVI)



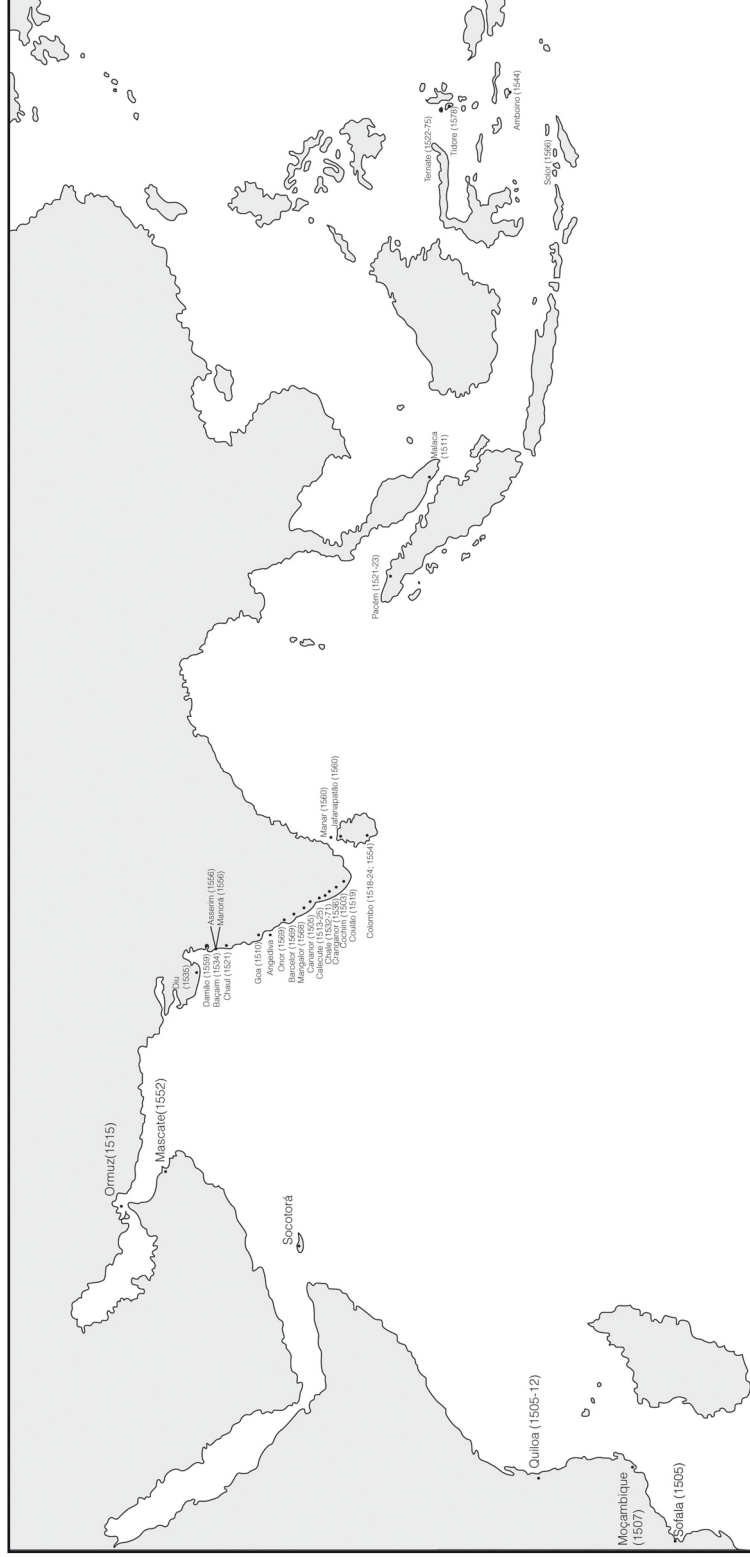
Legenda:
S.G. = Sem Geração
C.G. = Com Geração

¹ Entre a geração deste casamento destaca-se D. Francisco de Noronha, 2.º conde de Linhares (1557-1574). O filho segundo deste, D. Fernando de Noronha, foi o 3.º conde de Linhares (1574-1608) que morreu sem descendência.

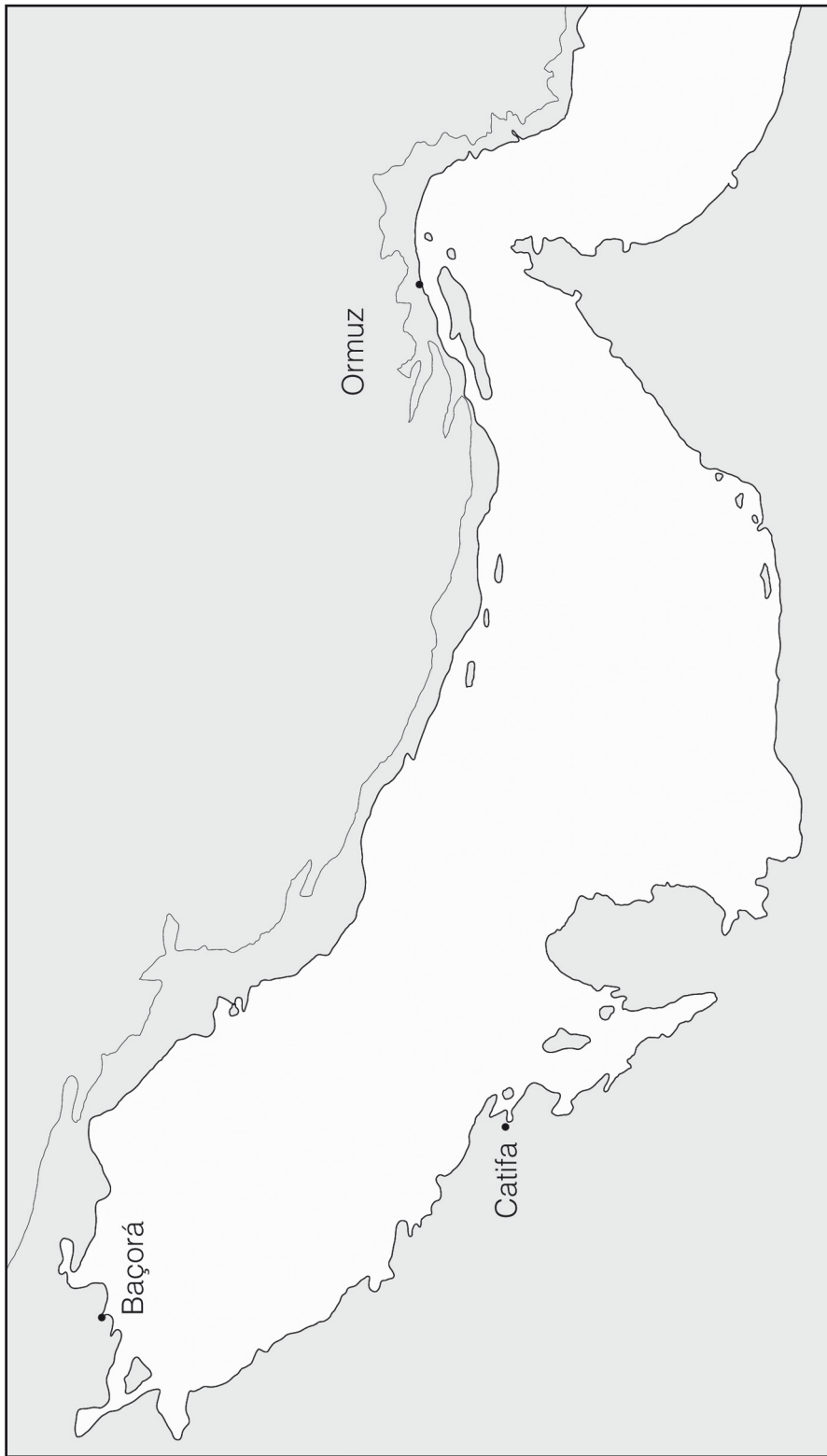
Apêndice B: Ascendência e descendência de D. Afonso de Noronha (Ligação à Casa de Vila-Real e de Linhares – Séculos XVI-XVII)



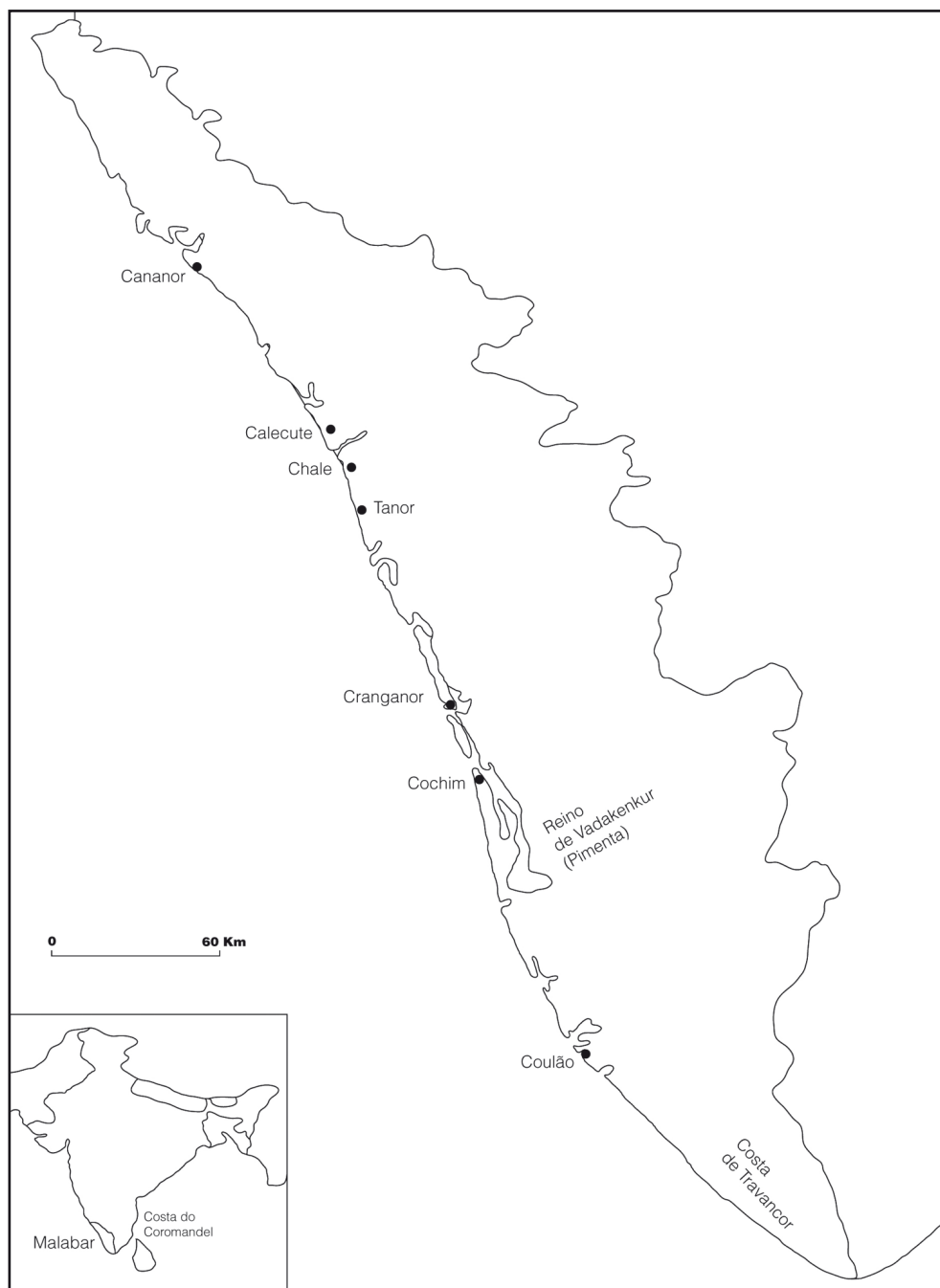
¹ Foi o 4.º conde de Linhares por nomeação de D. Fernando de Noronha. 3.º conde de Linhares (1574-1608) que morreu sem descendência. Eram primos em 3.º grau pois D. Fernando era neto do 1.º conde de Linhares e D. Miguel trineto do 1.º conde de Linhares.



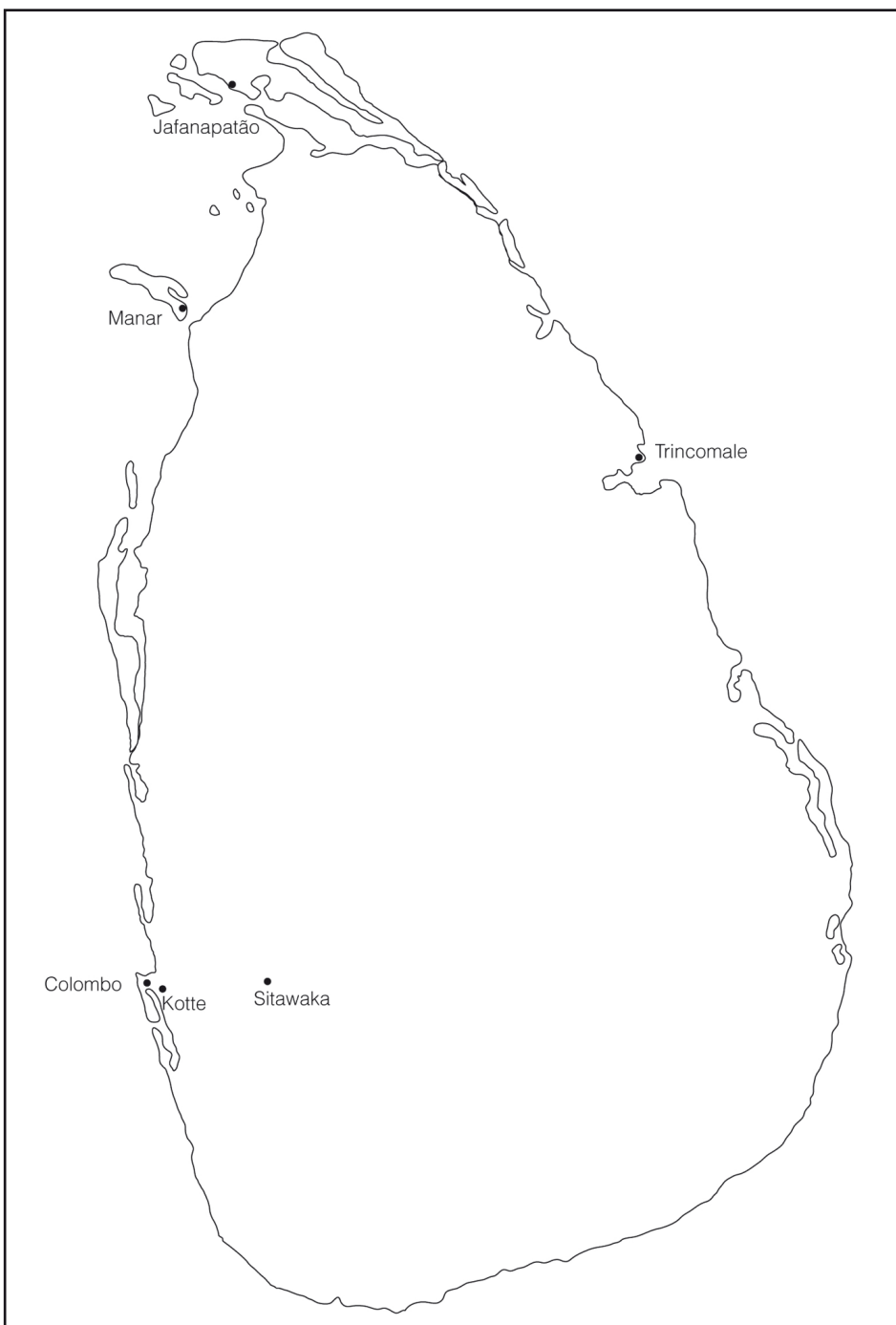
MAPA 1 – As fortalezas do Estado da Índia até ao final da década de 1570.



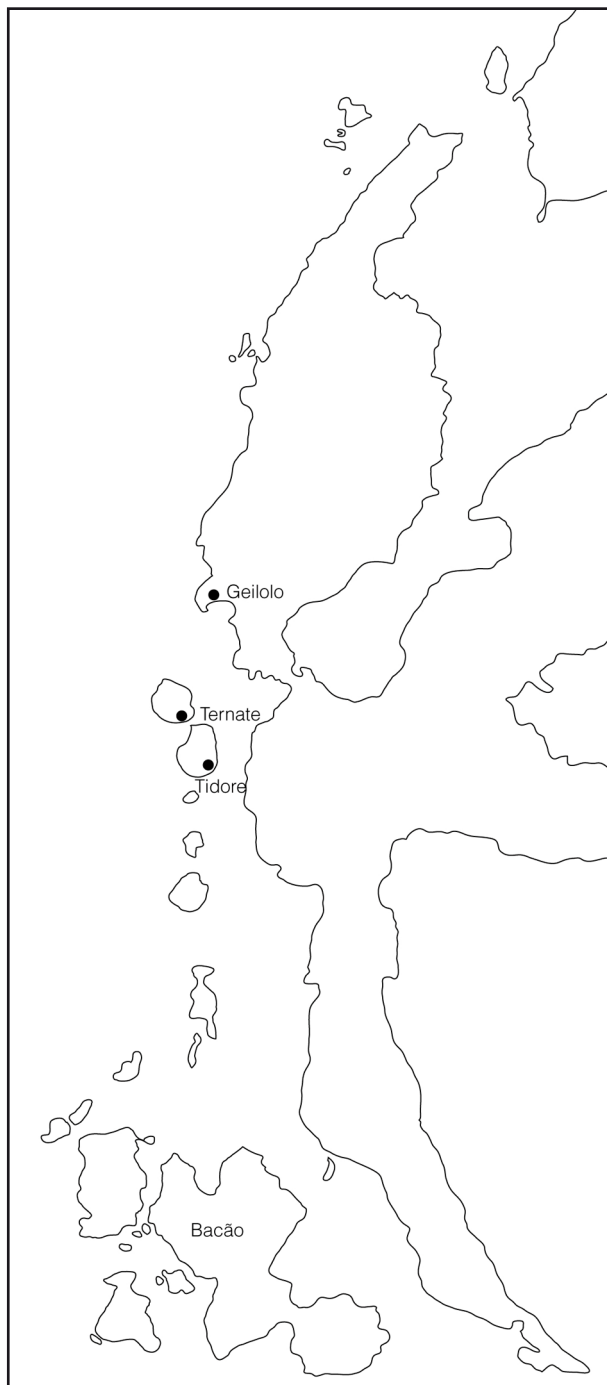
MAPA 2 – Ormuz e o Golfo Pérsico.



**MAPA 3 – O Malabar e o Reino da Pimenta (Vadakenkkur)
segundo as fontes portuguesas.**



MAPA 4 – Ceilão.



MAPA 5 – Os sultanatos de Ternate, Tidore e Geilolo no século XVI.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: Antes da Índia (1495-1498?-1549)	23
I.1. Nascido filho de Marquês: D. Afonso e a política da Casa de Vila Real (1495/1498?-1538)	23
I.2. Em terras do infiel: D. Afonso e a capitania de Ceuta (1538-1548)	35
I.2.1. Indefinições ameaçadoras: Fez, Tetutão, Barba Roxa e o Xerife (1538-1546)	35
I.2.2. O “Zelosossimo” del Rey: da viagem ao Reino (1547-1548) ao abor- tado projecto do Seinal (1549)	46
CAPÍTULO II: A caminho da Índia (1548-1550)	59
II.1. O Estado da Índia depois da morte de D. João de Castro (1548-1550): linhas gerais	59
II.2. A nomeação (1549-1550)	69
II.2.1. O contexto	69
II.2.2. As mercês e o regimento	78
II.2.3. Uma difícil viagem	83
CAPÍTULO III: Anatomia global do vice-reinado da Índia (1550-1554)	85
III.1. O confronto com os Turcos: a prioridade cimeira	85
III.2. As Praças do Norte: implicações e consequências de um confronto	93
III.3. Ceilão: do acidente à fortaleza	96
III.4. Malabar: as guerras da pimenta e a Carreira da Índia	101
III.5. Intervenções vice-reais em Malaca e nas Molucas	106
III.6. África Oriental e Madagáscar: “O Eldorado”	110

Capítulo IV: Outras perspectivas do vice-reinado da Índia (1550-1554)	113
IV.1. Uma base da governação: a aliança com os Jesuítas	113
IV.2. Administração e Fazenda Real: reformulações	120
IV.3. A corte vice-real: D. Afonso e os fidalgos da Índia	125
IV.4. Oposições	130
IV.5. A “crise de meados” de Quinhentos	135
 CAPÍTULO V: Depois da Índia (1555-1573/1581)	141
V.1. “Grandes e boas nouas”: a sucessão de D. Pedro Mascarenhas, o regresso e as mercês (1554- 1557)	141
V.2. De novo Ceuta (1557-1564)	148
V.3. Assegurar uma descendência (1562-1573/1581): a consolidação patrimonial e as políticas matrimoniais	153
 CONCLUSÃO	163
 FONTES E BIBLIOGRAFIA	169
 ANEXOS	189
Capitães do vice-reinado de D. Afonso de Noronha (1550-1554).....	191
Genealogia 1: Genealogia dos Marqueses de Vila Real (Século XVI)	193
Genealogia 2: Ascendência e descendência de D. Afonso de Noronha (Séculos XVI-XVII).....	194
Mapa 1: As fortalezas do Estado da Índia até ao final da década de 1570	195
Mapa 2: Ormuz e o Golfo Pérsico	196
Mapa 3: O Malabar e o Reino da Pimenta (Vadakenkkur) segundo as fontes portuguesas.....	197
Mapa 4: Ceilão	198
Mapa 5: Os sultanatos de Ternate, Tidore e Geilolo no século XVI	199



Este livro analisa a trajectória social e política de D. Afonso de Noronha em função do cargo mais importante que desempenhou ao longo da sua carreira: o vice-reinado da Índia entre os anos de 1550 e 1554. Qual fora o exacto contexto em que este "sobrinho" do monarca fora indigitado para o cargo? Quais as condições que levaram D. João III a escolher D. Afonso de Noronha para suceder ao vice-rei D. João de Castro? De que forma o seu governo correspondeu às expectativas que foram depositadas aquando da sua nomeação?

A este elenco principal de questões responde-se com uma análise do relacionamento pessoal do futuro vice-rei e influente membro da Casa de Vila Real com D. João III, desde os tempos iniciais do seu nascimento até ao bem sucedido desempenho na capitania de Ceuta durante a difícil década de 1540, conhecida pelo abandono de diversas praças norte-africanas.

Mas talvez a questão mais importante que se pretende colocar é a de saber em que medida o governo de D. Afonso de Noronha contribuiu para ajudar a solucionar a designada "crise de meados de Quinhentos". Teria D. Afonso buscado soluções para essa "crise" e assim aberto novos trilhos políticos e militares aprofundados posteriormente?

Impõe-se, finalmente, perceber qual o impacto que o governo do Estado da Índia teve na restante carreira deste fidalgo.

Através do enquadramento das diferentes conjunturas políticas e cortesãs da vivência de D. Afonso de Noronha, ancorado sempre que possível na sua correspondência, procura-se contribuir para um conhecimento mais aprofundado das dinâmicas imperiais de meados de Quinhentos, perspectivadas a partir do Reino, do Norte de África e, sobretudo, do Estado da Índia.

Nuno Vila-Santa

Apoio

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA